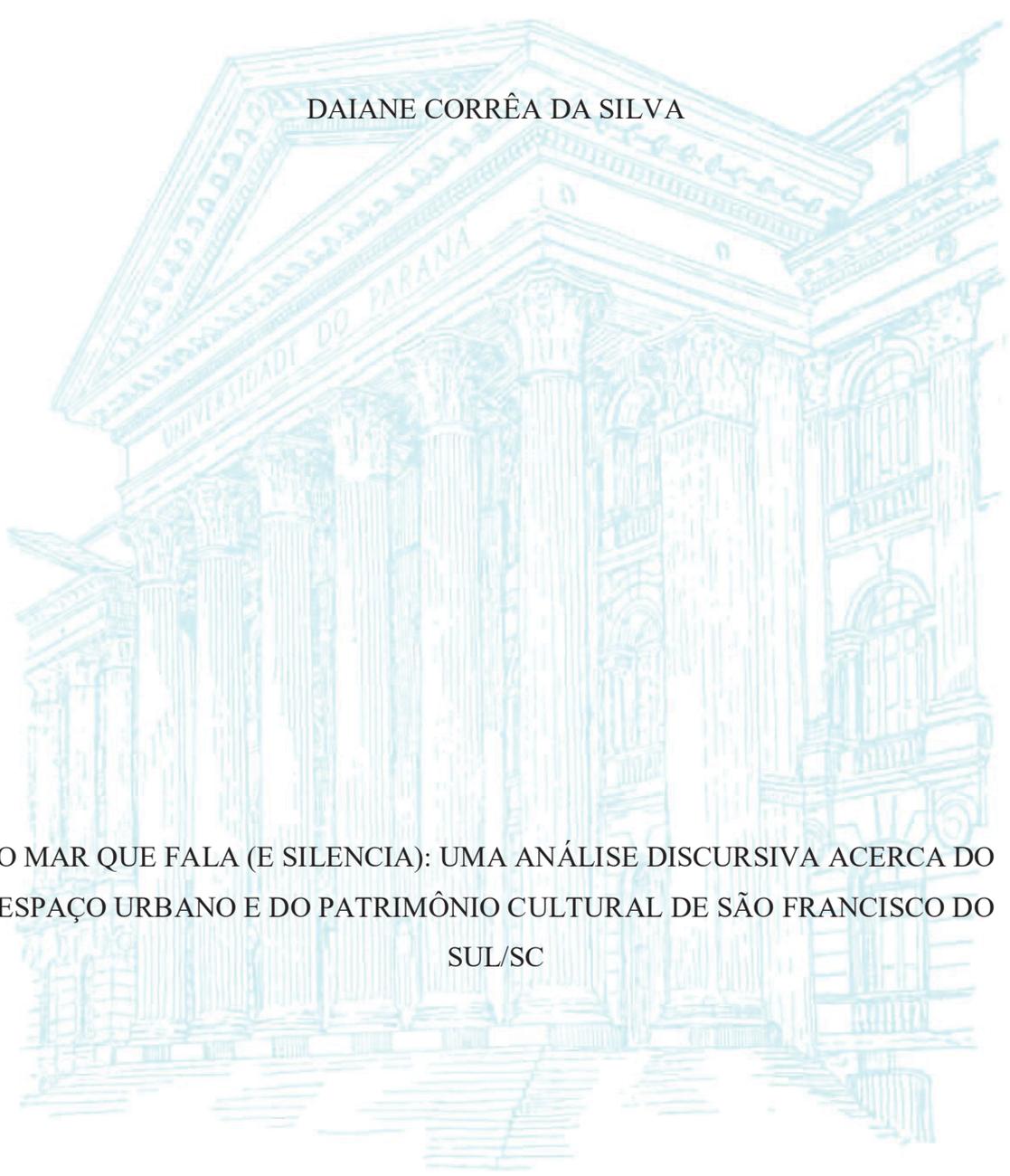


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAIANE CORRÊA DA SILVA



O MAR QUE FALA (E SILENCIA): UMA ANÁLISE DISCURSIVA ACERCA DO  
ESPAÇO URBANO E DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO FRANCISCO DO  
SUL/SC

CURITIBA

2024

DAIANE CORRÊA DA SILVA

O MAR QUE FALA (E SILENCIA): UMA ANÁLISE DISCURSIVA ACERCA DO  
ESPAÇO URBANO E DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO FRANCISCO DO  
SUL/SC

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Letras, Setor de Letras, na Universidade Federal do  
Paraná, como requisito parcial à obtenção ao Título  
de Doutora em Letras.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cleci Venturini

CURITIBA

2024

Dedico esta tese às minhas filhas Vitória e  
Valentina, minhas companheiras de vida.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Silva, Daiane Corrêa da

O mar que fala (e silencia): uma análise discursiva acerca do espaço urbano e do patrimônio cultural de São Francisco do Sul/SC. / Daiane Corrêa da Silva. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cleci Venturini.

1. Patrimônio Cultural – São Francisco do Sul (SC). 2. Espaços públicos. 3. Memória. 4. Análise do discurso. I. Venturini, Maria Cleci. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -  
40001016016P7

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **DAIANE CORRÊA DA SILVA** intitulada: **O MAR QUE FALA (E SILENCIA): UMA ANÁLISE DISCURSIVA ACERCA DO ESPAÇO URBANO E DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA CLECI VENTURINI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Dezembro de 2024.

Assinatura Eletrônica  
20/12/2024 20:44:18.0  
MARIA CLECI VENTURINI  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
16/01/2025 06:26:52.0  
NÁDIA RÉGIA MAFFI NECKEL  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica  
07/01/2025 10:24:55.0  
ANA LUIZA ARTIAGA RODRIGUES DA MOTTA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO

GROSSO)  
Assinatura Eletrônica  
23/12/2024 09:21:51.0  
VERLI FATIMA PETRI DA SILVEIRA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)

Assinatura Eletrônica  
20/12/2024 18:06:00.0  
MIRIELLY FERRAÇA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua General Cameiro, 460, 10º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5102 - E-mail: pgletras@ufpr.br  
Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015. Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 419599  
Para autenticar este documento/assinatura, acesse  
<https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 419599

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a essa força maior que pode ser chamada Olorum, Orixás, entidades ou simplesmente a espiritualidade, que atravessa minha existência concedendo-me resiliência, determinação e coragem.

Agradeço à minha família, primeiramente minhas filhas, às quais dedico este trabalho, por entender minhas ausências e apoiarem os meus sonhos. Agradeço aos meus pais por simplesmente acreditarem em mim.

Agradeço à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Cleci Venturini, que admiro desde que li seu currículo e, passei admirar ainda mais a partir do momento que a conheci pessoalmente e passei a conviver no mundo acadêmico e pessoal. A Prof<sup>a</sup> Maria Cleci é o tipo de pessoa que “planta árvores sem esperar sentar em sua sombra”, ela incentiva seus orientandos e colegas pelo exemplo, pela dedicação que demonstra à pesquisa e à vida acadêmica. Mulher inovadora e determinada, tive sorte de ser sua orientanda.

Agradeço aos professores que participaram da minha formação, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Verli Fatima Petri da Silveira, da UFSM e, a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia, da UFPR, pelas quais tenho uma enorme admiração.

Agradeço à banca de qualificação, formada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristiane Pereira Costa Dias, da INICAMP, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Verli Fatima Petri da Silveira, da UFSM e, a Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia, da UFPR, pelos apontamentos e rico diálogo.

Agradeço à banca de defesa, formada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Verli Fatima Petri da Silveira, da UFSM, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Nádia Régia Maffi Neckel, da UNISUL, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Luiza Artiaga Rodrigues da Motta, da UNEMAT e, Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>a</sup> Mirielly Ferraça, da UFPR, por aceitar o convite para a defesa desta tese.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná, através do Programa de Pós-Graduação em Letras, pela oportunidade de continuar meus estudos, de participar das atividades acadêmicas, de eventos e do grupo de pesquisa. Agradeço por estudar em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, referência entre as melhores universidades no país.

Agradeço à Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, através do Programa de Pós-Graduação em Letras e do Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários – LABELL, por possibilitar momentos de estudo, trocas acadêmicas e de pesquisa.

Agradeço ao Instituto Federal Catarinense, Campus São Francisco do Sul, pela concessão do afastamento integral para estudos, oportunizando dedicação exclusiva aos meus estudos nos três últimos anos do doutorado, através do Edital N<sup>o</sup> 83/2021, Processo Seletivo de Servidores do quadro efetivo do IFC para as vagas de afastamento integral para pós-graduação *stricto sensu* ou pós-doutorado.

Enfim, agradeço aos meus amigos e as pessoas que de certa forma me apoiaram, entenderam minhas faltas durante esse período de estudos.

### **Mar português (Fernando Pessoa)**

Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosses nosso, ó mar! Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu.

### **Cem anos de solidão (Gabriel Garcia Marquez)**

Na juventude, José Arcádio e seus homens, com mulheres e crianças e animais e todo tipo de utensílios domésticos, atravessaram a serra *buscando uma saída para o mar*, e ao cabo de vinte e seis meses desistiram da aventura e fundaram Macondo para não ter que empreender o caminho de volta. Era, pois, um caminho que não lhe interessava, porque só podia conduzir ao passado.

### **Mar Morto (Jorge Amado)**

Judith soluça no quarto. O destino de todas elas. Os homens da beira do cais só têm uma estrada na sua vida: *a estrada do mar*. Por ela entram, que seu destino é esse. O mar é dono de todos eles. *Do mar vem toda a alegria e toda a tristeza porque o mar é mistério que nem os marinheiros mais velhos entendem*, que nem entendem aqueles antigos mestres de saveiro que não viajam mais, e, apenas, remendam velas e contam histórias. Quem já decifrou o mistério do mar? [...]

## RESUMO

O Patrimônio Cultural estrutura-se pela cultura de uma formação social, tanto no que tange à arquitetura, quanto às manifestações culturais, ao Espaço Urbano, aos modos de fazer, entre outros. É o lugar de encontros e de desencontros, de manifestação ideológica e política, em que a sombra colonizadora e burguesa insiste em pairar. Através da metáfora do mar, que constitui efeitos de movimento, de chegada e de partida, retornam memórias e discursos do “descobrimento”, da “colonização” e do “desenvolvimento” vemos o mar “que fala e silencia”. Por essa tomada de posição, propomos a análise do Espaço Urbano de São Francisco do Sul/SC e do Patrimônio Cultural que o constitui, como sendo o objeto discursivo desta tese. Para analisá-lo como artefato de leitura, buscamos responder à seguinte questão de pesquisa: Como o discurso que circula sobre o espaço urbano de São Francisco do Sul constitui efeitos de legitimação da cidade, sustentando-a como Patrimônio Cultural do Brasil? A Análise de Discurso francesa, cunhada por Michel Pêcheux, desenvolvida no Brasil Eni Orlandi, em relação com a história, a cultura e outros domínios do conhecimento sustentam nossas tomadas de posição, tendo em vista a produção do conhecimento a partir de sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente, mobilizando a língua na história, em atenção às demandas em torno das condições de produção e do Espaço Urbano em sua ordem e organização. As narratividades que significam/ressignificam a cidade se constituem a partir de redes de memória, pelas quais retornam dizeres e saberes que circularam antes em outros tempos e lugares e sinalizam para efeitos de colonização. O arquivo do qual resultam os recortes analíticos considera a história da cidade, a sua formação, enquanto espaço urbano, levando em conta o Conjunto Urbano e Paisagístico, os documentos diretores, as manifestações culturais, os lugares de memória. São Francisco do Sul foi tombada como Patrimônio Histórico em 1987 e, sendo patrimônio, ela segue diretrizes próprias do funcionamento de um centro histórico, priorizando a preservação tanto material quanto imaterial. No entanto, os sentidos em torno da cidade não são homogêneos e fechados, tendo em vista a tensão entre o que é demandado da preservação do patrimônio histórico e ambiental pela ideologia capitalista que busca o desenvolvimento econômico em detrimento do avanço das políticas sociais. Com isso, o discurso urbano em circulação constitui evidências de que os sujeitos e a cidade devem ser indissociáveis, formando um só corpo, apagando desse modo as diferenças e a luta de classes. O dispositivo teórico-metodológico mobilizado atende à questão de pesquisa, que orienta também os recortes analíticos, priorizando as condições de produção do discurso sobre a cidade e o Patrimônio Cultural no contexto mundial. O *corpus* de análise estrutura-se pelo Termo de Tombamento, pelo Plano Diretor da cidade, pelos lugares que “guardam as memórias” desse espaço, tais como igrejas, museus, memoriais, monumentos, placas, campanhas publicitárias, entre outros, que se caracterizam como discursos de/sobre a cidade. A filiação à teoria materialista do discurso direciona o gesto interpretativo sobre o Espaço Urbano e sobre o Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul, encaminhando para uma leitura que sempre pode ser outra, tomando como prioridade as práticas sociais e os sujeitos, que possibilitam a compreensão dos mecanismos de significação dos bens patrimoniais, ressignificando-os. Os efeitos de sentido de antagonismo e de coexistência entre a preservação/gestão do Patrimônio Cultural e as outras práticas socioeconômicas desenvolvidas no Espaço Urbano atravessam as análises e dão visibilidade à heterogeneidade desse discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** espaço urbano; patrimônio cultural; sujeito (s); memória; silenciamento.

## ABSTRACT

The Cultural Heritage is structured by the culture of a social formation, both in terms of architecture and cultural manifestations, urban space, ways of doing, among others. It is a place of matches and mismatches, of ideological and political manifestation, where the colonizing and bourgeois shadow insists on hovering. Through the sea metaphor, which constitutes effects of movement, arrival and departure, memories and discourses of "discovery", "colonization" and "development" return, we see the sea "that speaks and silences". Due to this position, we propose the analysis of the Urban Space of São Francisco do Sul/SC and the Cultural Heritage that constitutes it, as the discursive object of this thesis. To analyze it as a reading artifact, we sought to answer the following research question: How does the discourse that circulates about the urban space of São Francisco do Sul constitute effects of legitimizing the city, sustaining it as a Cultural Heritage of Brazil? The French Discourse Analysis, coined by Michel Pêcheux, developed in Brazil by Eni Orlandi, in relation to history culture and other fields of knowledge underpin our positions, considering the production of knowledge from subjects interpellated by ideology and traversed by the unconscious, mobilizing language in history, in attention to the demands around the conditions of production and the Urban Space in its order and organization. The narratives that signify/resignify the city are constituted from memory networks, through which sayings and knowledge that circulated before in other times and places return and signal colonization effects. The archive from which the analytical excerpts result considers the city's history, its formation, as an urban space, taking into account the Urban and Landscape Complex, the guiding documents, the cultural manifestations, the places of memory. São Francisco do Sul was listed as a Historical Heritage in 1987 and, being heritage, it follows its own guidelines for the functioning of a historic center, prioritizing the preservation of both material and immaterial aspects. However, the meanings around the city are not homogeneous and closed, considering the tension between what is demanded from the preservation of historical and environmental heritage by the capitalist ideology that seeks economic development to the detriment of the advancement of social policies. With this, the urban discourse in circulation constitutes evidence that the subjects and the city must be indistinguishable, forming a single body, thus erasing the differences and the class struggle. The theoretical-methodological device mobilized addresses the research question, which also guides the analytical excerpts, prioritizing the conditions of production of the discourse on the city and Cultural Heritage in the world context. The analysis corpus is structured by the Listing Term, the City Master Plan, the places that "keep the memories" of this space, such as churches, museums, memorials, monuments, plaques, advertising campaigns, among others, which are characterized as discourses of/about the city. The affiliation to the materialist theory of discourse directs the interpretive gesture on Urban Space and Cultural Heritage of São Francisco do Sul, leading to a reading that can always be another, taking as priority the social practices and the subjects, which allow the understanding of the mechanisms of signification of the patrimonial goods, resignifying them. The effects of meaning of antagonism and coexistence between the preservation/management of Cultural Heritage and the other socioeconomic practices developed in the Urban Space run through the analyses and give visibility to the heterogeneity of this discourse.

**KEYWORDS:** urban space; cultural heritage; subject(s); memory; silencing.

## PRÓLOGO: O ANALISTA COMO SUJEITO EM MOVIMENTO

Meu nome é Daiane, tenho 42 anos, sou mulher, mãe solo, funcionária pública, pesquisadora e lutadora, assim como a maioria das mulheres brasileiras. A posição-sujeito que ocupo hoje, dá visibilidade à fala de uma mulher que apesar das dificuldades continua acreditando nos sonhos. Sim, porque estar na posição de estudante e de pesquisadora em uma universidade federal é um sonho, um sonho que a Daiane adolescente não pode realizar.

Vale lembrar que nos anos 2000 não contávamos com a expansão da rede federal, com institutos federais e com universidades no interior dos estados brasileiros. Morava “ali” em Chapecó, Oeste de Santa Catarina, mas Florianópolis, Curitiba ou Porto Alegre eram muito distantes para quem não tinha condições financeiras para estudar fora. Assim, estudar na UFPR é um sonho que compartilho e reitero a importância desse sonho com todos no meu dia-a-dia.

Eu Daiane, sujeito-mulher, sou um sujeito em movimento, marcada por tomadas de posição e enfrentamentos demandados pelo doutorado, tendo em conta que é um período longo, já que quatro anos é muito tempo e a vida não para você estudar. O cotidiano e as experiências da vida afetam nosso percurso acadêmico e vice-versa. Somos assim, sujeitos em movimento. Assim como as águas do mar, das águas do “Mar que fala”, os sentidos mudam e nos tornamos outros em cada passo dado no movimento do viver.

Pela teoria a que me filio, compreendo os movimentos como processos discursivos, que ressignificam constantemente a vida e as práticas. Ressignificar consiste aqui, nesta tese, em pensar nas inúmeras possibilidades que o sujeito tem de significar seu mundo e o simbólico que permeia a construção desta tese para mim e para minha família.

E sobre a exterioridade e as condições de produção vou expor brevemente a trajetória da mulher plural, que às vezes aparece potente e outras frágil diante dos acontecimentos que fogem do controle no percurso que continua a seguir o curso sem paradas para escrevermos/vivermos a pesquisa. Afinal, potência e fragilidade são apenas sentidos que se constituem, dentre os tantos sentidos que o discurso pode engendrar, para sujeitos sempre divididos e incompletos.

Ingressei no Doutorado no período da Pandemia do Coronavírus, em março de 2021, durante um período de incertezas e de medo. Em um *movimento de acreditar*, acreditei no sonho de voltar a estudar e de me dedicar à pesquisa. Foi um longo período de aulas, eventos e grupo de pesquisa no formato online, sem conhecer a universidade e os colegas.

No final de 2022, retornei para o trabalho presencial, novamente em ambiente de incertezas e de medo, afinal nem todas as pessoas encontravam-se imunizadas e no ambiente escolar havia muita circulação e o risco de novas contaminações nos assombravam. O ambiente escolar também estava diferente e nos deparamos com situações que nunca havíamos experimentado, saber que queríamos que tudo voltasse ao normal, mas vendo que o antigo normal nunca mais seria o mesmo, pois o mundo mudou após a pandemia. *O movimento era de enfrentamento.*

Em 2022, experimentei o *movimento de partida*: minha filha mais velha foi morar em outro país, movimentando o arranjo familiar que conhecemos eu e as meninas. Foi um momento de felicidade e de vazio, experimentei a saudade - ela fazia falta todos os dias. Ainda em 2022, minha filha menor iniciou um tratamento hormonal de crescimento que nos levou a um *movimento materno* em que precisei enfrentar o desafio do retorno presencial das atividades, a confiança no tratamento médico e a observação do avanço do tratamento dela.

Retomei às atividades acadêmicas presenciais em 2022, minha primeira disciplina na UFPR, a primeira vez estudando em Curitiba, um *movimento único e novo*. Cursei uma disciplina com a Prof<sup>a</sup> Maria Cleci e participei de eventos na UFPR e na UNICENTRO. Desdobrei-me para atender à pequena e a viajar para outras cidades. A avó veio para São Francisco, contratamos uma babá e em uma das ocasiões ela foi para Curitiba comigo. Experimentei o novo e o inusitado.

Em um *movimento de aprendizado e ressignificações* apresentei trabalhos em eventos importantes como o SIMELP, o CELSUL, o SEAD e o SIIAD. Ainda neste movimento de aprendizado e de conhecimento em AD, foi preciso apropriar-me daquilo que está disposto no intradiscurso, que ressoam por memórias e por discursos que retornam e nos permitem ressignificar aquilo que entendemos como conhecimento (nosso discurso). Pretendo trilhar meu caminho de pesquisa dentro da teoria, partindo daquilo que já sabemos (já dito) para aquilo que construímos, o novo. Tenho os melhores pesquisadores para estar ao meu lado, orientadora, professores e colegas do grupo de pesquisa. O conhecimento se faz na troca de saberes, na interlocução entre os sujeitos do saber.

Realizei a viagem dos sonhos, fui visitar minha filha em Portugal, um *movimento de realização*. Conheci Lisboa, Porto, Sintra e Cascais, comi muito queijo e tomei muito vinho. Hospedei-me em Oeiras, uma cidade histórica e pude estabelecer relações com o meu objeto de estudo. Viajamos juntas para Roma, conhecendo um dos locais mais importantes da história da humanidade. O sujeito não é mais o mesmo depois de confrontar seus saberes, suas memórias.

Em um *movimento de esperança* elegemos um novo presidente, Lula voltou. Viva a democracia! Como foi angustiante passar a pandemia com um governo que não se preocupou com a vacinação, que propagou o ódio e atentou contra a democracia.

Entre o final de 2022 e início de 2023 minha filha decidiu voltar ao Brasil, experimentamos o *movimento de euforia e de espera*, afinal todas nós já não éramos mais as mesmas desde sua viagem: crescemos, aprendemos e nos aproximamos ainda mais.

Em 2023, em um *movimento de ousadia*, resolvi comprar uma casa em São Francisco e assumir a obra e todas as questões que envolvem uma mudança de espaço físico e também de paradigmas. Eu experimentei a potência da mulher no espaço da negociação bem como as limitações que às vezes nossa posição-sujeito nos impõe em um universo dominado por homens.

Também em 2023, em um *movimento de transição profissional*, comecei a me preparar para concursos para docente.

Em 2024, em um *movimento de consolidação*, pretendo qualificar e defender meu trabalho. Eu continuo ainda com as obras na casa e tentando equilibrar a ansiedade de terminar meu trabalho com a procrastinação. Voltei para a terapia, foi essencial.

Em *movimento de cuidado* fui solicitada a olhar para minha saúde, descobri uma lesão leve no colo do útero, me vi angustiada entre consultas, exames e tratamento, tentei equilibrar todos os sentimentos que vieram à tona.

Neste mesmo ano, procurei me dedicar à espiritualidade, em um *movimento de retorno*, retornei à minha casa de axé, me dedicando e cumprindo minhas obrigações no espaço que encontro acolhimento e carinho.

Estar em *movimento* requer a coragem de enfrentar os medos e não paralisar diante dos desafios. Tarefa nada fácil para uma mulher estudante e pesquisadora, que precisa se preocupar com o cuidado das filhas, com as tarefas diárias, com as contas a pagar e com o cuidar de si. Encontro ressonância em outras mulheres que passam pelas mesmas dificuldades, vejo todos os dias exemplos de luta e de superação.

## LISTA DE TEXTO- IMAGEM

Texto-Imagem 1- Mapa base da Baía da Babitonga utilizado na modelagem (Coppe/UFRJ, 2018)

Texto-Imagem 2- Baía da Babitonga (Mar sem fim, 2018)

Texto-Imagem 3- Placa de indicação (localizada na entrada da cidade)

Texto-Imagem 4- Estátua do índio Içá-Mirim, localizada na Praça do Bairro Acaraí

Texto-Imagem 5- Estátua do índio Içá-Mirim, Morro do Hospício

Texto-Imagem 6- Placa explicativa que acompanha Estátua do índio Içá-Mirim, Morro do Hospício

Texto-Imagem 7- Placa alusiva ao “descobrimento”

Texto-Imagem 8- Comunicado Prefeitura Municipal, para referenciar rua com nome do “descobridor” de São Francisco

Texto-Imagem 9- Painel informativo Museu Histórico Prefeito José Schmidt

Texto-Imagem 10- Placa estabelecimento comercial

Texto-Imagem 11- Foto de peça do Museu do Mar

Texto-Imagem 12- Postagem Prefeitura Municipal

Texto-Imagem 13- Placa comemorativa ao colonizadores

Texto-Imagem 14- Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça

Texto-Imagem 15- Postagem Portal São Chico

Texto-Imagem 17- Postagem Prefeitura Municipal

Texto-Imagem 18- Campanha publicitário temporada 2022/2023 nos banheiros sanitários das praias e balneários

Texto-Imagem 19- Campanha Arcelormittal Vega

Texto-Imagem 20- Lista de Patrimônios Mundiais

Texto-Imagem 21- Museu do Mar

Texto-Imagem 22- Sala de embarcações históricas

Texto-Imagem 23- Museu Municipal Museu Histórico Prefeito José Schmidt

Texto-Imagem 24- Quadro explicativo do Museu Histórico Prefeito José Schmidt

Texto-Imagem 25- Placa Museu de Arte Sacra de São Francisco do Sul

## LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1- Venturini (2009[2024, p.110])

Esquema 2- Paráfrases e sentidos do Patrimônio Cultural Decreto e Constituição-  
Autora

Esquema 3- Cronograma do Patrimônio Cultural- Autora

## LISTA DE SIGLAS

AD- Análise de Discurso

CP- Condições de produção

SD- Sequência discursiva

SDs- Sequências discursivas

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ONU- Organização das Nações Unidas

MEC- Ministério da Educação

ICOM- Conselho Internacional de Museus

UFPR- Universidade Federal do Paraná

LABEURB- Laboratório de Estudos Urbanos

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

UNICENTRO- Universidade Estadual do Centro Oeste

LABELL- Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários

PNPI- Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

INCR- Inventário Nacional de Referências Culturais

INDL- Inventário Nacional da Diversidade Linguística

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>UM MAR DE HISTÓRIA: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, ARQUIVO E MEMÓRIA.....</b>	<b>24</b>
2.1	A CIDADE NA PESQUISA E NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: TOMADAS DE POSIÇÃO.....	24
2.2	MUSEUS, MEMORIAIS, LUGARES DE GUARDA E PATRIMÔNIO CULTURAL: HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	35
2.3	A CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO E A METODOLOGIA: O PATRIMÔNIO CULTURAL EM QUESTÃO.....	45
2.4	DISCURSO, SUJEITO E HISTÓRIA: PATRIMÔNIO CULTURAL E COLONIZAÇÃO.....	52
<b>3</b>	<b>TERRA À VISTA: O DISCURSO INSTITUCIONALIZADO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL E O SUJEITO (S).....</b>	<b>86</b>
3.1	A CARTA DE ATENAS DE 1931 E A CARTA DE VENEZA DE 1954 - MARCOS INICIAIS DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	86
3.2	A CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL DE 1972 E CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE 2003 - OS NOVOS CAMINHOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	103
3.3	DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988- O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL.....	116
3.4	CARTA AO CIDADÃO DO IPHAN E A TENTATIVA DE ASSUJEITAMENTO DO SUJEITO-CIDADÃO.....	134

3.5	OS SENTIDOS NA LINHA DO TEMPO DA PATRIMÔNIO CULTURAL- FORMAÇÃO SOCIAL, PRÁTICAS SOCIAIS E SUJEITO (S).....	140
<b>4</b>	<b>MAR DE GENTE: MEMÓRIAS E IMAGINÁRIOS URBANOS E PATRIMONIAIS, SUBJETIVIDADES- NÃO SUBJETIVAS, APAGAMENTOS/SILENCIAMENTOS.....</b>	<b>146</b>
4.1	TOMBAMENTO DO CONJUNTO URBANO E PAISAGÍSTICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - CIDADE DOCUMENTO.....	146
4.2	LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	157
4.3	PLANO DIRETOR DE SÃO FRANCISCO DO SUL E O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019- E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	159
4.4	SUJEITO (S), MEMÓRIA E CULTURA: O POVO SAMBAQUIEIRO, INDÍGENA, QUILOMBOLA E CAIÇARA.....	173
4.5	ESPAÇOS URBANOS E DISCURSOS: MUSEU NACIONAL DO MAR, MUSEU MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ SCHMIDT E MUSEU DIOCESANO DE ARTE SACRA PADRE ANTÔNIO NÓBREGA DE SÃO FRANCISCO DO SUL.....	181
	<b>MAPA DE NAVEGAÇÃO, BÚSSOLAS, FARÓIS E ÂNCORAS: EFEITOS DE CONCLUSÃO.....</b>	<b>198</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>206</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A primeira parte da América alcançada pelos franceses foi o Brasil. Segundo a tradição transmitida oralmente desde o século XVI, e consignada por vários autores dos séculos XVII e XIX, Jean Cousin, de Dieppe, teria descoberto nosso país em 1488. Não existe, porém, nenhuma prova dessa viagem.

Se, o que é agora consenso, os franceses não precederam Cabral na descoberta do Brasil, pelo menos estiveram bem próximos de o fazer. Quatro após a chegada de Cabral, um navio normando chegou à costa sul de nosso país, e seu capitão deixou um relato de viagem do mais alto interesse para nossa história e para a dos descobrimentos em geral. É dessa viagem, rica em observações e fértil em desdobramentos históricos e culturais, que tratarei aqui. (Perrone-Moisés, 1992, p. 9)<sup>1</sup>

A tese se inscreve na área de *Estudos Linguísticos*, na linha de pesquisa de *Linguagem e Práticas Sociais e*, teoricamente, na *Análise de Discurso*. O fio condutor e temático é o Espaço Urbano. Esse fio constitui redes que envolvem o Patrimônio Cultural, o funcionamento discursivo do Conjunto Urbano e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. A teia que constitui a pesquisa significa-se como artefato de leitura que produz efeitos de sentidos heterogêneos e não lineares, considerando-se que São Francisco do Sul/SC - conhecida como “A cidade mais antiga de Santa Catarina” e a “A terceira cidade mais antiga do país” - embate-se entre as versões do “descobrimento”,<sup>2</sup> discutidas pelos historiadores e a versão mais conhecida na cidade, que é da chegada do navegador francês Binot Paulmier de Gonneville, em 1504.

As versões acerca da história da cidade de São Francisco do Sul/SC vêm ao encontro dos pressupostos defendidos pela Análise de Discurso, que dizem respeito ao discurso sempre em movimento, constituindo-se a partir de sujeitos, sempre interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente (Orlandi, 2004). A história da cidade, mesmo sendo documentada e com espaços que constituem efeitos de comprovação, não é consensual. Há interesses sociais, econômicos, culturais e ideológicos em jogo. São estas contradições e antagonismos que mobilizam o analista de discurso, que ‘pisa’ em terreno movediço e, assim, como Pêcheux - precursor da teoria - sujeito dos andaimes suspensos (Maldidier, 2003)

---

<sup>1</sup> Todas as epígrafes no início dos capítulos foram retiradas da obra *Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505*, de Leyla Perrone-Moisés, Companhia das Letras, 1992, desta forma ao referenciá-las usaremos apenas o número da página nas citações seguintes. Buscamos com essas epígrafes um efeito de continuidade, baseado na narratividade da “descoberta” de São Francisco do Sul, recortando trechos que mostram episódios da passagem dos franceses pela cidade.

<sup>2</sup> Usaremos “descobrimento” para se referir a colonização, entendemos que a designação *descoberto* não cobre os sentidos de colonização, principalmente ao que se refere às práticas sociais de exploração vivenciadas pelas populações americanas, africanas e indianas pelos povos europeus.

O Centro Histórico da cidade foi tombado como Patrimônio Cultural Brasileiro, em 1987, e se estrutura por mais de 400 imóveis tombados, contando com uma superintendência do Iphan- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - de São Francisco do Sul, assim como em toda cidade histórica. A principal justificativa para seu tombamento se dá pela representatividade histórica do patrimônio no desenvolvimento regional, ou seja, a representatividade não decorre de acontecimentos históricos ou de personagens isolados, mas de práticas sócio-históricas que constituem o discurso urbano ao longo do espaço/tempo.

O Guia Turístico da cidade de São Francisco do Sul indica que se trata de uma ilha, localizada no Litoral Norte do Estado de Santa Catarina, banhada pelo Oceano Atlântico, cercada por mais 24 ilhas, fazendo parte da Baía da Babitonga. A cidade é conhecida pelo seu Centro Histórico, pelas Praias, pela Região da Vila da Glória, pela Igreja Matriz, pelo Mercado Público, pelo Porto de São Francisco do Sul, pelas Cariocas, pelo Forte Marechal Luz, pela Ilha da Paz, pela Ilha da Rita, pelo Morro da Cruz, pelo Morro do Hospício, pelo Antigo Hospital Municipal, pelo Leprosário, pelos Sambaquis, pelo Cemitério do Casqueiro e pelo Parque Estadual do Acaraí. Ainda de acordo com o Guia Turístico Caminho dos Príncipes, desenvolvido pela Secretaria de Estado Turismo, Cultura e Esporte (2013), a cidade possui um rico ecossistema, que abarca diferentes formações paisagísticas, tais como Mata Atlântica, manguezais, dunas, lagoas, restingas.

Os principais museus da cidade são o Museu Nacional do Mar, o Museu Histórico de São Francisco do Sul e o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega de São Francisco do Sul e funcionam de acordo com o projeto que os organizam, muito provavelmente, cumprindo o que é determinado pelo poder público a partir do Plano Diretor e outros documentos.

O discurso *de/sobre* Espaço Urbano ancora-se na história como historicidade, faz sentido pelas memórias e pelos discursos que circulam sobre esse espaço, sobre as manifestações culturais e sobre o contraste existente entre as práticas de preservação ambiental, atividades turísticas e do desenvolvimento das atividades econômicas (portuárias). As razões para lançar um olhar discursivo sobre o Patrimônio Cultural Francisquense podem ser respondidas a partir de três pontos, que se complementam: o pretensamente pessoal, o acadêmico e o profissional. A perspectiva pessoal atende ao desejo de filiar-se e de produzir conhecimento sobre a cidade, que ilusoriamente é parte do que é entendido como 'realidade' e possibilita significar/ressignificar o espaço de vida e de trabalho. Esses são pontos que tocam o individual, entendendo que o sujeito na perspectiva discursiva sempre é social. No que tange ao ponto acadêmico, podemos dizer que estudar as relações entre linguagem, história e cultura, faz parte

de uma prática social e sinaliza para a complexidade do discurso e para suas relações com a formação social.

A perspectiva profissional indica o trabalho em uma instituição de ensino, em que um dos Eixos Tecnológicos de atuação é o *Turismo, Hospitalidade e Lazer*, o que faz com que uma pesquisa, inscrita nessa mesma temática se torne relevante, em seus aspectos gerais, para reconhecer as formações imaginárias e as redes de memórias que envolvem a narratividade local e regional, que pode vir a resultar em outras pesquisas acadêmicas na área, podendo, por exemplo, fomentar projetos de ensino, de pesquisa e de extensão que estabeleçam a relação discursiva entre Linguagem, Patrimônio Cultural e Turismo. Ou seja, que se estabeleçam relações entre horizonte de expectativa (Koselleck, 2006), o histórico e o cultural.

Para contemplar a perspectiva acadêmica, retomamos a pergunta inicial, que a motivou: *Por que lançar um olhar discursivo acerca do espaço urbano e do Patrimônio Cultural Franciscano?* O viés acadêmico ancora-se no imaginário da pertinência de analisar discursivamente os efeitos de sentidos que emergem do Espaço Urbano e do Patrimônio Cultural, possibilitando a relação discursiva entre Análise de Discurso e materialidades significantes nas condições de produção que envolvem os sujeitos, constituindo-se como parte da formação social. Essa pesquisa é, portanto, um campo promissor para a produção do conhecimento, pois instaura redes memoriais e discursivas entre os estudos do Espaço Urbano e de Museus, avançando nesse campo disciplinar, tendo em conta que se trata de uma disciplina de entremeio (Orlandi, 2020).

A questão de pesquisa respondida ao longo da tese foi: Como o discurso que circula sobre o Espaço Urbano de São Francisco do Sul constitui efeitos de legitimação da cidade, sustentando-a como Patrimônio Cultural do Brasil? Para responder a esta questão, elegemos como objetivo geral analisar o funcionamento dos discursos sobre o espaço urbano e sobre o patrimônio cultural, considerando as redes de memória na instauração de relações entre os espaços históricos e os lugares de memória (Venturini, 2009[2024]) no discurso urbano. Esse objetivo geral desdobra-se em objetivos específicos demandados pela questão proposta para a tese, que possui seis capítulos, incluindo a introdução (primeiro capítulo) e a conclusão (sexto capítulo). Nesses capítulos, realizamos o movimento pendular (Petri, 2013), indo da teoria para as análises, num movimento incessante e necessário, de problematizar as relações entre discursos e memórias (Glozman; Grandona; Haidar, 2014) em torno do objeto de pesquisa.

O segundo capítulo trata da produção do conhecimento e das pesquisas de/no Espaço Urbano e em Museus, deslizando para o estudo do Patrimônio Cultural. Este capítulo objetiva destacar a produção do conhecimento do espaço urbano e do patrimônio cultural; discutir a

relação da história, como historicidade, destacando o funcionamento do discurso *de*, como memória e o discurso *sobre*, como atualidade; problematizar o arquivo em torno do objeto discursivo da pesquisa; dar visibilidade ao dispositivo teórico-metodológico, mostrando os recortes realizados em torno do arquivo com vistas a responder a questão proposta, introduzindo o *corpus* de análise e os gestos de interpretação em torno do objeto analítico; construir a teia teórica, considerando o funcionamento das noções em rede e os deslocamentos realizados, tendo em vista que o objeto discursivo analisado demanda conhecimentos e saberes que vêm de outros domínios do conhecimento.

No terceiro capítulo, temos como objetivo dar visibilidade à institucionalização do patrimônio cultural, situando-o no espaço e no tempo, iniciando pela Carta de Atenas e passando pela convenção para a proteção do Patrimônio Cultural (1972), o Decreto Lei nº. 25, finalizando com a Carta ao Cidadão do Iphan; mobilizar nos documentos que normatizam a gestão do patrimônio cultural e a sua proteção, considerando o discursos *de* (interdiscurso) e o discurso *sobre* (intradiscurso); realizar movimentos analíticos em torno dos documentos em tela, priorizando as designações do patrimônio cultural e o lugar do sujeito na patrimonialização dos lugares de história e de memória no Espaço Urbano; sublinhar a importância das condições de produção na determinação e funcionamento desses espaços na cidade.

O quarto capítulo trata dos imaginários urbanos e patrimoniais e suas constituições discursivas. O objetivo deste capítulo é analisar documentos relacionados à gestão do patrimônio cultural e à organização da cidade, a fim de compreender a formação imaginária em funcionamento, nesses discursos, os sujeitos e suas relações com as formações discursivas. Objetivamos, também, trazer a lei orgânica para discutir os movimentos de sentidos do patrimônio cultural na legislação franciscana; colocar em suspenso o processo de Tombamento de São Francisco do Sul e o Plano Diretor, estabelecendo relações com o conceito de Formação Imaginária, posições sujeito, formações discursivas e formações ideológicas; entrelaçar a lei orgânica e o plano de lei do Projeto de Lei Complementar, no. 12, de 04 de dezembro de 2019, sinalizando para permanências, rupturas e deslocamentos. Objetivamos também estreitar as discussões sobre a relação entre o objeto e o sujeito (s) discutindo a formação do sujeito-franciscano, desde o sujeito-sambaqueiro até a designação do sujeito-cidadão, suas construções simbólicas e ideológicas. Identificar os mecanismos discursivos de apagamento, de silenciamento e de resistência de sujeitos despossuídos.

Nas considerações finais, construímos um efeito de conclusão, buscando atar os fios e dar visibilidade à tessitura/tecedura (Neckel, 2010) das redes de memórias e de discursos que retornam no discurso urbano realizadas durante o doutorado e antes dele, quando já víamos as

relações entre o Espaço Urbano, o Patrimônio Cultural e sujeito (s), especialmente, que há um “mar que fala e silencia” ao mesmo tempo.

## 2 UM MAR DE HISTÓRIA: PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, ARQUIVO E MEMÓRIA

Assim, no dia 05 de janeiro de 1504, depois de sete meses de viagem e seis de alto-mar, “descobriram uma grande terra”. Cabral levara menos de dois meses para chegar à costa brasileira. O uso da palavra *descobriram*, pelos declarantes normandos, indica que eles a imaginam desconhecida. Eles não sabiam, ou não queriam saber, que essa terra já fora descoberta pelos portugueses, em 1500, ou talvez mesmo antes, e que se chamava Terra de Santa Cruz. (p. 49)

Os Espaços Urbanos produzem efeitos de sentidos, no ir e vir dos sujeitos e na organização desses espaços, considerando o movimento que se dá em suas práticas dentro da formação social. Isso também acontece nos espaços tombados como Patrimônio Cultural, em que o funcionamento do imaginário reclama a história, ressoando no espaço urbano memórias e discursos de tempos pretéritos. Nesta perspectiva, os sujeitos significam/ressignificam seus artefatos culturais, construindo possíveis sentidos para eles nas práticas sociais.

Este segundo capítulo enfoca a Produção do Conhecimento e das pesquisas de/no Espaço Urbano e em Museus, deslizando para o estudo do Patrimônio Cultural. Os objetivos do capítulo são discutir a relação da história, como historicidade, na temática do Espaço Urbano, destacando o funcionamento do discurso *de*, como memória e o discurso *sobre*, como atualidade; problematizar o arquivo em torno do objeto discursivo da pesquisa; dar visibilidade ao dispositivo teórico-metodológico, mostrando os recortes realizados em torno do arquivo com vistas a responder a questão proposta, introduzindo o *corpus* de análise e os gestos de interpretação em torno do objeto analítico; construir uma teia teórica, considerando o funcionamento das noções em rede e os deslocamentos realizados, tendo em vista que o objeto discursivo analisado demanda conhecimentos e saberes que vêm de outros domínios do conhecimento.

### 2.1 A CIDADE NA PESQUISA E NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: TOMADAS DE POSIÇÃO

Nesta seção, do segundo capítulo, centramo-nos na Produção do Conhecimento a partir da cidade, que designamos de Espaço Urbano, colocando foco no Patrimônio Cultural. Temos que a Produção do Conhecimento é uma noção basilar para a Análise de Discurso, teoria a que nos filiamos. Esse campo disciplinar trata da língua na história, considerando práticas sociais e

a relação dos sujeitos com os processos de produção e reprodução do conhecimento. Como noção mobiliza saberes pelo ideológico, delimita as fronteiras *daquilo que escapa*, instaurando relações antagônicas entre o rigor acadêmico e os novos sentidos produzidos na/pela pesquisa (Pêcheux, 1989).

Antes de seguir nas discussões, repetimos a questão de pesquisa recortada para esta tese, qual seja, como o discurso que circula sobre o Espaço Urbano de São Francisco do Sul/SC constitui efeitos de legitimação da cidade, sustentando-a como Patrimônio Cultural do Brasil?

Para o desenvolvimento deste capítulo, trazemos dentre os autores: Michel Pêcheux, Michel de Certeau, Louis Althusser, Henri Lefebvre, Denise Maldidier, Eni Orlandi, Maria Cleci Venturini e Raquel Rolnik.

A relação entre a Produção de Conhecimento em Análise de Discurso com o estudo do Espaço Urbano, Museus e Patrimônio Cultural, diz respeito à interpretação, pois os sujeitos buscam saber como pela língua na história determinadas leituras e não outras, efeitos de sentido que se constituem no espaço/tempo. Há, nas cidades históricas, espaços que “guardam” memórias e ressignificam o passado, em função de um presente e de um futuro, destacando-se os museus, os memoriais, os monumentos, formando o Conjunto Urbano e Paisagístico de São Francisco do Sul. O conhecimento sobre as cidades históricas, especialmente de cidades como São Francisco do Sul, demandam que se retome o funcionamento do urbano e a história das cidades, seus marcos históricos, sua fundação e os períodos mais significativos. Quando a enfocamos, os discursos parecem se atrelar ao presente, sem deixar de lado o passado, tendo em vista que são construções sócio-históricas de discursos do passado.

Estes discursos retomam memórias de acontecimentos constitutivos da história, retornando discursos que circularam antes em outros tempos e lugares como pré-construídos (Pêcheux, 1975[2014a]). Nesse funcionamento, a historicidade tem um “quê” de discurso, cujos saberes dançam no tempo e no espaço, filiando-se a memórias que retornam e ancoram a formulação.

De acordo com Orlandi (1999), a cidade é um espaço simbólico, com sua materialidade e sentidos, que significa por gestos de interpretação, caracterizando o Espaço Urbano como um discurso ou “a ordem do discurso urbano”. Neste artigo, a autora analisa o Espaço Urbano e a relação com a quantidade, destacando os sentidos que a quantidade populacional interfere nas relações urbanas, entre o público e o privado, sugerindo que a privação de espaços potencializa a violência. Ela busca entender o real do discurso urbano, que contempla a *ordem* (simbólica) e a *organização* (imaginário) nesses discursos, em suma o funcionamento dos movimentos discursivos, constituindo efeitos de sentidos na cidade.

Em Orlandi (2004, p. 28) destacamos:

Em uma sociedade como a nossa, o sujeito urbano é o corpo em que o “capital” está investido. Num espaço (habitado) de memória, de subjetividades, a história se formula na noção de “eu” urbano. Esse sujeito, por sua vez, como está produzindo sentidos na cidade - textualizando sua relação com objetos simbólicos nesse particular urbano - vai produzir uma realidade que é estruturada de tal maneira que nos vai dar, enquanto analistas, uma imagem de texto, do acontecimento urbano, que é histórica e que se apresenta em seus vestígios. Este é nosso material de observação. Nosso contato com os sentidos da cidade. Na relação com esses espaços moventes, inter-identitários onde jogam incompletude e indistinção.

As práticas sociais do sujeito no Espaço Urbano deixam vestígios no espaço/tempo e produzem realidades passíveis de interpretação, essas práticas sociais- languageiras-, produzem e reproduzem sentidos *de/sobre* o Espaço Urbano.

As narratividades urbanas convocam o sujeito a interpretar a cidade, o mundo simbólico e imaginário que o cerca. Orlandi (2017) define *narratividade* como o funcionamento (textualização) da memória no discurso. Ou seja, o desdobramento da memória como tomada de posição do sujeito em seu narrar, que é intrinsecamente ideológica.

No Brasil, os estudos do Espaço Urbano conquistaram um lugar de destaque ao longo dos anos e o maior exemplo é o Laboratório de Estudos Urbanos (LABEUB)<sup>3</sup>, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que ampliou os olhares acerca do “Saber urbano e a Linguagem”, abriu espaço para o estudo de outros artefatos de leitura que derivam dos estudos do Espaço Urbano. Na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), o Laboratório de Estudos Linguísticos e Literários (LABELL), através de projetos e pesquisadores desenvolvem pesquisas sobre Espaço Urbano, Museus e Patrimônio Cultural, contribuindo com a rede de pesquisas nesta temática.

O nosso objetivo, nesta seção, é compreender a relação entre objetos patrimoniais no Espaço Urbano, em museus e monumentos, construindo o que se entende por Patrimônio Cultural, instaurando um caminho teórico dentro da Análise de Discurso. Lançamos essa afirmação como uma micro tese, dentro da extensão da tese. Afinal, os saberes sobre Espaço Urbano e Patrimônio Cultural produzem/reproduzem conhecimento pelo seu valor simbólico, pela tensão de sentidos que estabelecem no seio das formações discursivas.

Trazemos para a discussão as palavras de Venturini (2009[2024, p. 47])<sup>4</sup>:

<sup>3</sup> Ver texto de Eduardo Guimarães, **História de uma Área de Conhecimento: Saber Urbano e Linguagem**, na obra *Cidade, Linguagem e Tecnologia: 20 Anos de História*, LABEUB/UNICAMP, 2013.

<sup>4</sup> A obra **O imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração**, de Maria Cleci Venturini, 2009 [2024], aborda como a memória discursiva de Erico Verissimo movimenta os sentidos no Museu e no Espaço Urbano de Cruz Alta/RS. Salientamos que a obra inaugurou as pesquisas em Museus na Análise do Discurso no Brasil, no

A cidade apresenta-se, ao mesmo tempo, como um objeto saturado, no qual tudo está dito, mas também como página em branco, a ser escrita, preenchida, lida/interpretada/compreendida pelos sujeitos/cidadãos que vivem nela e também pelos que a visitam, os quais, num movimento dialético, significam-na e são por ela significados como o lugar do diferente no mesmo, da contradição que constitui e dá vida ao sujeito/objeto do discurso.

Orlandi (1999; 2004) e Venturini (2009[2024]) colocam a cidade como objeto emergente e os sujeitos-analistas como sujeitos dispostos à gestos de interpretação deste objeto, com diferentes recortes e aproximações. Aborda a cidade em seus diferentes funcionamentos, entendendo que a própria cidade se constitui como sujeito, embora todos os movimentos de sentidos entre objeto e sujeito sejam analisados: o flagrante urbano, a desorganização, a sociedade e os espaços públicos, os bolsões, etc.

A cidade, em Venturini (2009[2024]), constitui-se como um espaço de rememoração/comemoração em que Erico Verissimo constitui a história da cidade e se confunde com ela. Pelos funcionamentos da memória, os efeitos de sentidos são retomados e ressignificados, tendo em conta as práticas de constante comemoração, que sustenta os sentidos e irrompe no eixo da formulação, preenchendo furos. Trata-se do discurso *de* – chamado de rememoração, como funcionamento da memória, o que é inacessível ao sujeito, mas ressoa no eixo da formulação. De acordo com Rolnik (1994), a cidade abarca as experiências humanas, constituindo-se como a materialização da história.

O sujeito interpreta a cidade e é por ela interpretado (Orlandi, 2020) num movimento em que interpretação e ideologia se relacionam, primeiro, pelos deslocamentos no eixo da formulação, dentro de formações discursivas; segundo porque a interpretação é constitutiva dos sujeitos e, conforme Pêcheux (1975[2014a]) não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. No Espaço Urbano, ele é solicitado a interpretar a cidade para vivenciar a sua *ordem* e a sua *organização*. Para isso, realiza *gestos de leitura* e *gestos de interpretação*. Contribuindo para que, as *narratividades urbanas* se tornam *corpus* nas condições de produção do discurso.

Certeau (2014) traz a discussão de uma *racionalidade urbanística*, que ao seu ver inauguram a transformação do *fato urbanístico* em conceito de *cidade*. Nesta *racionalidade urbanística* funciona em uma tríplice operação que a transforma a cidade em um *espaço próprio, sincrônico* e a criação de um *sujeito universal*, que é a *própria cidade*. A *Cidade* é um todo racional, movida por estratégias socioeconômicas e políticas. O autor conclui:

---

qual o Museu se constitui como espaço de memória, que a narrativa museológica, baseada no interdiscurso retoma em forma de memórias os sentidos de outros tempos e espaços, ressignificando os sentidos dos discursos do presente.

Hoje, sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, legível, sem tomadas apreensíveis, sem tradicional- impossível de gerir. (Certeau, 2014, p. 161)

A sociedade urbana (a evolução da cidade após o fenômeno da industrialização) é um *objeto virtual*, que se enuncia, sendo um *objeto possível*, que teremos que mostrar de acordo com sua criação e desenvolvimento, uma *práxis*. (Lefebvre, 2019, p.19). O autor pontua: “O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre os quais o urbano se funda: uma prática social em marcha, a prática urbana em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opõem”. (ibem, 2019, p. 33)

As práticas sociais dos sujeitos, efetivadas nas/pelas práticas discursivas e culturais, constituem-se em narrativas urbanas em cidades históricas, nelas encontramos o confronto do velho (bens patrimoniais preservados) e o novo (as novas construções das cidades), traduzindo-se em gestos de sentidos que apontam para a conservação conjuntos urbanísticos, que na maioria das vezes retornam a uma memória colonizadora ou burguesa, no contraponto com a expansão urbana impulsionada pelas atividades socioeconômicas da atualidade.

A cidade de São Francisco do Sul, tem seu Centro Histórico da cidade tombado como Patrimônio Cultural Brasileiro, desde 1987 e sua estrutura é composta por mais de 400 imóveis tombados, supervisionados por uma superintendência do IPHAN- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - de São Francisco do Sul, assim como em toda cidade histórica. A principal justificativa para seu tombamento foi sua representatividade histórica no desenvolvimento regional, entendendo que a representatividade não decorre de fatos históricos ou de personagens isolados, mas de práticas sócio-históricas que constituem o discurso urbano em um longo espaço de tempo.

São Francisco do Sul é uma ilha, localizada no Litoral Norte do Estado de Santa Catarina, banhada pela Baía da Babitonga e cercada por mais de 24 ilhas. É conhecida pelo seu Centro Histórico, pelas Praias, pela Região da Vila da Glória, pela Igreja Matriz, pelo Mercado Público, pelo Porto de São Francisco do Sul, pelas Cariocas, pelo Forte Marechal Luz, pela Ilha da Paz, pela Ilha da Rita, pelo Morro da Cruz, pelo Morro do Hospício, pelo Antigo Hospital Municipal, pelo Leprosário, pelos Sambaquis, pelo Cemitério do Casqueiro e pelo Parque Estadual do Acaraí. Apresenta atrativos turísticos, culturais, naturais, comerciais e históricos que sobre ela movimentam (significam e ressignificam) discursos dos quais faremos alguns



## TEXTO IMAGEM 2 - Baía da Babitonga



Fonte: Mar sem fim<sup>6</sup> (2018).

No texto-imagem 2, temos a vista da Baía da Babitonga (sentido mar- costa) e sua arquitetura, com os casarões no estilo colonial, mostrando o desenho de uma cidade histórica.

O imaginário em torno de São Francisco do Sul como “Patrimônio Nacional” se esvazia, quando observa-se a tensão das práticas sociais (atividades econômicas, culturais, educacionais, religiosas, etc.) e os “discursos patrimoniais”. Este mesmo esvaziamento acontece em relação às questões ambientais e turísticas, em que o Patrimônio Cultural (Patrimônio Nacional) instaura um imaginário de sucesso que se coloca frente às contradições urbanas decorrentes das atividades socioeconômicas.

Formação imaginária é uma noção desenvolvida por Pêcheux ([1969], 2019, p. 35), considerando as projeções que o sujeito-locutor faz em relação ao seu interlocutor, prevendo “em tempo hábil”, onde o ouvinte o “espera”. Essa antecipação do que o outro vai pensar é constitutiva de qualquer discurso, através de variações que são definidas ao mesmo tempo pelo campo dos possíveis [...]”. Pêcheux (idem, p. 39) diz que os lugares são representados

---

<sup>6</sup> Texto- Imagem 2, **Mar sem fim**, Jornal Estadão, 2018. Disponível em: [Baía da Babitonga, porto ameaça santuário de golfinhos - Mar Sem Fim](#). Acesso em: 01 março de 2024.

[...] nos processos discursivos que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar *como feixe de traços* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (grifos do autor).

O fundador da teoria discursiva destaca, desse modo que as formações sociais possuem ‘mecanismos de projeção e regras de projeção’, sinalizando para as situações e as posições dos sujeitos em cada situação e isso, em nossa tese, significa que as instituições urbanas (governamentais, de conservação, associações, grupos culturais e outros) de São Francisco do Sul não isentas de inscrições ideológicas.

Desse modo, o tombamento do Conjunto Urbano e Paisagístico da cidade, atende às projeções imaginárias (da colonização, da preservação do Centro Histórico, do desenvolvimento das atividades portuárias, etc.), buscando a aderência dos sujeitos que se interessam pela história, pela preservação e pela memória. Neste ponto, retomamos a metáfora do mar, que nomeia esta tese, ‘Um lugar que fala (e silencia)...’. Colocamos em uma relação metafórica o mar e a cidade, entendendo que a partir do mar que a cerca, ela se dá a ver, fala e silencia a si mesma, da sua formação, da sua história, do seu povo. Em Pêcheux (2019, p. 52) o efeito metafórico acontece quando estruturas do mesmo contexto (discursos) podem trocar de sentido entre si em função de um contexto dado.

O mar que fala é aquele amado por muitos e temido por outros. Sinônimo de força, de natureza, de vastidão. O mar dos poetas e dos artistas, o mar desconhecido. O mar para eu lírico do poema de Pessoa, era um mar salgado com as lágrimas de quem partiu e não voltou. O mar salgado com saudade e com as lágrimas das mães, esposas e dos filhos dos navegadores portugueses que se lançavam ao mar rumo a terras desconhecidas. Para a família de José Arcadio, o mar representava a esperança, o lugar prometido e também se tornou o lugar onde nunca chegaram, pois formaram Macondo<sup>7</sup> no meio do caminho. O mar para os saveiros era estrada, alegria e tristeza, vida e morte. O mar e suas diferentes interpretações simbólicas, o mar que fala (e silencia) nas entrelinhas desta pesquisa.

O mar fala (e silencia) porque conta a história da “colonização”, do “desenvolvimento”, das ressalvas deste próprio desenvolvimento e dos apagamentos, dos silenciamentos que integram os discursos e a história (historicidade) de São Francisco do Sul, no qual se atravessam

---

<sup>7</sup> Macondo é a cidade fictícia fundada por José Arcadio Buendía, fruto da imaginação de Gabriel Garcia Marquez em sua obra prima Cem Anos de Solidão.

objeto e sujeitos. Sujeitos que fazem a história e também fazem parte dela, sujeitos sociais, políticos e ideológicos.

O mar fala (e silencia) da colonização porque foi através dele que aconteceu o “descobrimento” do nosso território, por um erro de cálculo, tempestades ou não, uma nau francesa aportou em nossas terras. A partir desse fato histórico passamos a fazer parte do mapa europeu, nosso povo ficou conhecido e nosso território deixou de ser terra dos Carijós para ser “descoberta” francesa, espanhola e portuguesa. O mar fala (e silencia) por aqui passaram muitas famílias, desde o “descobrimento” sujeitos descansaram, conviveram e firmaram residência em nossas terras, este mar serviu de ponto de chegada, de partida e passagem. Por aqui começou o “desenvolvimento” da região meridional e os sonhos de chegar no Rio do Prata.

O mar fala (e silencia) e conta a história dos carijós que foram designados como etnia pacífica e acolhedora, dos quais os franceses contaram uma história cheia de misticismo. O mar conta a história de um povo e uma língua que nomeou muitos dos espaços geográficos do nosso território- Baía da Babitonga- Babitonga<sup>8</sup> significa “coisa vermelha”. O mar fala dos povos antigos, os sambaqueiros, que aqui habitavam e sua cultura requer estudos, divulgação e preservação.

O mar fala (e silencia) sobre os espanhóis e depois sobre os portugueses e suas tentativas de colonizar nosso território, que marcaram nosso espaço com os desenhos da arquitetura colonial (portuguesa principalmente), construíram igrejas - a principal a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, praças, pelourinho, casas e instauraram o modo de viver (trabalhar, comer, morar) do povo europeu.

O mar fala (e silencia) pela preservação das suas águas, das espécies - algumas excepcionais, como as toninhas. Ele clama pelo controle das atividades portuárias, principalmente pela ampliação de terminais e instalação de novos portos.

O mar fala (e silencia) sobre os habitantes desta cidade e de suas atividades, das atividades primárias: pesca e outras atividades ligadas ao mar e à agricultura. Hoje ele fala (e silencia) das atividades portuárias, das transações econômicas, das atividades ligadas ao transporte de cargas, logística, abastecimento, carga e descarga, etc. O mar fala (e silencia) da prestação de serviços, das inúmeras atividades que uma cidade portuária desempenha. Ele

---

<sup>8</sup> Dicionário Tupi Guarani Ilustrado: Definição de Babitonga: Vapor Babitonga foi o primeiro meio de transporte marítimo de passageiros e cargas de São Francisco do Sul a Joinville, entrou em operação em 1878, e durante anos foi um importante meio de transporte entre estas localidades. Baía do litoral do sul de SC, entre a Ilha de São Francisco e o continente. Do tupi guarani mbaé – coisa; pitanga (bitonga) – vermelho; coisa vermelha. Disponível em: [Babitonga - Dicionário Ilustrado Tupi Guarani Dicionário Ilustrado Tupi Guarani](http://dicionariotupiguarani.com.br) ([dicionariotupiguarani.com.br](http://dicionariotupiguarani.com.br)). Acesso em: 29 fev. 2024.

também fala (e silencia) sobre a desigualdade social, do serviço braçal, da falta de infraestrutura na cidade, das filas intermináveis no trânsito, da dificuldade de transporte para Joinville, da habitação que cresce desordenada e do número de habitantes cada vez mais crescente.

O mar fala (e silencia) sobre a preservação do Patrimônio Cultural, dos bens patrimoniais, mas também alerta para a preservação dos bens imateriais, da cultura dos povos que vivem e viviam aqui, das suas tradições, costumes, festas e modos de fazer. O mar fala (e silencia) a preservação da cultura afrodescendente, pois assim como os outros povos (sambaqueiros, caiçaras, indígenas e outros) marcaram nossa história, história apagada/silenciada. O mar fala (e silencia) também sobre os povos originários, os guaranis, que habitam (resistem) no município. O mar fala (e silencia) sobre o sujeito caiçara, que se constitui entre o sujeito-originário e sujeito-cidadão.

O mar fala (e silencia) sobre as festas, das comemorações do povo, das festas religiosas e do folclore. Ele fala, canta e dança na Festilha, no Carnaval, na Feira do Livro, no Festival de Dança, na Dança do Vilão, do Pau de Fita e do Boi de Mamão. O mar fala (e silencia) sobre a procissão de fé na festa da Nossa Senhora da Graça. O mar fala (e silencia) nas rodas de samba. O mar fala (e silencia) nos pratos tradicionais, no preparo da Cambira, dos frutos do mar em geral e do famoso pirão com linguiça.

O mar fala (e silencia) sobre as atividades esportivas, que como o surfe, movimentam a cidade com seus campeonatos. O mar fala (e silencia) sobre as Bandeiras Azuis, que certificam nossas praias, divulgando a qualidade de suas águas.

O mar fala (e silencia) sobre a história e sobre a memória, pelo Museu Nacional do Mar, que por hora encontra-se fechado, mas caracteriza o Centro Histórico. Ele fala (e silencia) e se desdobra em narratividades no Museu Histórico Municipal Prefeito José Schmidt e Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega.

O mar fala (e silencia) da luta de classes, da desigualdade social, da instalação e crescimento de grandes empresas e da falta de políticas sociais para atender toda a população. Ele fala (e silencia) da diferença social dos que têm muito e os que têm pouco, e da fragilidade social que grande parte da população enfrenta.

O mar fala (e silencia) neste trabalho, através da pesquisa, do arquivo e dos recortes, através dos atravessamentos do sujeito-pesquisador, na relação com o objeto e nas relações simbólicas e ideológicas que se estabelecem.

Neste sentido, o mar fala (e silencia) as tensões entre as atividades econômicas (portuárias, industriais, de logística e transporte e outras) as demandas da preservação históricas-culturais e ambientais. O simbólico que atravessa as narratividades urbanas,

patrimoniais ressoam como *alegorias* em relação ao objeto. Cabe questionar, portanto, as relações entre o sujeito (s) e o mar, e como as práticas sociais que denunciam a reprodução da ideologia da classe dominante em um sistema capitalista neoliberal?

## 2.2 MUSEUS, MEMORIAIS, LUGARES DE GUARDA E PATRIMÔNIO CULTURAL: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Os Centros Históricos (Conjuntos Urbanos e Paisagísticos), parte das consideradas cidades históricas, os Museus, os memoriais e os lugares de guarda (igrejas, praças, casas, cariocas, entre outras) são considerados como Patrimônio Cultural. De acordo com Chagas (2017, p. 217) o Patrimônio Cultural se constitui “pela presença ou pela ausência, pela preservação ou pela destruição”. O mesmo autor assevera que “o patrimônio cultural - corpo portal imaginário – é atravessado por múltiplas linhas de força e poder, por tradições, contradições, conflitos e resistências; nada nele é natural – mesmo se chamado de natural – tudo é mediação cultural” (Chagas, 2017, p. 217). Já Araripe (2004) o Patrimônio Cultural abarca a memória de grupos, permeados pela força simbólica, significando as cidades e o que as constitui como tal. A análise do Patrimônio Cultural encaminha para Museus, memoriais e lugares de guarda como lugares propícios para ser um observatório da formação social, tendo em conta a história e a memória desses espaços.

Segundo, Certeau e Giard<sup>9</sup> (2021, p.189-193) a restauração e preservação dos patrimônios é uma prática contraditória, pois “esse passado tem ares de imaginário” . O patrimônio reabilita os “interesses nacionais” e obedece a uma ideologia “conservadora”, fruto de uma economia protecionista que sempre se reforça em período de recessão, mais uma prática mercantil de cuidar dos “espíritos” antigos para garantir os interesses dos “ministros” ou da “pátria”.

TEXTO-IMAGEM 3- Placa de indicação (localizada na entrada da cidade)

---

<sup>9</sup> Certeau e Giard, no Capítulo VIII, Os fantasmas da cidade, na obra *A invenção do Cotidiano: Morar e cozinhar*, trazem uma crítica preservação do patrimônio nas cidades, sendo que o patrimônio é considerado um “fantasma”, um “espírito” que ronda o urbanismo, ele serve para atender as necessidades de cultivar os “tesouros”, os bens nacionais e os valores da “pátria” e de seus “ministros”. Esses caracteres “organizam em torno de si o romance da cidade”. Tal reflexão dos autores nos acompanhará no capítulo em tratamos das subjetividades não-subjetivas e das manifestações culturais e do silenciamento/apagamento.



Fonte: Arquivo da autora (2023)

No texto-imagem 3, observamos a placa de indicação, que se encontra próxima ao Canal do Linguado, que indica a existência de “Patrimônio Nacional” naquela localidade, logo para ser designado como “Patrimônio Nacional” uma cidade ou Centro Histórico (Conjunto Urbano e Paisagístico), monumento, sítio, entre outros presume-se que tal bem patrimonial tenha passado por um processo de tombamento, encaminha para uma memória e um imaginário urbano e de patrimônio, para discursos “já-ditos”.

Os discursos, imaginários e memórias *de/sobre* Patrimônio Cultural se organizam e se validam a partir do discurso institucionalizado sobre Patrimônio Cultural no Brasil. Para

constar, de acordo com o Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, o conceito se restringia aos bens históricos e artísticos, e patrimônio significava apenas “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação fosse de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Com o Artigo 216, da Constituição da República Federativa do Brasil- 1988, conceitua-se o Patrimônio Cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. A Constituição garantiu o alargamento dos sentidos do Patrimônio Cultural em referência à 1937. Com a nova definição, o conceito de Patrimônio Cultural foi ampliado e se tornou mais subjetivo, abrangendo a classificação das diversas manifestações culturais, bens patrimoniais culturais brasileiros e patrimônio imaterial.

Segundo o portal do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:<sup>10</sup>

Nessa redefinição promovida pela Constituição, estão as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Iphan é uma autarquia federal, atualmente vinculada ao Ministério do Turismo, criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, que responde pela conservação do patrimônio cultural nacional, vinculado ao Ministério do Turismo, designado para proteger e promover os bens culturais para o aproveitamento das gerações atuais e das futuras. De acordo com o portal do Iphan (2020):

O Iphan zela pelo cumprimento dos marcos legais, efetivando a gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro e dos bens reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade. Pioneiro na preservação do patrimônio na América Latina, o Instituto possui um vasto conhecimento acumulado ao longo de décadas e tornou-se referência para instituições assemelhadas de países de passado colonial, mantendo ativa cooperação internacional.

Como uma autarquia federal, o Iphan tem um sistema de gestão própria, uma Presidência e cinco departamentos: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento e Projetos Especiais

---

<sup>10</sup> O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- Iphan é uma autarquia federal, responsável pela gestão do Patrimônio Cultural do Brasil, atualmente retornou à pasta do Ministério da Cultura e será dirigido por Leandro Grass. Maiores detalhes sobre o papel do Iphan destacados no capítulo 3, no qual iremos tratar do discurso institucionalizado sobre Patrimônio Cultural.

(DPE), Departamento de Planejamento e Administração (DPA) e Departamento de Cooperação e Fomento (Decof). O Iphan possui 27 Superintendências, 28 Escritórios Técnicos e outras cinco Unidades Especiais, as Superintendências são estruturas estaduais e os Escritórios Técnicos se localizam nas cidades históricas. Em Santa Catarina temos três Escritórios Técnicos, em Blumenau, Laguna e São Francisco do Sul.

O Iphan em parceria com os governos estaduais e municipais desenvolvem ações para a identificação, produção e difusão do Patrimônio Cultural brasileiro. A Visão do Iphan caracteriza-se como:

Ser instituição coordenadora da Política e do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do Patrimônio Cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de Estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade. (Carta ao Cidadão, 2014, p. 8)

A gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro acontece de acordo com as especificidades de cada grupo de bens: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Mundial.

O Patrimônio Material é o conjunto de bens culturais de natureza mais tangível, são catalogados de acordo com o Livro de Tombos, que os divide em quatro formas de registro: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. De acordo com a Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018, Parágrafo Único, entende-se por Patrimônio Material “o universo de bens tangíveis, móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Segundo a classificação dos bens materiais arquivados, os bens arqueológicos, paisagísticos e etnográfico, são bens com valor pré-histórico ou histórico, lugares que representem valor pelo seu conjunto natural e ou pelas edificações construídas pelo homem e bens materiais que caracterizam determinado grupo social, povo ou etnia. Já os bens materiais de natureza histórica, são os bens móveis e imóveis que caracterizam fatos memoráveis a respeito da história do Brasil, como espaços urbanos ou rurais, artefatos que caracterizem a história do país. Os bens de valor artístico, por sua vez, registrados no livro de Belas-artes, são bens que ultrapassam o sentido decorativo, que simbolizam uma beleza natural e ou arte no sentido de fruição. Os bens de valor artístico, registrados no livro de artes aplicadas, tem um valor utilitário, são objetos, peças, construções utilitárias com alguma finalidade específica, podendo ser parte de um conjunto arquitetônico.

Em referência aos bens culturais materiais, podemos denominar Conjunto Urbano como um espaço, geralmente uma cidade histórica, que caracteriza um bem material em maior proporção, tomada no seu conjunto. Atualmente, temos no Brasil 88 Conjuntos Urbanos tombados, 13 na Região Sul e três em Santa Catarina (Laguna, Itaiópolis e São Francisco do Sul). Em Santa Catarina, além dos conjuntos arquitetônicos, são cerca de 123 bens avaliados, sendo que 103 (tombamentos aprovados, tombamentos provisórios e tombamentos emergenciais) já foram tombados.

Ainda no contexto de classificação dos bens de natureza material, temos os bens arqueológicos, Ferroviário e as Fortalezas e Fortes. Os bens arqueológicos são bens materiais que representam a cultura dos povos brasileiros antigos, os locais onde eles são encontrados são chamados de Sítios Arqueológicos. Estes bens são monitorados pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA). De acordo com o Iphan, em Santa Catarina, até 2014, foram catalogados 1471 sítios arqueológicos. No estado, o local mais importante tratando-se de Patrimônio Arqueológico é o Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche e a Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr. O Patrimônio Ferroviário corresponde aos bens de natureza material do tipo ferroviário, geridos pelo Iphan a partir da Lei 11.483, de 31 de maio de 2007. A preservação dos bens ferroviários é de responsabilidade das superintendências de cada estado. As Fortificações são edificações militares, classificadas em relação ao tamanho: Fortalezas (maiores) e Fortes (menores). São centenas no Brasil, em Santa Catarina localiza-se duas importantes Fortalezas, Fortaleza de Santa Cruz de Anhantomirim e Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés.

O Patrimônio Imaterial, por sua vez, é considerado o conjunto de bens natureza imaterial, ou seja, os bens culturais que correspondem a vida social dos brasileiros. Segundo o site do Iphan, “se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”. Como havíamos comentado anteriormente, a abrangência do conceito de Patrimônio Cultural, incluindo o conceito de Patrimônio Imaterial, só ocorreu após a Constituição de 1988.

Para o maior entendimento da dimensão e definição acerca do Patrimônio Imaterial, vários mecanismos serviram de base, por exemplo: Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). O

Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro de 2010, institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), uma das áreas abordadas no estudo do Patrimônio Imaterial.

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, o Patrimônio Imaterial se define como:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Ainda de acordo com a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, o Patrimônio Imaterial se divide nos diversos campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais.

Para fins de registro dos bens do Patrimônio Imaterial são utilizados quatro livros: Livro de Registro de Saberes, Livro de Registro de Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro de Lugares. Os bens imateriais registrados em Santa Catarina são: Ofício das Baianas de Acarajé (Livro de Registro dos Saberes, 14/01/2005, abrangência nacional); Roda de Capoeira (Livro de Registro das Formas de Expressão, 21/10/2008, abrangência nacional); Ofício dos Mestres de Capoeira (Livro de Registro dos Saberes, 21/10/2008, abrangência nacional); Procissão do Senhor dos Passos de Santa Catarina (Livro de Registro das Celebrações, 20/09/2018, abrangência local). Os bens imateriais que aguardam registro são: Modo de Saber Fazer do Queijo Artesanal Serrano de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Livro de Registro dos Saberes, abrangência regional); Saberes e Práticas das Parteyras Tradicionais do Brasil (Livro de Registro dos Saberes, abrangência nacional).

Retomando ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC, faz parte do Patrimônio Cultural Brasileiro pelas suas características históricas, ou seja, pela sua representatividade para o contexto histórico e social do Brasil. Estas conceitualizações são nosso ponto de partida, o que já foi dito e institucionalizado sobre o Patrimônio Cultural até o momento, a legislação brasileira que trata do tema. Podemos adiantar que há, em funcionamento, uma posição-sujeito institucional que estabiliza os conceitos sobre Patrimônio Cultural no corpo social brasileiro.

As pesquisas na perspectiva discursiva acerca do Patrimônio Cultural derivam dos estudos dos Espaços Urbanos e dos Museus, neste caso faz sentido investirmos neste deslocamento teórico pelo viés da história e da cultura.

Partimos de Venturini ([2009] 2024) para definir Museus na perspectiva discursiva: o Museu, que Venturini (2009[2024]) define como um espaço de memória, em que a memória institucionalizada regulariza os sentidos do objeto/sujeito *rememorado/comemorado*. O Museu estudado em Venturini (2009[2024]), é o Museu Erico Verissimo, localizado em Cruz Alta/RS e, discursivamente representa um espaço em que os discursos sobre Erico Verissimo estão centrados em uma narratividade discursiva, organizados por memórias que emergem e ressignificam e aproximam/distanciam - o autor Erico Verissimo e a cidade. Assim, no Museu e no Espaço Urbano memória e discurso se atravessam e se interligam em uma rede de sentidos.

Segundo Venturini (2009[2024, p. 200]), o Museu<sup>11</sup> “afigura-se como a representação do lugar de memória e possui um duplo papel: busca impedir o esquecimento de antigas tradições ao funcionar como agente de mudança e transformação pela preservação das tradições”. Os saberes do Museu sustentam os outros dizeres que circulam na cidade e, como instituição, nesse espaço há um sujeito autorizado a falar de/sobre Erico Verissimo, juntamente com os funcionários, tendo essa prerrogativa de um lugar que lhes concede legitimidade para estabelecer a relação metafórica entre o escritor e a cidade. De acordo com Venturini (2009[2024, p.212]), “ O museu funciona como lugar que sustenta o lugar de memória e tem a função de recolher, transcrever e organizar os traços de identificação comuns a nomes ou eventos rememorados/comemorados”.

Do ponto de vista teórico, esses dois conceitos são produtivos no estudo de Venturini (2009[2024]) para o desenvolvimento das pesquisas que envolvem museus e patrimônios e, também, aqueles discursos que tratam do funcionamento da memória. A *rememoração – discurso de* – e a *comemoração – discurso sobre* estruturam o discurso nos eixos horizontal e no eixo vertical no que diz respeito às seleções e às relações. O primeiro estrutura-se por já-ditos, que se repetem e sustentam o dizer, sendo da ordem do mais inconsciente por não ser acessível ao sujeito e por retornar a partir de tomadas de posição, decorrentes da inscrição do

---

<sup>11</sup> Em 24 de agosto de 2022, em Praga, o Conselho Internacional de Museus- ICOM, apresentou a nova definição de Museus: “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos”. Tivemos acesso às discussões sobre o assunto através do ciclo de palestras “Museus, língua e preservação” organizado pelo Centro de Referência do Museu da Língua Portuguesa. A palestra ficou disponível em: [Museus de língua à luz da Nova Definição de Museus \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...)

sujeito em formações discursivas. O *discurso de* “a memória tratada como interdiscurso constitui o processo parafrástico pelas redes de formulações instauradas” (Venturini,2009[2024,p.42]) caracteriza-se pela repetibilidade, como eixo vertical, das seleções.

No que diz respeito às cidades, aos Museus e ao Patrimônio Cultural, a autora sinaliza que a organização desses espaços e

As visibilidades e os apagamentos do em torno desse objeto são determinados pelas instituições políticas, econômicas e sociais, com base nas quais determinadas posições se consolidam e outras não. Nessa perspectiva, as instituições regulam o movimento da memória histórica (Venturini,2009[2024, p. 48]).

Nesse sentido, os lugares do Espaço Urbano que os significam e que devem/podem ser *rememorados/comemorados* são de responsabilidade institucional e atendem a documentos elaborados por gestores, no que tange ao nosso objeto de análise, obedecendo a protocolos bem delineados. Os projetos de lei são enviados à Câmara Municipal para serem discutidos e votados e depois implementados, dentre esses documentos destacamos o Plano Diretor. Fazem parte desta tese esses documentos, alguns que não são de responsabilidade dos municípios, mas indicam o tratamento a ser dado ao Patrimônio, destacamos a Carta ao Cidadão e, também, o Processo de Tombamento vindos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que analisa os possíveis tombamentos, criação e funcionamento de lugares de guarda, tais como museus, memoriais e também os monumentos. Entendemos, ainda a partir de Venturini (2023, p. 249), que as visibilidades e os apagamentos decorrem do projeto museal/patrimonial e de sujeitos que tomam posição “diante de um objeto simbólico na produção do conhecimento em museus [...]” e o fazem desde um *discurso de*, como memória, que dá legitimidade ao conhecimento produzido pelo que se transforma.

O *discurso de*, que entendemos como *rememoração*, para Venturini (2009[2024, p. 60]) “significa como “coisas a saber”, que, segundo Pêcheux (2002), funciona como redes de memória decorrentes de filiações identificadoras”. Na cidade de São Francisco do Sul SC, o Conjunto Urbano e Paisagístico, os museus, os monumentos, funcionam como lugares de memória e dão visibilidade aos modos de identificação do sujeito com a formação discursiva a partir de movimentos que vão desde a identificação, em que o sujeito aceita os saberes da FD e se identifica com esses saberes, passa pela contraidentificação, em que funciona o sujeito que Pêcheux ((1975[2014a]) designa de mau sujeito, tendo em vista que esse sujeito permanece na mesma FD, mas se distancia e avalia criticamente os saberes constitutivos dela. Essa modalidade de identificação possibilita a resistência e chega à desidentificação, em que o sujeito

rompe com os saberes da FD em que se inscrevia, realizando como diz Indursky (2008) uma ‘mexida’ nas redes de memórias, podendo instaurar um acontecimento discursivo, em que novas redes se constituem, sinalizando para um deslizamento de sentidos que promove a ruptura com os saberes instituídos em nosso *corpus*, com as normas institucionalizadas e os discursos decorrentes destas normas. No acontecimento enunciativo, de acordo com Indursky (2008, p. 28) há apenas “a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD”.

Já a comemoração – discurso *sobre* - inscreve-se no eixo horizontal, na linearidade do discurso e “textualiza a comemoração, funciona, enfim, como uma memória” (Venturini, 2009[2024, p. 34]). “O discurso *sobre* [...] organiza também os esquecimentos, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, apagado. É nesse jogo contraditório entre a língua e a história que se realiza o encontro de uma memória e uma atualidade, constituindo o acontecimento” (*Idem*, 2009, p. 46), que pode ser o enunciativo, que é a textualização e que não se configura como uma nova formação discursiva ou o acontecimento discursivo que promove uma mexida forte no âmbito do discursivo, inaugurando uma nova série ou instituindo uma nova formação discursiva.

No que se refere à cidade de São Francisco do Sul e ao Patrimônio Cultural constituído pelo Conjunto Urbano e Paisagístico, por museus, monumentos e outras materialidades, o discurso *sobre* diz respeito aos discursos que circulam no Espaço Urbano e aos saberes e não saberes que estruturam esses discursos. O Conjunto Urbano e Paisagístico significa de acordo com os sujeitos e com a organização e ordem do Espaço Urbano, a partir da filiação do sujeito, atendendo a diretrizes institucionais, conforme já foi destacado. Dizer que o discurso *sobre* pode ser entendido como de *comemoração*, não significa pensar em comemoração como louvação ou como encaminhamento para festejo, destacamos que se trata de um certo modo de dar visibilidade a saberes, colocando-os em suspenso a partir do que retorna desde o interdiscurso – discurso *de* – “como efeito do discurso transverso”.

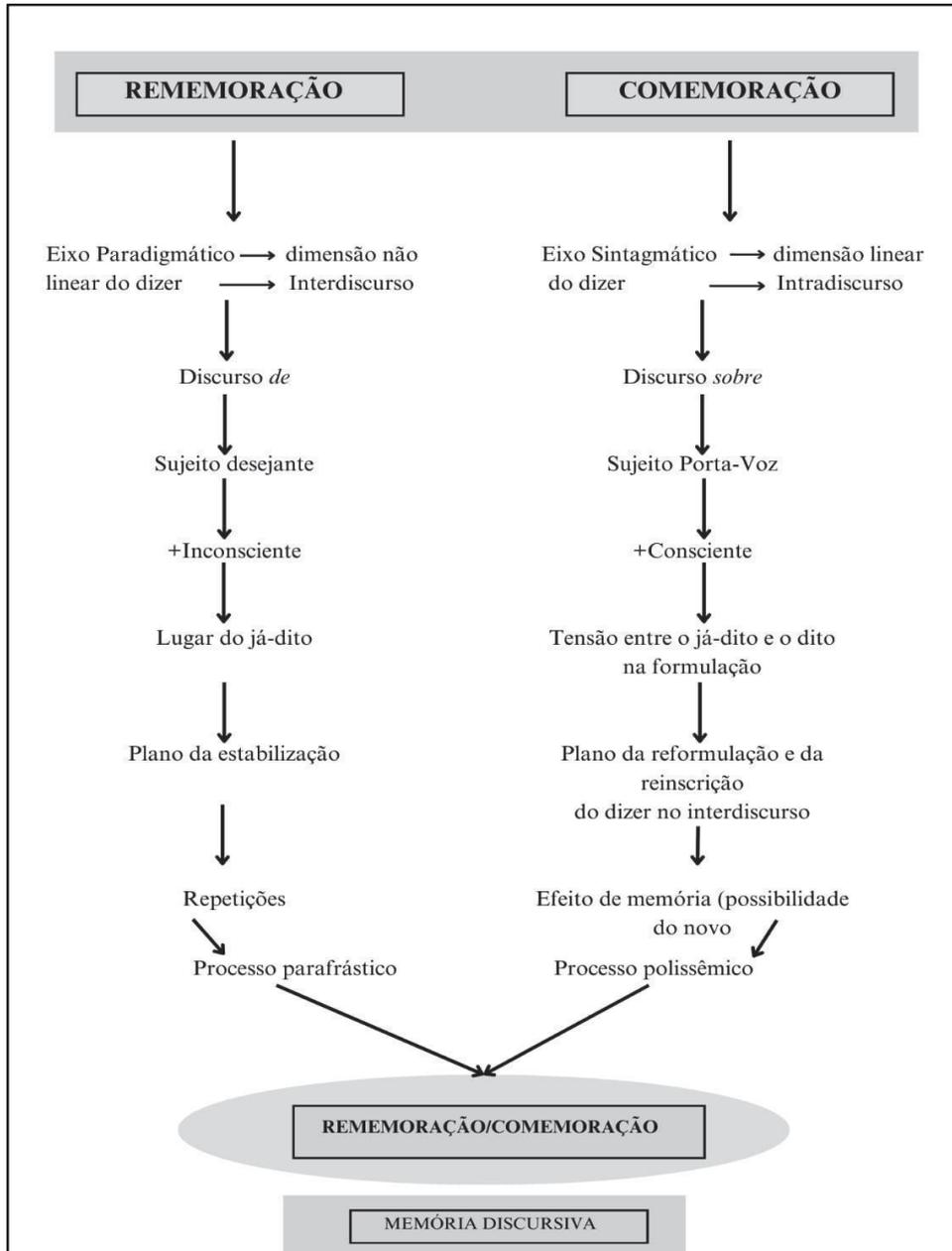
Entendemos que o “*discurso transverso* ocorre pelo atravessamento no intradiscurso de discursos advindos de tempos e lugares outros [...]” (Venturini, 2009[2024,p. 83]). É assim que o discurso *sobre* se sustenta em um discurso anterior, “instaurando efeitos de sentidos e enunciabilidade por meio de enunciados que retornam como discurso autorizado” (*idem*). Desse modo, o *discurso transverso*, que é da ordem do mais consciente, “no eixo da formulação; trabalha no plano da reformulação e da reinscrição do dizer, o que faculta a polissemia, a possibilidade do novo” (*idem*, p. 95).

Por se tratar de discursos e da linearização de saberes é importante sinalizar que o *discurso sobre* e o *discurso de* funcionam juntos, tendo em vista que o discurso *de* ressoa no

eixo da formulação, preenchendo espaços e furos, referendando que os sentidos sempre podem ser outros.

O esquema analítico organizado por Venturini (2009[2024, p. 110]) dá visibilidade ao modo de funcionamento da *rememoração – discurso de* - da *comemoração – discurso sobre*.

ESQUEMA 1- Processo discursivo de rememoração/comemoração



Fonte: Venturini (2009[2024, p. 110])

No esquema, vemos que há noções a serem mobilizadas, tais como o efeito de *memória*, a *paráfrase*, e *polissemia* e a *metáfora* nos discursos *de/sobre* o objeto. Na tese, vamos mobilizar principalmente a noção de *memória* para tratar de como se constitui o Espaço Urbano

e o Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul, discutindo como os *discursos de/sobre* caracterizam o objeto e interpelam os sujeitos.

### 2.3 A CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO E A METODOLOGIA: O PATRIMÔNIO CULTURAL EM QUESTÃO

Nesta seção, do segundo capítulo, tratamos da questão de pesquisa, dos objetivos, da constituição do arquivo, dos recortes e do percurso analítico. Entendemos que na Análise de Discurso temos que a todo momento relacionar o objeto de estudo (recortes teóricos) ao objeto de pesquisa (questão de pesquisa). Como fundamentação teórica destacamos as noções demandadas pela questão de pesquisa, atendendo aos dispositivos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, trazendo também saberes que vêm de outros domínios do conhecimento. O pilar teórico na construção do arcabouço da tese advém de Pêcheux ((1975[2014a], 2014b, 2015, 2019), Orlandi (2020); Glozman, Grondona, Haidar (2014); Guilhaumou e Malidier (2014); Petri (2013), Venturini (2009[2024]), Mittmann (2015). Além dos pesquisadores da Análise de Discurso, trazemos estudiosos da História, da Antropologia, da Arquitetura e Urbano, que ancoram as análises, sendo que a Constituição da República Federativa do Brasil-1988 e as informações disponibilizadas no Portal do Iphan- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, são de grande importância na escrita da tese.<sup>12</sup>

Quando selecionamos materiais de pesquisa, separamos, acrescentamos, excluímos e exprimimos nosso ponto de vista sobre determinada temática, mesmo que inconscientemente. Em uma pesquisa acadêmica em Análise do Discurso o arquivo se constitui em consonância com a questão de pesquisa, partindo do universo de referências (macro) para um recorte (micro). Ou conforme Mittmann (2015, p. 11) “o já-lá, já conhecido” e “sobre eles lançamos gestos já esperados de busca, leitura, seleção, organização, etc.”. A constituição do arquivo em Análise do Discurso torna-se o primeiro gesto interpretativo.

O arquivo para o estudo do Patrimônio Cultural, Conjunto Urbano e Paisagístico de São Francisco, parte das bibliografias que tratam do Patrimônio Cultural, do Conjunto Urbano e

---

<sup>12</sup> O acesso ao Portal do Iphan se deu durante o período de desenvolvimento da tese, queremos destacar que o Portal do Iphan está passando por modificações, a principal delas foi que ele deixou de ter um domínio próprio e passou a ser situado no Portal do Gov.br que acomoda as informações sobre o governo federal. Outra informação importante é que durante o mandato do Ex-presidente Jair Bolsonaro, 2018- 2022, o Iphan durante esse período passou a ser um órgão vinculado ao Ministério do Turismo e não mais ao Ministério da Cultura. Em 2023, com o novo governo do Presidente Luiz Inácio da Silva, 2023-2026, a pasta retorna ao Ministério da Cultura.

Paisagístico nos mais diversos aspectos (história, legislação, arqueologia histórica, arquitetura, literatura, folclore e lendas, guias turísticos, sites institucionais, vídeos e reportagens, etc.). Para o estudo dos recortes teóricos também organizamos um arquivo teórico, selecionando materiais para cada conceito, instaurando coerência com o estudo do objeto, sempre seguindo a mesma linha teórica, ou seja, Análise de Discurso de corrente francesa. Nesta sessão, de forma geral, trabalhamos com os conceitos de arquivo, dispositivo teórico e problematização.

Antes de discutir a questão do arquivo, do dispositivo teórico e metodológico e da problematização, pensamos na concepção de discurso para Pêcheux (2019, p. 39). Para o autor o discurso “é efeito de sentidos entre os pontos A e B”. A Análise do Discurso surge como disciplina de interpretação, com base materialista e no entremeio entre a Linguística, Psicanálise e o Marxismo, tendo como objeto o discurso que se centra no sujeito interpelado pela ideologia. Desta forma, os sujeitos discursivizam a partir de uma posição-sujeito e se filiam a uma formação discursiva, que determina, de acordo com Pêcheux ((1975[2014a]) o que pode ou não ser dito, a partir das filiações do sujeito. Desse modo, o fundador da AD assume, a partir de Althusser não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, do que se pode dizer que o discurso se realiza a partir de práticas sociais, históricas, memoriais e discursivas em um corpo social.

Pêcheux e seu grupo trabalharam na construção da teoria do discurso, que foi constantemente revisitada e questionada pelo próprio autor e tem se transformado constantemente, como nos ensina Indursky (2008). No texto *O estranho espelho da análise do Discurso* em que prefacia a tese de Courtine, Pêcheux trata do paradoxo da Análise de Discurso, asseverando que

O paradoxo da Análise do Discurso encontra-se (por suas vicissitudes, guinadas e derrotas) na prática indissociável da reflexão crítica que ela exerce sobre si mesma sob a pressão de duas determinações maiores: de um lado, a evolução problemática das teorias linguísticas; e de outro, as transformações no campo político-histórico. São, portanto, dois estados de crise que se encontram no ponto crítico da Análise do discurso. (Pêcheux, 2014b, p. 21)

O paradoxo desse campo disciplinar concerne desde sua origem na reflexão sobre si mesma e na separação do discurso político. Trata-se do trabalho com os efeitos de sentidos, da definição do arquivo e do recorte discursivo como uma ciência em (des)construção, em um “jogo de espelhos”, entendendo-se que a AD se “olha” constantemente e apara arestas, como vimos na trajetória de Pêcheux, no que tange à fundação da disciplina.

Neste processo, é fundamental entender de onde nossa pesquisa parte, da linha a que estamos filiados no Brasil, na nossa universidade e no grupo de pesquisa em que estamos inseridos e de onde partem esses estudos. Temos um cenário bastante avançado nas pesquisas no Brasil, o que nos possibilita interpretar as mais diversas materialidades discursivas: cidades, monumentos, imagens, publicidades, textos diversos. Nesta pesquisa, os estudos discursivos acerca do Patrimônio Cultural partem do Espaço Urbano, e do estudo dos Museus, conforme exposto nas seções 2.1 e 2.2.

O arquivo é o norte teórico e informativo do pesquisador e pode ser modificado ao longo da pesquisa, pelos próprios efeitos de saturação e opacidade do discurso. A AD é este vai e vem no discurso, na busca pelo esgotamento de sentidos, como uma das ilusões do sujeito (Pêcheux, 2014b). Os resultados em AD são sempre temporários ou ficam em suspenso, de modo que mesmo dentro de um mesmo recorte as possibilidades de análise e de sentidos são as mais diversas, já que os sentidos sempre podem ser outros. A angústia de lidar com o inconstante e o inesgotável é desafiador para o analista, no entanto mostra que o trabalho com o discurso é sempre novo.

Em Guilhaumou e Maldidier (2014, p. 170), assim como o discurso, o arquivo é opaco, fruto do acaso, nele ressoam marcas de autoria, do tempo, do sujeito e do lugar que ocupa.

Isso porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes.

Segundo Guilhaumou e Maldidier (2014), podemos escolher subtemas para o arquivo e dentre eles organizar o acervo. Na ocasião, Guilhaumou e Maldidier (2014) trabalharam com dois temas para montar seu arquivo, quando analisaram a subsistência na França do século XVIII: a subsistência e o pão. Naquele período revolucionário, as duas palavras ou os dois temas encaminhavam para a subsistência e para os direitos básicos de existência do homem. Para o primeiro tema, a subsistência, foram mobilizados os dispositivos de arquivos relacionados ao estado, como provedor dos direitos constitucionais dos cidadãos. No segundo tema, o pão constitui redes de sentidos junto à subsistência, constituindo efeitos de enfrentamento. O pão passa a ser o tema que circula nas ruas para designar a luta pelos direitos básicos de existência do cidadão francês do período. Assim, o arquivo se transforma com o próprio discurso.

Na tese a construção do arquivo se deu a partir de discursos que circulam no Espaço Urbano, constituindo o Patrimônio Cultural que significa pela história, como historicidade, sendo analisados a partir de materialidades significantes que vem de documentos institucionais e marcam a relação indissociável entre sujeito (s) e objeto. Muitas biografias sobre a história da cidade foram coletadas, leituras científicas e de ficção, o processo de organização do arquivo possibilitou a maior aproximação com o objeto, inclusive nos fez reorganizar o último capítulo, que inicialmente, estaria voltado para o estudo de espaços de memória e depois passou a ter maior ênfase na relação entre sujeito (s) com o objeto. O arquivo nos mostrou o caminho de análise e nos permitiu construir um dispositivo analítico, que nos possibilitou discutir a discursividade do Espaço Urbano e do Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul, entendendo-se a discursividade como a supressão da exterioridade para que ela possa intervir na textualidade (Orlandi, 2004).

No arquivo, entendemos que temos o novo, mas também retomadas, toda vez que retornamos a ele, a cada movimento interpretativo de acordo com Guilhaumou e Maldidier (2014, p.191) podemos dizer que

O retorno ao arquivo abre então à análise de discurso possibilidades múltiplas. Longe de ser metodologia auxiliar para os historiadores, uma aventura sem margens para os linguistas, esta pode encontrar nela mesma critérios de inteligibilidade. Abraçando ao mesmo tempo as copresenças languageiras que constituem corpus, os usos reflexivos e a espessura da língua, ela se coloca como disciplina inteiramente interpretativa.

Tendo em vista que a Análise de Discurso tem como centro a interpretação, o arquivo é a “materialidade da língua na discursividade” (idem, p. 191) e, de acordo com Pêcheux (2014b, p. 66), “é nesta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constrói o nó central de uma leitura de arquivo”. O novo está em cada olhar acerca da “materialidade discursiva”, a cada novo recorte que fazemos sobre determinado tema do arquivo. Para Pêcheux (2014b, p. 67):

É à existência desta *materialidade da língua na discursividade do arquivo* que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática - e, logo, *também* nele - os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura do arquivo.

A urgência em consagrar a importância da “materialidade da língua na discursividade do arquivo” foi uma preocupação de Pêcheux (2014b, p. 67) e seus colaboradores. Para a AD o arquivo, só faz sentido no movimento da língua, ou seja, na discursividade. O discurso em determinado tempo e espaço faz sentido, constituindo efeitos, significando e ressignificando na confluência entre a memória e a atualidade, do que se pode dizer que uma língua estática não significa/ressignifica, não movimenta sentidos, nela não ressoam memórias e, por isso não se inscreve na história.

Em Pêcheux (2011) destacamos a preocupação do autor em discutir as relações entre o político e o ideológico, ele identifica os mecanismos ideológicos do funcionamento do discurso político, desde o arquivo aos recortes de análise, considerando os movimentos de poder e a luta de classes nas materialidades discursivas escolhidas. O trabalho com uma teoria materialista, em que o discurso é palco de embates decorrentes de relações de forças e de poder, possibilita que o sujeito entre na ordem do discurso e se legitime a partir de suas filiações ideológicas.

Nesta pesquisa, propomos problematizar o estudo do Patrimônio Cultural pelo enfoque discursivo e para isso, filiamos-nos à teoria discursiva e a partir dela buscamos responder a questão de pesquisa. O Espaço Urbano é a nossa grande área de pesquisa, delimitada pelo Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul/SC. O *corpus* decorre da questão de pesquisa, como um recorte do arquivo construído acerca do nosso objeto, sinalizando que não buscamos a totalidade, mas a realização de movimentos de análise. Nesse campo, o percurso metodológico é relevante e as análises se fazem no batimento entre descrição e interpretação, configurando-se como um movimento pendular, tal como proposto por Petri (2013). Os efeitos de sentidos que emergem do *corpus* discursivo são explicitados pelo movimento de análise, que vai do teórico ao prático, do *corpus* aos conceitos teóricos.

Delimitamos o tempo e o espaço, selecionando o período histórico a partir do “descobrimento”, separando essa linha temporal entre três períodos: “descobrimento”, “colonização” e “desenvolvimento”. Entendendo que essa linha temporal se faz por ressonâncias históricas, culturais, políticas e econômicas retornando nos discursos que circulam e se movimentam no período atual e resultam na elitização do patrimônio cultural, em práticas neoliberais, na consolidação de práticas excludentes. Com o objetivo de realizar uma “leitura-trituração”, recortamos, extraímos, deslocamos e reaproximamos, conforme Pêcheux (2016, p. 25) o que vem do arquivo e passa a constituir o *corpus*. Vale destacar, ainda conforme o mesmo autor, que os diferentes domínios centram o fazer discursivo de acordo com as filiações ideológicas dos sujeitos, do que se pode referendar o trabalho do historiador, que “movimenta a história no mundo e o linguista examina na língua o que falar quer dizer” (idem, p. 26). Como

analistas, consideramos a história e o movimento linguístico, experimentando os processos de paráfrase e polissemia.

Para construir um dispositivo o analista realiza gestos de interpretação, colocando-se em uma posição deslocada para compreender os processos de produção de sentidos, trabalhando com as evidências sem cair nelas. Petri (2013) enfatiza a importância da construção do dispositivo de análise. A autora usa a metáfora do pêndulo para exemplificar as experiências da Análise de Discurso, no que tange ao dispositivo teórico-analítico da teoria, do movimento que se realiza em um constante vai e vem entre o corpus e a teoria para realizar as análises, desse modo o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o *corpus*, “movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise”.

Diante do nosso objeto, o primeiro contato com a noção de Patrimônio Cultural em São Francisco do Sul, saímos de um ponto inicial (de evidências - repetições, silenciamentos, não ditos) entre sujeito (s) e objeto. A análise, portanto, consiste na exploração do objeto, que mobiliza a teoria, através do dispositivo de análise, resultando em gestos de interpretação.

Na tese, reunimos uma quantidade considerável de material para formar o arquivo, fizemos uma leitura de materiais diversos para ampliar o conhecimento sobre o objeto e nos inserimos em atividades do contexto cultural de São Francisco do Sul. Escrevemos sobre alguns conceitos que serão utilizados na análise, relacionando com aspectos do arquivo como forma de experimentação. Nossas reflexões foram sobre o Plano diretor de São Francisco do Sul e a relação com o sujeito-cidadão; Re-existências e memórias negras em São Francisco do Sul; Análise do Discurso, Patrimônio Cultural e Produção do Conhecimento; Patrimônio Cultural, espaço urbano e Formação Imaginária; Análise do Discurso, Patrimônio Cultural e resistência; O papel da memória na convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972; Memória e designação na Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972; O Acontecimento patrimonial significado e ressignificado pelo (s) sujeito (s) e o sentido (s); Artefato de leitura: construindo saberes de/sobre o Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural; Problematização do Patrimônio Cultural, do arquivo ao recorte discursivo; Espaço Urbano, monumentos e lugares de memória e, os discursos de/sobre os povos originários; O sujeito (s), o Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural.

O conceito de *problematização* parte de Aguilar; Glozman; Grondona; Haidar (2014), sendo considerada a etapa da análise, sendo colocada destaque e se constituindo como uma das etapas da análise do objeto, trazendo discussões sobre ele. No texto em tela, as autoras trabalham a noção de *corpus* pelo viés sociológico, resgatando três aspectos: a noção de

evidência, de interdiscurso e a introdução da noção de problematização. Nas palavras das autoras:

El tipo de relaciones que pueden establecerse son múltiples: se puede poner en serie momentos distintos de una misma problematización, identificar elementos en común en campos de problematización que se presentan como diversos, **articular elementos de un mismo Dominio Interdiscursivo o de dominios diversos, etc.** Así, la problematización como operación analítica (reproblematización) **permite romper con la evidencia de la unidad al tiempo que rastrear, reagrupar, condensar y redistribuir los elementos que la conforman.**<sup>13</sup>(Aguilar; Glozman; Grondona; Haidar (2014, p.17, grifos nossos)

O que mais nos interessa, neste momento, é a noção *problematização*, que é apresentada por dois olhares, um de âmbito mais geral e filosófico, no qual a *problematização* consiste no rompimento com paradigmas de teoria, gerando uma *re-problematização*. O outro olhar se refere à materialidade que é posta em suspenso para ser analisada, assim sendo problematizada. Na verdade, as duas noções não se anulam, e sim se complementam. Porque ao investigar o *corpus*, já a partir da seleção do arquivo, está sendo realizado um trabalho ideológico e abrindo terreno para que também se instale o processo de problematização.

Quando propusemos *problematizar* o Patrimônio Cultural pensamos em discutir o processo de constituição do *corpus* discursivo, desde a escolha do arquivo e o desenvolvimento do dispositivo teórico. Colocando em prática os pressupostos considerados pelas autoras, deslocando o estudo do Patrimônio Cultural e partindo dos estudos discursivos sobre o espaço urbano e o estudo dos museus. Com esse deslocamento passamos a significar os bens patrimoniais com objetos simbólicos que constituem uma rede de sentido e como materialidade discursiva específica, produz e movimenta sentidos no corpo social.

## 2.4 DISCURSO, SUJEITO E HISTÓRIA: PATRIMÔNIO CULTURAL E COLONIZAÇÃO

Na quarta seção, do primeiro capítulo, realizamos gestos de interpretação acerca dos discursos sobre o “descobrimento”, analisando-os pelo viés simbólico, na emergência que representa os processos de segregação dos povos originários e da identidade brasileira. Afinal, os conteúdos históricos são dizeres que se saturam no tempo, cristalizam sentidos que podem

---

<sup>13</sup> Os tipos de relações que podem ser estabelecidas são múltiplas: podem ser colocadas em série diferentes momentos de uma mesma problematização, identificar elementos comuns em campos de problematização que se apresentam como diversos ou articular elementos de um mesmo Domínio Interdiscursivo ou de domínios diversos, etc. Assim, a problematização como operação analítica (reproblematização) permite romper com a evidência da unidade ao mesmo tempo em que traça, reagrupa, condensa e reorganiza os elementos que a compõem (Tradução nossa).

ser olhados de diversas maneiras, percebendo que as tomadas de posição são gestos de leitura de sujeitos políticos e ideológicos.

A fundamentação teórica mobilizada nesta seção será: Pêcheux (2015), Orlandi (1996, 2008), Courtine (2014), Certeau (2020) e Indursky (2011). Pêcheux (2015) entende que o discurso é um acontecimento, que está exposto ao equívoco, com pontos de deriva passíveis de interpretação. Vai além da estrutura linguística, de um único sentido e de uma única rede de sentidos, pois a partir dele abrem-se possibilidades de diferentes interpretações. De acordo com Pêcheux (2015, p.56), “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes de trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação”.

Para Pêcheux (2015) o discurso é um acontecimento porque instaura o novo, mesmo que seja nas relações de sentidos que sempre podem ser outras fora de si mesmas, fora do dito e do esperado. Já acontecimento discursivo pode ocorrer quando o sujeito se desidentifica, rompendo com o movimento de sentido.

De acordo com Pêcheux (2015), a condicionalidade para a interpretação parte da existência do outro - o interlocutor da enunciação, a posição-sujeito representada pelo interlocutor - e do Outro - a formação discursiva em que o sujeito realiza uma tomada de posição - que representa uma individualização do sujeito a partir da ideologia, sinalizando que o seu assujeitamento a uma formação ideológica, em funcionamento na formação social. O Outro representa a exterioridade da discursividade, a memória discursiva.

No Brasil, o discurso de colonização, que trata do “descobrimento” , tem como protagonista o outro/Outro. A versão que circula é a sua versão romantizada, na qual os sujeitos parecem ser páginas em branco e a história escrita pertence ao outro e não ao sujeito. Desse modo, o país parece não ter tido história até a chegada dos portugueses.

O outro é o interlocutor imediato e o sujeito colonizador adentra o território, a história e o discurso. O Outro se apresenta como estigma da colonização, do ser colonizado, das memórias discursivas que atravessam os sentidos e sujeitos colonizados são inferiorizados nos domínios do cultural, do social e do econômico. Isso ocorre pela circulação de discursos que constituem evidências de saturação, ocasionando o apagamento daqueles que são considerados inferiores por não se identificarem com os colonizadores, constituindo efeitos de segregação.

Segundo Orlandi (2008), “Terra à vista!” foi o enunciado inaugural do Brasil e sobre esse enunciado de “descobrimento” o povo brasileiro constitui a identificação. Uma constituição que resulta em grande parte do olhar do outro/Outro. Nesta seção, enfocamos o

discurso de colonização, que constitui o povo e se aproxima do enunciado que constitui, circula, movimenta a história de São Francisco do Sul/SC.

Dentro da perspectiva histórica adotada, os “discursos não são corpos flutuantes em um englobante que se chamaria história” (Certeau, 2020, p. 4). Eles estão entrelaçados em uma trama, que se aproxima do espaço discursivo e instaura redes de memória, que significam pela “prática de que resultam”. Na Análise do Discurso, trabalhamos com a linguagem que é estrutura e acontecimento e funciona na relação “com a histórica (e com o equívoco)” (Orlandi, 2004, p. 12) e na qual discursos tem sua história, deles emergem as condições de produção sócio-históricas, de modo que a historicidade funciona como deslocamento e não como fatos situados num tempo e em um espaço.

Tanto na relação entre interlocutores como nas relações com a exterioridade, os sujeitos se envolvem em tramas discursivas e produzem efeitos de sentidos por suas inscrições nas formações discursivas.

### **2.3.1 A primeira versão do “descobrimento”**

O fato histórico do “descobrimento” de São Francisco do Sul/SC é um assunto polêmico até os dias de hoje, embora a veracidade dos fatos históricos não nos interessa e sim pela produção de sentidos (históricos, simbólicos e políticos) que incidem sobre eles como memórias discursivas, ressoam no tempo presente e isso pode ser entendido como historicidade. Não é o “descobrimento” que significa, mas os seus efeitos.

Para iniciar a discussão dos fatos, pensamos na problemática levantada por Orlandi (2008, p. 17) em relação ao discurso do “descobrimento do Brasil”: “Ver” tem um sentido bem específico nesse contexto: o que é visto ganha estatuto de existência. Ver, tornar visível, é forma de apropriação”. O Brasil foi “descoberto”, tornou-se visível e propriedade do colonizador europeu. A história de São Francisco do Sul/SC passa a ser contada a partir da chegada do Europeu, do colonizador francês, em 1504. O “descobrimento” desloca os sentidos do discurso, causa um acontecimento discursivo, que implica na maneira dos povos originários passam a ver sua terra sendo invadida, seus bens apropriados e etc e do outro lado o “descobrimento” sendo contado como algo bom e vantajoso.

Esta primeira versão conta que o navegador francês Binot de Paulmier de Gonneville e a tripulação do Espoir atracaram na ilha de São Francisco do Sul/SC em 05 de janeiro de 1504, partindo do porto de Honfleur, na França. A viagem tinha como destino as Índias, importante destino comercial na época das grandes navegações, a expedição se perdeu e chegaram na costa

brasileira. Segundo Pereira (2004, p.14)<sup>14</sup>, esta versão é “uma questão aberta”, o autor descreve a terra “descoberta”, “A terra era fertilíssima, abundante em animais, aves, peixes e árvores, e regularmente povoada por índios que “procuravam apenas passar a vida alegre, sem grande trabalho, vivendo de caça e pesca, e do produto espontâneo da terra, e de alguns legumes e raízes que plantavam”.

A localidade contava com aldeias organizadas, grupos com até 80 casas, chefiadas pelo chefe Arosca. A tripulação ficou na localidade por aproximadamente seis meses, partindo em 3 de julho de 1504. Na Páscoa, os franceses teriam erguido uma cruz de madeira, “numa pequena eminência à beira-mar”, rezando uma missa em celebração à data.

Nesta versão, Paulmier de Gonneville levou o filho de chefe Arosca para a França, o filho se chamava Essomeric, ensinaram a ele a arte da artilharia e dos saberes cristãos, prometeram trazê-lo em 20 luas. A tripulação do Espoir passa por várias adversidades e chega a Normandia, em 19 de julho de 1505.

Essomeric ou Iça - Mirim, conforme as lendas locais, teria casado com a filha do comandante, foi registrado como descendente de Gonneville e ele não teria voltado a São Francisco. De acordo com Pereira (2004, p.19):

Tendo os armadores desistido de prosseguir na empresa, em virtude dos prejuízos sofridos com a perda do Espoir, não pode o capitão normando cumprir a sua promessa, dando, em compensação uma boa educação ao índio, casando -o em 1521, aos 32 anos de idade, com sua filha Suzanne, e legando-lhe de seus bens, com a condição de ele e seus descendentes do sexo masculino usarem o nome e as armas de Gonneville.

O fato teria gerado controvérsias por dois pontos em especial: a *Déclaration du voyage* publicada pelo abade Jean Paulmier de Gonneville e o fato da descrição da costa francisquense que poderia ser facilmente confundida com outros lugares costeiros, no litoral sul do Brasil. A *Déclaration* apresentada pelo abade Paulmier de Gonneville trazia erros que comprometeram sua autenticidade, sendo o principal deles a confusão do território brasileiro com o australiano. Em 1847, o registro de viagem foi encontrado, confirmando a data de retorno da expedição, em 19 de julho de 1505. Em 1869 o documento foi publicado, havia sido encontrado pelo bibliotecário Paul Lacroix, do Arsenal em Paris. De acordo com <sup>15</sup> Pereira (2004, p. 16, *apud* Gafarrel, 1878)

Graças a esses documentos de incontestável autenticidade, tornou-se fácil destruir um erro que perdurara por tanto tempo e provar, de acordo com Margry e D’Avezac, que

<sup>14</sup> Obra História de São Francisco do Sul, do autor Carlos da Costa Pereira, 2 ed., 2004. A primeira edição desta obra foi lançada em 1984 e ela continua sendo referência na história de São Francisco do Sul e Santa Catarina.

<sup>15</sup> Paul Gaffarel, *Historie du Brésil Français*, Paris, 1878. Obra citada em Pereira (2014).

Gonneville não descobriria a Austrália, mas simplesmente continuaria a obra de Jean Cousin, desembarcando no Brasil, após peregrinação pelo Atlântico.

Com a descoberta da *Declaration* original um dos fatos foi resolvido, o segundo, no entanto, mantenha-se a dúvida, pois o espaço descrito na carta poderia referir a qualquer lugar na costa sul brasileira. Bandeira (2017, p. 25)<sup>16</sup> afirma em nota de rodapé em sua obra que “A estada de Binot Paulmier de Gonneville na Babitonga, por cerca de seis meses em 1504, é controverso (Pereira, 1984, p. 13-28), não sendo o caso das passagens de Aleixo Garcia (1954) e Alvarez Nunes Cabeza de Vaca (1541), das quais há documentação disponível”. Bandeira (2017) sustenta a hipótese de Pereira (2004) quanto ao “descobrimento”. De acordo com Meirinho (2020, p.77), no dia 24 de junho de 1503:

Deixa o porto francês de Honfleur um pequeno navio chamado “Espoir”, de 120 toneladas, comandado pelo navegador Binot Paulmier de Gonneville, que, em janeiro do ano seguinte, deveria aportar na costa catarinense, na Baía de Babitonga levando, no seu regresso à Europa, um jovem de nome Içá-Mirim (Formiga Pequena).

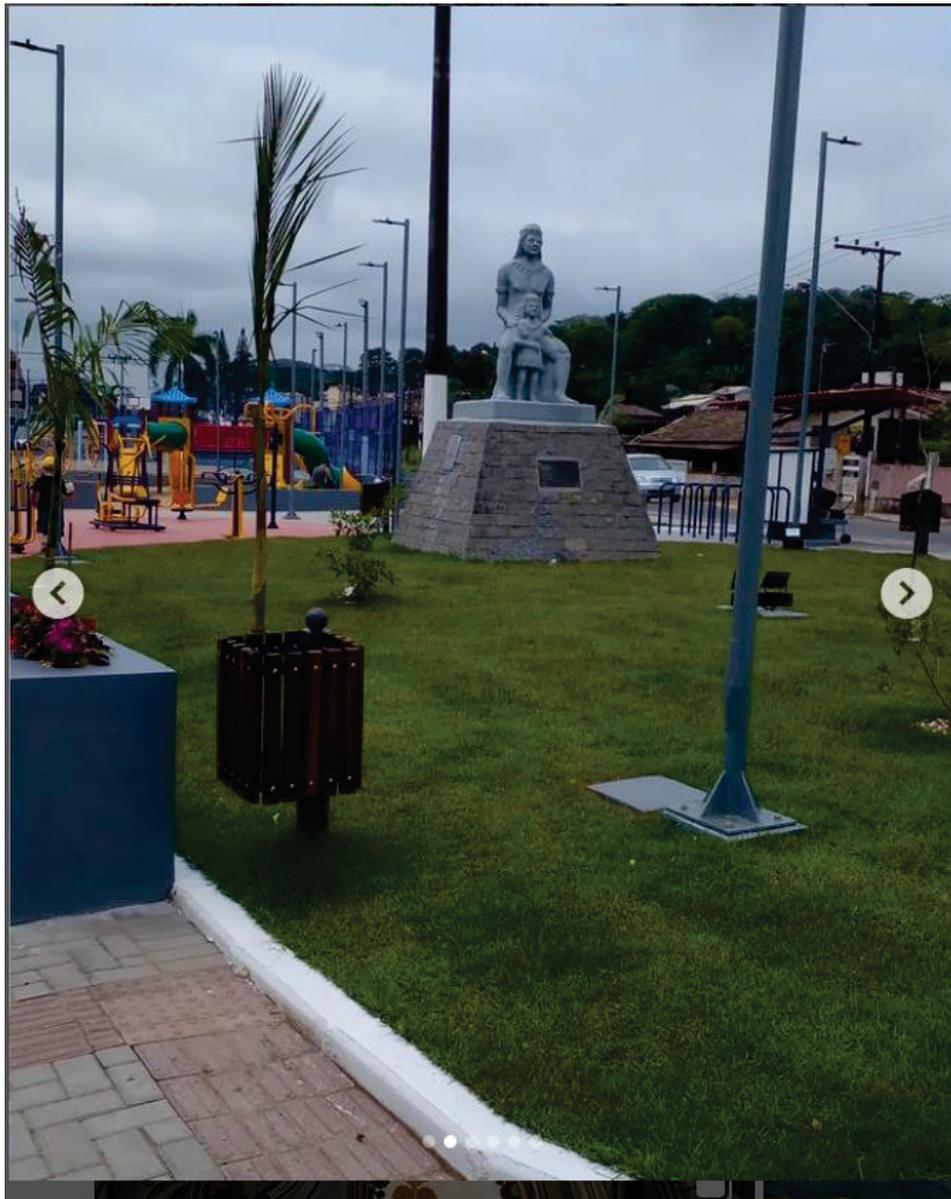
Dentre esses fatos históricos, algumas questões políticas poderiam ser levantadas caso os fatos fossem verdadeiros, seriam as seguintes. Qual o interesse dos franceses em São Francisco do Sul? Por que o fato do “descobrimento” ainda suscita curiosidades? Por que teríamos visibilidade tanto no Brasil, como no restante do mundo a partir da descoberta francesa? Por que os nativos de São Francisco do Sul foram cordiais com os franceses? Por que os franceses foram cordiais com os índios carijós? Por que quiseram rezar uma missa na páscoa? Por que os franceses quiseram levar um índio carijó para a Europa? Por que o índio casou-se com a filha de Gonneville? Por que assumiu o sobrenome de Gonneville? Por que os franceses parecem mais amigáveis e menos exploradores que os portugueses? Por que esta narratividade ainda faz sentido no tempo presente?

Nos textos-imagens 4, 5 e 6 observamos as narratividades sobre o discurso do “descobrimento”

---

<sup>16</sup> A obra *Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em Arqueologia Histórica*, organizado por Dione da Rocha Bandeira, Fernanda Mara Borba e Maria Cristina Alves, da Editora Univille, 2017. Traz diferentes textos sobre São Francisco do Sul sob a perspectiva da arqueologia histórica, inclusive da autora citada acima, Dione da Rocha Bandeira.

TEXTO IMAGEM 4- Estátua Praça do Acaraí



Fonte: Arquivo da autora

O interesse primeiro dos europeus (portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses) era a exploração e o comércio. Os ingleses, como sabemos, tinham interesses de colonização na América do Norte e também houve a exploração e dominação dos povos originários.

TEXTO-IMAGEM 5: Estátua Iça-Mirim, Morro do Hospício.



Fonte: Arquivo da autora

TEXTO-IMAGEM 6: Placa que acompanha a estátua de Içá-Mirim, Morro do Hospício



Fonte: Arquivo da autora

O texto da placa:

Em tempos distantes, na época das grandes navegações, os europeus exploraram intensamente o Oceano Atlântico em busca de novos territórios, o que fez que muitos desbravadores se aventurassem em longas e difíceis viagens, aportassem no Novo Mundo, que passou a se chamar América.

Foi nesse contexto histórico que o navegador francês Binot Paulmier de Gonneville, financiado por um grupo de comerciantes, resolveu adquirir um navio para realizar uma viagem comercial às Índias, seguindo o caminho já trilhado por Portugal.

No dia 24 de Junho de 1503, sob o comando do Capitão Gonneville, a nau L'Espoir partiu de Honfleur tendo 60 homens a bordo. A Intenção do francês e de sua tripulação era o caminho das Índias Orientais, porém já na costa da África, eles foram surpreendidos pelos ventos e pelas correntes marítimas e então obrigados a mudar de rumo, tendo a expedição vindo parar no litoral Sul do novo continente.

Os franceses aportaram na região onde hoje conhecemos como São Francisco do Sul no dia 05 de janeiro de 1504. Gonneville foi possivelmente um dos primeiros europeus a passar por nossa região que era então habitada pelos Carijós e que tinha como chefe da tribo o cacique Arosca.

Os europeus fizeram amizade com os índios e permaneceram aqui por alguns meses no local. Na Páscoa ergueram uma cruz num morro próximo ao mar, marcando a presença de cristãos pela região. Passados seis meses, iniciaram a organização para a partida. Antes de partirem, Binot prometeu para o cacique Arosca, que Içá-Mirim filho do cacique (que na língua indígena significa formiga pequena), fosse com ele e sua tripulação para a França, prometendo trazê-lo de volta em 20 luas. Arosca concordou, permitindo que o pequeno índio fosse com Gonneville acompanhado de um índio adulto chamado Namoa.

A viagem de volta foi um tanto atribulada, alguns tripulantes morreram, entre eles o Índio Namoa. Içá-Mirim que era chamado pelos franceses de Essomericq. Já que eles não conseguiram pronunciar seu nome, também tiveram que ele viesse a morrer pagão, resolveram batizá-lo em alto-mar.

Para compensar o trato desfeito, seu seu nome ao índio e mais tarde casou-o com sua filha Suzanne, legando-lhe parte de seus bens, com a condição de que ele e seus descendentes usassem o nome dele e suas armas.

Essa história permeia o imaginário local reverberando imagens de um passado distante.

adoeceu e devido ao medo que os franceses tiveram que ele viesse a morrer pagão, resolveram batizá-lo em alto-mar.

Apesar da promessa, Gonneville não conseguiu trazer Essomericq de volta para sua terra. Para compensar o trato desfeito, deu seu nome ao índio e mais tarde casou-o com sua filha Suzanne, legando-lhe parte de seus bens, com a condição de que ele e os seus descendentes usassem o nome dele e suas armas.

Essa história permeia o imaginário local reverberando imagens de um passado distante.

No caso dos franceses, os interesses seriam exploratórios e comerciais, pois eles estavam navegando em direção às Índias e o fato de terem chegado ao litoral catarinense teria sido por um erro de navegação. Outra questão que poderia ser levantada a respeito do destino e o seu objetivo seria o fato de que nesta época os portugueses já haviam descoberto o Brasil, em 1500, e poderiam os franceses estarem pensando em seguir os passos dos portugueses, ampliando seu eixo de comércio e descobrindo um novo território com fins de exploração. Orlandi (2008, p. 23) lembra que

[...] para quem analisa discursos, não são os textos em si, mas a discursividade. Para atingir a historicidade dos textos assim concebida, o procedimento será o de seguir a trama discursiva que tem estabelecido sentidos para o encontro do europeu com o índio, do europeu com o Brasil das descobertas.

Nos textos-imagens 4 e 5, a figura do índio do Içá-Mirim é retratado com o pai, cacique Rosca, ou sozinho. No texto-imagem 5, que mostra a estátua, Içá-Mirim é retratado como uma criança, posicionado à frente do pai. A imponência da figura do pai destaca a posição hierárquica na aldeia, já que as narratividades sobre o “descobrimento” destacam a figura do Cacique. No texto-imagem 6, o índio Içá-Mirim é retratado como jovem, em uma estátua de madeira, o jovem é retratado com alguns animais, inclusive com uma toninha, que é símbolo da cidade. Ambas as imagens discursivizam as narratividades sobre o “descobrimento” da cidade, apresentam a figura do indígena estereotipada, como altivez do cacique e a simpatia do jovem Içá-Mirim.

No texto-imagem 6, apresenta um texto sobre “descobrimento” e conjunto com a estátua do Içá-Mirim compõe essa narratividade. O texto fala do “descobrimento”, dos Carijós, Cacique Arosca e do índio Içá-Mirim.

### **Recorte 1- A discursivização do europeu como herói destemido e o “descobrimento” como causalidade**

**SD1:** Em tempos distantes, na época das grandes navegações, os europeus exploraram intensamente o Oceano Atlântico em busca de novos territórios, o que fez que muitos desbravadores se aventurassem em longas e difíceis viagens, aportassem no Novo Mundo, que passou a se chamar América.

**SD2:** Foi nesse contexto histórico que o navegador francês Binot Paulmier de Gonneville, financiado por um grupo de comerciantes, resolveu adquirir um navio para realizar uma viagem comercial às Índias, seguindo o caminho já trilhado por Portugal.

**SD3:** No dia 24 de Junho de 1503, sob o comando do Capitão Gonneville, a nau L'Espoir partiu de Honfleur tendo 60 homens a bordo. A Intenção do francês e de sua tripulação era o caminho das Índias Orientais, porém já na costa da África, eles foram surpreendidos pelos ventos e pelas correntes marítimas e então obrigados a mudar de rumo, tendo a expedição vindo parar no litoral Sul do novo continente.

## **Recorte 2- A discursivização dos povos originários**

**SD4:** Os franceses aportaram na região onde hoje conhecemos como São Francisco do Sul no dia 05 de janeiro de 1504. Gonneville foi possivelmente um dos primeiros europeus a passar por nossa região que era então habitada pelos Carijós e que tinha como chefe da tribo o cacique Arosca.

**SD5:** Os europeus fizeram amizade com os índios e permaneceram aqui por alguns meses no local. Na Páscoa ergueram uma cruz num morro próximo ao mar, marcando a presença de cristãos pela região. Passados seis meses, iniciaram a organização para a partida.

## **Recorte 3: A discursivização do comportamento francês**

**SD6:** Antes de partirem, Binot prometeu para o cacique Arosca, que Içá-Mirim, filho do cacique (que na língua indígena significa formiga pequena), fosse com ele e sua tripulação para a França, prometendo trazê-lo de volta em 20 luas. Arosca concordou, permitindo que o pequeno índio fosse com Gonneville acompanhado de um índio adulto chamado Namoa.

**SD7:** A viagem de volta foi um tanto atribulada, alguns tripulantes morreram, entre eles o Índio Namoa. Içá-Mirim que era chamado pelos franceses de Essomericq. Já que eles não conseguiram pronunciar seu nome, também adoeceu e devido ao medo que os franceses tiveram que ele viesse a morrer pagão, resolveram batizá-lo em alto-mar.

**SD8:** Apesar da promessa, Gonneville não conseguiu trazer Essomericq de volta para sua terra. Para compensar o trato desfeito, deu seu nome ao índio e mais tarde casou-o com sua filha Suzanne, legando-lhe parte de seus bens, com a condição de que ele e os seus descendentes usassem o nome dele e suas armas. Essa história permeia o imaginário local reverberando imagens de um passado distante.

No Recorte, selecionamos SDs que trazem marcas discursivas sobre *A discursivização do europeu como herói destemido e o “descobrimento” como causalidade*, ou seja, que descrevem as características dos franceses, pelas suas ações e comportamentos, e marcas discursivas sobre a causalidade do “descobrimento” de São Francisco do Sul.

Na SD1, as marcas discursivas *exploraram intensamente; em busca de novos territórios; desbravadores se aventurasse em longas e difíceis viagens; Novo Mundo*, sugerem condições de produção um período histórico de investimentos em novos empreendimentos, navegação, novas rotas de comércio de mercadorias, de “descoberta” de novos territórios e de expansão desses territórios. As marcas, que *os europeus exploraram intensamente o Oceano*

*Atlântico em busca de novos territórios, desbravadores se aventurasse em longas e difíceis viagens, aportassem no Novo Mundo* descrevem as ações e comportamentos dos europeus (franceses) e causam efeitos de sentido que caracterizam e os franceses como sujeitos destemidos, aventureiros, desbravadores e a frente de seu tempo.

As marcas discursivas da SD2 indicam que o *navegador francês Binot Paulmier de Gonneville* cumpria o imaginário do sujeito-navegador descrito nas condições de produção da época do “descobrimento”.

Na SD3, percebemos a recorrência da narratividade sobre “despretensiosa descoberta francesa”, nas marcas discursivas: *A Intenção do francês e de sua tripulação era o caminho das Índias Orientais, porém já na costa da África, eles foram surpreendidos pelos ventos e pelas correntes marítimas, obrigados a mudar de rumo e tendo a expedição vindo parar no litoral Sul do novo continente*. De acordo com essa narratividade sobre o “descobrimento”, os franceses teriam casualmente desviado de sua rota original e aportado no litoral sul brasileiro. Tal narratividade desconsidera o fato que a busca por novas rotas de comércio e territórios não era uma econômica recorrente, lucrativa e planejada.

No recorte 2, selecionamos SDs que trazem marcas discursivas sobre *A discursivização dos povos originários* pressupondo um imaginário de indígena, principalmente, um imaginário sobre o povo Carijó, povo descendente da etnia Guarani. Os carijós são descritos como amigáveis e receptivos, pois fizeram amizade e receberam os franceses, conforme discursivizado em: *Os europeus fizeram amizade com os índios e permaneceram aqui por alguns meses no local*.

As marcas discursivas apontam para a construção de um imaginário de povo amigável, perceptível e tolerante. Na SD3, a narratividade da participação dos indígenas nas práticas religiosas católicas ressoam a crença dominante naquela condição de produção, do período das “grandes navegações”, reforçam a imagem do sujeito- navegador catequizador, a serviço da igreja católica, seja para validar suas práticas sociais ou amenizar o impacto da exploração que tal atividade representa. Vamos perceber a indissociabilidade entre práticas socioeconômicas e práticas religiosas por um longo período da história (“descobrimento” e “colonização”). Salientamos os acontecimentos nesta narratividade que contribuem para a construção dessa indissociabilidade, como construção de uma cruz e a reza da primeira missa nas novas terras, o batismo do índio Içá-Mirim, a construção da Igreja Matriz, a presença de padres que também representavam o poder político na cidade, construções religiosas emblemáticas (ruínas e leprosário), lendas e outros.

No recorte 3, selecionamos SDs que trazem marcas discursivas sobre *A discursivização do comportamento francês* e que complementam o recorte 1, que tratou da *A discursivização do europeu como herói destemido*. As marcas apontam para a construção de um imaginário do navegador (es) e da tomada de posição dos *discursos de* o “descobrimento”, identificando os efeitos de sentido que tornam o sujeito-navegador o protagonista dos discursos sobre “descobrimento”.

Nas SD6, SD7, SD8, observamos a narratividade sobre a convivência dos franceses e seu comportamento na convivência com os Carijós. Os navegadores, identificados na figura de Binot Paulmier de Gonneville, demonstraram uma boa convivência com o chefe da tribo, Cacique Arosca e demais indígenas. O comportamento prestativo dos franceses resultou na troca de mercadorias e na negociação da ida do filho do cacique para a Europa. Nas marcas, *Binot prometeu para o cacique Arosca, que Içá-Mirim, filho do cacique (que na língua indígena significa formiga pequena, fosse com ele e sua tripulação para a França, prometendo trazê-lo de volta em 20 luas e em Para compensar o trato desfeito, deu seu nome ao índio e mais tarde casou-o com sua filha Suzanne, legando-lhe parte de seus bens, com a condição de que ele e os seus descendentes usassem o nome dele e suas armas*, encontramos os verbos prometer, compensar, legar e usar, remetem a efeitos de sentido de comprometimento e ajudam a construir o imaginário do sujeito-navegador honrado e bom.

Tal tomada de posição pelo sujeito-burguês (navegador, colonizador, empresário e outros) permanece em outros espaços/tempo (“descobrimento”, “colonização” e “desenvolvimento”) marcando as práticas e formações sociais e cristalizando discursos e enfatizando a luta de classes.

Os textos que circulam (em placas, livros de ficção e outros), inclusive essa narratividade do “descobrimento” de São Francisco do Sul/SC, apresenta a navegação francesa menos voraz que a portuguesa, interessada em novos caminhos para as Índias, para as rotas de comércio com o Oriente. O comércio naquela época era um meio de exploração, na qual mercadorias são compradas por valores menores, irrisórios muitas vezes, para serem revendidas por um valor maior, quem lucrava eram as grandes companhias de navegação. A lógica comercial também se mantinha na compra de matéria prima em um valor mais baixo para ser manufaturada na Europa, que já possuía pequenas manufaturas nesta época.

Deslocando De Certeau (2020)<sup>17</sup>, ainda sobre a historiografia e sobre a entrada nos fatos históricos, o sentido do “real” se dá pelo discurso e o discurso da história prolifera pelas

---

<sup>17</sup> A obra *A escrita da História*, de Michel de Certeau, 3ª Edição, 2020.

ideologias, a relação com o *outro* (aqui entendemos como o Outro- o real<sup>18</sup>), considerando os aspectos discursivos e históricos apresentados pelos autores citados anteriormente, os fatos de considerar as expedições europeias como viagens de exploração dependem da posição do analista e da teoria que o sustenta. Na ascensão do modelo capitalista da época, o discurso de expansão, exploração e dominação fazia parte da formação discursiva do colonizador.

Do “descobrimento” das américas ainda emergem curiosidades, uma certa exotificação, já que a maioria dos olhares para este fato histórico são modelos míticos e folclóricos<sup>19</sup>, no qual a ideologia religiosa se atravessa nos fatos históricos e políticos. Muitas das narratividades encontradas sobre o fato do “descobrimento” de São Francisco do Sul apresentam essa configuração.

A epopéia da colonização apresenta-se como um grande acontecimento heróico do conquistador, sejam eles mencionados como práticas cristãs, expansão (outros territórios americanos) ou simplesmente de exploração. Esta narratividade reforça os movimentos de sentidos que privilegiam a formação discursiva e ideológica europeia, a narratividade do conquistador sinaliza que o povo dominado não tem voz. Nesta narratividade, o colonizador/conquistador profere um discurso com efeito de sentido altruísta, mas a lógica capitalista permanece, considerando que o colonizar costumava trocar adornos, ferramentas e armas por caça, tinturas e outras matérias primas.

---

<sup>18</sup> Certeau trata do outro, diferente do outro/Outro da Análise do Discurso. O outro será o real, o fato histórico, que ele mesmo pontua como algo um ponto de vista (uma escolha de entrada) e como uma ciência ideológica, assim como as outras. Em Certeau (2020), capítulo I (FAZER HISTÓRIA- PROBLEMAS DE MÉTODO E PROBLEMAS DE SENTIDO), nas seções I a IV, discorre sobre os tipos de práticas históricas, mostrando que os tipos de entrada no assunto histórico apontam para uma visão de mundo, uma ideologia. Certeau tem um entendimento da história que conversa com a AD.

<sup>19</sup> Termos utilizados por Certeau (2020).

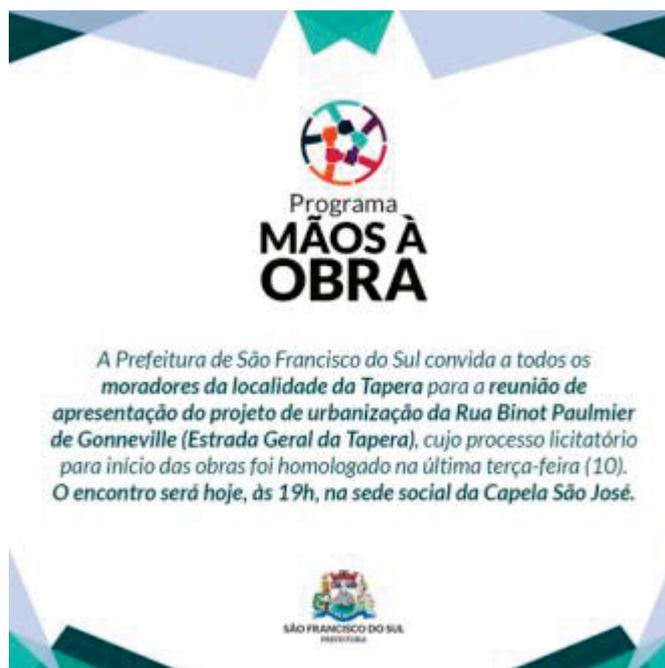
TEXTO-IMAGEM 7: Placa alusiva ao “descobrimento”<sup>20</sup>

Fonte: Arquivo da autora (2024)

No texto-imagem 7, placa alusiva ao “descobrimento”, localizada em uma das praças do Centro Histórico, encontramos a mesma narratividade da placa encontrada no Morro do Hospício e a que circula no Espaço Urbano de São Francisco do Sul. A narratividade apresenta os mesmos elementos da análise anterior: o acontecimento do “descobrimento” e seus desdobramentos e os sujeitos (os navegadores e os indígenas).

<sup>20</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. A Prefeitura inaugura placa alusiva ao descobrimento da cidade em 1504. Reportagem. Disponível em: [Prefeitura inaugura placa alusiva ao descobrimento da cidade em 1504 | Prefeitura de São Francisco do Sul \(saofranciscodosul.sc.gov.br\)](https://saofranciscodosul.sc.gov.br). Acesso em: 06 mar. 2024.

TEXTO-IMAGEM 8: Comunicado Municipal <sup>21</sup>



Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul (2020), postagem instagram

O texto-imagem 8 foi uma postagem do Instagram da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul que trata de convite para reunião do Programa Mãos à obra, tal texto-imagem p foi selecionado para marcar a memória do “descobrimento” no discurso atual, trazendo resquícios do acontecimento histórico, ou seja, a memória do colonizador cristalizada no nome da *Rua Binot Paulmier de Gonneville*.

<sup>21</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL. A Prefeitura informa os moradores sobre obras na Estrada Geral da Tapera em reunião hoje à noite. Reportagem. Disponível em: [Prefeitura informa os moradores sobre obra na Estrada da Tapera em reunião hoje à noite | Prefeitura de São Francisco do Sul \(saofranciscodosul.sc.gov.br\)](https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/prefeitura-informa-os-moradores-sobre-obra-na-estrada-da-tapera-em-reuniao-hoje-a-noite) Acesso em: 06 mar. 2024.

TEXTO-IMAGEM 9: Painel informativo- Museu Municipal- Sobre o “descobrimento” e a fundação de São Francisco do Sul



**A EXPEDIÇÃO DE GONNEVILLE**

Partindo do porto de HONFLEUR, na França, em 24 de junho de 1503, a Nau "L'ESPOIR", comandado por BINOT PAULMIER DE GONNEVILLE, tinha por objetivo chegar às terras do Oriente em busca dos lucros compensadores das transações comerciais.

Após transporem a Linha do Equador, vários elementos da tripulação foram vitimados por escorbuto e, durante três semanas, o navio recebeu fortes ventos contrários ao seu rumo, que antecederam grande período de calmaria.

As alterações no rumo levaram a "ESPOIR" a encontrar a foz de um rio, definida por GONNEVILLE, como "semelhante à do Rio ORNE", e por ela navegou. A terra descoberta era fertilíssima e os índios, comandados pelo Cacique AROSCA, mostravam-se amistosos. Uma cruz de madeira de foi levantada para assinalar a passagem da expedição.

GONNEVILLE partiu a três de junho de 1504, levando consigo para França um dos filhos de AROSCA, IÇÁ-MIRIM, a fim de ensinar-lhe o uso da artilharia, prometendo trazê-lo de volta dali a 20 luas. A "L'ESPOIR" acabou naufragando, após ser atacada por piratas nas Ilhas JERSEY e GUERNESEY, e o índio, que teve seu nome mudado para BINOT em um batismo ainda em alto-mar, não mais regressou ao Brasil e acabou casando-se com a filha de GONNEVILLE, SUZANNE.

**A FUNDAÇÃO DA VILA DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

MANOEL LOURENÇO DE ANDRADE iniciou, em 1658, o efetivo povoamento da região de São Francisco do Sul. Em companhia de mulher e filhos, aqui chegou com seu genro, LUIZ RODRIGUES CAVALINHO, escravos em grande número, gado, instrumentos agrícolas e ferramentas para exploração de minas.

Vem com amplos poderes outorgados pelo Marquês de Cascais, sucessor do donatário PERO LOPES, não só para aqui estabelecer-se como para repartir as terras com os demais companheiros e com os que fossem chegando. A elevação da povoação à categoria de Vila ocorreu em 1660.

Em 1665 São Francisco do SUL foi elevada a Paróquia, ocorrendo por esse tempo a morte de LOURENÇO DE ANDRADE, que foi sucedido por GABRIEL DE LARA no governo da Vila, exercido de Paranaguá onde era Capitão-Mor.

Anos depois assumia as funções de Capitão-Mor o tristemente célebre DOMINGOS FRANCISCO FRANCISQUES, o "CABECINHA".

Fonte: Arquivo da autora (2024)

O texto-imagem 9 repete a narratividade do texto-imagem 6, com seu discurso constrói uma rede de sentidos que se repete, significando e ressignificando os discursos sobre o “descobrimento”. O discurso de/sobre se somam através da repetitividade e saturam os sentidos, são forças que significam e ressignificam os sentidos. Observamos que os sentidos podem escapar, apresentar resistências e ou vir a ser outros.

## TEXTO-IMAGEM 10: Placa de estabelecimento comercial



Fonte: Arquivo da autora (2024)

O texto-imagem 10 é mais um exemplo da presença de elementos da narrativa do “descobrimento” nos elementos do Espaço Urbano. Os sentidos do “descobrimento” de São Francisco do Sul, deslizam para os sentidos de uma epopéia, de navegadores amigáveis e de uma convivência cordial entre colonizadores e colonizados. Segundo Tiago (1938, p.14-15):

Mostravam-se valentes e destemerosos, na guerra e para com inimigos que lhes assaltaram a propriedade. Entretanto, ao que nos dizem as notícias históricas, não receberam os europeus como inimigos, tanto que lhes dispensaram ótimo tratamento e com eles sempre tiveram bom entendimento. Neste particular, quer-nos parecer que os Carijós habitantes das margens da Babitonga, por serem em pequeno número e não

terem sofrido hostilidades dos povoadores europeus, foram absorvidos na massa da população e não exterminados a ferro e fogo, como quase toda a parte sucedeu, nas terras do Brasil.

Na narratividade francisquense, vemos as figuras dos catequizadores, os exploradores agindo em nome de um Deus que acreditavam ser superior aos dos nativos. Nesta narratividade, os navegadores teriam erguido uma cruz, símbolo da igreja católica, para celebrar uma missa na Páscoa, todos símbolos do cristianismo. A imagem da primeira missa do Brasil, citada na Carta de Pero Vaz Caminha, se repete nesta narratividade. Segundo Orlandi (2008, p. 42), “O discurso dos missionários que, por suas condições, são da ordem do religioso, deslizam assim politicamente do religioso para etnológico e, ao se deslocarem, produzem um resíduo. Este resíduo é o que constitui efeitos de sentido desse jogo de discurso: silenciam aspectos cruciais da nossa história”.

Nesta narratividade, a voz do índio aparece silenciada, com descrições que os consideram amigáveis, gentis e pacíficos. Temos uma imagem cristalizada, reduzida do Brasil e de seu povo originário. A imagem que o europeu constitui e que se satura na medida que é reproduzida.

A narratividade sobre São Francisco do Sul/SC, a relação dos europeus e do povo originário aparece de forma pitoresca e romantizada. Destacamos a ida de um índio carijó para a Europa com a promessa de voltar em 20 luas. O índio não retorna e casa-se com a filha do capitão e assume o sobrenome da família, Gonneville. Nos movimentos de sentidos, a imagem cristalizada do europeu agindo sobre a cultura dos povos indígenas, priorizando seus costumes e crenças, que resulta na aculturação do índio, de modo que como sujeito, o sujeito-índio se submete à formação discursiva europeia. Na saturação de sentidos cristalizados pelas evidências algo nos escapa. Para Orlandi (2008, p. 27) os brasileiros agem como cópias do europeu, “somos a imagem rebelde sem semelhança interna”.

As narratividades que enaltecem a cultura europeia fazem sentido na contemporaneidade porque essa cultura ainda serve de referência para diversas áreas, não porque essas referências sejam melhores, mas porque elas exercem uma relação de poder, que funcionam como marcas de legitimidade, autoridade, prestígio, etc. sobre as demais referências.

TEXTO-IMAGEM 11- Foto de peça do Museu Nacional do Mar, exposição realizada na Festilha de 2022



Fonte: Arquivo da autora (2022)

O texto-imagem 11 apresenta a réplica do navio L'Espoir, nau que teria sido utilizado pelo navegador francês Binot Paulmier de Gonneville para chegar à nossa costa. A réplica pertence ao Museu Nacional do Mar e na ocasião da foto fazia parte da exposição itinerante apresentada na Festilha de 2022.

### **1.3.4 A segunda versão do “descobrimento”**

A segunda versão do “descobrimento” teria acontecido por volta de 1515, pelo espanhol João Dias de Solís. Os espanhóis teriam passado por São Francisco do Sul nos esforços de encontrar as Índias Orientais e inaugurar as rotas de navegação que passavam pela costa da América do Sul, contornando-a e chegando ao Oceano Pacífico. Em 1520 Fernando de Magalhães teria feito a viagem completa pela costa da América do Sul, com o objetivo de encontrar as ilhas Molucas, na Indonésia. Os espanhóis também teriam “descoberto” o Rio do Prata. De acordo com Tiago (1938, p.17):

Decorridos cêrca de 11 anos da passagem de Gonneville por estas paragens, uma outra expedição, chefiada por João Dias de Solis, célebre navegador espanhol, andando a explorar as terras do sul do Brasil, com o intuito de encontrar uma passagem para Molucas (emprêsa que Fernão Dias e Elcano realizaram, como se sabe em 1920), chegou em São Francisco, dando esta denominação à baía a que os naturais chamavam Babitonga, denominação essa que depois passou à povoação muito mais tarde fundada à margem da referida baía e que é, hoje, a cidade de São Francisco do Sul.

Tanto franceses como espanhóis tinham interesse em outras rotas de comércio e atracaram em nossas terras. No relato de Tiago (1938), os espanhóis queriam encontrar as ilhas Molucas e reencontraram o Rio do Prata. Essa narratividade reforça o que discutimos na seção anterior, que o interesse dos europeus nas terras brasileiras era o da exploração.

O texto-imagem 10 circula na rede social de um estabelecimento comercial da cidade, fazendo referência ao navegador espanhol João Dias de Solís, mostrando que o discurso sobre a passagem dos espanhóis por São Francisco do Sul é um discurso aceito, que circula e movimenta sentidos.

Fonte: Arquivo da autora (2024)

TEXTO-IMAGEM 12: Postagem de página do Instagram de um estabelecimento da cidade



Fonte: Instagram (2022)

O texto-imagem 12 trata de uma postagem de um estabelecimento comercial de São Francisco do Sul, o Winebar Cave de Solis, na publicação observamos a narratividade do “descobrimento” de São Francisco do Sul conforme outra vertente do acontecimento. Na versão discursivizada pelo estabelecimento, o sujeito-navegador seria João Dias de Solís.

Neste caso, o sujeito-estabelecimento comercial direciona a leitura do possível leitor, apresenta a leitura do acontecimento histórico, apresenta seus argumentos e captura o sujeito-turista ou sujeito-visitante. O discurso histórico endossa a estratégia de marketing e envolve o sujeito (s), utiliza a memória e os efeitos de sentido do discurso histórico como legitimidade e captura os leitores a “fazer parte dela”.

Segundo Pereira (2004), os autores citam que João Dias de Solís teria passado por São Francisco do Sul, outros dizem que se tratava de Santa Catarina ou o que vem ser Florianópolis. João Dias teria denominado esta localidade de São Francisco. Pereira (2004), através de suas pesquisas descobre que o nome dado à baía passa a aparecer nos documentos de navegação: Na Suma de Geografia do licenciado Enciso (1519); Carta de Turim (1523); Mapas de Maiollo

(1519 e 1527); Trabalhos cartográficos de Lazaro Luiz, Jan Van Doet e Arnold Florentin (1568-1580). Em Pereira (2004, p.35), “Assim, parece estar demonstrado que a denominação de São Francisco é de autoria espanhola e, por conseguinte, só poderia ser dada pela expedição de Solís, em 1515, a primeira, conforme temos notícias, que explorou mais ou menos detidamente a costa do sul do Brasil até o Rio do Prata, à procura dessa passagem para as Molucas”.

De acordo com Meirinho<sup>22</sup> (2020, p. 135 e 271), no dia 08 de outubro de 1516, “Parte do porto de Lepe, na Espanha, nesta data, a expedição de Juan Dias de Solis, navegador que teria sido responsável pela denominação de vários pontos geográficos na costa catarinense”. No dia primeiro de maio de 1526:

Alcança a Ilha de Santa Catarina a nau “São Gabriel”, comandada por D. Rodrigo de Acunã. Esta embarcação fazia parte da frota espanhola que, de regresso das Molucas, foi desbaratada por um temporal nas proximidades do Estreito de Magalhães. Aqui encontrou os remanescentes da expedição de Juan Dias de Solis aos quais alguns homens de Acunã se juntaram, recusando-se a regressar à Espanha”.

Esta narratividade sobre o “descobrimento” circula e faz sentido, demarca uma outra memória sobre o domínio europeu nas terras catarinenses.

Para as duas versões do “descobrimento”, os navegadores europeus protagonizam a narratividades histórica (ou ficcional), o mar, nossa metáfora de entrada, assume o papel de caminho, o espaço por onde os europeus chegam na nossa costa, o lugar por onde tiveram acesso ao nosso território. O mar é um lugar de partidas e de chegadas, de conquistas e de exploração, o mar permeia nossa história. O mar é discurso, memória e disputa de sentidos.

Os espanhóis, nesta época, ultrapassaram os limites dos portugueses no que se referia à navegação do território do sul do Brasil, como havíamos comentado os interesses eram puramente comerciais, neste período, Portugal estava sob o domínio Espanhol. Além da comercialização de especiarias, tecidos, madeiras, a busca por metais preciosos no território que conhecemos hoje por América Latina começa a ser explorada. Mais tarde no período dos bandeirantes, a busca pelo ouro, novas terras e captura dos povos nativos se intensifica. Conforme Pereira (2004, p. 40-41),

Mas só depois de Portugal libertar-se do jugo espanhol, foi que se começou a olhar com mais interesse para as costas do sul e se iniciou o seu povoamento, com a fundação de Paranaguá, São Francisco, Santa Catarina e Laguna. Assim mesmo, era um movimento mais verdadeiro paulista que português, era o expansionismo

---

<sup>22</sup> A obra de Jair Meirinho, *Datas históricas de Santa Catarina: 1500 a 2000*, Editora Insular, de 2020, traz em ordem cronológica fatos históricos referentes ao Estado de Santa Catarina, do período do descobrimento, 1500, até os anos 2000.

bandeirante que se lançava pelo interior do Brasil na conquista de índios que se transmuda na do ouro e consequente conquista de terras.

A história de São Francisco do Sul/SC confunde-se com a história da colonização do Brasil e de Santa Catarina, nesta segunda versão a cidade tinha também significado de passagem, pois o objetivo principal era a conquista de territórios e procura de ouro.

Nesta segunda narrativa, a convivência com os nativos também foi pacífica, os espanhóis teriam ficado no território em dois momentos, na passagem de Solis e da família de Fernando Trejo e Sanabria.

O silenciamento/apagamento da voz dos povos originários constitui efeitos, neste período histórico, de transição do feudalismo para o capitalismo. As narrativas se pautavam no comércio de especiarias advindo das novas rotas de navegação, no “descobrimento” de novas terras e “expansão e conservação” da igreja católica.

Segundo Orlandi (2008), o colonizado não ocupará a posição discursiva de colonizador, nos seus estatutos e sentidos, pois o dizer do colonizado está predeterminado pelo colonizador, ou neste caso silenciado/apagado por ele. Para Orlandi (2008, p. 61) “é preciso observar: o que o colonizador não está dizendo quando está dizendo “x”?”

Partindo da AD não podemos nos isentar da discussão de procurar expor o movimento de sentidos que estabelece ao silenciar/apagar a presença dos povos originários, neste período histórico, focando nos feitos heróicos dos colonizadores europeus, a superioridade europeia se configura nos discursos sobre o “descobrimento” e permanecem até hoje na subjogadas aos povos latino americanos.

Dois outros fatos merecem atenção, narrativas que circulam e exaltam a presença dos europeus em nossas terras: a passagem de Cabeza de Vaca e o nascimento do bispo Fernando Trejo y Sanabria, citado acima.

A passagem de Dom Álvaro Núñez, Cabeza de Vaca, por nossa cidade se deu por volta de 1541 e 1942, no retorno de sua expedição pela América do Norte. De acordo com Markun (2009, p.147)<sup>23</sup>, "Seguindo viagem, a armada passou pela ilha de São Francisco do Sul e chegou à ilha de Santa Catarina em 29 de março de 1541, seis meses depois de ter deixado a Espanha". Cabeza de Vaca batizou São Francisco do Sul de **San Francisco de La Vera**. Ele foi um

---

<sup>23</sup> A obra *Cabeza de Vaca*, de Paulo Markun, Editora Companhia das Letras, 2008, conta a história de Dom Álvaro Núñez, Cabeza de Vaca. Paulo Markun, escreve sobre esse personagem da história que viveu no período das descobertas da América. Markun descreve Cabeza de Vaca como “soldado, alcoviteiro, conquistador, naufrago, escravo, comerciante, curandeiro, governador, prisioneiro, escritor”.

personagem icônico que marcou o período das grandes navegações e teria passado por São Francisco do Sul e outros lugares do estado.

Segundo Meirinho (2020, p.105), no dia 29 de março de 1941, “Desembarca na Ilha de Santa Catarina a expedição de D. Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que permaneceu na região por cerca de seis meses, organizando nova expedição, que entrou pelo interior, alcançando os rios Negro e Iguaçu e chegando até o Paraguai”.

O nascimento do bispo Fernando Trejo y Sanabria teria acontecido em São Francisco do Sul, que na época foi ocupada por espanhóis, se chamava São Francisco de Mbiaza<sup>24</sup>. A passagem em São Francisco do Sul, da família de Fernando Trejo y Sanabria, sucedeu à passagem de Cabeza de Vaca. Fernando Trejo y Sanabria mais tarde tornou-se bispo de Tucumã e fundou a Universidade de Córdoba, na Argentina.

Segundo Meirinho (2020, p. 199), no dia 22 de julho de 1547, foi firmado o contrato “entre a o Governo da Espanha e Juan de Sanabria visava à fundação de um povoado, por parte deste último, na costa catarinense, mais especificamente onde hoje se situa o porto de São Francisco do Sul”.

Ambos os fatos tratam da lógica europeia de colonização, na qual um navegador e sua tripulação ou famílias abastadas partem rumo a um território desconhecido, cheio de perigos e aventuras, com um objetivo definido. Os efeitos de sentido sobre esses discursos retomam o imaginário do colonizador sendo superior ao colonizado, os territórios dominados sendo inferiores aos impérios europeus.

### 2.3.3 A historicidade da “colonização” portuguesa

A “colonização” portuguesa aconteceu a partir de 1658 com a chegada do capitão-mór Manoel Lourenço de Andrade<sup>25</sup> e sua família. Manoel Lourenço era natural de Lamego e procurador do Marquês de Cascais. De acordo com Pereira (2004, p.43):

---

<sup>24</sup> Informações retiradas da Wikipedia: “San Francisco de Mbiaza (que significa "La Salida" en idioma guaraní), también llamada San Francisco de Ybiazá ou San Francisco de La Vera fue una villa colonial española de efímera existencia ubicada en las costas sudamericanas del océano Atlántico hacia las coordenadas 26°14'34"S 48°38'16"O.” Disponível em: [San Francisco de Mbiaza - Wikipedia, la enciclopedia libre](#). Acesso em 01 mai. 2022

<sup>25</sup> Segundo Meirinho (2000) em 1934, Carta Régia desta data concede a Pero Lopes de Souza oitenta léguas compreendendo as chamadas terras de Sant’Ana, parte integrante da futura Capitania de Santa Catarina, desde Paranaguá até Laguna terra ao longo da costa brasileira. Em 1535, o Rei de Portugal, D. João III, confirma a doação, hereditária Pero Lopes de Souza, de “quarenta léguas de terras a partir de doze léguas ao sul da Cananéia acabando nas terras de Sant’Ana. Deste território fazia parte toda a costa catarinense. Pero Lopes de Souza, irmão, Martim Afonso de Sousa, fez parte da segunda expedição ao Brasil, ganhou direitos sobre a nova Capitania de Sant’Ana. Marquês de Cascais, D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, 6.º Conde de Monsanto, foi sucessor de Pero

Vieira Manoel Lourenço de Andrade com amplos poderes do Marquês de Cascais, sucesso do donatário Pero Lopes, para estabelecer-se em São Francisco e repartir as terras com os demais companheiros e com os que fossem chegando (10), sendo provavelmente acoroçado na empresa pelo governo da capitania de São Paulo, que se interessava pelo povoamento do Sul do Brasil e persuadia essa gente a transmigrar para os campos e para a orla litorânea até o Prata, a fim de garantir a posse dessa região que de direito nos pertencia e a Espanha pretendia conquistá-la em várias tentativas.

A “colonização” de São Francisco do Sul e de Santa Catarina se deu na segunda fase de “colonização” portuguesa, a região estava sob a regência espanhola e os portugueses queriam garantir a posse desse território. Em São Francisco do Sul existia o único porto que podia receber os navios europeus. Dessa forma a cidade era considerada um ponto estratégico para chegar ao Rio da Prata.

Na AD, o que nos interessa de fato é o funcionamento dos discursos (e da memória) no tempo/espaço, observando como os discursos se repetem, se modificam e transformam em outros, entrelaçando presente e passado. As historicidades dos discursos de colonização nas américas ressoam as mesmas referências e carregam as memórias de exploração de outros territórios invadidos.

Alguns relatos apontam que outros colonizadores portugueses teriam colonizado a cidade antes de Manoel Lourenço de Andrade, Gabriel de Lara (1940) e Antônio Fernandes (1942), ambas tentativas sem registros. Depois da morte de Manoel Lourenço de Andrade a cidade foi governada pelo Capitão-Mór Domingos Francisco Francisques, mais conhecido por “Cabecinha”. Cabecinha tinha um comportamento autoritário. Pereira pontua: “Domingues Francisco exerceu em São Francisco verdadeira tirania, cometendo as mais bárbaras práticas que, pelo requinte de perversidade de que se revestiam, jamais puderam ficar esquecidas na memória do povo” (Pereira, 2004, p. 56).

---

Lopes de Souza no comando da Capitania de Sant’ Ana. Os portugueses fizeram investidas primeiramente, contra os espanhóis e depois contra os franceses pelo domínio da costa sul.

TEXTO-IMAGEM 13: Placa localizada comemorativa aos “colonizadores”



Fonte: Arquivo da autora (2024)

O texto-imagem 13 refere-se à placa fixada em monumento que homenageia os fundadores da cidade. O discurso cita os nomes de Manoel Lourenço de Andrade e seu genro Rodrigues Cavalinho. Lembramos que os “fundadores” da cidade foram representantes da coroa Portuguesa e vieram para nossa cidade com o intuito de “colonizar”.

Foram atribuídos a Cabecinha vários crimes, como a morte de Frei Fernando, abandonado no mar em uma canoa velha. A morte de seu irmão e seu parente, e de Ana Lamim. Domingues Francisques foi destituído e condenado, mas não nunca foi capturado pela justiça. Após seu julgamento ele teria voltado à cidade, e procurado pelas autoridades (Gonçalves de Aguiar e Alves Marinho) fugiu novamente. Pereira (2004, p. 86) descreve:

[...] às atribuições dos capitães-mores e narramos como Domingos Francisco Francisques, segundo capitão-mor, sucedendo a Manoel Lourenço de Andrade, exercera os poderes que lhe foram conferidos pelo Marquês de Cascais. O Cabecinha, após a prática de tantos crimes, abandonou a vila, escapando, assim, à ação da justiça, e quando Pires Pardinho aqui chegou em 1720, veio encontrar Agostinho Alves Marinho no cargo de capitão-mor.

Após a capitania de Agostinho Alvez Marinho, o Ouvidor e Corregedor Geral da Capitania de São Paulo Rafael Pires Pardinho assumiu a *correição*<sup>26</sup> São Francisco do Sul, ele havia passado por outras localidades do Paraná e Santa Catarina antes disso. O Ouvidor era “uma sorte de administrador-magistrado itinerante, além do governador, que pelos seus conhecimentos de direito, pudesse prover nem só as coisas de justiça como de administração” (Pereira, 2004, p.77, apud Leal).

Com a construção da igreja matriz Nossa Senhora da Graça a vila foi elevada a paróquia. A igreja nem sempre foi o que é hoje, inúmeras reformas foram realizadas e a ampliação da estrutura principal, ampliando de uma para duas torres. Assim como a igreja, a praça e o pelourinho eram elementos tradicionais em uma paróquia.

TEXTO-IMAGEM 14: Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça

---

<sup>26</sup> Medida administrativa tomada pelo novo ouvidor para organizar a vila, que se encontrava abandonada.



Fonte: Site (ND Mais)<sup>27</sup>

O texto-imagem 14 traz a imagem da Igreja Matriz que se acredita ser a mais antiga do estado e que como bem patrimonial acompanha as etapas de desenvolvimento da cidade. As formações das cidades seguem modelos europeus, em que a cidade se organizava em torno da igreja. Neste conjunto, orbitava a praça pública, a sede administrativa, o pelourinho, o coreto, entre outros.

A igreja matriz é um elemento imponente no Centro Histórico, cartão postal da cidade, além da sua arquitetura exuberante ela representa um espaço destinado à fé católica, delimitando a formação ideológica (religiosa) dominante na época da colonização.

---

<sup>27</sup> Reportagem Nossa Cultura: o patrimônio artístico e cultural de São Francisco do Sul, em ND Mais. Disponível em: [Nossa Cultura: o patrimônio artístico e cultural de São Francisco do Sul | ND Mais](#). Acesso em: 01 mar. 2022

Os elementos arquitetônicos e os Espaços Urbanos representam as formações discursivas e caracterizam a formação social como um todo. Nada está disposto à toa no Espaço Urbano, tudo tem um sentido, uma *ordem e organização*.

A igreja matriz faz parte do Conjunto Urbano e Paisagístico de São Francisco do Sul, um dos prédios mais importantes de sua composição. Na igreja, ainda são realizadas missas, festejos e outros, em anexo ao seu prédio principal funciona o Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega de São Francisco do Sul. Da mesma forma que as cruzeiras eram erguidas em cada terra conquistada, as igrejas representavam o começo de um novo povoado.

Lembrando que nesta época os discursos políticos e os religiosos eram muito próximos em suas ideologias, não é à toa que a figura dos padres e de outros dirigentes eram muito fortes no cenário político das cidades.

### **2.3.2 Dizeres sobre São Francisco do Sul/SC: “A terceira cidade mais antiga do Brasil” e “A cidade mais antiga de Santa Catarina”.**

O enunciado “A terceira cidade mais antiga do Brasil” circula por constituir redes de sentido que se instauram a partir do discurso do “descobrimento” de São Francisco do Sul, em 1504. Para a validação deste enunciado recobre todas as etapas e nomeações políticas que configuraram a criação de uma cidade. Por exemplo, os títulos que a cidade recebia com o passar do tempo, sua importância política e econômica e o número de habitantes. A relevância política e econômica é elemento importante para a criação das cidades e metrópoles no modelo capitalista, que estava em expansão, assim como as grandes navegações.

Sendo assim, para este título os fatores políticos e econômicos deveriam considerar São Francisco do Sul uma das primeiras cidades “descobertas” no Brasil, no entanto questiona-se a chegada dos franceses antes dos espanhóis. Como havíamos comentado anteriormente, existem documentos para comprovar a passagem dos espanhóis (cartas de viagens e mapas) e para estes também se encontram registros de suas paradas no nosso território.

São Francisco do Sul é uma das cidades mais antigas de Santa Catarina, assim como Florianópolis e Laguna. Pela narratividade da “descoberta” francesa (1504) São Francisco do Sul é a cidade mais antiga de Santa Catarina. O enunciado “São Francisco do Sul é a terceira cidade mais antiga do Brasil” é um discurso aceito, circula e movimenta sentidos no espaço urbano, significando/ressignificando o Patrimônio Cultural do Brasil. Abaixo mostramos um recorte discursivo, formado de texto e imagem, onde o discurso remete ao enunciado citado acima. A página da web, do Portal São Chico, página dedicada ao turismo, descreve os atrativos

históricos e culturais da cidade e os ilustra com a imagem de uma das ruas do Centro Histórico, onde os prédios históricos e a igreja matriz Nossa Senhora da Graça ilustram este patrimônio histórico e cultural, formado pelas construções coloniais da época da colonização do Brasil.

TEXTO-IMAGEM 15: Postagem Portal São Chico



**ENCANTE-SE COM NOSSA HISTÓRIA**

**A cidade mais antiga de Santa Catarina**

Descubra São Francisco do Sul e suas histórias ou "São Chico" como costuma ser carinhosamente chamada, é considerada a cidade mais antiga de Santa Catarina, assim como a terceira cidade mais antiga do Brasil.

Descoberta em 1504, foi tombada como **Patrimônio Histórico**, e por isso tornou-se um exemplar de cultura nacional.

Além da história, São Chico preserva maravilhosos monumentos históricos, que sem dúvida traduzem o charme de sua arquitetura colonial, nos conduzindo a uma verdadeira viagem ao tempo entre: vielas, casarões e belezas naturais.

Fonte: Portal São Chico (2023)

O texto-imagem 15 é uma postagem da internet do site chamado Portal São Francisco, apresenta a mesma narratividade do “descobrimento” e decorrente dela os efeitos do emprego de advérbio de intensidade (mais), o numeral (classificação) e adjetivo (antiga), além de outros elementos linguísticos que trabalham para a saturação do discurso como em *A terceira cidade mais antiga do Brasil* e *A cidade mais antiga de Santa Catarina*.

No texto-imagem 16 apresentamos a postagem na página do Instagram da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

TEXTO-IMAGEM 17: Postagem sobre aniversário de 519 anos:



Fonte: Instagram da Prefeitura Municipal (2022)

O discurso que acompanha o texto-imagem da postagem apresenta o enunciado: “Programação de aniversário/ 519 anos São Francisco do Sul” e um enunciado que aparece na descrição da imagem postada no feed, na qual trata da comemoração dos 519 anos de “descobrimento” e a programação da comemoração. O enunciado recortado será “Em 5 de janeiro, São Francisco do Sul completa 519 anos desde seu descobrimento”.

O texto-imagem 17 apresenta um numeral ( 519) que se remetem a quantidade de anos do “descobrimento”, na disposição da imagem ele tem uma grande proporção, acompanhado por imagem do Centro Histórico (vista da baía para a cidade) em segundo plano, os numerais com transparência, deixando aparecer o perfil da orla e dos casarões históricos. Em um movimento que remete a memória do “descobrimento” e da “colonização”, destacando a importância (pela quantidade de anos de seu “descobrimento”) e ressoa os efeitos de sentido de pertencimento.

A depender da data de “descobrimento” a cidade ocupa o título de “cidade mais antiga Brasil”<sup>28</sup>, apesar da informalidade desse título, o discurso sobre a cidade é aceito e circula na

<sup>28</sup> Vídeo - Reportagem NSC TV, Terceira cidade mais antiga do Brasil., São Francisco do Sul seduz pela história e pela beleza.. Disponível em: [Terceira cidade mais antiga do Brasil, São Francisco do Sul seduz pela história e pela beleza natural - NSC Total](#). Acesso em: 10 jun 2022.

Outra reportagem: Vídeo- Reportagem Mais você, O destino do dia é São Francisco do Sul, cidade mais antiga de Santa Catarina... Disponível em: [Mais Você | O destino do dia é São Francisco do Sul, cidade mais antiga de Santa Catarina | Globoplay](#). Acesso em: 10 jun 2022. Vídeo- Ministério do Turismo. [Conheça São Francisco do Sul \(youtube.com\)](#). Vídeo- SANTUR SC. [Descobrimdo Santa Catarina - São Francisco do Sul - YouTube](#)

formação social, movimentando discursos e sentidos. Observamos este fato em campanhas comemorativas do município, veículos, empresas, etc.

TEXTO-IMAGEM 18: Campanha publicitária estampada nos banheiros públicos da temporada 2022/2023.



Fonte: Arquivo da autora

TEXTO-IMAGEM 19: Foto da campanha publicitária da Vega Arcelor Mital, 2023.



Fonte: Arquivo da autora

Atrelada à narratividade do acontecimento do “descobrimento”<sup>29</sup>, temos a discursividade *de/sobre* São Francisco do Sul, discursos que fazem ao significar como Patrimônio Nacional. Analisemos a discursividade dos sintagmas nominais, vejamos as Sequências Discursivas:

**SD9:** A terceira cidade mais antiga do Brasil

**SD10:** A cidade mais antiga do estado.

A maioria dos texto-imagem recortados do nosso arquivo direcionam para as SD9 e SD10. A SD9 diz respeito ao discurso que circula na cidade e que aparece em diversos vídeos, campanhas publicitárias e narrativas dos moradores locais. O título de cidade mais antiga

---

<sup>29</sup> No romance *Júlia*, de 2008, que se passa em XIX, e trata da história de poetisa Júlia da Costa, nascida em Paranaguá e que viveu em São Francisco do Sul, a polêmica sobre o “descobrimento” aparece através das interferências da personagem da professora Mirtes Oliveira, vejamos: “O presidente da Província de Santa Catarina, dizem se excedeu no vinho e fez declarações de amor aquela ilha paradisíaca, quase contemporânea do nascimento do Brasil, declarou para a alegria dos patriotas locais e para o desgosto da professora Mirtes Oliveira, que, vocações para historiadora, torceu a cara diante do exagero” ( p.144) e em “ A professora Mirtes Oliveira agitou-se em sua cadeira, interrompendo a trajetória de um bocado de frango que trazia ao garfo e temeu que fosse adotar a ideia de que São Francisco do Sul era a terceira cidade mais antiga do Brasil. Mas ele não fez isso. Sabia que era uma ideia polêmica”. (p.185)

do Brasil refere-se à data de “descobrimento” de São Francisco do Sul pelos franceses, 05 de janeiro de 1504.

A SD10 trata também de um discurso que circula na cidade de São Francisco do Sul e refere-se à data do “descobrimento” da cidade, 05 de janeiro de 1504, caracterizando a cidade como “cidade mais antiga de Santa Catarina”. Nesta mesma linha de classificação, encontramos a cidade de Florianópolis e Laguna, ambas as cidades que recebem o título de “cidades mais antigas do estado”. O texto-imagem 18 direciona-se para a SD10.

A SD9 e a SD10 retomam os discursos que circulam no Espaço Urbano, que remetem à cidade de São Francisco do Sul e ressoam a narratividade do “descobrimento” da cidade. A discursividade dos sintagmas nominais, principalmente do advérbio de intensidade “mais”, demonstram a repetibilidade dos discursos, mostrando o funcionamento da memória no discurso, que ressoa como metáfora e paráfrase de outros discursos.

O funcionamento do advérbio de intensidade “mais” intensifica a expressão “cidade antiga”, formada pelo substantivo “cidade” e pelo adjetivo “antiga”, retomando o sentido que há uma competitividade entre as cidades para conhecer/fazer ver qual cidade seria a mais antiga em suas dimensões (do Brasil e do Estado).

A intensidade marcada pelo “mais” nas designações de cidades, objetos e outros movimenta sentidos competitividade, esta vantagem perante a outros elementos da mesma categoria (cidades, monumentos, objetos, etc.) coloca o objeto em destaque. Para os moldes do capitalismo na idade moderna, a vantagem advinda da comparação, se torna um benefício para as práticas sociais, econômicas (bens e serviços) e culturais.

Ser considerada a *terceira cidade mais antiga do Brasil e a mais antiga de Santa Catarina* garante à cidade um estatuto que outras cidades não tem, conferem ao objeto destaque e a *qualificam como Patrimônio Nacional*. A própria inscrição como *Patrimônio Cultural* a coloca em destaque no cenário cultural do país. Sentidos que são atravessados pela narratividade do “descobrimento”, da “colonização” e do “desenvolvimento”.

As SD9 e SD10 ao retomarem a referência ao acontecimento do “descobrimento” de São Francisco do Sul em 05 de janeiro de 1504 ressoam em forma de metáfora o acontecimento do “descobrimento do Brasil” em 1500. A memória discursiva que instaura no discurso atual, significando e ressignificando, como discurso *de/sobre* o “descobrimento” da cidade.

A SD9 coloca São Francisco do Sul em disputa (de sentidos) com outras cidades e localidades que foram descobertas por volta de 1500, colocando ao lado das localidades Monte Pascoal (hoje corresponde à Recife), na Bahia e as cidades fundadas posteriormente: Cananéia, São Vicente, Olinda, Igarassu, Vila Velha, Iguape, etc.

A SD10 apresenta a disputa entre as cidades catarinenses, sendo a “descoberta” da parte sul do país se deu posteriormente, pois se deu com o avanço das navegações espanholas e portuguesas nesta parte do país. Os sentidos *de/sobre* “cidade mais antiga” colocam em disputa as narratividades de/sobre o “descobrimento” de São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna.

### **3. TERRA À VISTA: O DISCURSO INSTITUCIONALIZADO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL E OS SUJEITOS**

Embarcaram ao todo sessenta almas”. No início da Relação, enumera-se apenas os principais tripulantes. Aos poucos, e ao sabor das aventuras e desventuras, vamos conhecendo os nomes, as funções e as providências dos sessenta navegantes. (p. 42)

O surgimento das sociedades modernas e capitalistas institui um novo modelo de comportamento ao sujeito, esse sujeito torna-se um indivíduo livre, capaz de decidir sobre suas escolhas. Em nossa teoria entende-se o sujeito, o sujeito interpelado pela ideologia, este torna-se um sujeito assujeitado às formações discursivas, atravessado pelo histórico e o cultural. As relações entre os sujeitos são entendidas como relações políticas, na qual as relações de poder prevalecem. Afinal, os discursos representam formações discursivas e a partir deles podemos compreender o funcionamento do espaço social. Os jogos de poder ( tensões entre diferentes formações discursivas) são projeções imaginárias e efeitos de sentido são desdobramentos do funcionamento da linguagem na formação social. A linguagem é um constitutivo deste sujeito e um lugar de observação.

Os sujeitos em uma sociedade organizada assumem diferentes posição-sujeito, sejam elas relacionadas aos seus campos de interesse, religião, profissão, acadêmica, espaço social, etc. O sujeito pertencente a unidade federativa, a uma organização geopolítica, assume a posição de sujeito-cidadão como aquele que assume uma posição imaginária de membro dessa unidade federativa, com direitos e deveres. O sujeito-cidadão é uma criação do modelo capitalista, no qual o sujeito é interpelado em indivíduo com direitos e deveres, que responde a uma ordem política maior que ele, que "garantiria" o bem comum, uma cidade, um estado ou país.

Os sujeitos e as organizações desta sociedade igualitária/utilitária assumem funções e projeções imaginárias, que lhes garantem posições discursivas, uma voz e uma posição na formação social.

Neste capítulo, trabalhamos com a noção de discurso institucionalizado, identificação/contra identificação, tipologia discursiva, memória, designação e sujeito, realizando um estudo de documentos importantes para a história da institucionalização do Patrimônio Cultural no mundo moderno. Entendemos que será necessário para nosso trabalho entender os discursos institucionalizados sobre Patrimônio Cultural e a relação com o meio social, a relação com o espaço urbano e com o sujeito (s). Trazemos as noções de patrimônio cultural da história, da cultura, da arquitetura e da antropologia, aliadas às discussões de Pêcheux ((1975[2014a] e 2020), Robin (2016), Maldidier (2011), Orlandi (1996, 2007, 2020, 2017) Indursky (2021), Zoppi-Fontana (2003), Petri (2013), Venturini e Rasia (2024) e Guimarães (2003).

Vamos dividir nossos estudos em quatro blocos: as cartas patrimoniais, as convenções patrimoniais, a legislação brasileira sobre patrimônio cultural e a Carta ao Cidadão do Iphan. Partimos de um conhecimento global sobre patrimônio cultural para o conhecimento específico brasileiro, iniciando a compreensão da relação dos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural e sujeito (s). Nosso gesto de leitura entende a evolução da patrimonialização como um movimento discursivo produzido por sujeitos no decorrer do tempo e espaço. Assim como a produção do conhecimento em AD que significa/ressignifica no tempo e na formação social, o patrimônio cultural assume funcionamento próprio na sociedade moderna.

### 3.1 DISCURSOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL E A CARTA DE ATENAS DE 1931 E A CARTA DE VENEZA DE 1964

Nesta seção, do segundo capítulo, trabalhamos com as noções de designação, discurso institucionalizado e memória, realizando um estudo da Carta de Atenas e a Carta de Veneza entendendo-as como discursos sobre o Espaço Urbano e Patrimônio Cultural<sup>30</sup>, e analisaremos como os discursos sobre Patrimônio Cultural partiram da legislação da organização das cidades. Há necessidade de realizar um recorte no tempo e no espaço, que consiste na prática, inerente ao campo teórico a que nos filiamos, de desconstituir o arquivo para compreender o caminho

---

<sup>30</sup> Segundo Choay (2011), em *O patrimônio em questão: antologia para um combate*, André Malraux foi o propagador do termo patrimônio e primeiro ministro responsável pela Cultura na França. De acordo com Choay (2011, p.27) “O termo, em harmonia com o adjetivo “cultural”, foi lançado na França em 1959 por André Malraux, no momento em que, feito ministro de Estado da Cultura, ele redige o decreto que especifica a missão do ministério[...] Esse ministério da Cultura , que marca “o reconhecimento político da cultura como questão de Estado [...] Para Malraux e seus sucessores, a cultura reduz-se a um privilégio de classe, essencialmente ligada ao lazer: “ não haveria cultura se não houvesse lazers”, afirma Malraux.”

das políticas de patrimonialização, logo os discursos institucionalizados sobre Patrimônio Cultural, a fim de estabelecer relações com a formação social e sujeito (s).

Os discursos *sobre* o Patrimônio Cultural funcionam como uma rede de memórias discursivas que envolvem as designações, discurso institucionalizado, imaginários, memórias e os sujeitos e isso significa destacar a impossibilidade de trabalhar com noções estanques, tendo em vista que uma noção implica e reclama a outra. Buscamos a relação entre o que é dito, como é dito e para quem é dito, sinalizando para as condições de produção dos discursos documentais. Segundo Maldidier (2011, p.143), o documento funciona como um *monumento*<sup>31</sup>, a enunciação (seus usos pelo locutor e interlocutor, eu/tu, no aqui/agora) funciona como um nó de uma rede de sentidos e os sentidos são redefinições do enunciado, ou seja, atualizadas no discurso.

O roteiro para o desdobramento destas questões consiste em observar o funcionamento discursivo da Carta de Atenas, no que tange à forma discursiva e os tipos de discurso. A designação de Patrimônio que atravessa o tempo e espaço se modificam, assim como seus sentidos, as implicações políticas e sociais destas referências. As relações entre discurso institucionalizado e sujeito, os níveis de relação que os tipos de discurso permitem ou não, os efeitos de sentidos do discurso patrimonial. Sobre os discursos científicos Pêcheux ((1975[2014a], p.173)) diz que

[...] as “ideias científicas”, as concepções gerais e particulares (epistemologicamente regionais) historicamente apontáveis para cada época dada- em suma, as ideologias teóricas e as diferentes forma de “filosofia espontânea” que as acompanham- não estão separadas da história (da luta de classes): elas constituem “compartimentos” especializados das ideologias práticas sobre o terreno da produção dos conhecimentos, com discrepâncias e autonomização variáveis

Tanto para a formulação dos “discursos científicos” ou para a formulação de novos saberes, as práticas discursivas têm relação com a *atividade humana social e histórica*<sup>32</sup>. O discurso institucionalizado sobre Patrimônio Cultural segue a mesma lógica, ele se modifica pela ação da exterioridade, pela ação política e ideológica da formação social e das relações sociais estabelecidas entre sujeitos e, sujeitos e objetos.

---

<sup>31</sup> O conceito de *monumento* mobilizado por Maldidier é deslocado da história. Na história o monumento histórico representa a história de um povo, uma memória de um fato e de uma época, pode ser de uma pessoa que foi importante para determinado acontecimento histórico. O monumento tem relação com a historicidade e com o social. Na AD, aproximar a ideia de monumento (da história) de discurso se caracteriza, entendendo que o discurso carrega as marcas do interdiscurso, de outros dizeres, outros tempos, os quais emergem sentidos através da memória discursiva. O discurso tem relação com a história e o social.

<sup>32</sup> Neste texto, Pêcheux (1975[2014a]) faz uma relação entre a produção de conhecimento científico e as práticas políticas, situando essas práticas em um contexto social (a exterioridade), não obstante estão separadas dos modos de produção capitalista. A construção do conhecimento se dá na relação do homem em sociedade e no passar da história, em diferentes tempos e lugares.

Orlandi (1996) destaca os discursos *autoritário, polêmico e lúdico*. Para cada tipo de discurso há uma intensidade de interação entre sujeitos. O discurso institucionalizado poderia se enquadrar naquilo que a autora trata como discurso autoritário, entendendo-os como sendo aqueles que permitem menos envolvimento entre os sujeitos do discurso, sinalizando a assimetria de cima para baixo em relação objeto e sentidos. Para a autora, o *discurso autoritário* “é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando os objetos do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. O exagero é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando” (Orlandi, 1996, p.154).

Uma instituição ou grupo de instituições e os sujeitos que respondem por estas instituições e entram na ordem desse discurso<sup>33</sup>, pela legitimidade que lhes é dada e podem falar sobre determinado tema, tendo a autoridade dentro de uma formação discursiva. O lugar enunciativo e a ilusão de poder dizer com autonomia em determinados lugares enunciativos configura-se como uma ilusão discursiva constitutiva do discurso.

Nesse sentido, de acordo com Orlandi (1996, p. 30), o *funcionamento discursivo está atravessado pela tipologia*, sendo assim os discursos apresentam tipos textuais e através dele podemos observar a qualidade de interação entre os sujeitos. O discurso como efeito de sentido entre interlocutores se constitui por redes parafrásticas (‘tentativa’ de dizer o mesmo) e se abre para a polissemia, de acordo com as identificações entre os sujeitos, que assumem a posição de locutor dentro das instituições, vistas como gerenciadoras do Patrimônio Cultural.

Das instituições emanam documentos (cartas, convenções, etc.) para formalizar os acordos realizados entre os representantes das nações, das cidades, governos, etc. O primeiro documento elaborado para este fim foi a Carta de Atenas a partir da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos, organizada pelo Escritório Internacional de Museus e pela Sociedade das Nações, denominada na contemporaneidade Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>34</sup>, em Atenas, de 21 a 30 de Outubro de 1931.

Neste contexto, surgem os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, sendo que o encontro de Atenas foi o quarto de uma série de dez encontros que trataram do tema da organização das cidades. Nessa Carta, as discussões que a envolviam tinham uma conotação funcionalista e humanística. Tendências que poderiam ser justificadas pela ascensão do movimento modernista após a Primeira Guerra Mundial.

---

<sup>33</sup> Venturini (2009[2024, p. 86 e 87]) parte da definição de ordem do discurso trabalhada por Foucault (1984) e também por Orlandi (1990), sinalizando que o dizer só entra na ordem do discurso se estiver autorizado a dizer o que diz. Desse modo, o discurso institucionalizado é mobilizado por sujeitos que "podem" dizer o que dizem.

<sup>34</sup> Organização das Nações Unidas (ONU)

No Brasil, se identificavam com este movimento os arquitetos Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Gregori Warchavchik e Attilio Correia Lima, executaram grandes projetos e mantiveram-se engajados nas tendências mundiais. A construção de Brasília foi um exemplo, Lúcio Costa teve o projeto premiado para a projeção da cidade e Oscar Niemeyer projetou os prédios públicos.

Embora as ideias da Carta de Atenas tenham sido difundidas em quase o mundo todo, vale ressaltar que este evento reuniu exclusivamente países europeus, ou seja, o eurocentrismo dominava o mundo neste setor. Choay<sup>35</sup> (2017, p. 14) sinaliza que:

Da primeira Conferência Internacional dos Monumentos Históricos, realizada em 1931, reuniu apenas europeus. Na segunda realizada em Veneza em 1964, participaram três países não europeus: a Tunísia, o México e o Peru. Quinze anos mais tarde, oitenta países pertencendo aos cinco continentes tinham assinado a Convenção do Patrimônio Mundial.

Os Estados Unidos, nesta época, também se preocupavam com a preservação do Patrimônio Natural, mas o patrimônio edificado não tinha tanta relevância naquele tempo, se restringia às residências das grandes celebridades. Observa-se que os Estados Unidos tinham uma história de colonização mais recente, mesmo sendo o Novo Mundo, e destacando-se como uma potente nação capitalista.

### **3.1. 2 Condições de produção da Carta de Atenas**

Orlandi (2020) define condições de produção como o contexto mais amplo (contexto sócio-histórico e ideológico) e o contexto imediato (o do texto) em um discurso. Para a análise das cartas escolhidas equivale a analisar o contexto mais amplo, principalmente o momento histórico e as demandas socioeconômicas do período, mas também se poderia analisar nas próprias cartas as condições de produção estritas.

Em muitos períodos da história da humanidade, seus povos entraram em confronto quer seja por disputas territoriais, políticas, econômicas<sup>36</sup> religiosas ou por diferenças culturais. Nas

---

<sup>35</sup> Choay (2011) traz uma antologia do estudo do Patrimônio Cultural, desde antiguidade até 1972, ou seja, a partir da atuação da UNESCO. A autora trata do conceito de monumento e monumento histórico, o que resulta no conceito de Patrimônio Cultural. Ela se preocupa em apresentar uma reflexão sobre o “combate” ou a resistência à comercialização e banalização dos bens culturais. O estudo denso sobre os processos de museificação e homogeneização dos sentidos acerca dos bens culturais.

<sup>36</sup> Choay (2011, p.134), em uma de suas entradas para Patrimônio, traz a noção de Karl Marx (1818-1883), e traz o seguinte excerto: MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA. A história de toda a sociedade até nossos dias é a história da luta de classes [...] A burguesia teve êxito em conquistar a grande luta pelo poder político exclusivo no Estado representativo moderno [...]. A grande indústria e o mercado mundial traçam-lhe o caminho [...]. É [ a burguesia] que mostrou o que a atividade humana é capaz de realizar. Ela realizou maravilhas que são como as

civilizações modernas, as guerras civis envolvendo países e seus aliados é considerada uma das formas mais hostis de confronto, resultando em mortes, destruição e escassez.

No contexto do pós-guerra, após a Primeira Guerra Mundial, no início do século XX, surge uma preocupação com a reconstrução das cidades, organização do espaço urbano e com a conservação e restauro dos bens culturais. Estes debates foram incentivados pela Sociedade das Nações, primeiramente com um concurso de projetos para a construção da sede da sociedade em Genebra, como no incentivo aos encontros do CIAM- Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

Charles-Edouard Jeanneret (Le Corbusier) foi um expoente neste cenário, ele organizou as discussões sobre a temática do urbanismo por um longo tempo, ele acreditava na neutralidade do Estado nas questões que envolviam a temática.

Em 1931, a bordo do navio Paris II, com percurso programado de Marselha-Pireu-Marselha e concluído em Atenas, aconteceu a conferência internacional relativa aos monumentos históricos. Temos acesso a pelo menos três tipos de publicações atualmente, a Carta de Atenas de 1931, Carta de Atenas de 1933 e a Carta de Atenas de Le Corbusier (1942).

Os argumentos apresentados na Carta de Atenas serviram de modelo para os planejamentos urbanos de países da Europa e dos Estados Unidos. No entanto, apesar de ser pensado para a realidade francesa, as indicações da carta foram ignoradas pela França. O motivo poderia ser por não apresentar novos argumentos, a carta continuava tendo um apelo ao urbanismo funcionalista o que não cabia para uma cidade em expansão. De acordo com Scherer<sup>37</sup> (1986, p.11) o urbanismo funcionalista:

[...] supunha a obrigatoriedade do planejamento regional e intra-urbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade das cidades, a edificação concentrada porém adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação. Supunha ainda o uso intensivo da técnica moderna na organização das cidades, o zoneamento funcional, a separação da circulação de veículos e pedestres, a eliminação da rua-corredor e uma estética geometrizarante.

---

pirâmides egípcias, os aquedutos romanos, as catedrais góticas [...]. Ela precipita na civilização até às nações mais bárbaras[...]. A burguesia criou forças produtivas mais massivas e mais colossais que, no passado, não fizeram todas as gerações juntas. Submissão das forças da natureza, maquinismo, aplicação da química à indústria e à agricultura, navegação a vapor, estrada de ferro, telégrafo elétrico [...] Não há mais instrumentos de trabalho cujo custo vária em função da idade e do sexo [...]. A propriedade privada [...] é a questão fundamental.

<sup>37</sup> Texto de Rebeca Scherer, de 1986, utilizado como apresentação na obra *Carta de Atenas, de Le Corbusier*, publicado pela Editora da HUCITEC: EDUSP, 1993. Disponível em: [LE CORBUSIER - A Carta de Atenas.pdf \(usp.br\)](#)

Para este modelo funcionalista a cidade deveria atender às necessidades dos seres humanos nas suas necessidades biológicas. Um dos desafios do arquiteto seria acrescentar luminosidade (sol) no interior das residências. O arquiteto deveria dosar as matérias primas da natureza: sol, espaço e vegetação. O que era tratado como “higiene” para uma vida urbana equilibrada hoje poderia ser entendido como elementos para o bem-estar. A concepção perfeita e organizada de urbanismo ainda enfrenta impedimentos nos dias atuais, o crescimento desenfreado e desequilibrado das cidades, dos meios de produção e da distribuição desigual das riquezas, aumenta o abismo entre o modelo urbano funcionalista e a realidade da maioria das cidades.

Neste modelo, desconsideram-se as necessidades sociais e prevalecem aquelas impostas pelo próprio sistema econômico, na divisão de classes sociais. As classes sociais eram vistas como diferentes e não como “estruturalmente antagônicas”.

Neste ponto, que também incide sobre os nossos questionamentos, entendemos que não podemos pensar o espaço urbano e o patrimônio cultural sem pensar a divisão de classes, sem a análise das diferenças “estruturantes antagônicas”. Os pressupostos apresentados pela carta são frágeis por não contemplarem as diferenças sociais, o acesso que as classes dominantes têm aos benefícios do Estado, acentuando o conflito existente entre o privado e o coletivo.

Embora a arquitetura funcionalista sofra muitas críticas, ela se constituiu como um modelo para o desenvolvimento urbano no mundo e no Brasil. Scherer (1986, p.12) aponta suas contribuições, por exemplo:

[...] a revisão do direito de propriedade de modo a liberar o solo para sua utilização mais adequada do ponto de vista urbanístico; a sistematização do planejamento local e regional de modo a tornar mais integradas, fluentes e produtivas as diferentes parcelas das redes urbanas nacionais; a valorização do patrimônio histórico, artístico e ambiental no quadro e eventualmente como instrumento do planejamento urbano; a busca de alternativas para a questão habitacional com o compromisso político de garantir habitação adequada para todos.

A partir destas considerações podemos avançar nas discussões em torno da preservação do Patrimônio Cultural, que é importante nesta tese por destacar o que deve ser rememorado/comemorado no espaço urbano, entendendo-se que a rememoração, conforme Venturini (2009[2024]) funciona como discurso *de* e ajuda a ler o discurso sobre a cidade de São Francisco do Sul, cidade que é o nosso objeto discursivo. Assim, o Patrimônio Cultural pode ser entendido como o que deve ser preservado e, como analistas de discurso, nos interessa saber como são selecionados os patrimônios e que discursos sustentam esse patrimônio.

É importante pensar, diante disso, acerca do documento, o qual nunca é só um documento, tendo em vista que ele se estrutura por especificidades próprias de cada tempo e de cada espaço, atentando para a inscrição dos sujeitos em uma ou outra formação discursiva, bem como às relações sociais e políticas em relação ao objeto e os sujeitos, agregando as memórias discursivas ou rompendo com elas em forma de resistências.

Para destacar o funcionamento, definição e significação de Patrimônio Cultural, trazemos a seguir a Carta de Atenas e a Carta de Veneza, buscando estabelecer relações.

### **3.1.3 A Carta de Atenas de 1931 e Carta de Veneza de 1964 a definição de Patrimônio Cultural**

Nesta versão da Carta de Atenas, de 1931<sup>38</sup>, apresentam-se especificações sobre a preservação e sobre a restauração dos monumentos históricos, portanto a construção/institucionalização de Patrimônio Cultural inclui monumentos históricos, que contemplam o que é ou não importante para o coletivo de uma formação social. Essa carta é uma versão mais compacta do versão de 1933<sup>39</sup> e da carta publicada por Le Corbusier em 1942<sup>40</sup>.

A versão de 1931 foi assinada pelo Escritório Internacional dos Museus, da Sociedade das Nações e se divide em duas partes, quais sejam: *A (Conclusões Gerais)* e *B (Deliberação da Conferência sobre Anastilose dos Monumentos da Acrópole)*. A parte das *Conclusões Gerais*, aparece subdividida entre *Doutrina. Princípios gerais, Administração e Legislação dos Monumentos Históricos, A valorização dos monumentos, Os materiais de restauração, A deterioração dos monumentos, A técnica da conservação e A conservação dos monumentos e a colaboração internacional*.

A Carta de Atenas não só é o ponto inicial das nossas análises como também é a base para grande parte da legislação da gestão do espaço urbano e do Patrimônio Cultural. A Carta de Atenas, como havíamos comentado anteriormente, inspirou o trabalho e projetos de diversos arquitetos no Brasil. Choay (2017, p. 173) pontua que:

---

<sup>38</sup>Carta de Atenas de 1931, versão encontrada na página do Iphan, tanto na nova ([Página Inicial — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional \(www.gov.br\)](#)) quanto antiga ([Home - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#)) versão da página.

<sup>39</sup> Carta de Atenas de 1933, versão igualmente disponível na página do Iphan. ([Home - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#))

<sup>40</sup> Usamos a versão de 1931, disponível na página do Iphan, pois compreendemos que seja necessário realizar uma cronologia dos estudos sobre patrimônio cultural.

Só em 1931 se realiza a primeira conferência internacional relativa aos monumentos históricos, em Atenas. Dois anos antes dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que na mesma cidade, elaborou a célebre Carta de Atenas, ela deu ensejo a que levantasse a questão das relações entre monumentos antigos e a cidade, e que se desenvolvessem a esse respeito idéias e propostas discordantes, porém mais avançadas que as da Carta.

A versão brasileira de 1942, além de apresentar uma excelente apresentação, aparece dividida em duas partes, a primeira, *A cidade e sua região*. A segunda parte, com os capítulos *Habitação, Lazer, Circulação e Patrimônio Histórico*. A primeira parte, trata da concepção da cidade nos seus aspectos políticos, sociais e funcionalistas. Na segunda parte, os capítulos apresentam a disposição do assunto em parágrafos numerados e após a exposição do assunto as observações e orientações destacadas como *É preciso exigir*.

Como todo texto legislativo, normativo ou manual, o discurso de ambas as edições 1931, 1933 ou 1942, apresentam um discurso autoritário. Como compete a esses gêneros (pelo seu carácter enunciativo) eles apresentam leis, normas ou orientações. Esses gêneros tendem a ser extremamente objetivos e claros, pois devem apresentar as informações sem possibilitar dúvidas de interpretação. Usam muitas vezes verbos no infinitivo e imperativos.

A versão 1931 apresenta os itens *Doutrina. Dos Princípios gerais, Administração e Legislação dos Monumentos Históricos e Valorização dos monumentos*. A partir desses itens, retira-se algumas definições para Patrimônio Cultural, estes recortes serão analisados como sequências discursivas (SDs) por apresentar definições para o Patrimônio Cultural, apresentar a compreensão desta definições no espaço/tempo e por sinalizar em nosso recorte, um marco no estudo do Patrimônio Cultural na Idade Moderna. Entendendo que essas designações não são meras definições e vemos agindo na discursividade os fatores políticos e ideológicos, que existe mudança de sentido do referencial, dos usos e dos sentidos com o passar do tempo. A Carta de Atenas é apresentada para entender o que ela é um documento signficante na era moderna e apresenta as referências para o estudo do espaço urbano e o patrimônio.

As seguintes SDs são apresentadas e a partir delas observa-se o uso da tipologia autoritária e o uso das designações para Patrimônio Cultural. A análise das designações avançará com o estudo dos outros documentos ao Patrimônio Cultural. A Carta de Atenas é um marco no estudo do Patrimônio Cultural no século XX. Seguem as Sequências discursivas:

**SD11:** A Conferência ouviu a exposição dos princípios gerais e doutrinas relativas à proteção de monumentos. (Doutrina. Dos Princípios gerais)

**SD12:** A Conferência ouviu a exposição sobre as legislações cujo objectivo é o de proteger os monumentos de interesse histórico, artístico ou científico pertencentes às diferentes nações. (Administração e Legislação dos Monumentos Históricos)

**SD13:** A Conferência recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas. (Valorização dos monumentos)

Pelas marcas discursivas no discurso que abarca o Patrimônio Cultural entre 1931 e 1933 se constituem sentidos técnicos-científicos e elitistas para a designação desse objeto colocando o seu acesso como algo intelectualizado e restrito. Palavras que se repetem e estruturam esse discurso são: *monumentos, monumentos de interesse histórico, artístico ou científico, monumentos antigos, alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas.*

Entendemos que os modos de dizer e as designações para o Patrimônio Cultural, neste movimento de constituição de efeitos de sentidos para a preservação e para a conservação dos bens culturais da humanidade cristalizam memórias. Marcamos a Carta de Atenas como nosso objeto nesta seção e as SDs como os primeiros recortes do *corpus* de análise, destacando as palavras que constituem o discurso sobre o Patrimônio Cultural, principalmente a designação *monumento*<sup>41</sup>. Por essa designação referente a uma obra ou edificação que tenha importância histórica, e que demanda preservação e patrimonialização. As designações funcionam por redes de memória, instaurando o já-dito como memória discursiva e como processo de ressignificação e também como um atravessamento (discurso transversal) de sentidos de outras áreas do conhecimento (arte, história da arte, cultura, arquitetura) no sentido de Patrimônio Cultural.

---

<sup>41</sup> De acordo com o Dicionário Volp, versão online disponível em: <[Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa | Academia Brasileira de Letras](#), *monumento* (s.m). E para o Dicionário Houaiss online:

*1 obra artística (escultura, arquitetura etc.), ger. grandiosa, construída com o fito de contribuir para a perpetuação memorialística de pessoa ou acontecimento relevante na história de uma comunidade, nação etc. inicial por vezes maiúsc.*

*1.1 mausoléu imponente que presta homenagem póstuma às vítimas de alguma catástrofe ou acontecimento histórico de resultados funestos «M. aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no parque do Flamengo, Rio de Janeiro» inicial por vezes maiúsc.*

*2 qualquer edificação de grande estatura, cujas dimensões, estética, imponência despertam admiração «o m. do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro»*

*3 p.ext.(da acp. 1) obra artística de grande vulto, que se perpetua no tempo pelo seu alto valor artístico «a Enciclopédia, dos iluministas franceses, é um verdadeiro m.»*

*4 p.ext.(da acp. 1 e 2) qualquer coisa cujas proporções sejam colossais «o m. que é a barragem de Itaipu Binacional»*

*5 sobrevivência, na memória, de alguma coisa significativa para alguém ou para um grupo social; recordação, lembrança*

*6 B; infm. pessoa extremamente bela, segundo os padrões de uma determinada época «aquela mulher é um verdadeiro m.»*

**monumentos** : substantivo masculino plural

*documentos diversificados (fotografias, peças, papéis diversos, textos literários etc.) que constituem acervo significativo para o estudo da história da humanidade e das nações*

Nos recortes, percebemos esta variação e algumas novas designações para o termo, como por exemplo *monumentos com importância científica e conjuntos com características pitorescas*. O termo científico é novo para este contexto, mas não causa estranhamento pelo fato de o academismo ter relevância no Movimento Moderno, o valor técnico-científico parece sobrepor os fatores sociais e culturais. Outra definição apresentada na carta diz respeito à possibilidade de observar que as obras ou edificações podem ser classificadas no conjunto, na sua organização com outras obras e no que representam no plural.

Segundo Indursky (2021, p. 25) as flutuações de sentido são deslizamentos e fazem parte do processo histórico da produção de sentidos, ou seja, conferimos a variação do termo ao longo da história, os sentidos significados e ressignificados nos processos linguísticos. Na tese vemos a designação de Patrimônio Cultural passar por flutuações; pelo acréscimo de sentidos; ou pela mudança de paradigmas (passagem do seleção de objetos específicos (monumentos, peças, edifícios isolados) para conjuntos; para o acréscimo de sítios arqueológicos e espaços tombados em seu conjunto; e a ruptura entre material e imaterial. Petri, Venturini e Rasia (2024, p. 64) destacam que “As palavras, nas *definições*, apesar de seu efeito de saturação, abrem para diferentes possibilidades de sentidos tendo em conta as condições de produção, encaminhando para direcionamentos que indicam que “sempre há o que falha”.

Além de discutir acerca da questão de pesquisa da nossa tese, nos deparamos com a complexidade da relação dos sujeitos com as práticas sociais (e culturais) e com o sistema de produção (o capital). Quanto ao uso do termo *pitoresco* em *conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas* podemos interpretar que algumas obras ou edificações podem ser tomadas pela diversidade que representam, valorizar a diversidade pode ser um atributo de uma perspectiva modernista, porém para este fato trazemos uma outra leitura possível, da coexistência do novo e o velho.

Na comparação entre o novo e o velho aplica-se o efeito da metáfora, no qual o *pitoresco* representa o antigo, e o antigo posiciona-se antagonicamente em relação ao novo. Essa tensão entre novo e velho fica mais explícita nos documentos posteriores, no período de reconstrução pós-guerra. O velho representa um prestígio histórico, social e classista. O novo é desprovido de senso de beleza, uma estética desvalorizada. A coexistência do novo e do velho exige, a nosso ver, uma negociação entre os envolvidos no contexto urbano, moradores, empresários e setor público. Ou sob a luz marxista, uma negociação entre os sujeitos proletários, a burguesia e o Estado. A coexistência dos monumentos parece ser uma decisão elitista, entre a burguesia e o Estado, mas os sentidos deslizam pelo espaço social e de toda a forma o sistema

precisa da “aprovação” da classe dominada. Uma rede de sentidos que envolve o Patrimônio Cultural e define sua existência e relevância.

Orlandi (1996, p.123) pontua que “não só as figuras mas o léxico em geral, pode estar marcado por traços ideologicamente interpretáveis”. Desse modo, as designações e a mudança de referencial no léxico são ideologicamente interpretáveis, pois representam as mudanças éticas nas condições de produção, no contexto social. As SDs mostram a autoridade da conferência, a conferência como um espaço no qual estão reunidas autoridades da arquitetura, história, museologia, autoridades políticas para discutir a questão do patrimônio. Os sujeitos naquele espaço estão autorizados a falar de/sobre o patrimônio, um efeito de sentido do tipo de discurso autoritário.

O texto é mais que um conjunto de recomendações, é a própria *Conferência* falando, ela representa o discurso institucionalizado e um sujeito-conferencista em seu discurso. Este efeito de sentido faz imprimir mais autoridade às recomendações do texto. Orlandi (1996, p.117) lembra que:

A noção fundamental é a de funcionamento. Quer dizer, do ponto de vista da análise do discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso.

Os textos dessa natureza (Carta de Atenas, Conferência de 1972, etc.) representam o discurso institucionalizado *de/sobre* o Patrimônio Cultural, que trazemos aqui para pensar nas características antagônicas do que trata a gestão do Patrimônio Cultural (estudo, preservação, educação patrimonial), no jogo de poder que representa a gestão do Patrimônio Cultural, pois Patrimônio Cultural se constitui além do material, do tombado e do institucionalizado, refere-se a identidade de grupo de sujeitos em determinado tempo e espaço.

O efeito de autoridade da conferência é constituído pelas características técnicas-científicas e pelo uso do vocabulário. O texto apresenta a nomeação da *conferência*, dando-lhe o estatuto de um lugar de fala e ação. Parece ser a personificação (individualização) do texto, texto que representa os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. Observa-se as marcas linguísticas: *A Conferência ouviu (SD11)*; *A Conferência ouviu (SD12)*; *A Conferência recomenda o respeito (SD13)*.

A *conferência* representa a ideia do grupo e ela se subjetiva como uma posição-sujeito. Sabemos que o sujeito-legislador representa uma posição-sujeito de uma formação discursiva, ou mais de uma, neste caso ele representa a formação discursiva do grupo de urbanistas envolvido nos encontros, dos cientistas que pesquisam urbanismo e do próprio Estado. A

neutralidade é um efeito de linguagem, que o sujeito-legislador toma para garantir isenção, e o efeito de isenção causaria a adesão. Deste modo, o efeito de isenção do documento refere-se a uma ideia de generalização, onde tal documento tivesse o poder de ser organizador e pleno em suas especialidades.

A Carta de Atenas tinha a pretensão de regularizar, usando os padrões funcionalistas, uma cidade mais organizada e que garantisse o bem-estar de todos. Os equívocos constituem-se pela memória de que todos os sujeitos seriam atendidos em suas especialidades (cultura, língua, religião, etc) uma sociedade que a premissa capitalista previa a diferença de classes. Embora a carta desejasse a responsabilidade do Estado, esse estado enfraquecido pelo Capital e a classe dominante não daria conta das desigualdades sociais gritantes naquela época.

A posição-sujeito que prevalece na Carta é a do sujeito-legislador, que se insere em uma formação discursiva que se constitui de políticos, representantes da alta sociedade, urbanistas, técnicos de diversas áreas da história e da arte, historiadores e entre outros. Porém o sujeito-legislador causa um efeito de sentido de apagamento, reduzindo suas marcas no discurso, embora o discurso autoritário prevaleça. Expressões como: “A conferência ouviu” e “A conferência recomenda”, instauram efeito de inércia e passividade, porém atentamos para o fato de que se trata de uma Carta que recomenda os usos Espaço Urbano e a preservação, logo não se trata de uma recomendação (que não é ingênua) e espera-se a partir dela que certos protocolos sejam cumpridos.

Diante desta análise a patrimonialização representa uma parte da história (daquele que narra e não muitas vezes daquele que é narrado), uma versão daquilo que se quer preservar, entendendo que esse trabalho atende apenas uma parcela da sociedade. O efeito de sentido da Carta é, portanto, de normalização e de generalização, produzindo o efeito de sentido de universalidade e consenso. Aparentemente existe uma maior preocupação com as edificações do que com as manifestações culturais nas suas formas imateriais. Desta forma talvez, o modelo funcionalista de urbanização e preservação não se identifique com os discursos das classes menos privilegiadas.

A Carta de Atenas de 1931 apresentou uma grande preocupação com o fazer científico e com aquilo que representa a ciência, regras e orientações técnicas e os marcos para estabelecimento da urbanização e da preservação dos bens patrimoniais, mas perde em apropriação, vendo-se atravessada por outros setores da sociedade, ela fica restrita ao universo da arquitetura, do urbanismo, das artes e da história. Outro fator que se pode acrescentar, consiste no entendimento de que não existe a isenção do Estado perante as influências do mercado, principalmente em países onde o capitalismo emergente e em seus modos desmedidos

avançam para uma modelo de Estado mínimo. Neste cenário, o Estado não consegue garantir uma distribuição urbana adequada tecnicamente e nem tem a pretensão de fazê-la, já que existe a negociação dos interesses privados (burgueses) e os interesses do Estado.

Os conhecimentos urbanísticos deveriam ser usados como equalizadores para as diferenças sociais, partindo do conhecimento técnico para garantir o bem-estar dos sujeitos em sua formação social, como garantias coletivas melhor aproveitamento do espaço, da preservação patrimonial e da dinâmica social.

### 3.1. 4 A Carta de Veneza de 1964

Quase trinta anos depois da Carta de Atenas<sup>42</sup>, elaborou-se a Carta de Veneza de 1964 e, nela há dois pontos fundamentais para discussão: ampliação do escopo das designações para Patrimônio Cultural e a vontade das instituições em expandir o modelo de patrimonialização europeia para todo o mundo. Se observarmos este movimento, pelo viés discursivo, compreendemos que a relação de sujeito (s) e de discurso (s) movimentam os sentidos do Patrimônio Cultural no mundo nesse período histórico.

Choay (2017, p. 205)<sup>43</sup> aponta que: “Monumentos e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano: estas noções e suas sucessivas figuras esclarecem de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade”. A Carta de Veneza de 1964, publicada pelo ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios), caracteriza um *modus operandi* da gestão do patrimônio pelas instituições europeias, de acordo com Choay possui “tom dogmático” e ainda não teria alcançado o “processo de mundialização iniciado nos 1950”. Todavia, Funari e Pelegrini (2006, p. 33) parecem mais otimistas com a carta entendendo que

A Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã, resultantes dos congressos realizados, respectivamente, e, 1964 e 1975, imprimiram novos parâmetros de análise à questão do patrimônio, na medida em que propuseram a ampliação do conceito de

---

<sup>42</sup> Usamos para análise a versão disponibilizada na página do Iphan.

<sup>43</sup> No livro *A alegoria do patrimônio*, de Françoise Choay, edição de 2017, a autora trata o patrimônio como uma alegoria, uma criação deliberada, uma mudança semântica acrescida de mudanças de paradigmas. Para a autora descartar a pesquisa histórica na definição de patrimônio histórico, é considerá-lo apenas uma alegoria em uma sociedade midiática. Choay (2017, p. 27) pondera: “O projeto de conservação dos monumentos históricos e sua execução evoluíram com o tempo e não podem ser dissociados da própria história do conceito. Invenção do Ocidente, dizíamos nós, e bem datada. Mas ainda é preciso determinar os critérios dessa datação”. O patrimônio já foi designado de antiguidade (antes da Revolução Industrial), monumento e monumento histórico (pós-Revolução Industrial). Os estudiosos do modernismo citados pela autora para o estudo do patrimônio são: John Ruskin (1819-1900), Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), Gustavo Giovannoni (1873-1947) e Alois Riegl (1858-1905).

monumento, recomendando também a preservação de obras consideradas modestas que tenham adquirido significado cultural e a proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que apresentem interesse histórico e cultural

Na América Latina, encontramos centros históricos que discursivizam diferentes objetos históricos, alguns do período pré-colonial, colonial e moderno. No Brasil, temos como exemplo as cidades de Olinda, do período colonial, e Brasília do período moderno. São Francisco do Sul possui predominantemente características arquitetônicas coloniais, dado sua história e colonização. Na Carta de Veneza, dois pontos são destacados em nossa análise, como foi exposto anteriormente. Sendo o primeiro deles expansão da gestão do Patrimônio Cultural. Vejamos as Sequências Discursivas 14, 15 e 16:

**SD14:**

É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e suas tradições.

**SD15:**

A sensibilidade e o espírito crítico para problemas cada vez mais complexos e diversificados. Agora é chegado o momento de reexaminar os princípios da Carta para aprofundá-las e dotá-las de alcance maior em um novo documento.

**SD16:**

O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou parte dele não poderá ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento exigir ou quando justificarem razões de grande interesse nacional e internacional.

Selecionamos as marcas linguísticas que “devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional”, “Agora é chegado o momento de reexaminar os princípios da Carta para aprofundá-las e dotá-las de alcance maior em um novo documento” e “quando justificarem razões de grande interesse nacional e internacional”. Na primeira marca, o discurso autoritário antecipado pelo verbo *dever* direciona para elaboração de um plano internacional. O verbo *dever* produz efeitos de sentido de urgência, tomada de posição e ação.

A Comissão Internacional, baseada no imaginário de detentora do saber sobre Patrimônio Cultural, estipula o que deve e pode ser dito sobre a preservação patrimonial,

recomendendo ações para serem tomadas em âmbito mundial. Em um cenário pós-guerra e de ascensão do capitalismo, as cartas patrimoniais delimitam ações que devem ser tomadas em respeito ao patrimônio cultural. No período em tela, a Europa ainda influenciava os pensamentos dos outros países, principalmente dos países colonizados.

A Carta de Veneza se inscreve, discursivamente, no dizer da Carta de Atenas. Ou seja, apresenta de forma técnica, autoritária e dogmática as orientações sobre a preservação do Patrimônio Cultural. O Patrimônio Cultural passa a ser visto em um contexto internacional, pois os elaboradores da Carta pretendem ampliar suas recomendações. Embora somente dois países não europeus tivessem participado, México e Peru. O interesse pela internacionalização do patrimônio parece mais o de expandir os critérios e as ideias, o domínio e não que países latino americanos participassem do processo de construção, da gestão do patrimônio. Fatos e discursos como esses reforçam os sentidos para o “combate” da espetacularização dos patrimônios culturais, seja eles em qualquer esfera.

Da mesma forma que o capitalismo une os mercados em razão da produção de bens e lucro, ele transforma a cultura em produto disponível para todas as nações do planeta. Com a Carta de Veneza encerramos nosso primeiro bloco de análises e observamos que o *discurso autoritário* predomina, instaurando efeito de sentido de documento rígido, que deve ser seguido e aplicado. Esse efeito de sentido coincide com o que aponta Choay (2017, p.168 e 169), quando ela trata a carta como “estilo dogmático” e “tom dogmático em que o sentido autoritário do discurso patrimonial da carta sugere a tentativa de estabelecer a supremacia da Europa em relação aos outros países. Neste processo, sempre estiveram à frente países como França, Inglaterra, Itália e Áustria. Nas sequências discursivas, a seguir vamos discutir a designação de patrimônio cultural, trazemos as definições apresentadas na Carta de Veneza.

**SD17:**

A noção de monumento histórico engloba a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitui testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural. (Artigo 1º- Definição)

**SD18:**

A conservação e o restauro dos monumentos exige a colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e para a salvaguarda do patrimônio monumental. (Artigo 2º- Definição)

**SD19:**

O monumento é inseparável da História, da qual é testemunho, e também do meio onde está inserido. Consequentemente, a deslocação de um monumento, na totalidade ou apenas de uma parte, não pode ser permitida, a não ser que a sua salvaguarda o exija, ou quando razões de relevante interesse nacional ou internacional o justifiquem.

As definições apresentadas nos Art. 1º e 2º usam o termo monumento histórico para Patrimônio Cultural. O termo monumento não foi usado isoladamente como na Carta de Atenas, e o termo patrimônio não foi utilizado. As poucas flutuações de sentido, podem indicar o funcionamento do *discurso autoritário*.

Segundo Choay (2017, p.168):

[...] o termo “monumento histórico” permanece dominante, formal e semanticamente; a dimensão internacional evocada é sempre a de Atenas, de nenhum modo o processo de mundialização iniciado ao longo dos anos 1950; enfim, contratando com a abertura e a problematização do documento de Atenas, o estilo dogmático no qual os artigos da Carta enunciam uma série de truísmos acaba por assinalar seu anacronismo.

Do ponto de vista discursivo, esse funcionamento demonstra uma centralização dos conhecimentos e dos sentidos do Patrimônio Cultural em certas instituições, sendo elas representadas países ou cultura. Acontece uma centralização de sentidos e conhecimentos, que institui-se pelo imaginário de supremacia de saberes e demonstrando uma postura de poder e autoridade.

Na SD19, na marca linguística, *O monumento é inseparável da História, da qual é testemunho, e também do meio onde está inserido*, da posição que se coloca o Patrimônio Cultural, como testemunho da história, refletimos sobre qual história e questionamos se seria a história oficial, que elege fatos e figuras para representar acontecimentos históricos. Na perspectiva da AD, entendemos a história como uma interpretação dos processos sócio-históricos, marcados pelas práticas sociais. Nessa perspectiva, nos interessa compreender como o Patrimônio Cultural se constitui, em seu conceito e funcionamento, no passar do tempo e no espaço e na relação com os sujeitos.

Muitas dessas palavras foram encontradas posteriormente em documentos diretivos de São Francisco do Sul e observados no processo de tombamento da cidade, temática que vamos abordar no próximo capítulo. Mesmo que a designação se altere e se ressignifique, ocorre a ressonância da memória discursiva, que é política e ideológica, e testemunha os discursos no passar do tempo e espaço, marcando os sentidos históricos e as demandas socioeconômicas de cada período.

### 3.2 A CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL DE 1972 E A CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE 2003 - O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL EM DISCUSSÃO

O objetivo desta seção é estender a discussão do papel da memória na designação do (s) sentido (s) do Patrimônio Cultural na Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 e na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, buscando compreender os movimentos de sentidos na designação do Patrimônio Cultural e como os desdobramentos políticos e ideológicos atravessam esses sentidos desde a Carta de Atenas de 1931. Questionando-se como a memória influencia a designação e a formação de sentidos nos documentos de 1972 e 2003.

Entendemos que para o desenvolvimento desta análise é necessário movimentar os conceitos de sujeito, discurso, sentido (s), memória e designação. Para este estudo deixamos em suspenso a concepção de Aparelho Ideológico de Estado de Althusser e a relação entre memória e poder que se configura entre o sistema de produção capitalista e as instituições de preservação do Patrimônio Cultural. Buscamos na Convenção para a Proteção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que servirá de textualidade discursiva, elementos que identifiquem a memória saturada e a formação imaginária do Patrimônio Cultural, as redes que constituem os sentidos, que os significam e ressignificam e que funcionam como instrumento da classe dominante e do Estado.

Esta seção divide-se em quatro partes, duas delas trata das condições de produção, na qual abordamos a historicidade das convenções e os movimentos ideológicos de sentido. Nas outras duas, em um movimento pendular, vamos analisar a relação da memória na designação e produção de sentidos na Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 e na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003.

#### **3.2.1 A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural e o Patrimônio Cultural**

A Unesco é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1946, com o objetivo de construir a paz, através da cooperação internacional, nas áreas da educação,

ciência e cultura. Ela nasce no pós-guerra para garantir a paz, discutir e firmar acordos econômicos e políticos, mas também “unir as pessoas e fortalecer a solidariedade intelectual e moral da humanidade, através da compreensão mútua e do diálogo entre as culturas”. (Unesco, 2022)

No Brasil, a sede da Unesco localizada em Brasília, iniciou seus trabalhos em 1964, representando a instituição na região da América Latina. Seu objetivo é articular e operacionalizar políticas públicas que estejam acordadas entre os Estados-membros da Unesco. As operacionalizações das ações acontecem através de cooperações técnicas que envolvem várias esferas governamentais e setores da sociedade civil.

A Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972, é um documento elaborado a partir da Convenção da Unesco em Paris. Este documento se torna relevante, pois estabelece as definições para Patrimônio Cultural e Natural e indica a criação da Lista do Patrimônio Mundial. Na definição de Patrimônio Cultural, temos a descrição de monumentos, conjuntos e sítios e para os bens naturais, temos os monumentos naturais e formações geológicas.

A Unesco gerencia e atualiza a Lista do Patrimônio Mundial, a qual fica sob a responsabilidade das nações o inventário dos bens que serão indicados ao tombamento como Patrimônio Mundial. No site da Unesco, encontramos a Lista do Patrimônio Mundial, disponível em 2D e 3D. Encontramos também, a relação de bens patrimoniais ameaçados de destruição. Vemos no texto-imagem 20, a Lista do Patrimônio Mundial em 3D.

TEXTO-IMAGEM 20: Configuração da Lista do Patrimônio Mundial em 3D

The image shows a screenshot of the UNESCO World Heritage List website in 3D view. The page title is "Lista do Patrimônio Mundial". The main content is a 3D globe with numerous colored dots representing heritage sites. On the left, there is a navigation menu with options like "Indicações à Lista do Patrimônio Mundial", "Lista do Patrimônio Mundial", "Novas Propriedades Inscrias", "Mapa Interativo", "Patrimônio Mundial em Perigo", "A Lista em Perigo", and "Histórias de Sucesso". On the right, there is a search and filter section with "Ordem por" (Order by) and a legend for site categories: Cultural site (yellow), Local Natural Site (green), and Misto (red). The bottom of the page shows the Windows taskbar with the search bar and system tray.

Fonte: Site da UNESCO

A memória constitui efeitos de sentidos pela designação, instaurando redes de memórias que enredam o referencial, marcando o sentido de Patrimônio Cultural na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, da Unesco, de 1972, ressoando os sentidos antes empregados a esse objeto.

Em um movimento pendular voltemos à materialidade discursiva, cabe pontuar que podemos observar na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, a movência de sentidos sobre a preservação do patrimônio, sobre proporção universal que a preservação patrimonial tomou.

Na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural o Patrimônio Cultural Mundial, aparece dividido em dois tipos: o Patrimônio Cultural e o Patrimônio Natural. Essa divisão, ou acréscimo é uma das grandes mudanças trazidas na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, tal ação amplia os significados, logo os sentidos da designação do *Patrimônio Cultural*. Desde os primeiros registros em 1931, conforme exposto acima, algo está sendo dito sobre o Patrimônio Cultural e outras informações sendo adicionadas com o passar dos anos, modificando o significado de Patrimônio.

Na Carta de Atenas, em 1931, a designação de *Patrimônio Histórico ou Cultural* era restrita, aparecendo como *monumentos ou monumentos históricos*. Da mesma forma, que o termo *Patrimônio Cultural*, encaminha para efeitos de sentidos (abre novas categorias de classificação que não estavam presentes na Carta de 1931), ele também se limita aos sentidos dos bens materiais, pois a mudança de paradigmas aconteceu em na Convenção de 2003, com a ampliação para bens imateriais.

Na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, nas considerações iniciais e nas definições encontramos algumas designações para Patrimônio Cultural:

**SD20:** Considerando que determinados bens do património cultural e natural se revestem de excepcional interesse que necessita a sua preservação como elementos do património mundial da humanidade no seu todo.

**SD21:** Para fins da presente Convenção serão considerados como património cultural:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do

ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

**SD22:** Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

Entendemos a partir das sequências discursivas que os sentidos para o *Patrimônio Cultural* se ampliaram, surgindo novas classificações para atender às demandas das formações discursivas e do corpo social. Os significados estão no eixo da formulação, da enunciação e emergem sentidos constituídos como memória, ou seja, tudo que se representa por *Patrimônio Cultural*. A memória trabalha na constituição dos sentidos para o objeto, ressoando desde o interdiscurso memórias que o significam. A Convenção diante de sua posição política, produz a institucionalização do Patrimônio Cultural, definindo, gerenciando e produzindo saberes, sentidos e memória.

De acordo com Pêcheux (2020, p. 46), “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Assim, a memória é constituída de discursos que significaram e fizeram a história em outros tempos como memória social. O sentido de Patrimônio se constitui de memórias sociais, saturadas ou não, em um processo de resignificação. Como assinalamos acima, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural o Patrimônio Cultural Mundial configura-se como acontecimento que causou um embate na produção de sentidos para o Patrimônio Cultural. Assim como outros acontecimentos que apareceram durante o decorrer da história - outra Convenção importante foi a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003. De acordo com Robin (2016, p.19), a memória se configura como “memória coletiva, dever da memória, trabalho da memória, abusos da memória etc. Em última análise, não falamos mais nada além disso, escrevemos apenas sobre essa questão”.

A autora destaca três tipos de esquecimentos da memória: demolir, anistiar, apagar e substituir. O primeiro tipo de esquecimento da memória, de acordo com Robin (2016, p.81), são os tipos de destruição pura e simples, por fenômenos da natureza ou por resultados de

guerras, em casos por ataque em períodos pré ou pós revolucionários. Um exemplo foi o esquecimento (demolição) de toda a memória da antiga República Democrática Alemã, o qual o novo regime demoliu edifícios, bibliotecas, destruiu livros e móveis que simbolizavam o antigo governo. As demolições podem compor um processo de restauração, embora ainda representem destruições. Ou seja, “Paisagens rurais e urbanas são assim totalmente ou parcialmente reconfiguradas, suscitando nostálgicas ou ilusões de autenticidades” (Robin, 2016, p. 82). O segundo tipo de esquecimento é o anistiar, ou seja, afastar de circulação, conceder “perdões”.

Os processos de anistia contribuem nos processos políticos, para evitar guerras. De acordo com Robin (2016, p. 83), “o passado não é apagado pela anistia; ele simplesmente está fora de alcance dos mortais comuns e não tem mais existência oficial: a anistia inibe a ação pública, os procedimentos em curso são interrompidos, a condenação não consta mais nos regimes criminais”. Um exemplo, para este tipo de esquecimento e seus agentes, são os historiadores e jornalistas, eles geralmente são perseguidos, embora estivessem protegidos pelo princípio da anistia. Existe uma dificuldade em discutir a questão dos arquivos, seu controle, o “monopólio”, sua comunicação, daquilo que permite analisar o passado permanece uma prática opaca e contraditória. O terceiro tipo de esquecimento é o apagar, o passado é apagado no tecido social pela ação dos silêncios e dos tabus e “os silêncios são os diferentes tipos e propriedades”. Um exemplo, foi a passagem dos judeus pela Europa, não só a ação do Nazismo sob as comunidades, mas a indiferença em forma de silêncio, dos outros povos em relação ao povo judeu.

Os tabus e a discriminação permanecem invisível pelo silêncio e pelo apagamento da memória de um povo. Assim, “há acontecimentos que não deixam traço algum nos arquivos, ou cujos arquivos foram destruídos ou perdidos, e mesmo se há algumas testemunhas, ninguém está aqui para corroborar seus frágeis dizeres” (Robin, 2016, p. 86). Sobre este tipo de esquecimento Robin (2016, p. 91-92), trata das obsessões pelos arquivos, dos arquivistas e outros, no intuito de não perder os fatos, por conservar do esquecimento as peças e os fatos da história. Assim é “uma semiótica cultural, uma camada de significações, impulsos da memória textualizados que constituem um lugar de substituição (o verdadeiro lugar?), um escudo contra o nada, a dissolução”. O quarto tipo de esquecimento é o substituir, que a autora pontua como:

O verdadeiro esquecimento talvez não seja o vazio, mas o fato de imediatamente colocar uma coisa no lugar da outra, em um lugar já habitado, de um antigo monumento, de um antigo texto, de antigo nome. Ou ainda voltar atrás passando por cima de um passado recente, obliterado em favor de um mais antigo. (Robin, 2016, p. 93)

Para este tipo de esquecimento a autora pontua alguns exemplos, em um deles ela cita Michel-Rolph Trouillot, que descreve um fato, o do castelo de “Sans Souci”. O Rei Henry Christophe, no século XIX, construiu um castelo com o nome do seu inimigo Jean- Baptiste Sans-Souci. O nome de Jean- Baptiste Sans-Souci é citado na história do Haiti, embora não se saiba sobre seu fim, assim seu nome desaparece e é apagado pela construção do castelo de Christophe. A autora destaca “Lugar sem memória onde ronda o fantasma de um morto cuja própria morte não lhe pertence mais” (Robin, 2016, p.96). Se substitui um fato para apagar sua inscrição na história, no discurso e nos sentidos.

Na tese, a noção de memória saturada de Robin vai ser mobilizada para discutir como se dá luta pela memória, como o processo de patrimonialização no seu histórico foi uma luta pela conservação da memória burguesa, a memória das elites e do poder. Para entender como processos nacionalistas e seletivos elegem os parâmetros para a patrimonialização. Para compreender, também, quais as rupturas e resistências e como novos significados superam as evidências, ficam à deriva e constituem novos efeitos de sentidos para o Patrimônio Cultural.

Para compreender o funcionamento discursivo das designações de Patrimônio Cultural na documentação, no trajeto histórico que nos propusemos a analisar (historicidade). Guimarães (2003) afirma que “a designação é o que considero a significação de um nome enquanto relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real”. Sendo assim, a linguagem tem carga simbólica e carrega a memória de outros tempos e espaços, de outras formações discursivas e de suas práticas sociais, de sujeitos que fazem história e deixam suas marcas na língua.

Na tese a noção de designação é trabalhada para compreender como a designação de Patrimônio Cultural se modifica através dos tempos, que tal processo não acontece abstratamente, mas sim como um processo discursivo, que também pressupõe um processo social e histórico. Zoppi- Fontana<sup>44</sup> (2003, p. 253) pontua:

As designações funcionam no texto como indícios dos pontos de estabilização das relações de referência no interdiscurso, sendo reconfiguradas no acontecimento enunciativo a partir do embate das condições de produção sobre a língua (enquanto

---

<sup>44</sup> As considerações sobre designações partem de Zoppi-Fontana (2003), no artigo Identidades (In)formais: Contradição, processos de designação e subjetivação na diferença, nele a autora trabalha sobre a designação dos camelôs, que representam processos de subjetivação dos sujeitos camelôs. Através da análise a autora percebe um processo de significação que envolve uma rede de sentidos que criminalizam e marginalizam o sujeito-camelô. Aproveitamos a análise porque o processo de designação afeta sujeitos e coisas, conferem sentidos.

estrutura normal capaz de equívoco na história) e **sobre a memória (enquanto corpo sócio-histórico de traços discursivos que se constituem em espaço de estruturação, de regularização de sentidos** (Zoppi- Fontana, 2003, p.253, grifos nossos)

A designação de *Patrimônio Cultural* é reformulada no eixo da formulação, da enunciação, se ressignifica em cada nova abordagem que envolva o objeto, as práticas sociais nas formações discursivas e da formação social. Sendo assim, as designações produzem tanto efeitos de estabilidade referencial, quanto de “desestabilização referencial, através da indeterminação/não saturação das designações, dando lugar à polissemia que trabalha o equívoco” (Zoppi-Fontana, 2003, p. 267).

Na convenção, o grande fator para a preservação do Patrimônio Cultural as práticas sociais do homem em seu espaço, de acordo com o texto da convenção: “Constatando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através e fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes” (Convenção para a Proteção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972). De acordo com Chagas (2002, p.43):

As instituições que tratam da preservação e difusão do patrimônio cultural, sejam elas arquivos, bibliotecas, museus, galerias de arte ou centros culturais, apresentam um determinado discurso sobre a realidade. Compreender esse discurso, composto de som e silêncio, de cheio e vazio, de presença e ausência, de lembrança e esquecimento, implica a operação não apenas com o enunciado da fala e suas lacunas, mas da compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde fala.

O fragmento encaminha para reflexões do campo discursivo, primeiramente porque o discurso produz vários efeitos de sentidos, e para analisarmos devemos levar em consideração a formação discursiva em que eles se inscrevem. Os sentidos emergentes a partir deles são apenas formas de observar a realidade, como já falamos a partir da formação discursiva, que inevitavelmente pertence a uma formação ideológica. Sim, para a Análise do discurso, os sujeitos, os discursos e os sentidos são ideológicos, e é um dos axiomas da Análise de Discurso. Assim, o segundo fator é o que o discurso é composto de falhas, falhas do sujeito que não têm controle sobre o discurso e sentidos e nem das falhas, silêncios emergem a partir deles. Na análise do discurso os silêncios, sejam eles no ato da enunciação ou no silêncio constitucional também significam.

A partir do que mencionamos anteriormente, deixamos em suspenso a concepção de Aparelho Ideológico de Estado de Althusser e a relação entre memória e poder que se configura entre o sistema de produção capitalista e as instituições de preservação do Patrimônio Cultural.

Compreendemos que a ação do homem sobre o Patrimônio Cultural, sendo eles monumentos ou tomados como paisagens, se dá pela disputa incessante por bens de produção e também pela memória. A relação entre os sujeitos e as instituições de preservação do Patrimônio Cultural é ambígua, da mesma forma que ele cria instrumentos para a preservação, ele age na burocratização desse patrimônio.

A memória funciona na designação do Patrimônio Cultural, pois os sentidos emergem e constituem os novos efeitos de sentidos para o patrimônio. A memória não deixa esquecer o universo de dizeres que compõem a formação social, nos mais variados tempos. Pelos discursos ressoam dizeres de outros tempos e espaços desde o interdiscurso, a partir das filiações do sujeito. Entende-se que há uma relação de sentidos entre a memória e poder, tanto na designação dos bens patrimoniais (usos e sentidos) como na própria relação (gestão- tombamento, conservação, estudo, etc), de modo que o Estado e a classe dominante gerenciam os sentidos, conforme Orlandi (2004). Chagas (2002) vai dizer que as instituições de preservação do patrimônio apresentam um certo discurso sobre a realidade, composto de memória e esquecimento, o qual representa “quem fala e de que lugar se fala”. Esse discurso, que retoma a memória (e o esquecimento) está relacionado ao poder, a influência que o regime político e econômico exerce sobre as instituições responsáveis pela gestão do Patrimônio Cultural, da memória e do esquecimento.

Há, portanto negociação entre o sistema capitalista, representado pelas instituições de gestão do patrimônio e o sujeito de direito, entre a preservação dos bens materiais e as manifestações culturais e os interesses do mercado, marcando conforme Venturini (2023, p. 247) “ há um projeto de gestão que determina modos de funcionamento em relação aos objetos simbólicos [...]”.

### **3.2 A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003**

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 elaborada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, da Unesco, em sua 32ª sessão, realizada em Paris do dia 29 de setembro ao dia 17 de outubro de 2003, que define o se entende hoje por Patrimônio Imaterial. O conceito de Patrimônio Imaterial complementa o conceito de Patrimônio Cultural, acrescentando um olhar antropológico para as manifestações culturais, modo de fazer, tradições, dos sujeitos, dos grupos e das sociedades. Esta mudança de designação acompanha as mudanças das práticas sociais no corpo social, pois não cabe mais em um mundo contemporâneo a não valorização

das ações humanas, suas próprias práticas sociais para além dos bens materiais construídos. Os bens culturais imateriais também se inserem em condições de produção, sofrem a influência das formações ideológicas e representam tomadas de posições políticas.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, assim como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural de 1972, podemos dizer destacando Choay (2011) que “trata-se de um documento essencialmente formal, definindo os procedimentos jurídicos, administrativos, burocráticos e financeiros destinados a enquadrar a dita proteção”. Discursivamente elas delimitam espaços discursivos, fazem parte de um processo de construção de sentidos e instauram um acontecimento discursivo. Em si as Convenções e o trabalho da UNESCO representam um acontecimento discursivo perante ao cenário mundial e as convenções, separadamente, comparadas entre si, representam igualmente um acontecimento discursivo, pois ampliam o conceito de Patrimônio Cultural.

As mudanças de conceito passam por uma transformação histórica-social, saem de um “olhar único e excepcional” para o “despertar para a importância da diversidade”, para bens que se repetem como costumes, práticas, tradições e modos de fazer, etc, de sujeitos que ocupam os espaços e se relacionam com eles. Funari e Pelegrini (2006, p.25) pontuam: [...] Uma paisagem não é apenas um conjunto de árvores, montanhas e riachos, mas sim uma apropriação humana dessa materialidade. Assim, compõe o patrimônio cultural não apenas as fantasias do carnaval, como também as melodias, os ritmos e o modo de sambar, que são bens imateriais”. Choay (2011, p.177) entretanto atenta para:

Enfim, quaisquer que sejam os textos escolhidos (e sua organização), eles são de modo idêntico os fragmentos de um *work in progress*; de uma reflexão que procura explorar e comparar as diferentes formas simbólicas da ancoragem humana no mundo presente, mas também para deslocar em proveito da ruralidade a atual polarização dos atores políticos, administrativos, midiáticos e profissionais sobre as problemáticas urbanas (grifos da autora).

Os sujeitos, inscritos nas mais diversas formações sociais, significam e ressignificam o Patrimônio Cultural com o passar do tempo e no espaço. Essas tomadas de posição são políticas, dos sujeitos nas mais diversas posições sociais (formações sociais).

Certeau e Girard (2013) ao falar da restauração dos patrimônios, comentam que deve haver a democratização da expressão artística (bens culturais no geral e da arte “popular”), do mesmo modo que há democratização das técnicas, sem censurar nenhuma. Tal emergência vem ao encontro das preocupações apontadas por Choay (2011) e podemos entender que os bens materiais e os imateriais se complementam e postulação em documentos como as Convenções registram e validam os sentidos do Patrimônio Cultural perante o corpo social.

### **Condições de produção da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003**

Nos anos 2000, torna-se impossível passar despercebido a importância da cultura popular, das tradições dos povos e da forma como organizam seus espaços e estabelecem suas práticas sociais. O novo e velho divergem no Espaço Urbano, e as tecnologias dinamizam esta relação, como também transformam as práticas sociais. Certeau e Giard (2013, p.199):

Mas isto é desperdiçar o verdadeiro capital de uma nação ou de uma cidade. Pois seu patrimônio não é feito dos objetos que ela criou, mas das capacidades criadoras e do estilo inventivo que articula, à maneira de uma língua falada, a prática sutil e múltipla de um vasto conjunto de coisas manipuladas e personalizadas, reempregadas e “poetizadas”. Finalmente, o patrimônio são todas essas “artes de fazer”.

A designação de patrimônio cultural imaterial ampara-se nas definições e legislações anteriores sobre patrimônio material, que são referências e no eixo da reformulação se ressignificam, constituem-se como acontecimento discursivo por romper com a referência e instaurar o novo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, já trazia em seus artigos (artigo 216) a definição de Patrimônio Material e Imaterial, que atendiam às formas de expressão, modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. No Brasil,<sup>45</sup> alguns exemplos do Patrimônio Imaterial registrados são: Capoeira, Acarajé, Bois Bumbás de Parintins, Frevo em Recife e Olinda, Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim, entre outros.

As Convenções, como tratado anteriormente, são documentos da esfera mundial, elaborados pela UNESCO e que buscam a chancela dos diferentes países do mundo. Como se trata de um documento de outro formato, as Convenções trabalham com as designações que já estão consolidadas no mundo, as próprias organizações de caráter mundial (ONU, UNESCO) se propõe a se consolidar na modernidade e buscar a adesão dos países para as suas causas.

---

<sup>45</sup> De acordo Chagas (2017, p.134), com movimentos internos, no Brasil, pressionaram para mudanças em âmbito internacional: “A Declaração de Fortaleza, que agora completa vinte anos, foi responsável pela introdução, de modo radical, da necessidade de criação de um dispositivo legal que contribuísse para o reconhecimento, a valorização e a proteção do denominado patrimônio imaterial. Essa ação foi decisiva para a produção do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem o Patrimônio Cultural Brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Este decreto contribuiu para alterar a lógica da preservação e também para que no âmbito internacional o denominado patrimônio imaterial passasse a ser valorizado e considerado, o que representou um enorme avanço em relação às práticas até então estabelecidas. Em boa medida, esse decreto inspirador exerceu (e continua exercendo) um papel decolonial”.

O processo de designação movimentava as memórias saturadas, como apontava Robin (2016). Esse processo instaura novos sentidos, os novos sentidos que são definidos pelas formações discursivas (chefes mundiais, técnicos e representantes de organizações ligadas ao patrimônio, etc). Por sua vez essas formações discursivas se inserem em formações ideológicas, que representam as esferas da sociedade, como a burguesia ou o Estado.

A designação do Patrimônio Imaterial, da nova terminologia adotada pela UNESCO, responde às forças de poder que agem no corpo social conforme as condições de produção do discurso. Vamos nos concentrar no *Artigo 2*, que trata *das definições* de Patrimônio Imaterial para fazer nossos recortes e analisar as sequências discursivas. *Item 1*, temos a definição de Patrimônio Cultural é:

**SD23:** Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

A designação de *Patrimônio Cultural Imaterial* abre espaço para uma trama maior de sentidos do Patrimônio Cultural, desdobra-se em direção ao sujeito, às comunidades e práticas sociais dos sujeitos, nas suas tradições, naquilo que transcende o tempo e fica de legado para as outras gerações. A designação de *Patrimônio Imaterial* avança e em considerar os sentidos dos bens materiais, ou seja, daqueles que se referem aos monumentos, sítios históricos, cidades históricas e outras formas de patrimônio que representam uma forma física e tangível.

Essa mudança de referencial acompanha as mudanças do próprio corpo social, as transformações mundiais, mudanças que acontecem com o movimento da globalização (políticas e econômicas) e da ascensão das tecnologias. Assim como na Revolução Industrial não coube mais modelos que representassem as formas de operar do feudalismo e das cidades antigas, as civilizações não aceitariam maneiras de preservar “tesouros” que não representassem seus povos.

Cabe discutir que as mudanças de sentidos das designações de bens patrimoniais, bem como toda mudança de paradigmas no mundo acompanham as tendências econômicas e políticas, se antes tínhamos uma economia global voltada para a Europa, nos anos 90 e 2000 temos uma maior atenção para o modelo socioeconômico americano. Inclusive, a valorização da cultura e a supervalorização dos bens de consumo que representam este modelo de economia.

A Convenção apresenta também as formas pelas quais o *patrimônio cultural imaterial* se manifesta:

**SD24:** O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais.

*As formas de manifestação* contribuem para a definição, ora designação do *patrimônio cultural imaterial*. Por exemplo, o item *tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial*, destaca a importância das formas orais (tradições orais, mitos, histórias e etc) e da própria língua/linguagem, que se destaca como prática social entre sujeitos (suscetível às formações ideológicas e as práticas políticas).

O sentido do substantivo *salvaguarda* remete ao verbo *salvaguardar*, ou *guardar*, que aponta para os sentidos de guardar, preservar, conservar, proteger os bens inestimáveis para a humanidade e para a cultura de todas as nações. O *item 2* trata das definições de *salvaguarda*:

**SD25:** Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.

O termo *salvaguarda* direciona-se para os aspectos da memória, as práticas de memória são antigas, embora devemos atentar para as demandas dessas práticas sociais de memória. Segundo Queiroz (2020, p.25):

Embora essa Convenção aponte que os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados integram o PCI e, por isso, constituem parte importante dessa definição, também as condições materiais, os objetos, as ferramentas que fazem parte desses conhecimentos, saberes, formas de expressão, o realce dado foi aos indivíduos e aos grupos que detêm esses conhecimentos e habilidades e que produzem esse patrimônio. Eles é que estão, de fato, como sujeitos ativos e protagonistas desse patrimônio. Então, entender o patrimônio cultural como composto por essas duas dimensões, a dimensão material (dos objetos) e a imaterial (das pessoas), significa entender que a Salvaguarda somente será possível se detentores do patrimônio estiverem no centro do processo de preservação – identificação, reconhecimento e apoio e fomento.

A memória destacada nesse documento não é a memória individual, aquela que trata do indivíduo, uma memória cognitivista, e sim a memória coletiva. Cabe também atentar para as políticas de memória e a quem elas servem, para grupos específicos e privilegiados, segregando, discriminando e acentuando práticas excludentes.

De acordo Robin (2016), a *memória saturada* é aquela contaminada pelas marcas de poder, da repetição e cristalizada na versão das grandes nações. Então, quando tratamos do *Patrimônio Imaterial* (Patrimônio Cultural) e seus processos de significação, atentamos *para a disputa pela memória*, pela tentativa de nações hegemônicas de legitimar certos sentidos e não outros, pela necessidade de preservar algumas narratividades, que sustentam posições políticas e ideológicas. Atentamos ainda, para a demarcação dessas narrativas, pelos sentidos que atravessam o tempo e espaço sem ser questionados.

Contudo, observamos que a designação de *Patrimônio Cultural* constitui novas memórias, já que as redes de sentidos foram ampliadas. Porém essas redes de significação, como a própria designação, são polissêmicas e sujeitas a equívocos ( Zoppi-Fontana, 2003).

### 3.3 DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Esta seção tratará dos sentidos envolvidos no uso da designação do Patrimônio Cultural no Brasil, partindo da Carta de Atenas de 1931, seguindo para o Decreto Lei Nº 25 de novembro de 1937<sup>46</sup> e culminando na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, entendendo como a memória discursiva e a ação do (s) sujeito (s) constituem seus sentidos.

Da mesma forma que nos outros documentos apresentados anteriormente, há uma construção dos conceitos de Patrimônio Cultural, tendo em vista que o discurso sobre Patrimônio Cultural passou por um processo histórico e por processo discursivo, recebendo em sua designação a ação da memória e, também, a ação da formação social que representa o grupo social, em tempo dado e em uma posição dada. Os documentos de 1937 e 1988 se inscrevem em momentos históricos diferentes e suas constituições representaram essa influência.

Para o entendimento deste movimento de sentidos utiliza-se os conceitos de memória, designação, formação discursiva, formação ideológica e sujeito, com os autores Pêcheux ((1975[2014a], 2019), Courtine (2014) e Indursky (2021).

#### **3.3.1 Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e os sentidos de Patrimônio Cultural**

---

<sup>46</sup> As fontes para a pesquisa do Decreto Lei Nº 25 de novembro de 1937 foram o site do Gov.br e do Iphan. Segue os links: [Del0025\\_37 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br) e [DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 \(iphan.gov.br\)](http://iphan.gov.br), acesso em 24/05/2023.

O Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 foi assinado durante o governo do presidente Getúlio Vargas e tem o objetivo de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Foi o primeiro instrumento legal para a gestão do Patrimônio Cultural no Brasil e o primeiro na América Latina.

A lei está dividida em cinco partes: *Do patrimônio histórico e artístico nacional, Do tombamento, Dos efeitos do tombamento, Do direito de referência e Disposições gerais*. Os recortes deste trabalho incidem em maior parte sobre nos itens tratarem das definições de Patrimônio Cultural e sobre os itens que tratam da questão jurídica que envolve o privado e social, para entender a atuação da memória discursiva na designação do termo, nas referências e nos sentidos de Patrimônio Social para a formação social.

Segundo Funari e Pelegrini (2006, p. 44-45), o tema Patrimônio Cultural, principalmente o que se refere ao tombamento, era um tema recorrente nas cartas constitucionais na década de 30, na Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Esta lei torna-se o principal instrumento jurídico de atuação do Iphan. O órgão tinha sido criado um ano antes, em 1936.

### **3.3.1.1 Condições de Produção do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**

O Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 foi publicado em período que no Brasil se configura a segunda fase do Movimento Modernista, o país havia passado pela Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932, governo de Getúlio Vargas, e em âmbito mundial o início da Segunda Guerra Mundial.

A aproximação entre a Carta de Atenas (1931) e o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 se dá pelo fato que ambos foram constituídos na mesma época, sob as influências políticas, econômicas e culturais que marcavam o cenário mundial. Pode-se dizer que pertenciam à mesma formação discursiva e ideológica, pois os sentidos da designação de Patrimônio Cultural se aproximam muito. Outro fator relevante é que o Brasil e outros países colonizados têm a tendência a seguir os moldes eurocêntricos, principalmente nos padrões culturais. De acordo com Funari e Pelegrini (2006, p. 29):

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, na atualidade, constituem premissas básicas dos debates sobre desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade. Vista por esse ângulo, a reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade

coletiva dos povos promover a preservação de seus bens culturais-materiais e imateriais- pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social e, ainda otimizar os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano, através do aproveitamento da infraestrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turística.

Os autores dizem sobre a jornada da patrimonialização dos bens culturais na América Latina, um processo que pretendia preservar as cidades históricas, valorizando sua diversidade cultural e fomentando o desenvolvimento econômico através do turismo.

A preservação patrimonial também gera benefícios econômicos, embora ainda seja considerado um grande entrave para o desenvolvimento de outras atividades industriais e comerciais. As ações de preservação ambiental, culturais e atividades de grande impacto social são taxadas da mesma forma. No modelo capitalista, todas as atividades são pensadas pelo seu potencial econômico, em modelos mais liberais os impactos não importam tanto quanto os lucros, que se concentram na mão de uma minoria da população. Em uma sociedade desigual modelos de negócio que desconsideram os impactos social, cultural e ambiental só aumentam as diferenças sociais.

A formação discursiva envolvida no contexto de produção desta lei foi a formação discursiva governamental (que representa o Estado), tendo o presidente Getúlio Vargas como grande voz. Gustavo Capanema, responsável pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e criador do Iphan em 1936, foi um grande nome nesse cenário. A constituição do *Patrimônio Cultural*, no sentido histórico e cultural, é uma construção política de plano de governo e de ideologia de Estado.

A formação discursiva burguesa consiste na formação constituída por posições representadas pelos comerciantes, empresários, dos donos da maioria dos imóveis a serem tombados e preservados, proprietários dos espaços urbanos privilegiados. Neste caso, o histórico e o artístico são uma construção política, econômica, estratégica e de uma ideologia burguesa.

O discurso técnico, que se inscreve na formação discursiva burguesa, formada por arquitetos, urbanistas, historiadores e artistas também poderia ser citado. São aqueles sob a influência de conhecimentos técnicos, científicos, pensamentos modernistas e entusiasmo pelas artes que defendem a preservação dos bens culturais. Essa formação discursiva sofre influências da formação social modernista em expansão no mundo após 1930. Neste caso, o histórico e o artístico é uma construção estética e ética.

A formação discursiva que representa o proletariado, formada pelos representantes dos espaços, comunidades ou de imóveis que não foram envolvidos nas outras formações

discursivas anteriores representam as vozes sociais da periferia e das identidades culturais menos privilegiadas. Neste caso, o histórico e o artístico são uma construção simbólica, social, cultural e identitária.

Em todos os casos, o histórico e o artístico são uma construção ideológica alicerçada pelo sistema capitalista e permeada pela luta de classes, no qual existe confronto de sentidos e a voz das formações populares representam resistência. Todo discurso é um palco para as lutas de classe, o Patrimônio Cultural é um cenário para os confrontos de sentidos entre as formações ideológicas burguesas e as proletárias.

Segundo Courtine (2014, p.72-73), as formações discursivas têm relação com as formações ideológicas, pelas quais ocorre a contradição – o sujeito ocupa posições que se contradizem – e o antagonismo em que as posições sujeitos divergentes acontecem em FD diferente, ocorre o antagonismo, quando os sujeitos falam dos mesmos objetos e se inscrevem em formações discursivas distintas. Sendo que as formações discursivas são “componentes interligados das FI” e no interior das formações discursivas acontecem os “assujeitamento” do sujeito.

Inaugura-se, assim, os sentidos do Patrimônio Cultural no Brasil ligados à gestão dos bens patrimoniais, a patrimonialização, através do tombamento e conservação dos bens culturais (tema da lei). O Brasil passava por um período conturbado, passou por revoluções, uma constituição (1934) e o governo centralizador de Getúlio Vargas. Uma característica peculiar deste período são as contradições entre os ideais nacionalistas e a resistência da cultura popular. A cultura também é palco para a luta de classes.

O período de construção da lei apresentou uma grande expansão para os temas da cultura, mas também alguns pensamentos nacionalistas estavam começando a ganhar força, ficariam mais fortes no final do governo de Getúlio Vargas (1934- 1945). Pela Análise do Discurso pode-se observar a flutuação de sentidos do objeto, suas referências sendo apropriadas, mais usadas, por uma ou outra formação discursiva.

Na cultura, por exemplo, o samba foi transformado em símbolo da cultura nacional, sendo a representação da identidade do povo brasileiro. Mas dentro do próprio gênero musical houve contradições, o empreendimento governamental não foi bem-sucedido. Entende-se assim, que as leituras dos objetos podem ser outras, assim como seus sentidos. Os sentidos escapam à homogeneização, os sentidos sempre podem ser outros. O controle de sentidos é uma ilusão.

Conforme consta em Funari e Pelegrini (2006, p.44) a “Constituição de 1937, tornou-se decisiva para a proteção do patrimônio brasileiro, na medida em que submeteu o instituto da

propriedade privada ao interesse coletivo (sob a ingerência do Estado)”, este entendimento facilitou os tombamentos mencionados no decreto lei do mesmo ano. Do ponto de vista jurídico, colocar à disposição do Estado os bens patrimoniais (edificações) era um grande avanço para a gestão do Iphan, mas um problema em relação à propriedade privada, aos donos dos imóveis e dos espaços públicos. A gestão do patrimônio cultural parece sempre estar nas fronteiras do Estado e do capital, assim como seus sentidos.

Na constituição de sentidos acerca do Patrimônio Cultural, observa-se entendimento de Indursky (2021) sobre as designações e os sentidos. Indursky (2021, p. 28) pontua:

[..] todos estes deslizamentos de sentido, observados nesses processos de designação, marcam igualmente a dispersão e a heterogeneidade desse sujeito político e os sucessivos esquecimentos pelos quais tais processos de designação passaram, ficando, mesmo que de modo fragmentado, registrados na memória discursiva que instaura a possibilidade de dizê-los e renomeá-los, num trabalho incessante da ideologia e da língua sobre os sentidos

Mesmo que a análise sobre a flutuação dos sentidos sobre Patrimônio Cultural se mostre inicial, ainda que pareça uma discussão de uso, não deixa de representar práticas sociais de sujeitos e ressoe a manifestação do político e ideológico.

Nesse período (1937), a busca pela gestão do Patrimônio Cultural, principalmente sobre o aspecto do registro e tombamento, ficou no confronto entre o privado e o público. Seguem as sequências discursivas para análise: a primeira encontra-se na parte inicial do decreto, Capítulo I, no qual define *patrimônio histórico e artístico nacional* e no Capítulo II, que trata do *tombamento*, especificamente dos *livros de tombos*. O segundo recorte trata de sequências discursivas que discriminam os termos para a questão do direito privado, encontrados nos Capítulos III e IV, que tratam dos *efeitos do tombamento* e do *direito de preferência*.

### **Recorte 1- do referencial aos novos sentidos**

**SD26:** Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Os recortes do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, selecionados para análise, trazem algumas definições para o termo Patrimônio Cultural, referentes às práticas sociais, ou seja, nas relações entre formações ideológicas, formações discursivas e corpo social na década de 1930.

Conforme Courtine (2014, p. 51), “Os planos históricos, psicossociológico e linguístico, aos quais as CP remetem, são justapostos sem que nenhuma hierarquia nem ordem de determinação sejam explicitamente indicadas. O trecho de Courtine (2014) trata da definição de Condições de produção, usa-se aqui para indicar que o plano histórico e linguístico, são tratados da mesma forma e ambos são indicadores da ação da política e da ideologia neste discurso.

A SD26 descreve o Patrimônio Cultural, ou que se entendia por Patrimônio Cultural nas condições de produção daquele período histórico. O referido, ou a designação, não atendia pelo termo Patrimônio Cultural e, sim pelo termo *patrimônio histórico e artístico nacional*. Este termo conceitua o nome do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) até os dias de hoje, lembrando que o Iphan foi criado na mesma época que tal decreto.

A designação de patrimônio histórico e artístico, esses dois determinantes pareciam conter a definição (e os sentidos) de Patrimônio Cultural, já que havia uma grande preocupação com a preservação dos espaços que representassem a história nacional, principalmente da época da colonização.

O recorte *conjunto dos bens móveis e imóveis* observamos a ampliação da abrangência da designação de *patrimônio histórico e artístico nacional* para além dos bens edificados (casarões, igrejas, edifícios ou conjuntos arquitetônicos, etc.). Não é apresentada a definição de bens não móveis, mas entende-se que poderia ser aquilo que entendemos como bens imateriais.

Os aspectos arqueológicos, etnográficos e artísticos também fazem parte das referências para *patrimônio histórico e artístico nacional*. No geral, pode-se entender que o *patrimônio histórico e artístico nacional* designa nesta formação social bens móveis e imóveis que representam aspectos históricos, da ordem da arqueologia, etnografia e da arte.

A palavra *bem*<sup>47</sup> aparece substituindo *monumento*, funcionando como uma forma genérica de se referir aos itens patrimoniais. Acontece uma mudança de sentidos decorrente das práticas sociais nas condições de produção do discurso de/sobre *Patrimônio Cultural* e a

---

<sup>47</sup> De acordo com o Dicionário Volp, versão online disponível em: <[Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa | Academia Brasileira de Letras](#), *bem* (s.m).

palavra *bem* remete aos sentidos de algo de valor financeiro, de patrimônio, de herança. Logo, um objeto histórico tem valor para uma nação.

Na SD26:

*Conservação seja de interesse público; vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil; seu excepcional valor; importe conservar e proteger pela feição notável.*

Outra mudança de referencial é que os *bens culturais* passam a ser entendidos como um conjunto, “*Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis*” (Decreto nº25), não mais como *monumentos isolados*, sendo que eles podem ser geridos e preservados por uma instituição competente. Em sua totalidade representam o patrimônio histórico e artístico do país, denotando um valor de tesouro nacional. Este tesouro não se caracteriza por mais só por monumentos isolados, mas como um todo que representa em si as características históricas da nação.

O uso da expressão *bens móveis e imóveis* também é uma novidade, ampliando as especialidades do objeto e construindo outros sentidos. Os adjetivos *móveis e imóveis* têm sentido opostos e referem a capacidade de mover-se e fixar-se e na SD26 abrangem os bens que já foram identificados e os que ainda não foram e podem vir a ter um significado para a história do país. Essa constituição de sentidos depende das condições de produção dos discursos, o cenário econômico e político define os sentidos da cultura.

Courtine (2014, p. 53-54) pontua que a “AD têm por objetivo a articulação teórica da Linguística com a História: *é em campo fechado*, na cena do teatro ou entre as cordas do ringue, que se passam as peripécias discursivas, ao abrigo das determinações da história.” Os discursos estão no tempo e espaço, na cena discursiva, sempre em um embate de sentidos, no qual uma força (formação ideológica, formação discursiva, sujeito) tenta estabilizar os sentidos dela mesma e homogeneizar os sentidos da outra força discursiva.

Neste período histórico, como se levantou anteriormente, buscava-se elevar a cultura popular, através de alguns elementos nacionais. A construção identitária do Patrimônio Cultural também buscava essa aproximação com o corpo social.

Na SD27, observa-se o detalhamento dos livros de tombos e através dessas descrições pode-se observar outras qualificações para a designação de Patrimônio Cultural que não estavam na Carta de Atenas e no Decreto Lei. As flutuações dos sentidos da designação de Patrimônio Cultural tanto acontecem entre documentos de período como no interior do próprio documento.

Na Carta de Atenas, por exemplo, não se destacava a necessidade de preservação do patrimônio histórico e suas as estratégias de gerenciamento. Pode-se dizer que a política de patrimonialização iniciou com a Carta de Atenas, mas não se mostrava ainda como uma política de preservação patrimonial, serviu como parâmetro para outras iniciativas. Segue SD27 para análise:

**SD27:** Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

As novas flutuações de sentidos em relação à Carta de Atenas estão na organização, principalmente, como comentado anteriormente e sentidos para a designação de Patrimônio Cultural, por exemplo, na classificação/definição e nos nomes atribuídos aos livros de tombos. Os adjetivos *arqueológico*, *Etnográfico* e *paisagístico* trazem novas abrangências para o Patrimônio Cultural, novos sentidos. O adjetivo *paisagístico* se refere à paisagem, a composição de um espaço, um bem classificado, neste livro, tem relevância na composição de um espaço e de uma paisagem. A composição paisagística remete à historicidade e à narratividade de um Espaço Urbano, de sua constituição como objeto e sua relação com os sujeitos.

Tanto nas SD26 e SD27 ressoa a enunciação do discurso que está aqui, um tempo e espaço, de um eu para um tu, sujeitos em interlocução, pertencentes a formações discursivas e que o referencial de *monumento/patrimônio histórico e artístico* volta através da memória discursiva, no interdiscurso, para ser um discurso atualizado sobre Patrimônio Cultural. Destaca-se que o recorte temporal, de arquivo-escolha do analista, representa apenas uma das possíveis interpretações do estudo do Patrimônio Cultural pelo viés da AD. De acordo com Courtine (2014, p.31),

A materialização, sob a forma de procedimentos determinados, de um corpo de propostas teóricas que visam ao discurso como “objeto de conhecimento” expõe o discurso como “objeto do conhecimento” expõe o discurso como objeto empírico concreto, ou “objeto real”. É a condição na qual pode ser empregada a expressão “o objeto da Análise do discurso” ou o “discurso como objeto”.

Conforme exposto no primeiro capítulo, o estudo do Patrimônio Cultural pode ser assimilado à construção do conhecimento, o estudo do discurso como objeto em si e como construção de conhecimento sobre determinado objeto. O objeto e os discursos sobre ele são a materialização de um campo do conhecimento que se manifesta através do discurso, pois a linguagem é faces da ação humana.

### **Recorte 2- O tombamento e os impasses entre o privado, o público e o social.**

**SD28:** Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

**SD29:** Art. 6º O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente

**SD30:** Art. 11. As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades

Trazemos o Recorte 2 para discutir a questão do Patrimônio Cultural e a relação entre o privado e o público. No sistema capitalista, privado e público são posições antagônicas, assim como bens individuais e sociais. O Estado e a classe burguesa, detentora dos meios de produção, entram em conflito, tendo em conta tudo que o capital possa capitalizar e oferecer.

O conceito de sujeito de direito parte dos pressupostos da divisão de classes e da individualização. O sujeito de direito dotado de direitos e de deveres tem sua função na manutenção do sistema de produção. A classe burguesa e o proletariado diferem no acesso aos bens de produção e ao capital, há a concentração de renda na classe burguesa e o Estado entra como mais um membro na manutenção da lógica capitalista.

A luta entre privado e público também é uma luta entre o individual e o coletivo. A necessidade pela conservação, pela simples conservação, sem se ater aos interesses coletivos é uma falácia do Estado, uma demanda da classe burguesa.

### **3.2.3 Conclusões para o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**

A designação é um processo discursivo, histórico, ideológico e político. Como processo discursivo acompanha um objeto que sofre a ação da cena interlocução, condições de produção.

Como processo histórico, a designação é perpassada pela memória discursiva, a referência, no fio do discurso, interdiscurso. A designação, como processo ideológico, sofre a ação das formações discursivas e a ressonância das formações ideológicas. Em um cenário micro, do confronto de sentidos, elas também representam a luta de classes.

A Carta de Atenas foi um grande marco histórico na constituição de sentidos do Patrimônio Cultural, o que foi nomeado no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 de Patrimônio Histórico e Artístico. A ideia referencial para a gestão do Patrimônio Cultural é a cultura europeia, observa-se que as ideias eurocêntricas constituem o imaginário de Patrimônio Cultural na América Latina, reforçando os estereótipos da colonização.

O cenário político brasileiro interfere nas definições da *cultura* no país. O pensamento nacionalista, construção discursiva e ideológica, diante do Patrimônio Cultural, ressoa como um anseio pela preservação patrimonial. Uma ação desenfreada pelo controle dos sentidos da cultura popular.

A designação de *Patrimônio Histórico e Artístico* constitui-se de diferentes memórias discursivas, da classe burguesa, do proletariado e do Estado. O sistema legislativo brasileiro marca o poder da burguesia e do próprio Estado, embora a igualdade seja uma premissa das práticas democráticas, o apagamento social é uma prática da lógica capitalista.

A designação de *Patrimônio Cultural* sofre flutuações de sentidos no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e em outros documentos da época e posteriores, pois representa uma designação em construção de sentidos, assim como inevitável a todos os discursos. Podemos destacar o uso das tradições do direito romano ao se referir ao conceito de propriedade. Na legislação isso transborda como com capítulos e artigos para tratar do assunto e organizar a gestão do Patrimônio Cultural, principalmente o ato do tombamento. No decreto, o Estado como legislador torna-se um negociador no espaço do privado, defendendo os interesses nacionais. A negociação entre o privado e o nacional não determina de imediato uma função social para a patrimonialização.

Os recortes 1 e 2 tinham propostas distintas, mostravam o processo de designação sobre dois aspectos, entretanto não se dissociavam. O recorte 1 mostrou como a designação de Patrimônio Cultural, variou de *monumento* (Carta de Atenas) para *patrimônio histórico e artístico* (decreto) e como outros sentidos foram agregados a ela: *etnográfico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, monumentos naturais, sítios e paisagens, ameríndia e popular, arte erudita, nacional ou estrangeira e artes aplicadas*. As definições variam ao longo do decreto, concentradas no recorte 1, sua função discursiva é popularizar o conceito de Patrimônio Cultural.

O Recorte 2 mostrou o processo de designação de Patrimônio Cultural no confronto entre o privado e o social. Na cena discursiva do jurídico, os sentidos do Patrimônio Cultural se definem, não como algo estático, mas como um confronto de sentidos.

### 3.3.2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os sentidos de Patrimônio Cultural

Nesta seção discute-se o *Art. 215 e o Art. 216, Seção II, Capítulo III*, que trata da Educação, cultura e desporto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelecendo uma relação com os demais documentos apresentados neste capítulo e especialmente, com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, discutido anteriormente.

Utilizaremos para a análise Pêcheux ((1975[2014a], 2019), Courtine (2014) e Indursky (2021), analisando a *designação* de Patrimônio Cultural e a memória discursiva que atravessa este objeto, com suas ressonâncias políticas e ideológicas.

#### 3.3.2.1 Condições de Produção Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

A constituição segue a mesma tradição do direito romano, restringindo o direito de propriedade ao Estado. É considerada um avanço em termos de legislação para o avanço da democracia, principalmente, após um período de ditadura militar (1964-1985). Funari e Pelegrini dizem sobre o processo:

A Carta Constitucional promulgada em 1988 retomou alguns pressupostos preservacionais sugeridos por Mário de Andrade e Aloísio Magalhães, reafirmando que a ação em prol do patrimônio deveria se desenvolver independentemente da ação de tombamento e deveria basear-se na referencialidade dos bens. Além disso, as disposições contidas no artigo 215 reiteram a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, propondo, inclusive, a fixação de efemérides ou datas comemorativas concernentes aos seus respectivos interesses. A defesa do meio ambiente, da qualidade de vida nos centros urbanos e da pluralidade cultural representou avanços na luta pela cidadania e por políticas e por políticas preservacionais nos anos que se seguiram (Funari; Pelegrini, 2006, p. 51)

De acordo como os autores, a constituição trazia traços do documento que o antecede (decreto), principalmente no que se refere às ações de *tombamento* e *referencialidade dos bens*. A *referencialidade* é o ponto de ancoragem para entender o fio do discurso, logo a *designação*

e os processos de significação, de/sobre o Patrimônio Cultural ao qual nos propusemos estudar neste capítulo.

Apresenta-se a Sequência discursiva 1 e a Sequência discursiva 2.

### **Recorte 1- Das especificidades e das garantias do Patrimônio Cultural Brasileiro**

#### **SD31:**

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

V valorização da diversidade étnica e regional. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005\)](#)

A SD31 trata da garantia do acesso, da valorização, da difusão da cultura e insere novas referências para o Patrimônio Cultural. Estabelece um plano de Plano Nacional de Cultura<sup>48</sup> para criar políticas de cultura e garantir o cumprimento das metas constitucionais. Na SD31

<sup>48</sup> Em 2005, a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 48, DE 10 DE AGOSTO DE 2005, acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.

Em 2012, a EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 71, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2012, acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. As emendas tratam da criação do Plano Nacional de Cultura e do Sistema de Cultura. Na organização proposta no plano Nacional de Cultura os entes federados devem cumprir suas etapas para garantir o funcionamento do Sistema de Cultura. As conferências de cultura acontecem em âmbito municipal, estadual e nacional. Nos municípios as conferências municipais de cultura auxiliam na elaboração do Plano de Cultura do Município. Tanto o plano nacional de cultura quanto os planos municipais são elaborados a partir de seis eixos de atuação: Eixo 1: Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura; Eixo 2- Democratização do acesso à cultura e Participação Social; Eixo 3- Identidade, Patrimônio e Memória; Eixo- 4: Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural; Eixo- 5: Economia Criativa, trabalho, Renda e Sustentabilidade; Eixo-6: Direito às Artes e Linguagens Digitais.

observa-se a abertura dos conceitos de Patrimônio Cultural, principalmente, na preocupação com os sujeitos das formações discursivas das *culturas populares, indígenas e afro-brasileiras*. Torna-se relevante pois, estas *designações* não haviam sido nomeadas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. O decreto trata dos aspectos etnográficos, no entanto eles não haviam sido nomeados. Esta nomeação deixa a constituição mais próxima da realidade do país que ainda enfrenta as mazelas da colonização e da escravidão. Surge também a *designação de manifestações culturais*, o que aumenta o referencial de/sobre Patrimônio Cultural, logo que ela remete a bens imateriais.

Comparando com as Cartas, que compõem nosso primeiro bloco de recortes, este documento progrediu em trazer todas essas especificações sobre o objeto, para garantir a salvaguarda de um maior número de bens culturais brasileiros. Por exemplo, na Carta de Atenas a função social da carta era a organização do espaço urbano, organizá-lo de uma forma que os *monumentos históricos* fossem preservados, logo referência eram o urbanismo, arte e história. A partir de Pêcheux (2019, p.33) entendemos que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, observamos aqui os processos discursivos (políticos e ideológicos) das legislações patrimoniais.

A Constituição de 1988, em seus itens, especificamente nesse que recortamos, usou de referência outros documentos nacionais e internacionais para construir o referencial de *cultura nacional*. O *discurso constitucional* (no recorte analisado) reside em *já-ditos* e na ressignificação do discurso patrimonial. Em nível macro, também se mostra como resistência do discurso ditatorial, pois a Constituição marcou o período de redemocratização.

Ao elaborar estes artigos, e desenvolver a *designação* e os desdobramentos do Patrimônio Cultural, o sujeito-legislador trabalhou com dois esquecimentos. O esquecimento número 1 da ordem ideológico e o número 2 da ordem da enunciação. O esquecimento número 1 nos lembra que não somos sujeitos do dizer, dono do primeiro enunciado, assim o sujeito-legislador (que se desdobra em várias posições - sujeito representante do Estado, da burguesia e dos grupos técnicos) não é dono do dizer, antes dele outros já ditos funcionaram no processo discursivo.

Pelo esquecimento número 2, o saber legislado sobre o Patrimônio Cultural funciona como *metáfora* dos estudos, documentos, discussões, etc, ou seja, discursos sobre o objeto, os *efeitos metafóricos* reagem como reformulação do discurso dado. Porém o sujeito-legislador não tem noção deste esquecimento, pois a enunciação transfere uma ilusão própria dos processos subjetivos/não subjetivos da identificação do sujeito.

As sequências *Estado protegerá*, *A lei disporá*, *A lei estabelecerá* traz a descaracterização do sujeito, implicando ao *Estado*, a *lei* características de direito. O sujeito-legislador torna-se o porta voz do *Estado* e da *lei*. Os verbos, no entanto, funcionam como discurso autoritário, pois os verbos indicam ação. O sujeito-legislador, representando o Estado e a lei, se apaga no *fio do discurso* e se estabelece na relação de força (de sentidos) em relação ao sujeito-brasileiro, interlocutor do seu dizer (Constituição). Esse apagamento do sujeito (proposital) tem um efeito de sentido de representar os sentidos democráticos, o sujeito-legislador representa o Estado, e o Estado está ali para garantir os direitos do povo, do sujeito-cidadão. Pêcheux ((1975[2014a, p.162])) detalha:

[...] impressão deflagrada pela abertura constitutiva da qual esse sujeito se utiliza constantemente através do retorno sobre si do fio de seu discurso, da antecipação de seu efeito e da consideração da discrepância introduzida nesse discurso pelo discurso do outro (como próprio outro) par explicitar e se explicar a si mesmo o que ele diz e “aprofundar o que ele pensa”.

O *esquecimento número 1*, no entanto, é da ordem ideológica, serve para analisar as ressonâncias do dizer, a relação do dizer com as formações ideológicas, as quais as constituem. O *sujeito-legislador* desconhece (esquece) a porosidade do seu dizer, ou seja, desconhece a formação discursiva que o domina. Para Pêcheux ((1975[2014a, p.165])) “O efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo o de mascarar o objeto daquilo que chamamos de esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento número 2”. Ou seja, a forma-sujeito (sujeito-legislador) é apagada para mascarar os efeitos do esquecimento número 2, as ressonâncias do discurso ideológico no discurso constitucional. Ou ainda, o discurso constitucional esconde a forma perversa de dominância do sistema capitalista sobre o Estado (democrático e neoliberal) sob o sujeito-cidadão (sujeito livre e de direitos). Continuamos com a Sequência discursiva 2:

## **Recorte 2- Das designações e da salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro**

### **SD32:**

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. [\(Vide Lei nº 12.527, de 2011\)](#)

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

II - serviço da dívida; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003\)](#)

A SD32, Art. 216, trata das designações e da salvaguarda do *Patrimônio Cultural brasileiro*. Os verbos *constituir*, *promover*, *proteger*, *caber*, *estabelecer*, *ser*, *ficar* indicam para uma ação de conceituação, delimitação, definição, cuidado e gestão da palavra em questão. O funcionamento discursivo do verbo *constituir* pode indicar a prática de cercear, limitar, comparar e ampliar os sentidos da designação de Patrimônio Cultural. Os verbos *promover*, *proteger*, *caber*, *estabelecer*, *ser*, *ficar*, funcionam como indicativos de uma ação de cuidado com o objeto, da preservação, indicando meios pelos quais naquelas condições de produção tais medidas poderiam ser tomadas em relação à salvaguarda do Patrimônio Cultural. Tais funcionamentos indicam a ação do Estado para delimitar sentidos para o objeto, que indica controle sobre os sentidos do objeto.

A SD32 apresenta novos sentidos para o *Patrimônio Cultural*, agora ele aparece nomeado por: *Patrimônio Cultural Brasileiro*. Em comparação ao Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no qual o trata como *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. A mudança nas *designações* do Patrimônio Cultural se dá pelo efeito metafórico, no qual há o funcionamento da memória discursiva que opera no fio do discurso, no processo de produção

de sentidos constitutivos de todo discurso. Pêcheux (2019, p. 54) chama o fenômeno semântico produzido de efeito metafórico. No caso dos sentidos do Patrimônio Cultural, todos os sentidos designados a eles *já estão* no sistema “natural” da língua, no fio do discurso, sob as influências da ideologia e da política.

Tais marcas podem retomar ao *esquecimento número 1*, sendo que as mudanças nas designações (sentidos) não acontecem separadamente de ressonâncias ideológicas. Assim, a definição encontrada na Constituição é a mais próxima da encontrada em documentos recentes, por exemplo as Convenções e a Carta ao cidadão. As implicações político-ideológicas podem ser indicadas pelo próprio movimento político e cultural que acontece no Brasil desde o Decreto de 1937. O Brasil apresenta uma gama de diferenças culturais movidas pela colonização, extensão geográfica, meio ambiente, etc. as quais influenciam nas políticas de preservação do Patrimônio Cultural Imaterial, os estudos e práticas adotadas pelo Brasil e outros países da América Latina influenciaram a elaboração da Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, por exemplo. Os *deslocamentos metafóricos* acontecem na área da cultura, assim como em outras temáticas nacionais.

Há mudanças de sentidos distintos, justamente, nos países da América Latina, países pobres e colonizados, podem indicar uma relação de força, contraidentificação, resistência. Nesta relação de força, de disputa pelos sentidos, os sujeitos são interpelados pela ideologia e tendem ao assujeitamento da formação discursiva e ideológica. Ou nas palavras de Pêcheux ((1975[2014a, p.198]) “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (sujeitos do seu discurso) por formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes”.

Se o Estado representa a burguesia, o proletariado sempre será o cidadão. O sujeito-legislador opera uma relação de força em relação à posição sujeito-cidadão. A disputa pelos sentidos do Patrimônio Cultural também se torna luta de classes. O *equivoco* da ascensão dos saberes culturais imateriais e periféricos funciona como a fragilidade e da classe dominante, uma reafirmação das diferenças socioeconômicas. O equivoco funcionando para indicar a opressão (produção/reprodução) dos saberes.

Segue algumas paráfrases (reproduções/reformulações) possíveis para o Patrimônio Cultural entre o Decreto de 1937 e a Constituição de 1988.



Fonte: Elaborado pela autora

A ideologia produz a opacidade que recobre os sentidos do exterior (interdiscurso) e esse acobertamento apaga os efeitos ideológicos da posição-sujeito, a ideologia é o ponto central das formações discursivas (Pêcheux, 1975[2014a,p.166]). Algumas paráfrases possíveis para o Patrimônio Cultural a partir da Constituição de 1988:

- O Patrimônio Cultural Brasileiro são bens materiais e imateriais.
- O Patrimônio Cultural Brasileiro são manifestações culturais.
- O Patrimônio Cultural Brasileiro é uma manifestação das culturas populares indígena e afro-brasileira.
- O Patrimônio Cultural Brasileiro é um processo civilizatório nacional.
- O Patrimônio Cultural Brasileiro é gerido pelo Estado.
- O Patrimônio Cultural Brasileiro serve à classe burguesa.

A partir das paráfrases e dos processos metafóricos que elas apontam podemos aplicar o desdobramento de pistas para compreender a constituição dos sentidos do nosso objeto e o processo discursivo - o movimento do histórico e cultural- o qual a Constituição de 1988 representa discursivamente.

As paráfrases apresentam designações para o Patrimônio Cultural, partindo das definições apresentadas na Constituição de 1988, apresentam um efeito de sentido de acréscimo, que funcionam como novos sentidos que circulam e movimentam nas condições de produção, como a delimitação de sentidos para o Patrimônio Cultural, através da institucionalização. Embora a Constituição marque o avanço democrático para o país, ela também representa as vontades de um Estado burguês que prioriza a institucionalização cultural.

O exercício com as paráfrases possibilita discutir como o Esquecimento número 2, aquele da ordem da enunciação, movimenta sentidos nos discursos institucionais. Nas paráfrases, produzidas podemos perceber o funcionamento do político e do ideológico na delimitação do Patrimônio Cultural, que primeiramente, passa por um estágio de designações (definições), depois para o estágio de acréscimo (movimento de memória- Esquecimento nº 1) e para a discussão política (a enunciação- Esquecimento nº 2).

Nas três últimas paráfrases, percebemos que para além das questões enunciativas e de designação, elas podem deslizar para os sentidos políticos imbricados no processo discursivo da Constituição. Por exemplo, vemos em *processo civilizatório nacional* um movimento de desclassificar o sujeito-nacional (povo brasileiro), em buscar a instalação de um modelo de sujeito-nacional aos moldes do Outro (outras culturas ou assujeitar o sujeito em sujeito de direito aos moldes do sistema neoliberal) e de delimitar os sentidos do Cultural.

O processo de designação do Patrimônio Cultural Brasileiro além de ser um processo histórico e cultural, também é um processo político e ideológico.

### 3.4 CARTA AO CIDADÃO DO IPHAN E O ASSUJEITAMENTO DO SUJEITO-CIDADÃO

O objetivo desta seção é discutir a constituição do sujeito-cidadão a partir da Carta ao Cidadão<sup>49</sup>, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, levando em consideração as definições Althusserianas de Aparelhos Ideológicos, sua relação com o sistema de produção capitalista e suas formas de manutenção do poder.

Esta seção será composta das condições de produção da Carta ao Cidadão, situando o leitor acerca do cenário histórico-social do objeto de análise e de análises sobre o arquivo e seus recortes. Nesta parte, apresentaremos o Iphan e a Carta ao Cidadão. Também, tratamos de

---

<sup>49</sup> Compõe nosso arquivo o memorando do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/Iphan) sobre a exclusão do serviço "Estabelecer a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira" da Carta de Serviços ao Cidadão, Memorando nº 384/2015 - Depam.

algumas designações de Patrimônio Cultural, dando ênfase aos bens materiais e a designação de Conjunto Urbano e Paisagístico.

Os conceitos movimentados para este estudo são a noção de sujeito, discurso, sentido (s) e formação imaginária. Trazemos alguns apontamentos sobre a Carta ao Cidadão do Iphan, observando os efeitos de sentido do discurso institucionalizado e a formação imaginária do sujeito-cidadão.

Esta seção representa a transição para o capítulo seguinte, na qual saímos da abordagem da constituição da designação do Patrimônio Cultural em documentos pertinentes à historicidade da patrimonialização dos bens culturais, para os documentos que tratam do Patrimônio Cultural em São Francisco do Sul.

### **O Iphan e a Carta ao Cidadão: Condições de produção**

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan<sup>50</sup> é uma autarquia federal responsável pela gestão e conservação do Patrimônio Cultural: os bens materiais, imateriais e Patrimônio Mundial. Foi criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, desde então seu papel vem se consolidando na preservação do Patrimônio Cultural.

De acordo com o portal do Iphan:

O Iphan zela pelo cumprimento dos marcos legais, efetivando a gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro e dos bens reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio da Humanidade. Pioneiro na preservação do patrimônio na América Latina, o Instituto possui um vasto conhecimento acumulado ao longo de décadas e tornou-se referência para instituições assemelhadas de países de passado colonial, mantendo ativa cooperação internacional. (Iphan,2020)

O Iphan possui 27 Superintências, 28 Escritórios Técnicos e outras cinco Unidades Especiais. As Superintências são estruturas estaduais e os Escritórios Técnicos se localizam nas cidades históricas. Em Santa Catarina temos três Escritórios Técnicos, em Blumenau, Laguna e São Francisco do Sul. O Iphan em parceria com os governos estaduais e municipais desenvolvem ações para a identificação, produção e difusão do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Para fins de gestão, o Iphan - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - classifica o Patrimônio Cultural em Patrimônio Material, Imaterial e Mundial.

---

<sup>50</sup> Entre 2020 e 2021 o Iphan migrou para a plataforma Gov.br, ele deixou de ter um endereço eletrônico independente e passou a compor um dos serviços do Ministério do Turismo (2019 a 2022). Os órgãos ligados às pastas da cultura, lazer, educação e cultura têm sofrido alterações na sua atuação no último governo. Em 2023 com a retomada do Ministério da Cultura o Iphan volta a fazer deste ministério.

De acordo com Chagas (2002)<sup>51</sup>, as instituições que tratam da preservação e da gestão da arte e do patrimônio apresentam um certo discurso, este é lacunar, assim como na fala e, representam um lugar de fala, “de quem fala e do lugar de onde fala”. Para o autor, o esquecimento e a memória, a preservação e a destruição não estão em um duelo mortal, e sim fazem parte do jogo de sentidos do discurso, constituem-se e se complementam através de sujeitos e práticas sociais.

Com a Constituição Federal de 1988, o Patrimônio Material e Imaterial passa a ter um espaço de destaque, através dos artigos 215 e 216, que trata das definições, inventário e tombamento do Patrimônio Cultural.

A Carta ao Cidadão<sup>52</sup>(2014) do Iphan é um documento aberto ao cidadão que expõe os serviços prestados pela instituição e como se organiza perante a sociedade. A Carta “objetiva facilitar o acesso e garantir ao cidadão o direito de receber serviços em conformidade com os padrões aqui estabelecidos, tendo como diretrizes a transparência, a relação com a sociedade, a qualidade dos processos e o atendimento ético e efetivo”. Neste contexto, as diretrizes estabelecidas por ela delimitam o que se fala sobre o Patrimônio Cultural e sobre o espaço urbano.

A estrutura da Carta ao Cidadão constitui-se de uma proposta, na qual define o papel de alguns elementos da gestão pública: cidadão/usuário; servidor; organização e sociedade. Ficaremos atentos ao item cidadão/usuário. A responsabilidade do “cidadão/usuário”, de acordo com a carta, é “Conhecer os serviços e requisitos antes de procurar a Organização” e “Praticar o controle social e o exercício da Cidadania”.

---

<sup>51</sup> O texto de Chagas (2002) apresenta uma reflexão sobre memória e poder, discutindo a relação entre esquecimento e memória, preservação e destruição. Apresenta-se dividido em duas partes ou dois movimentos como distingue o autor: 1º discute as relações entre memória e poder nos séculos XVIII e XIX e o outro movimento discute essa mesma relação na atualidade, nas novas instituições de gestão do patrimônio cultural.

<sup>52</sup> No site do Iphan encontramos a descrição “Carta de Serviços ao Cidadão” embora a carta catalográfica do documento indique “Carta ao Cidadão”.

A Carta apresenta o Iphan, destacando sua formação e legitimação na gestão e preservação do Patrimônio Cultural. Apresenta, ainda, os prazos para atualização, mecanismos de divulgação da Carta e as formas de comunicação com o cidadão. Ela conceitua o Patrimônio Cultural Brasileiro: os bens materiais, imateriais, patrimônio ferroviário e bens arqueológicos. Trata dos processos de inventário e tombamento. Apresenta as autorizações e permissões para o manuseio dos bens patrimoniais. Dispõe sobre os bancos de acesso a dados, a arquivos e bibliotecas. Apresenta os programas de formação em Educação Patrimonial e a legislação de fomento à conservação dos bens patrimoniais. Traz os endereços das superintendências e escritórios do Iphan e outros anexos.

A Carta apresenta a visão, missão e os valores da instituição, seguindo uma ideia mercadológica de serviços. Vamos trabalhar com esses itens mais adiante. Em termos discursivos estes itens resumem a relação esperada entre a instituição e o cidadão, tenta-se cumprir o imaginário do sujeito-cidadão e sua relação com o sujeito-institucional prestador de serviços. Neste caso, o sujeito-institucional representa um discurso de um Aparelho Ideológico de Estado.

Para nossa discussão ficaremos atentos aos itens: “Uma carta de compromissos”, “Mecanismos de divulgação da Carta ao Cidadão” e “Canais de comunicação com o cidadão” para entender os mecanismos de sentidos que se formam entre o discurso institucional e a formação imaginária do sujeito-cidadão.

O estudo do Patrimônio Cultural se divide em várias áreas, neste estudo fazemos o viés da História e da Cultura e entendemos que está relacionado a questões sócio-históricas, ideológicas, políticas e se relacionam com os sistemas de produção. A tese circunda os limites da História da Cultura, por isso, para falar do papel da história e da historiografia trazemos Certeau (2020), para quem

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam. (Certeau, 2020, p.47)

A partir destas ideias sobre o papel da historiográfica nas suas interseções com outras áreas temos subsídios para iniciar nossas reflexões sobre o sujeito e Patrimônio Cultural.

### **A Carta ao Cidadão do Iphan**

O discurso da Carta ao Cidadão do Iphan inscreve-se na formação discursiva institucional, sustenta-se em discursos históricos e culturais, atravessado pelo de/sobre discurso do Espaço Urbano. As formações discursivas funcionam como o lugar (regionalizações) onde o discurso se reformula, toda formação discursiva também representa uma posição ideológica. Uma posição de poder que permite que o sujeito possa dizer isso ou aquilo. Orlandi (2020, p.41) apresenta: “As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Deste modo os sentidos sempre são determinados ideologicamente.”

Destacamos que nos processos discursivos as palavras significam de acordo com a formação discursiva, ganham tonalidade a partir da ideologia presente nela. A esta variedade de sentidos podemos chamar de polissemia.

O sujeito interpelado pela Carta ao Cidadão do Iphan trata-se de um sujeito idealizado, uma formação imaginária do sujeito-cidadão ideal.

O sujeito-cidadão aqui identificado será entendido como o sujeito de direito, aos moldes do Aparelho de Estado<sup>53</sup>. Para esta concepção o sujeito de direito tem a impressão de liberdade, porque quanto mais livre parece ser mais está à mercê do sistema. Orlandi (2020, p.49) acrescenta que a noção de sujeito-de-direito é diferente da classificação de indivíduo e pontua:

O sujeito-de-direito não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista. Em consequência, há determinação do sujeito mas há, ao mesmo tempo, processos de individualização do sujeito pelo Estado. Este processo é fundamental no capitalismo para que se possa governar.

No desdobramento do sujeito-cidadão, temos o sujeito-de-direito e o sujeito de deveres, em contradição constitutiva do sujeito de direito. Nos questionamos então sobre qual os direitos e deveres do sujeito-cidadão e como eles estão representados discursivamente. Há uma relação de sentidos estabelecida pelas condições de produção, o sujeito, a formação discursiva e a formação imaginária. Segundo Orlandi (2020, p.38), a formação imaginária é o mecanismo que produz imagens dos sujeitos e do objeto do discurso, em dada conjuntura sócio-histórica. Qual a formação imaginária que se tem do sujeito na conjuntura sócio-histórica da preservação do Patrimônio Cultural? Qual a formação imaginária que a Carta ao Cidadão do Iphan projeta para o sujeito e o objeto do discursivo?

---

<sup>53</sup> O Aparelho Ideológico de Estado é uma Definição de Althusseriana absorvida por Pêcheux para pensar a influência do poder de Estado acerca das relações sociais, da relação do poder e das instituições de gestão. O aparelho ideológico de estado obedece às prerrogativas do sistema econômico vigente, atualmente o capitalismo e o neoliberalismo.

De acordo com Orlandi (2020, p. 38), em toda língua há regras de projeções que permitem o sujeito passar da posição empírica- de indivíduo- para a posição discursiva- de sujeito do discurso (aquele que enuncia em determinada posição). O que significa (que projetam significados) são essas posições discursivas e estas significam a partir do contexto sócio-histórico.

Assim, passamos para análise dos nossos recortes que consistem em analisar a *apresentação, missão, visão e valores, e os compromissos* da Carta ao Cidadão:

### **Recorte 1- A apresentação da Carta ao Cidadão: objetivo e agentes**

**SD33:** Esta Carta objetiva facilitar o acesso e garantir ao cidadão o direito de receber serviços em conformidade com os padrões aqui estabelecidos, tendo como diretrizes a transparência, a interação com a sociedade, a qualidade dos processos e o atendimento ético e efetivo

**SD34:** Conhecer os serviços e requisitos antes de procurar a Organização

**SD35:** Praticar o controle social e o exercício da Cidadania

### **Recorte 2- Missão, visão e valores da Carta ao Cidadão**

**SD36:** Visão

Ser instituição coordenadora da Política e do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do Patrimônio Cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de Estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade.

**SD37:** Missão

Promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

**SD38:** Valores

Os valores do Iphan direcionam o comportamento de seus servidores e pautam as relações, os processos e as decisões organizacionais: - Participação no planejamento e na definição dos requisitos de atendimento ao público;

-Transparência;

-Acesso ao Patrimônio Cultural;

- Valorização da diversidade;

-Presteza e agilidade no atendimento às solicitações do cidadão e da sociedade;

-Inclusão social.

### **Recorte 3 - Compromissos da Carta ao Cidadão**

**SD39:** Esta Carta ao Cidadão representa um pacto de compromissos com vistas à transparência e ao fortalecimento das relações entre o IPHAN e a sociedade. O IPHAN tem buscado maior participação do cidadão e fortalecimento do controle social sobre a formulação, implementação e avaliação de seus programas e políticas institucionais.

**SD40:** Seu maior compromisso está em atuar de forma coerente com os valores que estabeleceu, favorecendo o acesso a todos, sem incorrer em qualquer tipo de restrição ou preconceito.

**SD41:** O respeito e a valorização da diversidade do patrimônio cultural brasileiro implicam permanente esforço de identificação e reconhecimento, disseminados segundo política de amplo acesso à informação, aspecto determinante do conteúdo desta Carta.

**SD42:** O IPHAN está comprometido com a simplificação, a racionalização e a transparência das normas que interferem nas relações de direitos e obrigações entre o órgão e os usuários de seus serviços. Para tanto, é essencial qualificar seus servidores continuamente e estimular atitudes de respeito e atendimento ágil às demandas dos cidadãos.

**SD43:** A qualidade e os resultados dos serviços disponibilizados pelo IPHAN em todo o país serão monitorados e acompanhados pelas instâncias de gestão interna, por atores públicos e representantes da sociedade civil com assento no Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Esta atividade acontecerá no contexto do mapa de desempenho do IPHAN – Anexo I, com prioridade para os compromissos de melhorias expressos no Anexo II.

### **Recorte 4: Serviços e comunicação**

**SD44:** Permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação ao IPHAN, por meio do endereço [www.acessoinformacao.gov.br/](http://www.acessoinformacao.gov.br/) sistema.

**SD45:** As respostas às solicitações podem se dar de acordo com as opções disponíveis no Sistema: pelo próprio sistema, pessoalmente, por e-mail ou via Correios, este último com custo para o usuário.

**SD46:** A resposta à solicitação de informações de caráter geral se dá por e-mail e de imediato. As demandas sobre temas técnicos específicos são encaminhadas para as Diretorias e Superintendências do IPHAN, que respondem diretamente ao solicitante.

O Recorte 1 trata do objetivo, dos papéis dos agentes da Carta ao Cidadão e nele selecionamos a SD33 que trata do objetivo do documento e as SD33, SD34 e SD35 tratam dos agentes que compõem a organização da Carta, especificamente, o que remete ao *Cidadão/Usuário*, direcionando para o imaginário deste cidadão, delimitando o que se espera dele como sujeito ( posição-sujeito).

A Carta ao Cidadão como exposto anteriormente é um documento que o Iphan reafirma seu compromisso com a sociedade, mostrando como funciona sua gestão, seus processos e o que se espera de cada par. Discursivamente, o discurso de uma instituição, sujeito-institucional, que funciona em direção a um sujeito imaginário (formação imaginária), o sujeito-cidadão. Não se conhece o sujeito-cidadão, sua ideologia, a única referência é a inscrição na mesma formação discursiva e o pressuposto de uma forma-sujeito, esse território do discurso, onde os sentidos podem ou não se encontrar. Os sentidos, eles também, não são estáveis e deslizam entre sujeitos e formações discursivas.

A SD33 trata do objetivo da Carta ao Cidadão, tal objetivo se aproxima dos itens *missão, visão e valores*, dando um efeito de sentido empresarial para a carta, ao qual projeta-se sob o Iphan um modelo de *transparência, interação com a sociedade, qualidade de serviços processos e de atendimento ético e efetivo*.

Nas SD34 e SD35, vê-se o paradoxo do sujeito-direito, o sujeito-direito do sistema capitalista, ele tem direitos e também deveres, embora os deveres apareçam implícitos nos manuais e legislações. E que a liberdade do sistema pareça expor apenas os direitos.

Nas SD34 e SD35, os *verbos conhecer e praticar no infinitivo*, demonstram uma ação, algo a ser realizado. A forma-sujeito institucional espera uma ação pelo seu discurso. Logo que o discurso envolve o sujeito-cidadão, espera-se uma ação do sujeito-cidadão. O discurso institucional funciona como coercivo nesse caso. No geral, o discurso traz o sentido que o sujeito-cidadão (em sua formação imaginária) deveria compreender um sujeito engajado e comprometido com a preservação do Patrimônio Cultural e que tivesse um conhecimento prévio sobre o assunto. Embora o *verbo conhecer* expresse uma ação, algo a se fazer, o sentido que desliza é que esse conhecimento prévio fosse uma obrigação.

Na SD33, o *verbo praticar* no infinitivo também denota uma ação, o funcionamento discursivo provoca o efeito de algo a fazer: um dever. Novamente temos o paradoxo do sujeito-cidadão, comparado ao sujeito de direito, um sujeito-cidadão com deveres. Ainda na SD34, o *verbo praticar* vem acompanhado do *complemento verbal controle*, que deriva do *verbo controlar*. A *locução verbal Praticar controle* encaminha para o *social* e tem como efeito de sentido de exercer controle sobre ações sociais no que se refere à cultura, podendo exercer

controle sobre as demandas e sentidos culturais do patrimônio. Desta forma, o Patrimônio Cultural sob uma prática de controle tem seus sentidos direcionados pelo sujeito institucional, pela formação discursiva institucional e pelas formações ideológicas que compõem esse sistema discursivo.

Retomamos os sentidos suspensos, a concepção althusseriana de Aparelho Ideológico de Estado, na formação social o Iphan representa o aparelho de estado, uma instituição que no sistema capitalista e neoliberal regula os cidadãos. A Carta ao Cidadão é um instrumento para a manutenção deste mecanismo, assim como outros. Como artefato discursivo seu objetivo é direcionar sujeitos e sentidos, buscar engajamento em relação à preservação cultural.

As SD36, SD37, SD38 reforçam o efeito de sentido empresarial que a Carta ao Cidadão repassa, trazendo *visão, missão e valores*, modelos da administração empresarial e seus discursos. Tal efeito de sentido tenta capturar os sujeitos (cidadão/usuário) *parecendo crer* que a patrimonialização é um serviço, um direito e um dever, uma *ordem*. Nessa normalização se torna exigência e também banalização. Os sentidos do Patrimônio Cultural em sua diversidade se perdem e se esvaziam na burocracia burguesa.

Nas SD39, SD40, SD41, SD42, SD43 o funcionamento discursivo parece ser o oposto, o sujeito-cidadão é tratado como parte da instituição, digno de ser correspondido. Algumas expressões são destacadas: *pacto de compromissos; relações entre o Iphan e a sociedade; relações entre o Iphan e a sociedade; acesso a todos, sem incorrer em qualquer tipo de restrição ou preconceito; amplo acesso à informação; os usuários de seus serviços; demandas dos cidadãos; por atores públicos e representantes da sociedade civil; qualquer pessoa, física ou jurídica; usuários*. As SDs foram retiradas dos itens *Mecanismos de divulgação da Carta ao Cidadão* e os termos citados acima se repetem ao longo da Carta, principalmente, os termos: *serviços e usuários*. Os *usuários* correspondem aos *cidadãos*.

Por exemplo, na SD39 as expressões *pacto de compromissos, relações entre o IPHAN e a sociedade* e participação do cidadão, reafirmam a relação de compromisso e produzem efeito de engajamento, participação e de direito. Os enunciados já não são mais incisivos e coercivos, são mais amenos. Outras expressões reforçam esse processo: *controle social sobre a formulação e implementação e avaliação*.

Pensamos o discurso institucionalizado neste caso como Língua de Estado<sup>54</sup>, conforme apresentado em Orlandi (2017). O discurso institucionalizado em seu movimento de sentidos

---

<sup>54</sup> Orlandi (2017) trata deste termo no texto "Propaganda Política e língua de estado: Brasil, um país de todos", um texto de análise que usa como base teórica o texto de Pêcheux (2011), "Foi "Propaganda" Mesmo que você disse?", disponível na obra análise do Discurso: Michel Pêcheux, textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi, 2017. Neste

entre sujeito-institucionalizado e sujeito-cidadão propicia efeitos de sentido de objetividade, legalidade e coerção. O sujeito-institucionalizado impõe uma relação de poder em relação ao sujeito-cidadão, embora o discurso institucional ofereça um efeito de sentido- legitimidade- de proteção e cuidado, até mesmo de liberdade. O sujeito-institucional assume a função de legislador, normatizador e gestor cultural.

Aproveitamos a reflexão de Orlandi (2017, p.107) sobre Propaganda Política e Língua de Estado:

[..] uma reflexão sobre como se faz circular a política pelos meios de massa para a população em geral e que essa política assim formulada o seja pelas instâncias do Estado. O que estamos chamando Língua de Estado, nesse passo da nossa reflexão, é o modo pelo qual ele dá sentido a si mesmo. Num gesto político e que, no caso da propaganda, tem a mídia como meio. (Orlandi, 2017, p.107)

Deste modo, se as formações discursivas refletem formações ideológicas e, assim podemos pensar que a forma-sujeito institucionalizado exerce uma força (relação de poder) em relação a formação imaginária do sujeito-cidadão. Na formação discursiva ressoa memórias (aspectos históricos sobre quem pode e deve ter acesso aos bens culturais).

No discurso institucional, retornam outros discursos como memórias no intradiscurso, assim como na formação imaginária do sujeito-cidadão, afinal as posições discursivas são construções imaginárias materializadas na linguagem. O interdiscurso é a linha vertical do discurso, na qual se localizam as memórias do dizer, a relação entre história (historicidade) e o discurso- o lugar onde história e discurso se tocam. Conforme Venturini (2009[2024, p. 84-85]), a memória se caracteriza pelo “discurso sobre” aquele que é acessado através do intradiscurso através de movimentos metafóricos - o “já-dito” e “em nome *de*”, assim:

O discurso museológico tem como uma das marcas desse discurso é modalização deôntica do dizer, materializada no fio do discurso pelos verbos “dever” e “ter”, própria dos discursos institucionais em que os sujeitos do discurso atuam como porta-vozes, isto é, falam do lugar autorizado em nome *de*, instituindo-se como mediadores. (Venturini, *idem*)

Os tipos de discurso que mencionamos acima - institucionais - estão autorizados pela Formações Discursivas Institucional e pela política circulam nos Espaços Urbanos e se legitimam pelo movimento de sentidos entre os sujeito institucional e sujeito-cidadão. Eles são “porta-vozes” e falam em nome *de* o imaginário que se tem de cultura, legitimam o discurso sobre Patrimônio Cultural.

---

texto ela trata sobre propaganda política, utilizando o estudo de Pêcheux e define Língua de Estado. A Língua de Estado é a língua utilizada pelo governo/sistema vigente para manutenção do sistema político/econômico, nas quais a base é a propaganda política.

### 3. Considerações Finais sobre a Carta ao Cidadão do Iphan

Segundo Chagas (2002), o poder disciplinar nos museus<sup>55</sup> revela-se em quatro características básicas: 1ª A organização do espaço; 2ª O controle do tempo; 3ª A vigilância e a segurança do patrimônio; 4ª A produção do conhecimento. A formulação da Carta ao Cidadão do Iphan representa a “ A produção do conhecimento”, nessa característica o poder disciplinar do museu gera saberes específicos sobre o espaço, o tempo, os bens, sobre o público e sobre o próprio conhecimento produzido e este conhecimento servirá para aprimorar o poder disciplinar. Trata-se ainda de uma política que “ hierarquiza os usos e os usuários dos bens musealizados”.

A formação imaginária que se tem do sujeito-cidadão no contexto da preservação do Patrimônio Cultural é, inicialmente, de sujeito-de-direito, que cede espaço ao sujeito de deveres e direitos, o sujeito aos moldes do sistema capitalista. O sujeito de deveres no contexto do nosso objeto (Patrimônio Cultural) pelo fio do discurso deverá prezar pela preservação por entender que ele tem direito e o compromisso de se posicionar com as demandas culturais, embora os direitos sejam cerceados e controlados.

Fica em suspenso o fato que os bens patrimoniais são espécies de mercadorias que podem ser administrados pelo Estado e contribuir para o funcionamento do sistema capitalista, por nesta esfera são tratados como bens de consumo. De acordo com Choay (2011), “museificação, disneylandização, pastiches são signos de uma esterilização progressiva, de uma incapacidade de construir uma alternativa a um universo tecnizado e monossêmico”.

Não existem sentidos e sujeitos unos, o sujeito e os sentidos se desdobram e se contradizem. Através da Análise do Discurso percebemos a movimentação do sujeito (s) e dos sentidos e presença da ideologia no discurso, percebemos o complexo de sentidos que se entrecruzam no discurso institucional.

#### 3.4 OS SENTIDOS NA LINHA DO TEMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A patrimonialização não atinge todo o sentido do objeto, assim como a linguagem não o faz. Os sentidos são gestos de interpretação, não cabem em caixas, decretos e leis, os sentidos ressoam em mais de uma formação discursiva, significam diferente para cada formação social.

---

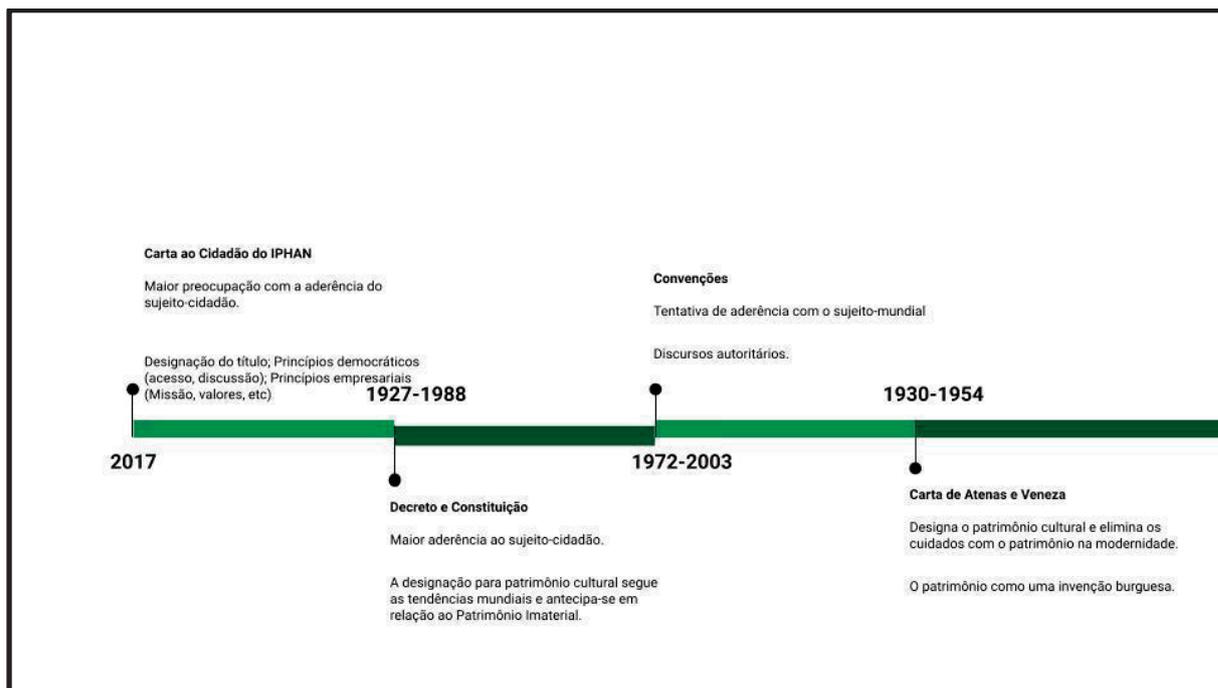
<sup>55</sup> O texto trata dos museus e das instituições que gerenciam os bens culturais.

Ficamos atentos para aquilo que ficou à margem, que escorregou, principalmente, não foi lembrado pelo/no discurso institucionalizante, ficamos atentos aos discursos marginalizados, periféricos e decoloniais. Funari; Pelegrini (2006, p.14) pontuam que:

Os interesses sociais de governantes e governados, de homens e mulheres, crianças e adultos, cristãos e muçulmanos nem sempre são convergentes. O que para uns é patrimônio, para outros não é. Além disso, os valores sociais mudam com o tempo. Por tudo isso, convém analisar como o patrimônio foi visto ao longo dos tempos e dos grupos sociais. (Funari; Pelegrini, 2006)

Os nossos recortes (Cartas, Convenções, Decreto e Constituição e Carta ao cidadão) possibilitam observar a mudança na designação do *Patrimônio Cultural* em diferentes documentos que pertencem a diferentes esferas políticas e institucionais, em tempos diferentes (era moderna) e diferentes lugares (Europa e América Latina). Abaixo formulamos um esquema para demonstrar o cronograma dos nossos recortes e seus sentidos.

ESQUEMA 3: Linha do tempo dos sentidos do Patrimônio Cultural



Fonte: Elaborado pela autora

Este funcionamento permite entender que a designação de um objeto não é estável e fixo, ela flutua no tempo e espaço, ressoam memórias discursivas e marcas ideológicas e políticas. O processo de significação opera na relação entre sujeitos e objetos, entre sujeitos e sujeitos. Os sujeitos constituem o corpo social e fazem dele um espaço de interlocução, de trocas e construções sociais. O *Patrimônio Cultural* é um simulacro das relações de força, da luta de classes.

#### 4. MAR DE GENTE: MEMÓRIAS E IMAGINÁRIOS URBANOS E PATRIMONIAIS, SUBJETIVIDADES- NÃO SUBJETIVAS, APAGAMENTOS/SILENCIAMENTOS

Chega a hora de partir. Sobem a bordo todos os franceses mais o jovem Essomericq acompanhado de Namoa. Levantada a âncora, *L'Espoir* começa a afastar-se lentamente da praia. O alarido dos índios vai sendo pouco a pouco recoberto pelo ruído das ondas. A praia vai se transformando numa tênue linha branca sobre a qual o grupo carijó, visto do tombadilho, é apenas um ponto escuro. Nunca mais os tripulantes da nave reveriam aquela terra e aquela gente. (p. 61)

Neste capítulo, objetivamos discutir os documentos referentes à constituição urbana de São Francisco do Sul e o tombamento do Conjunto Urbano e Paisagístico de São Francisco do Sul, a constituição do sujeito-francisqueense e relação com os lugares de memória, entendendo como os sentidos do Espaço Urbano e o Patrimônio cultural se atravessam o sujeito (s), significam e ressignificam esses sentidos pelas práticas discursivas e sociais.

Mar é memória. A memória funciona em redes, tensiona os discursos e tece os sentidos. O mar faz parte da constituição do Espaço Urbano e do Patrimônio Cultural, memória intrínseca na formação social francisqueense, parte constitutiva do sujeito-francisqueense.

Como entender a relação entre sujeito (s) e objeto? Como os sujeitos se relacionam, significam e ressignificam os sentidos de/sobre o Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural? Quais os silenciamentos e apagamentos que constituem o discurso (s) e o sujeito (s)? Esses são os questionamentos que direcionaram neste capítulo.

Neste capítulo, vamos mobilizar os conceitos de formação imaginária, sujeito (s), discurso institucionalizado, memória, apagamento e silenciamento. Neste movimento discursivo, vamos nos amparar em Pêcheux (2015), Certeau (2014), Certeau; Giard e Mayol (2013), Funari e Pelegrini (2006), Rodríguez-Alcalá (2003), Orlandi (1996, 1999, 2004, 2008), Choay (2017), Venturini (2009[2024] e 2021), Chagas (2008) e Silva e Rasia (2021).

##### 4.1 O TOMBAMENTO DO CONJUNTO URBANO E PAISAGÍSTICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - CIDADE DOCUMENTO

Nesta seção, vamos analisar o processo de tombamento de São Francisco do Sul<sup>56</sup>, a fim de entender como funcionam discursivamente as formações imaginárias de/sobre o tombamento, como se estabelecem as relações de sentidos entre o objeto, os sujeitos e discursos.

Pelas pesquisas realizadas, o processo de tombamento se materializa por uma juntada de documentos, pedidos (demonstração de interesse e solicitação de providências), relatórios técnicos, estudos, portarias, atas e outros documentos de cunho administrativo. Pela capa do processo, identificado como *1.163, T-85* (Folha 1) e pelo primeiro pedido encaminhado em 08 de julho de 1985 (Folha 10), assinado pelo então Prefeito Municipal José Schimidt e o Superintendente da FCC, Udo Wagner, direcionado ao Excelentíssimo Senhor, Doutor Aluísio Pimenta, Digníssimo Ministro da Cultura.

No processo, constam documentos como a *Ata de nº 124 reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional, realizado no Rio de Janeiro, Salão Portinari, em 13 de janeiro de 1987*<sup>57</sup>, A *Certidão de Tombamento* foi lavrada em 02 de setembro de 1990.

Na *Certidão de Tombamento*, cita-se o livro de tombos ao qual o Centro Histórico foi adicionado, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - hoje denominada Iphan e o Decreto, Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, ambos citados no capítulo anterior, tal discussão retoma as memórias dos discursos sobre Patrimônio Cultural no Brasil, política que discutimos anteriormente segue os padrões europeus de preservação patrimonial. A memória social e coletiva sobre Patrimônio Cultural perpassa o tempo e se instaura nos discursos recentes sobre o objeto. As designações sobre o objeto se modificam pelas ações das identificações, contraintificações, desidentificação, sinalizada para a adesão, a resistências que o objeto, sujeito e discursos encontram na formação social.

No processo de tombamento, vamos nos atentar aos documentos denominados *Informação nº 106/86, Assunto: São Francisco do Sul/SC, páginas 6 a 26, datado de 21 de julho de 1986, Informação nº 109/86, Assunto: Pedido de tombamento de São Francisco do Sul/SC, páginas 43 a 45, datado de 25 de julho de 1986 e ( Parecer-Procur) Parecer da procuradoria, 1.163, T-85, páginas 60-65, datado de 13 de janeiro de 1986 e Ata de nº 124 reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional.*

---

<sup>56</sup> Vamos denominar Processo de tombamento os documentos que tivemos acesso que se referem ao tombamento de São Francisco do Sul/SC. Os documentos, em arquivo pdf, foram cedidos pelo Escritório Técnico do Iphan que situa-se na Rua Galeria Osório 40, Centro Histórico, São Francisco do Sul, SC, 89240-000, os documentos estão à disposição dos visitantes e pesquisadores e a quem mais estiver interessado.

<sup>57</sup> Na ocasião estava sendo votado o tombamento de imóveis na cidade Barbacena/MG e discutido o tombamento da malha ferroviária Oeste da mesma cidade.

De acordo com Funari e Pelegrini (2006) os movimentos de tombamento eram característicos da época de 1990:

Apesar da predisposição de tratar a cidade como documento, em toda a sua complexidade, as políticas de preservação adotadas no Brasil a partir da década de 1990 distanciaram-se dessa concepção e, por vezes, sucumbiram à noção de “cidade espetáculo”, para usar a terminologia sugerida por Nestor Canclini. A associação dos bens culturais ao seu valor de mercado corroborou para aumentar o consumo cultural e para transformar a paisagem historicamente construída em “ruínas” patrimoniais de marketing citadino, ou seja, transformar a cidade histórica em objeto de consumo. Criou-se um simulacro de preservação, uma vez que raro, a intervenção nos conjuntos históricos limitou-se a recuperar apenas a plasticidade expressa no traçado e nas características estéticas das construções. (Funari; Pelegrini, 2006, p. 47-48)

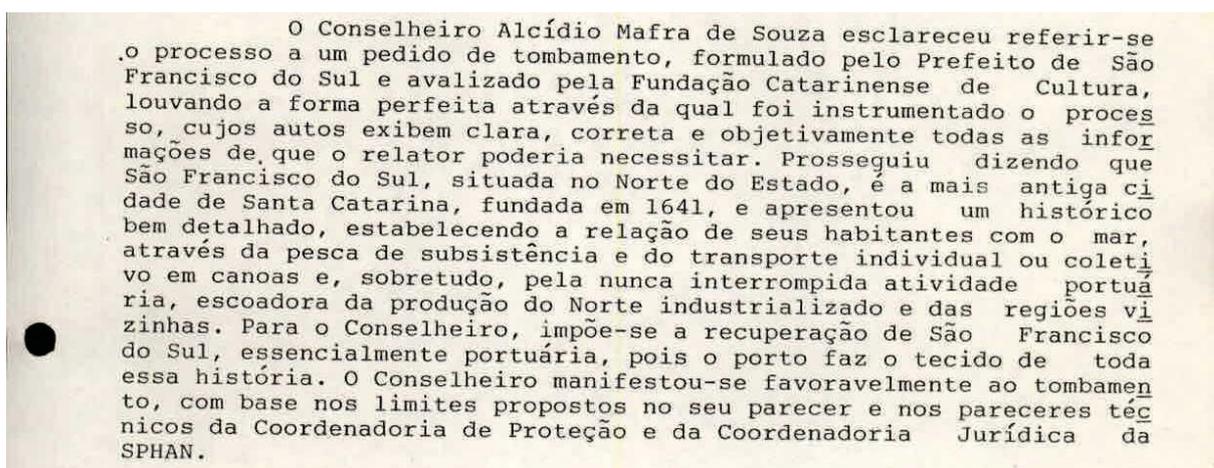
O processo de tombamento de São Francisco do Sul foi o único em suas especificidades, mas observa-se redes de memórias que funcionam, ressoando os discursos da época e de épocas anteriores de/sobre o Patrimônio Cultural. Um discurso de/sobre o patrimonial que ressoou em outros espaços, formações discursivas e ideológicas para se concretizar no discurso de um determinado Espaço Urbano.

#### **Recorte 1- Ata de nº 124 reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional e o equívoco**

*A Ata de nº 124 reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional* destaca um discurso sobre a cidade de São Francisco do Sul/SC, que representa também o que outros discursos que exploramos sobre o Espaço Urbano e Patrimônio Cultural, a sequência discursiva apresentada:

**SD47:**

A SD47 indica elementos que atravessam todo o nosso trabalho e tratam dos discursos de/sobre São Francisco do Sul, da sua relação de seus habitantes com o mar e da vocação portuária e de como essa atividade econômica caracteriza o Espaço Urbano. Por exemplo, em: *é a mais antiga cidade de Santa Catarina, estabelecendo a relação de seus habitantes com o*



*mar, nunca interrompida atividade portuária, pois o porto faz o tecido de toda essa história.*

É a mais antiga de Santa Catarina o sujeito-conselheiro resgata o discurso de “descobrimto e colonização”. Tratando a cidade com a mais antiga do estado, ela retoma as fundações das cidades catarinenses pelos portugueses, retoma as memórias de São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna. Retomando esse discurso ele retoma que essas cidades foram “descobertas” em um período anterior, pois a data de 1961 retoma a data de fundação. Assim, através desse discurso retomamos as memórias do “descobrimto” de São Francisco do Sul pelos franceses em 1504 e a fundação da cidade pelos portugueses em 1941.

O discurso sobre as cidades sempre traz memórias sobre elas, de sua fundação, da constituição da formação social ao longo do tempo. As memórias revisitadas pelos sujeitos são atualizadas no discurso do tempo presente. Assim, a palavra *descoberta* compara-se ao *dar a ver*, que traz efeito de *evidência*.

Certeau (2014, p.164-165) compara o ato de caminhar ao ato de enunciar. Os sujeitos-pedestres encontram formas de usar o sistema da cidade, assim como encontram formas de enunciar, usam a linguagem para se comunicar nas cidades e para dignificá-las. O autor pontua ainda que essa retórica da caminhada é algo descontínuo, que acreditamos ser como a

linguagem e a significação também. O discurso é um movimento que o sujeito faz, de um lugar de partida para um *não lugar* de significação.

Em Certeau (*idem*, p.170) encontramos uma aproximação de significar, caminhar e da cidade:

Caminhar é ter falta de lugar, é processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar - uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensadas pelas relações e os cruzamentos de êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade.

O sujeito-conselheiro caminhou pelo interdiscurso e acessou a memória do “descobrimento”, traçou sua rota de caminhada pela cidade, mesmo não sendo um cidadão, pois as memórias discursivas de/sobre a cidade estão nos discursos das formações discursivas e circulam livremente no corpo social. A significação é um *não lugar*, muito mais de um conjunto de signos é uma posição social no corpo social.

O discurso “é a mais antiga de Santa Catarina” parafraseia outros discursos sobre colonização, ressoa o evento do “descobrimento” e as tentativas de fundação da cidade. Embora esse documento não trate especificamente sobre ele, nos outros documentos esses fatos históricos ressurgem e se atualizam.

Através da SD47, *estabelecendo a relação de seus habitantes com o mar*, retomamos a metáfora do guia nosso trabalho, a metáfora do mar. Os sujeitos estabelecem relações de sentido com o mar, assim como com o espaço urbano e o Patrimônio Cultural, essa relação é constitutiva e simbólica. O Centro Histórico que representa o marco organizacional da cidade localiza-se próximo à Baía da Babitonga e a partir da baía a cidade se desenvolveu, ou seja pela presença constitutiva e simbólica do mar.

Um equívoco se dá pela falha em dizer que o *porto faz o tecido de toda essa história*, mesmo, afirmando que o mar faz parte da vida dos habitantes, sujeitos do corpo social que significam e ressignificam o Espaço Urbano. As atividades produtivas são produto das atividades sociais, sem sujeitos não existem postos de produção. Afirmar que o porto tece o tecido do espaço urbano é reafirmar a lógica capitalista, desqualificar as atividades sociais e a importância dos sujeitos. Infelizmente essa é uma lógica dos Espaços Urbanos e uma lógica que vamos identificar no que se relaciona ao Patrimônio Cultural inseridos nos espaços urbanos. Dizer que a *nunca interrompida atividade portuária* é historicizar a lógica capitalista no Espaço Urbano e aplicá-la na interpretação do Patrimônio Cultural.

Mas quais são as vozes que ressoam nos discursos urbanos e patrimoniais?

**Recorte 2- Informação nº 106/86, Assunto: São Francisco do Sul/SC, páginas 6 a 26, datado de 21 de julho de 1986, Informação nº 109/86, Assunto: Pedido de tombamento de São Francisco do Sul/SC, páginas 43 a 45, datado de 25 de julho de 1986 e ( Parecer-Procur) Parecer da procuradoria, 1.163, T-85, páginas 60-65, datado de 13 de janeiro de 1986**

#### **SD48:**

Esta abordagem direciona a análise para a busca do valor documental do bem em questão exatamente enquanto resultado do "processo de produção, uso e transformação" do território (FRANCO, 1984, fl. 1). Entretanto, a historicidade dos territórios meridionais somente se submete à análise se observado num período de longa duração. Se por um lado, este revela a fragilidade de sua rede urbana e, conseqüentemente, tramas urbanas singularmente frágeis, obriga-nos também, à percepção do longo processo pelo qual passa o povoado até a consolidação da estrutura urbana.

A SD48 trata da busca pelo valor documental do Centro Histórico e da cidade no geral, sendo uma cidade documento que se relaciona com a história da região meridional. Ela faz parte de uma cena do desenvolvimento da região sul, da exploração da prata no Rio do Prata, na exploração de novos territórios e mão de obra (captura de indígena para a escravização). A SD48 também pontua o longo período de tempo para a estruturação urbana e as condições precárias de seu feito e essa sequência trata do processo de “processo de produção, uso e transformação” poderíamos parafrasear para os períodos históricos, não pontuais, mas de certa forma se aproximam desse sentido: “o descobrimento, a colonização e o desenvolvimento”.

O “descobrimento” seria o período da colonização no qual os europeus chegaram nos territórios francisquenses, que aconteceu conforme relatos históricos por franceses e espanhóis. Comparar “descobrimento e a colonização” ao “processo de produção” é dizer que a cidade só tem importância histórica a partir de seu “descobrimento”, pela sua capacidade de produção, suas especialidades econômicas e políticas. Orlandi (2008, p. 60) pontua:

No caso do discurso de colonização, o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas (com seus estatutos e sentidos) que o colonizador ocupa. Mais do que isso, é a partir das posições do colonizador que são projetadas as posições possíveis (e impossíveis) do colonizado. Seu dizer está assim predeterminado pela posição do colonizador.

O discurso de colonização aproxima a lógica perversa do sistema de produção do Espaço Urbano, da lógica de mercado do sistema capitalista.

Na formação imaginária, temos duas posições iniciais, a de sujeito-parecerista e a posição sujeito-procurador jurídico. As posições-sujeito desdobram-se no sujeito institucional (parecerista, técnico, procurador jurídico, Prefeito Municipal, conselheiros do IPHAN). Por ser um processo/documento administrativo neste primeiro momento não se tem a relação com o sujeito cidadão, podemos constatar que se trata o discurso institucional em uma formação discursiva institucional, como menos relação com outras formações discursivas.

Quanto mais aberto, fora de um parecer, por exemplo, o discurso sobre Patrimônio Cultural se torna mais participativo e outras formações sociais e sujeitos são convocados a participar. A saber, de acordo com Rodríguez-Alcalá<sup>58</sup> (2003, p.83):

A cultura cumpre um papel central na delimitação do espaço, do território do Estado nacional, promovendo processos de identificação subjetiva particulares. O caráter local da cultura serve aos propósitos do Estado de delimitar fronteiras e legitimar o domínio sobre o território, assim como o caráter universal da religião servia para legitimar o domínio transnacional dos Estados multinacionais coloniais.

Temos clareza que no sentido macro que os sistemas de reprodução do Estado agem no delinear da manutenção do poder e do emancipar. Quase sempre os novos sentidos se formam como resistências dos discursos institucionalizados, das memórias e sentidos saturados do/sobre o Patrimônio Cultural.

#### **SD49:**

---

<sup>58</sup> Texto pertencente à obra “Para uma enciclopédia da cidade”, organizado por Eni P. Orlandi, produzido pelo LABEUB. Editora Pontes, 2003.

A região sul desempenha hoje papel de destaque na vida econômica do país, o que não pode ser compreendido senão analisando seu processo histórico; este foi o de uma economia secundária, dentro da estrutura econômica escravista do período colonial. Nesta perspectiva São Francisco do Sul não se apresenta como objeto de estudo para preservação por concentrar em sua história uma densa lista de "acontecimentos notáveis", mas por tratar-se de um documento da história urbana do país dentro do contexto histórico de expansão das fronteiras meridionais (FRANCO, 1984, fl. 1), importante para o desenvolvimento dos ainda escassos estudos sobre o processo de ocupação daqueles territórios.

A SD49 indica que a Região Sul ocupava um lugar à parte no modelo escravista do período colonial. Nesta época, o Brasil, principalmente alguns estados tinham sua economia baseada na agricultura com mão de obra escrava, por exemplo Bahia, Pernambuco e São Paulo com a produção de cana de açúcar. Mais tarde, as plantações de café e cacau, em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

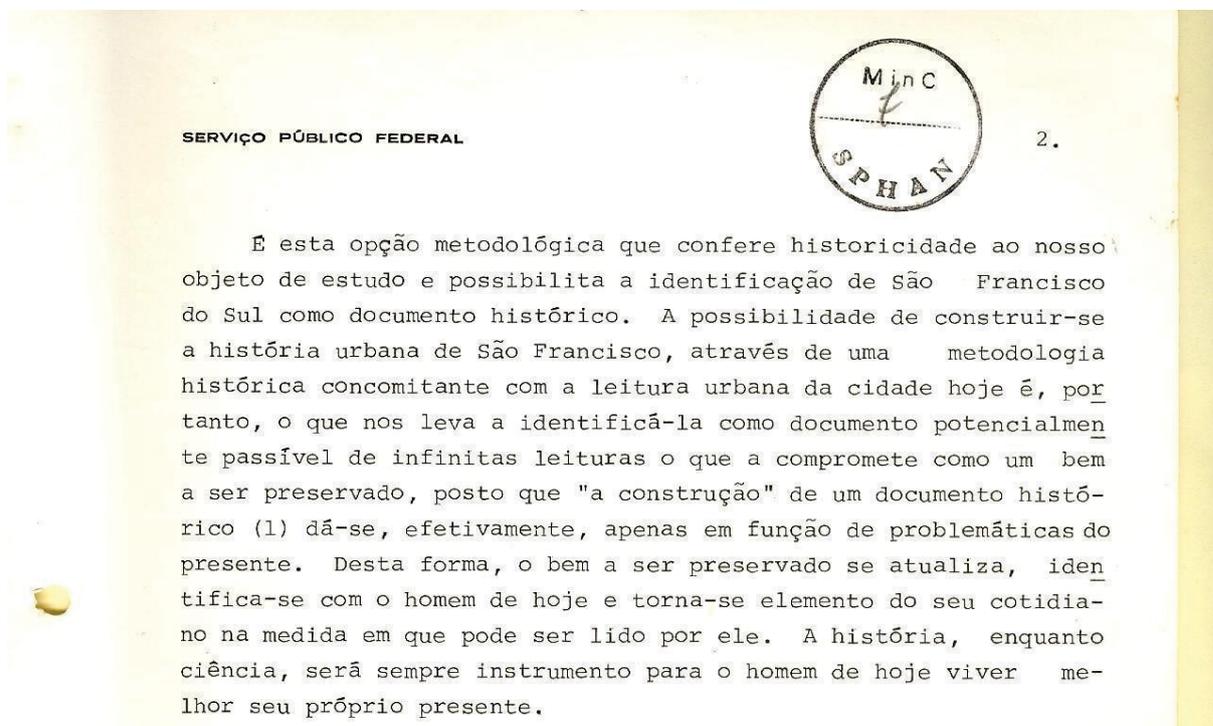
As monoculturas de estrutura escravista não eram a realidade da Região Sul e principalmente de São Francisco do Sul, a economia se baseava nas atividades de subsistência, como pesca, pequenas plantações e atividades portuárias.

As formações imaginárias das cidades no período colonial baseiam-se na estrutura escravista e na monocultura (cana-de-açúcar, café, cacau, etc) e a de São Francisco do Sul e da própria região sul, como um local de passagem e território a ser desbravado. Fato que possa ter interferido na própria constituição da cidade, que no estudo (SD anterior) demonstra uma estrutura urbana frágil. Após a primeira investida dos espanhóis em colonizar nossa cidade (caso de Juan de Sanábria), a colonização aconteceu de fato em torno de 1641, pelo alcaide e capitão-mór da vila de Nossa Senhora do Rosário da Capitania de Paranaguá Gabriel de Lara.

A partir do recorte *não apresenta como objeto de estudo para a preservação por concentrar em sua história uma lista de "acontecimentos notáveis", mas por se tratar de um documento da história urbana do país dentro do contexto histórico de expansão das fronteiras meridionais* compreendemos que não podemos afastar os sentidos do Espaço Urbano e do Patrimônio Cultural, pois o Conjunto Urbano e Paisagístico é constitutivo do deste Espaço Urbano, tanto fisicamente como em sentidos. Tanto o Espaço Urbano como o Patrimônio Cultural são constituídos de sentidos, são as memórias dos sujeitos (navegadores, viajantes, moradores, cidadãos, turistas, etc) que compõe esses sentidos que ultrapassam o objeto em si,

esses discursos urbanos e patrimoniais são possíveis pelo viés da língua que a considera um objeto uma prática social.

### SD50:



A SD3 destaca a relação dos discursos do passado e do presente, dessas memórias que fazem sentido na atualização dos sentidos no presente. Um artefato discursivo só faz sentido na sua constante atualização no presente, onde pode ser significado e ressignificado pelos sujeitos. Na lógica da preservação contemporânea, o patrimônio deve ser acessado pelos sujeitos, no seu cotidiano, na sua representatividade. O sentido da história apresentado pela SD50 conversa com os estudos discursivos na medida em que um "documento histórico" só faz sentido se os sujeitos poderem comprovar a sua relação com o acontecimento em qualquer tempo.

### SD51:

São Francisco do Sul, cidade portuária localizada no litoral norte de Santa Catarina, faz parte, com várias outras, deste processo. Ao datarmos a criação destas cidades do litoral Catarinense - São Francisco (1658), Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis (1666) e Laguna (1767), último local apropriado para um porto ao norte da Colônia do Sacramento - percebemos claramente a objetividade desta ocupação. São cidades que vivem em função do movimento de seus portos dando o apoio necessário aos navios portugueses que seguem a longa viagem até a desembocadura do Rio da Prata, em busca do intenso comércio ali existente.

Na SD51, destacamos a relação entre Espaço Urbano e o discurso portuário, e o denominam de “local apropriado”, ponto estratégico para paradas ao norte da Colônia do Sacramento, apropriado como foi encontrado em outras cidades catarinenses (Florianópolis e Laguna). No discurso portuário, as atividades econômicas são um dos fatores para o reconhecimento do Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul no período do tombamento. Afinal para o modelo capitalista as atividades econômicas não se dissociam de outras atividades humanas. Vejamos na Sequência Discursiva 52 a seguir:

#### SD52:

De qualquer forma, podemos afirmar, desde já, que se o denominador comum entre estas três cidades catarinenses, criadas dentro de um mesmo objetivo, é a função portuária, delas, na verdade, percorrem caminhos bastante distintos no que concerne às suas “histórias de vida”, adquirindo dimensões regionais que as diferenciam profundamente. Caberá ao estudioso do assunto perceber tanto suas particularidades quanto a inclusão delas num contexto histórico-cultural mais amplo, que possibilite a compreensão dos seus diferenciados papéis dentro desse processo de

Discutimos a partir desse recorte a repetição da *função portuária* da cidade, que caracteriza, compara, diferencia e agrupa essas funções. O Patrimônio Cultural se vê arraigado, primeiramente, aos sentidos da *colonização* e depois de um *desenvolvimento econômico*. Dos sujeitos pouco se fala, são vistos como a personificação da atividade produtiva, assujeitados ao modelo econômico vigente e tampouco são protagonistas na interlocução com o objeto.

Os sentidos mencionados não são marcas atemporais, eles ressoam nas práticas sociais, pelo entrelaçamento de discursos de/sobre o Espaço urbano e sobre o Patrimônio Cultural. Por

seus modelos de organização e de gestão do patrimônio cultural ressoam ecos do nosso passado colonial.

Na contemporaneidade, os sentidos para Patrimônio Cultural não divergem diretamente do desenvolvimento econômico, sendo apenas um dos sentidos que circulam na lógica do Espaço Urbano. Os sentidos econômicos do desenvolvimento portuário convergem muito mais com as diferenças sociais, com a preservação ambiental e com a infraestrutura.

Talvez os sentidos patrimoniais funcionem como uma resistência ao modelo econômico dominante, embora as atividades culturais - ficamos atentos- podem ser consideradas ações de reprodução do modelo econômico de acordo com os ensinamentos Althusserianos, aparelhos de reprodução culturais.

Segundo Choay (2017, p.224-225), as cidades históricas têm se tornado um produto cultural, dissimulado pela indústria cultural de entretenimento. A indústria cultural transforma os espaços, com um arsenal de dispositivos para atrair os amantes da arte. Outra questão que a autora pontua é a modernização da malha urbana, que na maioria das vezes não se articula com a malha urbana antiga e servem para a imagem midiática da cidade, mas induzem a desarticulação e a desagregação da malha antiga.

Orlandi (2004, p.34) comenta que os discursos do/sobre urbano silencia o real da cidade, no real da cidade que se inclui o social. A autora trata de um discurso generalizante de/sobre a cidade que apaga as questões sociais. Cada Espaço Urbano terá seu discurso generalizante, ou sua temática predominante, como uma narratividade oficial, quando não o tem, ele apresenta-se como desenvolvimento urbanista, aqueles nos modelos com a assepsia do social. Orlandi Orlandi (2004, p. 34) pontua:

Esse apagamento se deve basicamente a um movimento generalização do discurso urbanista que passa a fazer parte do senso-comum produzindo uma deriva ideológica que homogeneiza o modo de significar a cidade seja pelo seu uso indiferente no discurso ordinário, no discurso administrativo, no do Estado, tomando formas do jurídico ou do político indiscriminadamente.

A narratividade do Patrimônio Cultural francisquense acompanha seu imaginário, os discursos de/sobre a colonização e de/sobre as atividades portuárias. Imaginário reforçado pelo Estado e suas instituições, pelas formações sociais que representam as atividades comerciais.

#### 4.2 LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Esta seção discute a Lei Orgânica do Município de São Francisco do Sul/SC, de 05 de abril de 1990, para compreender os movimentos de sentidos do Patrimônio Cultural na legislação francisquense. Observamos quais suas implicações e a quais áreas do interesse municipal o objeto está vinculado. Entendemos ser necessária esta abordagem antes da análise do plano diretor, pois tais documentos fazem parte do processo legislativo municipal em geral, documentos que organizam o Espaço Urbano e nos direcionam para os sentidos do Patrimônio Cultural. Trazemos para o debate a noção de designação, memória discursiva e formação imaginária.

A Lei Orgânica é um documento amparado na Constituição Estadual e na Constituição Federal que organiza juridicamente e administrativamente o município. De acordo com as Disposições Preliminares, Art. 1 da Lei Orgânica do Município de São Francisco do Sul/SC:

O Município de São Francisco do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica. (Lei Orgânica, 1990)

Diante da Lei Orgânica observamos que o Patrimônio Cultural se apresenta destacado em dois pontos localizados no Título IV- Da Administração Municipal, Capítulo X- Das Políticas Municipais, Seção II- Da Política Educacional, Cultural e Desportiva e Seção X- Da Política do Turismo. Apresentamos as sequências discursivas:

### **Recorte 1**

**SD54:** Art. 42 Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do Município e valorizarão sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental.

**SD55:** Art. 196 da definição de Política de Turismo, Inciso III - preservar e restaurar o patrimônio histórico, artístico, cultural e natural do município.

Nas seções que tratam da educação, cultura, desporto e turismo encontramos referências ao Patrimônio Cultural, uma que trata da inclusão da temática nos currículos escolares, mas a seção abrange também a temática ambiental.

O Patrimônio Cultural, nos seus aspectos históricos e artísticos, é entendido como uma *peculiaridade* do município, embora no documento não tenhamos encontrado referência ao Conjunto Urbano e Paisagístico ou ao Centro Histórico tombado.

Observamos que, a Lei Orgânica foi instituída em 1990 e em 1987 o processo de tombamento já estava em andamento. As normativas referentes ao Espaço Urbano, ao qual a temática do Patrimônio Cultural, poderia estar vinculada, seria o Plano Diretor. Sobre as temáticas da Educação Patrimonial e aspirações do Patrimônio Cultural, destacamos as palavras de Choay (2017, p. 225):

O Patrimônio Histórico arquitetônico se enriquece, então, continuamente, com novos tesouros que não param de ser valorizados e explorados. A indústria patrimonial, enxertada em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, foi lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo. Ela representa hoje, de forma indireta e indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda das nações.

As palavras da autora alertam para a especulação do Patrimônio Cultural, para a exploração para fins lucrativos, aquilo que comentamos a pouco, no qual a cultura transforma-se em objeto de mercado.

Nas análises de Certeau, Giard e Mayol (2013, p.41)<sup>59</sup> e sua equipe sobre a cidade, em especial sobre o bairro, dizem que “a prática do bairro é desde a infância uma técnica do reconhecimento do espaço enquanto social”. As relações dos sujeitos com o espaço urbano e com o Patrimônio Cultural são relações sociais, sendo assim são políticas e ideológicas. Ou seja, Certeau (2013, p.43) argumenta: “tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas *lugar de um reconhecimento*”.

As duas SDs parecem transpor as ideias de Certeau, porque destacam o caráter pedagógico do patrimônio histórico, sendo suas ações entendidas como Educação Patrimonial e o caráter turístico, no qual classifica o Patrimônio Cultural como atração turística do Espaço Urbano, sendo organizado como atividade econômica.

As SDs não tratam diretamente da designação de Patrimônio Cultural, pois como já vimos no capítulo anterior, essa designação é uma construção histórica e social. As duas SDs tratam do patrimônio histórico, artístico e cultural como sinônimos atualizada, que abarca novos sentidos de outros domínios do conhecimento. As duas SDs instauram sentidos ligados à preservação, colocando no mesmo nível do discurso a preservação *ambiental e natural*. Os

---

<sup>59</sup> Na obra *A invenção do Cotidiano: 2- Morar e Cozinhar*, de Michel de Certeau, Luce Giard e Pierre Mayol exploram a configuração da cidade (bairro, rua, etc.), nos dois tomos do projeto (*A invenção do Cotidiano: Artes de fazer*- Certeau), os autores tratam da forma como os sujeitos vivem e se relacionam no seu cotidiano, suas rotinas, trabalho, onde moram e o que comem, partindo do pressuposto que todas as ações humanas são ações sociais.

sentidos de preservação, entre patrimônio cultural, ambiental e natural se imbricam no espaço urbano, indicando embates de significação que merecem atenção no cenário de crescimento urbano e desenvolvimento econômico. Todos esses sentidos fazem parte dos *sentidos sociais* do espaço urbano, onde se confrontam sentidos em um jogo de forças pela interpelação do sujeito em todas as suas dimensões.

#### 4.3 PLANO DIRETOR DE SÃO FRANCISCO DO SUL E O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019- E SEUS DESDOBRAMENTOS

Nesta seção, analisamos o Plano Diretor Municipal de São Francisco do Sul, centrando nos desdobramento do projeto em relação ao Espaço Urbano e ao Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul, a fim de cercar nossa questão pesquisa: Que memórias e discursos legitimam a cidade de São Francisco do Sul/SC como patrimônio cultural material do Brasil e como os sujeitos-cidadãos que constituem o corpo social, memorial e histórico da cidade constituem, mantêm e fazem circular discursos que sustentam o espaço urbano significado/ressignificado como conjunto urbano e paisagístico?

O Plano Diretor Municipal de São Francisco do Sul é a materialidade discursiva, da qual recortamos SDs que se centram no Patrimônio Cultural Brasileiro na formação imaginária de cidadãos de São Francisco do Sul, Santa Catarina. O discurso institucional movimenta sentidos e constitui efeitos de objetividade, de legalidade instaurada pela ordem do discurso em que se insere o Plano Diretor no planejamento urbano.

Trazemos reflexões teóricas a partir de Pêcheux (1997, 2002, 2011), Orlandi (1999, 2004, 2008, 2017), Venturini (2009[2024], 2021), (Silva e Venturini, 2022) com vistas a deslocar o estudo do Patrimônio Cultural pelo viés discursivo. Para analisar o discurso que está no Plano Diretor trazemos Certeau (2013), destacando a partir de entrevista concedida por Roudinesco ao estudioso como “uma figura da contestação” que começou a pensar o cotidiano no âmbito da história e da Cultura<sup>60</sup> e Mário Chagas (2011), que se destaca nos estudos da museologia, colocando em suspenso a memória e a cultura, para compreender o discurso também por suas lacunas, pelo silêncio e pelos esquecimentos, sem deixar de considerar o que faz falar, quem fala e o lugar de onde fala (Chagas, 2011).

---

<sup>60</sup>Entrevista de Michel de Certeau, <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/567338-michel-de-certeau-era-um-pensador-incomodo-e-contestador-entrevista-especial-com-elisabeth-roudinesco>, acesso em 17 de nov. 2021.

Buscamos saber como o patrimônio se organiza discursivamente em relação à preservação patrimonial. Para isso, colocamos em suspenso o discurso institucionalizado e a movimentação na produção de efeitos de sentidos, considerado a presença ou não de mecanismos de coerção que garantem a sua conservação no discurso que estrutura o Plano Diretor da cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina (Silva e Venturini, 2022).

O Plano Diretor Municipal de São Francisco do Sul, Lei Complementar nº 17, de 13 dezembro de 2006, é um documento que regulamenta e estabelece diretrizes para a organização urbana do município com vistas a garantir, segundo o que está destacado no documento, o desenvolvimento pleno e ordenado da cidade, respeitando a função social da propriedade urbana. O Plano Diretor, em tela, está em consonância com a Lei Orgânica do Município de São Francisco do Sul/SC, de 05 de abril de 1990, nos artigos 126 e 180 e com a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001- Estatuto da Cidade<sup>61</sup>. Ele faz parte da Legislação Urbanística Básica de São Francisco do Sul/SC, que além desta Lei é composta por: Lei do Perímetro Urbano; Lei do Uso e Ocupação do Solo Urbano; Lei do Sistema Viário; Código de Obras; Código de Posturas; Código Ambiental e Lei do Uso do Meio Aquático.

Entrelaçamos teoria e análises, discutindo e detalhando o dispositivo de análise, centrando nas bases teóricas da Análise de Discurso de corrente francesa, fundada por Pêcheux (na França), que avançou, no Brasil, a partir de Orlandi e de pesquisadores que se filiam a esse campo teórico.

### **São Francisco do Sul como Patrimônio Cultural da humanidade: condições de produção**

Pela teoria de Análise do Discurso observa-se o dizer do Plano Diretor sobre o do Espaço Urbano. Considera-se, assim, as condições de produção da discursividade, analisando as circunstâncias de enunciação – contexto imediato – e as condições sócio-históricas, que significam na materialidade discursiva pela historicidade (ORLANDI, 1999; 2004), abarcando o discurso *sobre* (atualidade) – e o discurso *de* (memória). Consideramos, portanto, que São Francisco do Sul é um município catarinense, localizado no norte do Estado, região litorânea, que faz divisa com Joinville e abriga o maior Terminal Portuário do estado de Santa Catarina. O reconhecimento da cidade decorre da representatividade histórica, cultural, ambiental e

---

<sup>61</sup> O Estatuto da Cidade compõe nosso arquivo o Estatuto das Cidades, [L10257 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br), embora não seja abordado em análise, pois entendemos que ele seja um documento referência para compreender a legislação sobre o Espaço Urbano.

econômica do espaço urbano, sobretudo pela preservação patrimonial, segundo Chagas (2007, p. 207), “como prática social é utilizada para a construção de determinadas narrativas têm um caráter subjetivo [...]”.

De acordo com Chagas (2007), as narrativas direcionam o dizer de modo a gerenciar os sentidos do patrimônio, instaurando múltiplos significados de resistência, de poder, de perigo e de valor.

O Patrimônio Cultural significa de acordo com o modo como ele se inscreve dentro do espaço urbano, de museus e de outros espaços, sendo tratado em termos de material e imaterial, tendo adquirido, conforme Chagas (2007, p. 208) “outros contornos e ganhando outras qualidades semânticas, sem prejuízo do domínio original”. Podemos encontrar em relação ao patrimônio enunciados como Patrimônio Digital, Patrimônio Integral, agregando ao patrimônio efeitos de sentidos diferenciados, atendendo às diferentes noções de museu, em que ele é significado como casa de memória e de poder, sobressaindo-se a relação com preservação, ressoando, também, os sentidos de posse.

### **Entrelaçamentos teóricos e analíticos: o Plano Diretor de São Francisco do Sul/SC**

Neste texto, tomamos a cidade de São Francisco do Sul como um museu que se diferencia dos demais espaços memoriais por não estar em um lugar fechado, mas por caracterizar-se como um conjunto patrimonial que forma um todo e dá visibilidade ao conjunto histórico, social e cultural da cidade. Aproxima-se dos sentidos de museu por ter por objetivo preservar o patrimônio, promover o turismo, mostrando a cidade para a região, para o estado de Santa Catarina, enfim para aqueles que buscam a história, a memória pelo que deve/pode ser preservado por ser de interesse da humanidade.

O discurso patrimonial funciona em todas as formas de expressão humana, nas diversas possibilidades de significar/ressignificar as materialidades discursivas a partir de sujeitos que buscam estabelecer relações simbólicas e de sentido tanto com outros sujeitos e com a formação social quanto em relação aos rastros que restam do passando, instaurando identificações pela exterioridade e pelas trocas simbólicas pelas quais ressoam memórias e retornam discursos que circularam antes em outros lugares, como pré-construídos, conforme nos ensina Pêcheux (1975[2014a]) em **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**.

Neste texto, inscrito no constructo teórico de Michel Pêcheux, presente na Análise de Discurso de corrente francesa em suas relações com a museologia e na definição de discurso como espaço de manifestação política e social, que concebe o sujeito interpelado pela ideologia

e atravessado pelo inconsciente. Para Pêcheux (2019), o discurso se define como efeito de sentidos entre A e B, respondendo a uma exterioridade que preenche furos e instaura, conforme Orlandi (2004), a discursividade. O discurso, nesta perspectiva, demanda interpretação, Pêcheux (2015, p. 53) afirma

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.

A partir das considerações em torno da teoria pecheutiana pensamos na relação entre teoria e *corpus*, considerando o Plano Diretor Municipal de São Francisco do Sul/SC que apresenta diferentes possibilidades de leituras, através de um gesto analítico das materialidades, da análise do rompimento da linearidade no eixo da formulação. Com isso, dizemos que na perspectiva discursiva a preservação patrimonial produz efeitos de sentidos por meio de movimentos discursivos que institucionalizam um Conjunto Urbano e patrimonial, por um lado e por outro lado, colocam em suspenso estes discursos, que significam pela língua na história e rompem com a estabilidade, sinalizando que, conforme Orlandi (1999) os sentidos sempre podem ser outros, tendo em conta os funcionamentos da memória e considerando a história que problematiza o discurso *sobre* e a preservação patrimonial.

Para dar conta dessas relações, pensamos o modo de funcionamento da memória, juntamente conforme Venturini (2009[2024]) a partir dos eixo da constituição (eixo vertical ou paradigmático) e da formulação (horizontal ou sintagmático), sinalizando que no eixo vertical funciona um discurso *de*, tomado como memória saturada ou interdiscurso, como o lugar em que se encontram todos os dizeres, os quais não são acessíveis aos sujeitos, porque nesse lugar, como nos diz Courtine (1999) ‘fala uma voz sem nome’, não há um sujeito identificável. De acordo com Venturini (2009[2024, p. 41]) “a rememoração funciona como memória em relação ao discurso de comemoração, o qual se sustenta no interdiscurso pelo efeito de pré-construído”, definido por Pêcheux (1997, p. 171), como “aquilo que todo mundo sabe”. Afirmamos, então que o discurso *de*, comporta a repetibilidade, como o que constitui redes de memória, pelo movimento parafrástico, tal como definido por Orlandi (2005). Além disso, o discurso *de*, não é acessível ao sujeito em sua totalidade, mas sustenta e legitima os dizeres no eixo da formulação (Venturini, 2009[2024]).

Já a comemoração (discurso *sobre*), “funciona discursivamente e faz sentido na formação social em que se constitui e circula a partir de um discurso *de*, que a legitima e a sustenta” (Venturini, 2009[2024, p. 38]). O discurso *sobre* constitui-se no eixo da formulação a partir de sujeitos que se responsabilizam pelo dizer e que Pêcheux (1997) designa de sujeito locutor - aquele que assume uma posição-sujeito e se responsabiliza pelo dizer, correspondente à formação discursiva em que se inscreve. O sujeito locutor constitui-se a partir de uma forma-sujeito e aceita integralmente os dizeres/saberes dessa forma-sujeito, caracterizando-se como bom sujeito. Pode também, distanciar-se e resistir aos saberes da forma-sujeito, constituindo-se como mau sujeito, instaurando a contradição. O sujeito pode também, desidentificar-se da forma-sujeito, migrando para outra formação discursiva e isto pode ocorrer sem que ocorra uma ‘mexida’ forte nas redes de memória, não instaurando, portanto, o acontecimento discursivo. Quando há o rompimento, conforme Indursky (2008), ocorre o antagonismo, o rompimento com uma formação discursiva e a entrada em outra, instaurando e fazendo trabalhar, novas e outras redes de memória.

Venturini (2009[2024, p.56]) destaca que esses movimentos funcionam no discurso *sobre*, sustentando-se e legitimando por meio de um discurso *de*, que trabalha em cima de demandas da formação social com vistas a dar visibilidade e não ‘deixar’ cair no esquecimento materialidades que fazem sentido para sujeitos e constituem como patrimônio cultural. Dessa forma, no discurso, a comemoração

[...] constitui os andaimes que estruturam o discurso comemorativo, no qual se materializam os gestos de comemoração, como o “fazer-memória” pela institucionalização e legitimação da celebração de nomes ou eventos significativos para uma formação social. Podemos perceber que alguns desses andaimes são retirados da obra e, por vezes, apagados, mas retornam ao eixo da formulação porque são imprescindíveis para a atualização da memória. (Venturini, *idem*)

Dizemos que trata de um discurso comemorativo, tendo em conta que as cidades buscam mostrar o memorável, apagando as memórias subterrâneas, “relacionadas às zonas de sombras, de silêncios, de não-ditos, os quais se deslocam presentificando-se em discursos carregados de metáforas e de alusões a um passado” (Venturini, [2009[2024, p. 99]), as quais segundo a mesma autora, ficam fora da história oficial. Vale destacar, ainda, a inseparabilidade, dentro do discurso, entre o que é memória e o que é atualidade, tendo em vista que, o discurso *de* legitima e sustenta o fazer memória, preenchendo ‘furos’, atualizando o discurso, funcionando como uma presença, mesmo na ausência.

Para tratar do Plano Diretor, focamos na inscrição institucional desse discurso, o qual inscreve-se em uma formação discursiva, que é, conforme Orlandi (2020), determinadas por posições ideológicas, movimentadas no processo sócio-histórico da produção de discursos em que os sujeitos, pela sua inscrição ‘sabem’ o que podem e devem dizer. Além do que pode e deve ser dito a partir da filiação ideológica, há também, os apagamentos, os não-ditos e o que fica por significar e dizer.

Assim, os discursos fazem sentido por/em formações discursivas e são determinados ideologicamente pela filiação do sujeito à ideologia e pelo atravessamento do inconsciente, materializando-se pela língua na história. Para dar continuidade ao texto, realizamos um momento analítico pelo recorte do Plano Diretor de cinco (05) sequências discursivas como vistas a naturalizar sentidos, fazendo com que os sujeitos ‘embarquem’ na ilusão da transparência de sentidos, que constituiria um discurso homogêneo, pautado no positivismo, no qual funciona o sujeito do cogito.

### **Recorte 1 - a repetibilidade no discurso do Plano Diretor da cidade**

**SD53:** Promover o fomento das atividades econômicas com a preservação do meio ambiente, da escala humana, da paisagem e dos aspectos histórico-culturais deste município.

III. Promover o desenvolvimento da função social da propriedade urbana, destacando a preservação do meio ambiente, da escala humana, da paisagem e dos aspectos histórico-culturais e o fomento das atividades econômicas deste município. (grifos nossos)

**SD54:** Delimitar e regulamentar o Centro Histórico, o Porto e a Orla Marítima.

**SD55:** O setor Histórico da cidade deverá receber iluminação pública especial.

**SD56:** Implantação de linha de transporte adequado no Setor Histórico da cidade

**SD57:** Estimular a restauração e recuperação dos prédios históricos de São Francisco do Sul visando resgatar sua história, os documentos, as obras, locais e edificações de valor histórico e artístico, bem como os sítios arqueológicos.

Colocamos as cinco sequências discursivas dentro de um mesmo recorte, considerando a repetibilidade que estrutura o discurso e que vem das instituições da regulamentação que funciona no urbano, significando-o como discurso autoritário (Orlandi, 1996) por tratar de um

espaço estruturado pelo histórico e pelo memorial, na organização, na preservação do patrimônio, sem deixar de considerar o econômico.

O discurso institucionalizado é o discurso que representa as instituições (governos, prefeitura, empresas, escolas, etc.), sendo parte do dizer autorizado pela identificação com a forma-sujeito institucional. O sujeito-locutor coincide com aquele sujeito que representa a instituição, no caso o poder público da cidade e faz articulações, normatizando o discurso sobre patrimônio e sobre o urbano, em nome da normatização. A forma-sujeito institucional, presente no Plano Diretor, organiza a cidade e se pauta em formações imaginárias que representam o sujeito-cidadão francisquense, vendo-os como pertencentes a uma formação discursiva urbana. Pelo funcionamento do imaginário e pelo processo que Orlandi (1999) chama de antecipação, os sujeitos se colocam no lugar do outro, buscando interpretar a partir desse lugar, com vistas a organizar a argumentação. Consideram, nesse processo, saber o que faz sentido para os sujeitos-interlocutores e o que pode/deve ser dito, considerando essa antecipação que é reguladora do dizer.

Por meio das formações imaginárias os sujeitos que dizem ‘eu’ na escrita do Plano Diretor ‘rotulam’ de certa forma os sujeitos-cidadãos com vistas a saber das inscrições ideológicas deles, para que o discurso coercitivo soe como natural, dentro da normalidade, pautando-se no que Pêcheux (1997) chama de norma identificadora e inscrevendo os sujeitos dentro de uma mesma formação discursiva, mascaram e apagam as evidências que constituem o sujeito. Por esse mecanismo os sujeitos significam pela inscrição dentro de uma universalidade que “produz o sujeito no lugar deixado vazio”. (Pêcheux, 1997, p. 159)

O Plano Diretor da cidade pode dar visibilidade ou apagar as diferenças entre os sujeitos e igualmente, entre aqueles discriminados. Compreenda-se que isso acontece como se pode ver pelas palavras, recortadas para esta análise, as quais se inscrevem no domínio do discurso autoritário, que conforme Orlandi (1996), apaga a reversibilidade. Esse funcionamento é recorrente na palavra *promover*, que se completa com objetos diretos como: fomento, preservação, fazendo trabalhar *delimitação e regulamentação*, na constituição ilusória e sempre incompleta da igualdade. Nesse sentido, o lugar do sujeito preenchido pelo institucional, pelo discurso que iguala e separa, de modo contraditório, invisibilizando negros, pobres, imigrantes e se dirigindo aos empreendedores, aos turistas.

Outra palavra que aparece fortemente é *implantação* de linha de transporte, que seja *adequado*, delimitando o setor histórico da cidade. Fica como não-dito e apagado e mesmo excluído o sujeito que vive nos arredores da cidade, podendo-se ler que estes ficam alijados do espaço público, tomado como patrimônio. É preciso sinalizar que por este discurso a periferia

não existe, assim como não há a divisão de classes, sendo moradores da cidade aqueles que são artistas, historiadores, restauradores e os que detém o poder econômico. O morador/cidadão/trabalhador desse espaço inscreve-se em discursos na ordem do normatizado, priorizando a convivência em um espaço comum, que pode ser chamado também de comunidade. Contraditoriamente, esse comum não comporta o todo, mas a divisão, o apagamento.

O discurso que estrutura o Plano Diretor inscreve-se na formação discursiva do legislador, que direciona e gerencia o funcionamento do espaço comum, inscrevendo o discurso na legislação como decorrente de formações imaginárias, as quais de acordo com Pêcheux (2019) funcionam a partir dos lugares sociais de quem ‘organiza’ os espaços, colocando-se no lugar do ‘outro’, com vistas, como nos diz Orlandi (1999) a redirecionar o dizer, a promover a adesão dos sujeitos de modo a fabricar o consenso, que também é da ordem do imaginário.

O Espaço Urbano de São Francisco do Sul toma a arquitetura, as praias, os museus, as igrejas como patrimônio do que demanda a preservação e, conforme vimos em Chagas (2017), faz funcionar o poder, que vem não só do Plano Diretor como um texto normatizador, mas dos sujeitos que reproduzem este discurso. Conforme Venturini (2009[2024]), essa prática comporta eventos espacializados e temporalizados. Ocorre e refere-se a formações sociais e a sujeitos que nela vivem e constroem realidades sociais por processos de legitimação e por traços de identificação. Nessa linha, faz funcionar, enquanto prática, o imaginário dos sujeitos em relação a eles mesmos, ao espaço e ao patrimônio que os constitui como sujeitos, muitas vezes sem voz e nem vez. As formações imaginárias referem-se a lugares ocupados por sujeitos, constituídas por projeções que se constituem em (dis)discursos. Por exemplo, a formação imaginária de sujeito-cidadão corresponde ao sujeito que reside em no espaço da cidade e poderia participar ativamente das decisões administrativas do seu espaço urbano.

Pensamos o discurso institucionalizado, neste caso, como Língua Estado<sup>62</sup>, conforme apresentado em Orlandi (2012), que ocorre no Plano Diretor no movimento de sentidos entre sujeito-institucionalizado e sujeito-cidadão francisquense, instaurando efeitos de sentido de objetividade, de legalidade e de coerção. O sujeito-institucionalizado impõe uma relação de poder, embora o discurso *sobre* o urbano dê visibilidade e constitua o efeito de sentido-evidência- de proteção e cuidado, até mesmo de liberdade, em que o sujeito-institucional ocupe a posição-sujeito de legislador, normatizador e gestor do espaço urbano.

---

<sup>62</sup> Pêcheux (2011, p. 86) define Língua de Estado como aquela que “usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e ninguém pode disse”. Orlandi (2012) o Estado se significa.

O imaginário decorre dos modos de dizer, fazendo funcionar o que Pêcheux (1997) e Orlandi (1999) designam de esquecimento número 2, da ordem da enunciação em que o dizer, mesmo sendo outro, parece andar na mesma direção, pautando-se na homogeneidade. É possível compreender em todas as SDs um discurso inscrito no empreendedorismo, autorizado pelo enunciado “fomento das atividades econômicas”, articulado à “preservação da escala humana, da paisagem e dos aspectos histórico-culturais”, instaurando um efeito de sentido de que a relação entre atividade econômica e desenvolvimento social, natural e histórico-cultural são indissociáveis. A ênfase no aspecto econômico, principalmente, no que se refere ao “Porto” e as “atividades turísticas” aparecem destacados neste artigo. Este aspecto merece ficar em suspenso para quando tratarmos do esquecimento número 1, da ordem da formação ideológica, já que tanto o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade tratam da “função social da propriedade urbana”.

Destacando as redes de memória instauradas por esse recorte propomos efetivar um exercício parafrástico para a SD53, dando ênfase ao pressuposto no Plano Diretor e no Estatuto da Cidade. Neste exemplo de exercício parafrástico, mostramos como o efeito “palavra-coisa” funciona de forma naturalizada. Determinada “coisa” pode ser discursivizada de diferentes formas e com diferentes efeitos de sentidos. O discurso é opaco, foge às evidências, o que se tem são efeitos de sentido.

Trazemos as contribuições de Orlandi (2012, p. 107) sobre Propaganda Política e Língua de Estado para pensar como o discurso político circula pelos meios de massa e chegam até a população em geral. Para a autora “essa política assim formulada, ou seja, pelas instâncias do Estado. O que estamos chamando Língua de Estado gerencia os sentidos do próprio Estado, num gesto político que tem a mídia como meio de circulação.

As SD54, SD55 e SD56 inscrevem-se dentro do mesmo domínio que a sequência 1, encaminhando para a formação discursiva do legislador, em que funciona o discurso que Orlandi (1996) designa de autoritário, manifestando a coerção e a determinação pelos vocábulos *delimitar* e *regulamentar*, sinalizando que o Centro Histórico e a Orla Marítima possuem um ordenamento que escapa aos sujeitos, aos quais cabe seguir as determinações, do mesmo modo, *o setor Histórico da cidade deverá receber iluminação pública especial*, ficando como não dito que os sujeitos da periferia não possuem este mesmo direito. Vemos, com estas determinações, como já dissemos anteriormente, a divisão social de classes, a luta por lugares, onde muitos, talvez a maioria, não tenha lugar.

Nessas sequências, fica estabelecida a prática política e ideológica decorrente da Língua de Estado, em que a forma-sujeito institucionalizada trabalha as relações de poder, destacadas

por Chagas (2011) em consonância com a formação imaginária em torno do sujeito-cidadão francisquense e daqueles que legislam. Por essa prática ressoam memórias que significam as formas de governabilidade e de gerenciamento do espaço urbano (aspectos históricos sobre a forma de governar, aspectos culturais do espaço urbano e ideológicos) no Discurso Diretor de São Francisco do Sul/SC, significando pela língua na história.

O discurso institucionalizado pratica a Língua Estado e constitui efeitos de transparência e homogeneidade ao discurso que instaura, contraditoriamente, apelos democráticos que antagonizam com o discurso neoliberal e capitalista. O apelo democrático, aqui interpretado somente como efeito e um dos modos de mascarar os modelos neoliberais e capitalistas. Por meio destas práticas emergem as memórias subterrâneas que desconstroem estes efeitos de sentido de liberdade, especialmente, de escolha, que seria um direito do sujeito-cidadão francisquense.

Vale destacar que a posição sujeito institucional e posição sujeito cidadão francisquense remetem a uma forma sujeito-de-direito aos moldes do sistema capitalista, no qual o capital e as relações de produção prevalecem sobre as relações sociais. Ou então, as relações sociais, culturais, educacionais existem para atender o capital. Geralmente, neste sistema, as formações discursivas entram em conflito, existe um jogo de poder entre as classes sociais, que representam as classes dominantes e tendem a apagar o discurso das classes dominadas. A resistência, entretanto, acontece tanto nas classes dominantes quanto nas dominadas, instaurando a contradição ou o antagonismo. Para Orlandi (2020), p. 49)

O sujeito-de-direito não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista. Em consequência, há determinação do sujeito mas há, ao mesmo tempo, processos de individualização do sujeito pelo Estado. Este processo é fundamental no capitalismo para que se possa governar.

A relação de individualização imposta pelo discurso de Estado é complexa. O sujeito-de-direito, embora pareça ser livre para escolher, aparentando ter direitos e pareça ter todas as opções de escolha (tudo é nada para o discurso), é manipulado pelo sistema. Conforme diz Pêcheux (2019, p. 39) “o discurso é o efeito de sentidos entre A e B”. O sujeito-de-direito está entrelaçado nos efeitos de sentido do sistema capitalista, conseqüentemente, nesse sistema funcionam os discursos do Estado, que representa ao sistema capitalista-neoliberal, assim como todos os “aparelhos ideológicos de estado”.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> Definição de Althusseriana absorvida por Pêcheux para pensar a influência do poder de Estado acerca das outras relações sociais. O aparelho ideológico de estado obedece às prerrogativas do sistema econômico vigente.

A SD57 inscreve-se, assim como as demais, no discurso presente no Plano Diretor, que vem pelo institucional, que vem desde o interdiscurso – discurso *de* - e se presentifica no intradiscurso – discurso *sobre* – recobrando a atualidade. O interdiscurso é a linha vertical do discurso, que recobre as memórias do dizer, a relação entre história (historicidade) e discurso, como o lugar onde história e discurso se tocam. Conforme Venturini (2009[2024, p. 84-85]), a memória se caracteriza pelo “discurso sobre” aquele presentificado no intradiscurso por movimentos metafóricos e metonímicos, por ditos, “já-ditos” e “em nome *de*”.

Os tipos de discurso que mencionamos acima – institucionais - estão autorizados pela Formação Discursiva urbana, circulam nos espaços urbanos e se legitimam pelo movimento de sentidos entre os sujeitos envolvidos, sujeito institucional e sujeito cidadão. Eles são “portavozes” do “discurso *sobre*”, o imaginário que se tem de cidade, legitima de certa forma o discurso “função social do espaço urbano”, que se caracteriza historicamente como o lugar de convivência, de viver, de estabelecer suas relações de trabalho, religião, educacionais, culturais.

A cidade se constitui no movimento de efeitos de sentido entre os sujeitos, sejam eles cidadãos ou visitantes, eles moram, vem e vão e significam/ressignificam o espaço urbano. A SD53 serviu para pensarmos como o discurso institucional é mobilizado discursivamente e produz efeitos. Nesta mobilização, tanto pelo viés da enunciação, esquecimento número 2, como pelo viés ideológico, esquecimento número 1, podemos compreender que o discurso institucionalizado foi autorizado por discursos anteriores que estão no fio do discurso, no interdiscurso. O “discurso *de*” autoriza as ressalvas sobre “atividades de fomento econômico”.

### **Efeitos de conclusão**

Pela impossibilidade de fechamento das discussões, propomos a realização de um exercício de fechamento com vistas a sintetizar as discussões em torno do discurso que funciona no Plano Diretor Municipal de São Francisco do Sul/SC, observando os efeitos de sentido decorrentes da institucionalização e do funcionamento das formações imaginárias do sujeito-cidadão francisquense e do poder público em relação a este sujeito e ao espaço urbano, instaurando efeitos de objetividade, de legalidade e de coerção.

O discurso é como a água da chuva que escorre para desaguar no mar, ele escorre pelas frestas, significa e ressignifica o Espaço Urbano, a cidade, o Patrimônio Cultural, abrindo, assim como o mar para outras possibilidades não só de entrada, mas também de saída. Trata-se de tratar o discurso pela metáfora do mar e o Espaço Urbano de São Francisco do Sul, como a cidade criada e consolidada a partir do mar que o cerca.

O Plano Municipal Diretor da Cidade de São Francisco do Sul organiza o funcionamento da cidade e se constitui, assim como a cidade, como um texto que é dado a ler e que muitas vezes aparece como saturado e outras aberto a interpretações, como sinaliza Venturini (2009[2024]) ‘como uma página em branca a ser escrita, preenchida’, que abre para outras possibilidades.

O discurso que circula sobre a cidade a partir do Plano Diretor do Município encaminha para algumas conclusões, dentre elas, a de que a normatização considera uma parcela dos cidadãos, ou seja, a classe dominante, que ocupa e gerencia o Centro Histórico e os turistas e isso se pode concluir pelas sequências que destacam a iluminação pública da orla e do Centro Histórico e, também, a referência ao transporte.

O discurso institucionalizado do Plano Diretor de São Francisco do Sul/SC congrega um grupo de documentos (Estatuto da Cidade, Lei Orgânica Municipal, Decreto Lei de 1937, Constituição Federal, etc.) que funcionam como “discursos *de*”, da ordem do dizer e da ordem ideológica, que ressoam no discurso *sobre*, aquele que funciona na cidade e diz da cidade como espaço urbano. Por esse discurso institucional funciona a preservação do Patrimônio Cultural, como um dos objetivos da cidade tombada pelo Patrimônio Público.

As sequências recortadas enfatizavam a questão histórica e cultural e o discurso institucionalizado reforça os efeitos de legalidade, de objetividade e de coerção, estabelecendo relação de transferência em relação ao sujeito cidadão francisquense. Nesse contexto há movimentos de resistência, pois o discurso institucionalizado estabiliza e controla os sentidos, “anestesiando as massas” (Pêcheux, 2011) pelo funcionamento da língua de Estado.

### **Projeto de Lei Complementar nº 12, de 4 de dezembro de 2019 e seus sentidos**

A revisão do Plano Diretor Municipal de acordo com o Estatuto das cidades é uma ação que deve ocorrer a cada dez anos, em 08 de agosto de 2017 foi instituído o Decreto municipal n.º 2664 para tal ação. Desde então, o processo foi iniciado e uma minuta encontra-se disponível na página oficial da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, porém o projeto de lei não foi aprovado e encontra-se suspenso <sup>64</sup> devido a abertura de Notícia Fato aberta pelo Ministério Público.

---

<sup>64</sup> São Francisco do Sul: Justiça entra na disputa - Mar Sem Fim Acesso em: 28/09/2023.

MP investiga suspeita de irregularidade na tramitação do Plano Diretor na Câmara de SFS | ND Mais. Em dezembro de 2023 o processo de regularização do Plano Diretor foi retomado, porém o Ministério Público

Com o Projeto de Lei Complementar nº 12, de 4 de dezembro de 2019<sup>65</sup> pretendemos analisar os atravessamentos, qual as relações com o imaginário de Cidade Histórica, a relação entre sujeito (s) e objeto, e a relação das memórias discursivas em torno do nosso artefato de conhecimento, observando aos deslizamentos existentes entre o discurso patrimonial e o “discurso de desenvolvimento”.

Nosso objetivo é compreender o processo discursivo em torno do Espaço Urbano, suas relações com o Patrimônio Cultural e com os sujeitos que fazem parte da formação social francisquense. Segundo Orlandi (2004, p.82):

A cidade é um espaço simbólico e político, constitutivo num processo discursivo (ideológico), cuja base material é a língua. Isso traz a língua para refletir sobre o espaço e o espaço para compreender a língua, visando ao mesmo tempo compreender a constituição e o funcionamento da sociedade que habita esse espaço.

Não existe sociedade sem sujeitos e sem sujeitos sem discurso. Os sujeitos constituem as cidades e elas funcionam através de discursos e seus sujeitos em interlocução contínua.

Como utensílios, os provérbios ou outros discursos, são marcados por usos; apresentam à análise as marcas de atos ou processos de enunciação; significam as operações de que forma objeto, operações relativas a situações como modelizações conjunturais do enunciado ou da prática; de modo mais lato, indicam portanto, uma historicidade social na qual os sistemas de representações ou os procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadros normativos, mas como instrumentos manipuláveis por usuários. (Certeau, p. 77)

Se existe um pré-construído sobre o potencial econômico de São Francisco do Sul, com vista em seu “desenvolvimento” portuário, existe conseqüentemente um esquecimento das narratividades de “descobrimento” e “colonização” que permeiam a história e a cultura do território francisquense.

O projeto de lei está atravessado pelos discursos das ONG’S, discurso do Ministério Público, dos meios de comunicação, das associações, dos empresários e outros. O que o torna um *acontecimento discursivo* se deve ao fato de ser uma das poucas ações âmbito nacional que foram indeferidas pela justiça pela tensão da sociedade civil e ONG’S que lutam pela preservação ambiental.

---

suspendeu novamente, no dia 11/12/2023, logo após a primeira audiência pública no Ervino. Maiores informações nas publicações: (20+) [Facebook](#) (Jornal Ervilhense) e [CUIDADORES do Ervino \(@cuidadoresdoervino\)](#) • [Fotos e vídeos do Instagram](#).

<sup>65</sup> Na página da Prefeitura Municipal encontramos uma aba intitulada “Lei complementar Plano Diretor” e no link encontramos o documento Projeto de Lei PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019. Disponível em: [COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 062-2009 \(saofranciscodosul.sc.gov.br\)](http://COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 062-2009 (saofranciscodosul.sc.gov.br)) Acesso em: 28/09/2023.

O projeto de lei cita aspectos que se referem à preservação do *Patrimônio Histórico e Ambiental*, inclusive esses dois aspectos são colocados no mesmo nível semântico, no sentido de preservação. Tais sentidos aparecem nas diretrizes, nos objetivos e nas estratégias de aplicação desse plano. Seguem algumas Sequências discursivas para analisarmos:

**SD58: Diretrizes**

II- preservação do patrimônio em suas extensões histórico-cultural e ambiental;

**SD59: Objetivos gerais**

V - identificar e proteger áreas com relevante interesse histórico e ecológico;

**SD60: Estratégias**

I - Estratégia de Preservação do Patrimônio Histórico e Ambiental;

As SDS sugerem que há uma aproximação entre os sentidos de *Patrimônio Histórico e Ambiental*, dimensionados pela mesma categorização, ou seja, como algo a proteger. O uso do conectivo de adição *e* que possui efeito de adição e continuidade. A escolha por designações que remetem a temática do Patrimônio Cultural e Ambiental, tais como: *histórico-cultural e ambiental*, *histórico e ecológico* e *histórico-cultural e ambiental*. O uso de verbos e substantivos que enfatizam esse sentido como: *preservação*, *identificar*, *proteger*, *estratégia* (para preservar e proteger).

Nos documentos analisados anteriormente, a Lei Orgânica e o Plano Diretor, a temática do Patrimônio Cultural estava atrelada aos temas da Educação, do Turismo e também as questões ambientais. Tal marca discursiva deve-se aos imaginários de proteção e preservação, se devem muito mais aos fatos de efetivação de políticas (de urbanização, preservação e outras) do que de fato, contraditoriamente, de ações populares no sentido de preservar bens patrimoniais e ambientais. O engodo do neoliberalismo reside na sua “promessa de liberdade”, mediada por leis e instrumentos que, na prática, geram tensões. Nos deparamos com o dilema entre confiar na ação do Estado e resistir às pressões do sistema e do mercado.

Vemos que os sentidos do Patrimônio Cultural atravessam os sentidos do Espaço Urbano, que os sujeitos francisquenses são assujeitados pelos sentidos institucionais do Patrimônio Cultural, todavia também são interpelados pelos sentidos da administração pública,

no que se referem à *ordem e organização*, como afirma Orlandi (1999), que capturam os sujeitos de direito (sujeitos-cidadão) que constitui o sistema capitalista.

#### 4.4 SUJEITO (S), MEMÓRIA E CULTURA: O POVO SAMBAQUIEIRO, INDÍGENA, QUILOMBOLA E CAIÇARA.

A história do sujeito-franciscense não começa com a chegada dos europeus, sejam eles franceses, espanhóis ou portugueses, ou com os Carijós, começa com os sambaquieiros, o povo primitivo que habitava essa região, o qual seus registros arqueológicos compõe a paisagem geográfica do território franciscense e intrigam sobre as origens da formação dos povos da região sul do país.

Os sambaquis são formações arqueológicas dos povos pré-coloniais que habitaram a costa Atlântica e outras regiões do país entre 8 a 2 mil anos atrás. As formações na sua maioria são constituídas de conchas, restos de frutos do mar, e serviam de cemitério e cerimoniais, marcadores territoriais e outros.

O povo sambaquieiro da costa do Sul e Sudeste tinham hábitos e costumes parecidos. De acordo com o site Floripa Arqueologia “essas elevações foram intencionalmente formadas por populações pré-coloniais que viviam principalmente da pesca e que se instalaram na faixa litorânea há cerca de 6.500 anos atrás, no entorno de antigas baías e lagunas”.

Este povo eram pescadores, coletores, caçadores, seminômades que escolheram lugares que pudessem garantir sua sobrevivência. Através dos vestígios encontrados nos distintos sambaquis, pode-se observar os hábitos e costumes e também evolução dessas comunidades, por exemplo, através da presença do uso da cerâmica, que neste contexto representa uma tecnologia que marca a evolução de determinado povo.

Em São Francisco do Sul, são cadastrados em torno de 29 sambaquis, principalmente na costa Leste, território que compreende as principais praias e o Parque Estadual do Acaraí. A descoberta mais recente foi o sambaqui Casa de Pedra em 2002, se diferencia das outras formações por se tratar de um abrigo, parecido com uma caverna, de 35 cm aproximadamente, onde foram encontrados vestígios deste povo.

Não se sabe muito sobre o desaparecimento deste povo, relação (ou não) com os índios que habitavam a nossa região na época do “descobrimento”. Em Santa Catarina, a UNIVILLE, através do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, desenvolve

pesquisas na área, assim como o assunto desperta o interesse de outras instituições.<sup>66</sup> De acordo com Maciel e Bandeira (2016) “Os sambaquis, desta forma, estão intimamente ligados não só aos processos pré-coloniais que tiveram palco aquela região geográfica, mas também aos históricos coloniais e pós-coloniais que foram protagonizados pelos moradores das comunidades da Praia Grande”.

Podemos analisar que os acontecimentos históricos e culturais não se encerram em si, suas memórias (discursos) ultrapassam e atravessam o tempo/espaço e marcam as práticas sociais de outras formações sociais em outro tempo/espaço.

A memória sobre povo sambaquieiro funciona através da memória, do interdiscurso, atravessa o discurso do Espaço Urbano e do Patrimônio Cultural, como discurso transversal e marca historicamente e culturalmente os dizeres sobre a formação social francisquense. Toda vez que discursivizamos de/sobre as formações geográficas (arqueológicas) dos sambaquieiros ou retomamos os discursos sobre os sujeito (s) sambaquieiro recorremos ao interdiscurso para significar/ressignificar os discursos e seus sentidos, desta forma eles estão presentes em nossos dizeres como memória que retorna no dizer. Por exemplo, quando dizemos “Sambaqui da Prainha”, “vamos fazer a Trilha do Sambaqui” e “este é um espaço preservado, é um Sambaqui” e outros, retomamos através do discurso a memória do povo sambaquieiro que atravessa o discurso e instaura uma rede de sentidos, que se atualiza, significa e ressignifica o dizer (o objeto).

Sujeito e objeto se constituem da mesma maneira. A formação imaginária, a identificação e o assujeitamento do sujeito-francisquense, como o Espaço Urbano, o Patrimônio Cultural (a exterioridade), se constituem pelo atravessamento de memórias, de discursos e práticas sociais de uma formação social heterogênea, com a inserção de vários povos e culturas.

Da mesma forma que os sentidos do “descobrimento”, da “colonização” e do “desenvolvimento”, ou seja, da rede de sentidos que se estabelece a partir das atividades socioeconômicas - do sistema de produção-, tecem o emaranhado de sentidos que constituem o imaginário do sujeito-francisquense, que ultrapassa o imaginário do sujeito-cidadão e o

---

<sup>66</sup> Citamos o trabalho recente da USP: [Sambaquis: as descobertas sobre as monumentais construções de 8 mil anos no litoral do Brasil - BBC News Brasil](#) e [Os primeiros humanos no Brasil | Ximena Villagran | USP talks #52 \(youtube.com\) #27 - Povoamento das Américas e Arqueogenética \(com André Strauss\) \(youtube.com\)](#). Citamos ainda o trabalho realizado pelo: Museu do Sambaqui de Joinville, que conta atualmente com visita virtual: [Fazer visita virtual ao Museu de Sambaqui de Joinville - Prefeitura de Joinville](#) Com o Museu da UFSC e do Museu do Colégio Catarinense: [MArquE \(ufsc.br\)](#) e [Home - Museu - Colégio Catarinense \(colegiocatarinense.g12.br\)](#). Citamos ainda: a obra de um dos primeiros arqueólogos de Santa Catarina Padre Rohr: [ohr/livro-padre-rohr-formato-digital.pdf](#). Outras referências podem ser encontradas no final do trabalho.

transforma em algo único em sua heterogeneidade diante das condições de produção desta formação social.

O sujeito-indígena é uma das identificações que constituem o sujeito-franciscuense. O sujeito-indígena que identificamos em nossa pesquisa, parte do sujeito-indígena que compõem a narratividade do “descobrimento”, passa pelo sujeito-indígena que compõem a miscigenação da nossa formação social.

Tanto sujeito-indígena, o sujeito-quilombola e o sujeito-caiçara são formas de existir de resistência, porque mantêm suas práticas sociais em meio a sociedade de práticas individualistas e excludentes, nas quais se aproxima aos moldes do sujeito de direito do sistema capitalista. O sujeito-cidadão é o que mais se aproxima do sujeito de direito.

No primeiro capítulo, trazemos informações sobre os índios Carijós, pois eles fazem parte das narratividades do “descobrimento”. A narratividade do “descobrimento” de São Francisco do Sul/SC, descreve a chegada dos colonizadores franceses, comandados pelo Capitão Binot Paulmier de Gonneville, em 05 de janeiro de 1504 e o encontro dos colonizadores com os índios Carijós, povos originários da região sul.

Ao lado da narratividade sobre a “bravura e cordialidade” dos colonizadores nos deparamos com os discursos de “receptividade e amabilidade” dos índios Carijós. Na descrição deste fato histórico, os franceses conviveram com os indígenas por um período considerável, trocaram presentes, ergueram uma cruz e rezaram uma missa e levaram o filho do cacique Arosca, o jovem Essomericq (Içá-Mirim), para a França com intuito de ensinar a arte da artilharia.

O sujeito-índio Carijó era visto como sujeito receptivo, cordial e dócil. Os europeus não relataram problemas de convivência com este povo, como ocorria com indígenas de outras partes do Brasil.

Segundo Orlandi (2008, p.19), “O princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político”.

Nesse contexto, o discurso de “descobrimento” de São Francisco funciona como paráfrase do discurso de “Descobrimento do Brasil” e o discurso do colonizador apresenta-se com efeitos de superioridade em relação ao discurso dos indígenas. Logo os povos originários são subjugados e em locais onde lutam e mostram resistência perante a invasão dos europeus, são classificados como “selvagens”. Os que foram considerados “cordiais e amigáveis” foram explorados, afinal qualquer tipo de contato naquele tempo e espaço se tratava de uma tentativa de “colonização”.

Em São Francisco do Sul, encontramos duas terras ou reservas indígenas atualmente, a do Morro Alto (Laranjeiras) e da Yvy Ju (Reta), elas pertencem aos povos da etnia Guarani Mbya, com um contingente de aproximadamente 150 indígenas que vivem nessas duas aldeias.

De acordo com Radin e Corazza (2018) a população indígena na América Latina sofreu um apagamento histórico pela historiografia tradicional, vejamos:

A historiografia tradicional, de modo geral, colocou as populações indígenas na condição de invisíveis, por não contemplá-los em seus estudos ou por fazê-lo de forma marginal, em geral vendo-os como parte da natureza a ser dominada e conquistada. Na região, assim como na América, a conquista do território já ocupado pelos povos indígenas significou um verdadeiro genocídio, uma vez que eles foram praticamente dizimados pelas guerras, epidemias trazidas pelos colonizadores, como a gripe e varíola, e mesmo pela escravização. (p.125)

Sustentamos que discursivamente tal apagamento ou silenciamento aconteceu pela “colonização” que se ocupou da invasão, posse de território, recursos naturais e corpos. A “colonização” é um instrumento do sistema político imperialista que prioriza a exploração e subjuga os sujeitos.

Radin e Corazza (2018, p.126) complementam que:

A relação dos invasores com os diversos povos indígenas era uma relação entre colonizador e colonizado e implicava uma situação de exploração contínua, nem sempre facilmente perceptível, desde o passado até o presente, mas que implicou a expropriação de suas terras, de suas vidas e de sua cultura.

O discurso e os sentidos de/sobre o sujeito-indígena, povo originário, é marcado por resistência, pois a depender da formação discursiva burguesa (colonizadora, institucional, comercial e outras) o discurso tende ao controle e à segregação. Ou seja, o efeito de racionalização, adotada segundo Orlandi (2008) durante a implantação da república, no qual três processos eram adotados: a adotar um discurso de “extinção do índio” e o outro “dividir o universo indígena” e “as questões dos brancos”. Tais discursos encontraram uma “solução paternal” que consistia naquele tempo/espaço em racionalizar o “choque-cultural” e adotar mecanismos de “proteção do índio” que favorecem os brancos.

O discurso de “extinção do índio” preconizava que os povos originários estavam fadados à extinção pelos movimentos de colonização do Oeste do país em direção às fronteiras meridionais, pois estavam em “conflito” com os colonizadores. O discurso do colonizador defendia que a presença do “índio selvagem” impedia o progresso do país. Todavia, eram discursos do branco que prevaleciam. Conforme Orlandi (2018, p.73): “ Isto é: o branco é quem possui esse saber e esse discurso. É ele quem diz o que é conflito e como resolvê-lo”.

O discurso de “dividir o universo indígena” consiste em dividir o índio em “civilizado” e “selvagem”, que incide sobre o índio novamente um olhar do branco para o índio. O índio “civilizado” era o ideal do colonizador e muito provavelmente seriam aqueles que teriam passado pelos processos religiosos (catequese) e etnográficos (indigenismo).

Tanto no período da república como em outros espaços/tempos históricos os sentidos do discurso do branco (burguês, colonizador, europeu, comerciantes, etc.), a própria instalação da república e sua sustentação perante à Portugal dependeu das “questões do branco”. O discurso republicano era atravessado pelo discurso indígena. Assim como o discurso de mercado entre outros. Orlandi (2018, p. 69) sobre a questão do apagamento do índio diz que:

Assim é porque o apagamento é do domínio da ideologia. Não está marcado em lugar nenhum como tal. Funciona através dos silêncios, de práticas que o atestam, mas que não se expõem como tal. Daí sua eficácia. É claro que esse silêncio, uma vez estabelecido, volta sobre o mundo como toda a sua violência. Dessa forma do apagamento ideológico se passa para o extermínio que tem por sua vez, formas mais ou menos diretas de violência: desde o assassinato puro e simples até a exclusão do índio da discussão de problemas que o afetam diretamente.

Uma das formas que perdura até os dias atuais, é a exclusão dos grupos interessados das discussões que o afetam, que ressoam na sua existência. A questão da tese jurídica do Marco Temporal com certeza é uma delas, uma lei que se aprovada, ameaça todas as comunidades de povos originários e abre precedente para outros crimes contra comunidades ancestrais e primitivas. Hoje, os discursos de sustentabilidade, preservação ambiental, energias renováveis, políticas de justiça social são atravessados pela agricultura familiar, cultivo agroflorestal e defesa dos direitos dos povos originários, comunidades quilombolas, ribeirinhas e outras.

Sustentamos que as discussões de/sobre os povos originários sempre se deram de forma institucionalizada<sup>67</sup>, mediada e apagada. Ou seja, nunca foi tratada como uma questão de iguais, e sim como uma questão de poder. No qual, “brancos” e governo marcaram sua posição discursiva com a determinação dos discursos, sentidos e existência ( existência que exige resistência).

---

<sup>67</sup> Orlandi (2018) afirma que tal processo discursivo teve início na República com a instalação do Serviço de Proteção do Índio (SPI), criado 7 de setembro de 1910, que por sua vez, está na origem da Fundação Nacional do Índio (Funai)”. Destacamos que a Constituição de 1988, em seus artigos 215 e 216, destacam a preservação da cultura indígena como base para a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Lembramos que as Convenções e cartas discutiram a preservação patrimonial dos bens culturais, citamos a Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Organização das Nações Unidas. Todas essas políticas, apesar dos seus percalços e de se situar como “questões de branco”, impediram maiores retrocessos na defesa da existência dos povos originários. Porém, essas questões estão ameaçadas, apesar de não se tratar da mesma esfera, com a possibilidade da aprovação do Marco Temporal, questão jurídica que prejudica, de forma imparável e sem precedentes, a luta pela preservação do direito ao território, terras e cultura.

Sendo assim o Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural apresentam uma estreita relação com os sujeitos e o processo identitário. Os sentidos dos objetos não estão sustentados em si só, mas na relação que estabelecem com o sujeito (s), nas práticas sociais que o fazem significar e ressignificá-los e ecoando na existência do desses sujeitos (s).

A cidade abriga o Quilombo Tapera, localizado na localidade da Tapera. O quilombo foi registrado no Diário Oficial da União, através PORTARIA Nº 71, DE 8 DE ABRIL DE 2019. O processo de autodeclaração (01420.011207/2013-54) foi encaminhado à Fundação Cultural Palmares em 2013, sendo aprovado em 2019. A comunidade conta com cerca de 80 pessoas e 47 famílias.

Os quilombos são espaços rurais onde pessoas negras descendentes de escravizados se organizam socialmente, vivem e trabalham e preservam suas tradições. Os primeiros quilombos foram redutos de escravos fugitivos e libertos que se organizaram para se esconder de seus antigos donos e sobreviver fora das fazendas. Na contemporaneidade, os quilombos, também, são considerados espaços de resistência, de preservação da cultura negra e da educação.

De acordo com a página da Secretaria da Assistência Social, Mulher e Família, setor de Direitos Humanos, Gerência de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes – GEIRI, que várias conquistas significativas foram alcançadas ao longo do tempo, principalmente, como o reconhecimento das manifestações culturais e o direito à terra para os comunidades remanescentes e aprovação da Lei que trata do crime de racismo. A inclusão da história e da cultura negra no currículo escolar do ensino básico forma uma das ações afirmativas para fortalecer a população negra e oferecer alicerce para combate às desigualdades sociais existentes.

Borba (2014) aponta em sua pesquisa sobre vestígios da escravidão em São Francisco do Sul que a posse escrava estava distribuída em diferentes freguesias (que naquele tempo pertenciam a São Francisco do Sul). Com o tempo o território diminuiu e conseqüentemente o número de escravos. A em Santa Catarina, no geral, não tinha a tradição agroexportadora, como outras regiões do país (citamos aqui estados produtores de cana de açúcar, mais tarde café e cacau), os escravos serviam predominantemente para as atividades agrícolas, domésticas e urbanas.

O sujeito (s) o sujeito-quilombola sofreram um apagamento da sua narratividade, da sua história e cultura. Em uma formação social que privilegia as narratividades sobre o progresso, seja eles qualquer tempo/espaço, no “descobrimento”, na “colonização” ou no “desenvolvimento”, do sujeito (s) burguês, brancos e homens.

Em *Terra à vista: Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*, Eni Orlandi (2008, p. 55), comenta que o objetivo do trabalho não é falar sobre a “constituição da identidade” do povo brasileiro, mas sim discutir o imaginário que se constrói para significar o sujeito-brasileiro. Ela sinaliza que o sentido que se fixa nesta linha temporal de significação, é o sentido de colonização. E complementa: “O efeito ideológico-colonialista- não nasce do nada. Sua materialidade específica é o discurso”. Ou seja, o poder (político e financeiro) dos colonizadores constitui o silêncio dos despossuídos.

Assim, informações sobre a conjuntura do Brasil, de Santa Catarina e São Francisco do Sul nos permite compreender a constituição das formações discursivas, logo das formações ideológicas que constitui a formação social francisque. Na AD o discurso e os sentidos são atravessados pelos discursos do tempo/espaço, são constituídos de memória e ideologia, resultado das práticas sociais do sujeito (s), do atravessamento político e cultural.

Entre o sujeito (s) francisquenses encontramos ainda o sujeito-caiçara, um sujeito de entremeio, que está entre sujeito-francisque e o sujeito-cidadão. O sujeito caiçara resulta da missegrinação, do branco, do negro e do indígena. Porém, são marcantes na sua cultura a relação que estabelecem com a natureza, herança da cultura indígena.

No imaginário, o francisque ocupa o lugar de pescador, coletor, trabalhador local e morador ribeirinho. O desaparecimento de comunidades caiçaras se dá a diversos fatores, entre eles, o aumento das atividades portuárias, pesca em grande escala, urbanização e falta de condições de sobrevivência. De acordo com Paes (2011):

A herança mais significativa que a cultura caiçara carrega é sem dúvida nenhuma originária da cultura indígena. E a relação caiçara-natureza está enraizada, encrustada na memória e nas ações de muitos pescadores, homens e mulheres que navegam por rios e mares, que ainda andam pela mata e plantam o seu roçado (p.26)

O fato de o sujeito-caiçara ter esse contato mais direto com a natureza e depender dela para seu sustento, de estar imerso na rotina de trabalho, suscetível a intempéries do tempo, causam efeitos de isolamento. De acordo com a coluna *Mar sem fim*<sup>68</sup>, assinada por João Lara Mesquita, “A característica mais marcante da ocupação dos caiçaras/nativos, descendentes desta primeira leva que chegou ao País, é a ausência de modificação da paisagem, ao mesmo tempo em que mantiveram íntegros os ecossistemas”.

---

<sup>68</sup> Caiçaras, nativos e a ocupação do litoral brasileiro, do autor João Lara Mesquita, publicada em 21 de agosto de 2023. Disponível em: [Caiçaras, nativos, e a ocupação do litoral brasileiro - Mar Sem Fim](#). Acesso em: 28 out. 2024.

Outro imaginário que circula sobre o sujeito- caiçara é o do sujeito despreocupado, que leva a vida com mais leveza e tem outro ritmo de trabalho, diferente do branco colonizador. Esta perspectiva parte dos efeitos de sentido que se tem sobre o trabalho, que seguem os padrões industriais e a lógica capitalista. Silva e Rasia (2021) tecem um estudo sobre discursos do sujeito-caiçara no mundo do trabalho e na escola e discutem como os discursos produzem efeitos de colagem, se acumulam e produzem efeitos antagônicos sobre este sujeito. As autoras apontam:

Inquieta-nos, também, o entrelugar em que os pescadores caiçaras são colocados, para não dizer não lugar: não afeitos às injunções do capitalismo desenfreado, cuja lógica é o lucro a qualquer custo, também não encontram acolhida na escola. Esta, além de desconsiderar sua realidade, ainda os estigmatiza já na base do registro linguístico, conforme mostramos. O modo de falar é mote para mais uma forma de segregação, esta, corroborada pela escola. E com isso a desqualificação vai agregando traços, produzindo acumulações e cristalizando os sentidos sobre o que é ser caiçara na própria comunidade desses sujeitos. Nativos que são, parecem estranhos. (Silva e Rasia, 2021, p.581)

O efeito de antagonismo que observamos em São Francisco do Sul se refere aos discursos *de/sobre* preservar o patrimônio *histórico* e o *meio ambiente* e os discursos *de/sobre* o “desenvolvimento” socioeconômico (e seus desdobramentos). Nestes últimos anos novas empresas se instalaram em na cidade e outras ampliaram consideravelmente suas plantas, como por exemplo: foi inaugurado em junho de 2024 o Terminal Gás Sul (TGS), na Praia do Capri, que armazenará e distribuirá gás natural liquefeito (GNL); inauguração do novo terminal de atracação do Terminal Portuário Santa Catarina (TESC), em 25/05/23, que fará o escoamento de milho e soja à granel; a ArcelorMittal Vega que em 2021 iniciou uma obra para ampliação da planta, com nova linha de galvanização e recozimento contínuo que aumentará seu portfólio de produto e está em fase final. Com o “desenvolvimento” do setor industrial e portuário, houve a instalação de outras empresas secundárias (de armazenamento, logística, etc.) e prestadores de serviço (empresas ou autônomos) fazendo ver a funcionamento da tensão entre o discurso de preservação histórica e ambiental e o discurso de “desenvolvimento”.

A confluência do sujeito (s) e dos objetos marcam a historicidade dos discursos *de/sobre* o Espaço Urbano e do Patrimônio Cultural, ressoam as tensões que o sistema capitalista causa, recobre e silencia.

Os sambaquieiros, carijós, indígenas, escravos e quilombolas são povos que fazem parte da constituição da formação social do sujeito-francisqueense, da constituição do povo brasileiro. Os sambaquieiros como uma constituição pré-histórica de povos que aqui habitavam, sua história serve de registro para delimitar nossas origens e nossa memória. Os carijós como

representação dos povos originários e seu apagamento, que nos possibilita a discutir sobre os efeitos de sentido que o discurso do europeu transferiu *de/sobre* o “descobrimento” e sobre a constituição de nossa identidade social.

Os povos originários, representados pela Guarani Mbya, são sinônimo de resistência em meio a um sistema capitalista que apaga e extermina outras formas de existências, que não partilhem da mesma visão individualista e consumista que a do sistema.

O reconhecimento da comunidade quilombola da Tapera marca uma resistência, pois desde a escravidão os povos negros escravos (quilombolas ou não) e seus descendentes lutam pela legitimação de seus direitos, pelo seu espaço e pela sua cultura.

O importante dessa discussão é perceber e apontar as dissonâncias nos/dos discursos da *ordem* e *organização*, que as vozes silenciadas atravessam o Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural e excedem o discurso de “desenvolvimento”.

#### 4.5 ESPAÇOS URBANOS E DISCURSOS: MUSEU NACIONAL DO MAR, MUSEU MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ SCHMIDT E MUSEU DIOCESANO DE ARTE SACRA PADRE ANTÔNIO NÓBREGA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Nesta seção, vamos explorar Espaços Urbanos, principalmente os Museus, analisando seus discursos, efeitos de sentidos e tensões que ressoam. Os Museus são lugares de memória (Venturini, 2009[2024]), em nosso grupo de pesquisa ocupam papel de destaque pelas pesquisas de nossa coordenadora e dos demais colegas. Os Museus narram a história através de tomadas de posição, significam e ressignificam a história e a cultura. Do mesmo modo que nos Museus, o Patrimônio Cultural significa e ressignifica os sentidos do Espaço Urbano, por via das práticas sociais na formação social.

Apresentamos, nesta seção, alguns museus de São Francisco do Sul, um recorte dos museus institucionalizados presentes na cidade, são eles: Museu Nacional do Mar, Museu Municipal Prefeito José Schmidt e Museu Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega<sup>69</sup> São Francisco do Sul.

---

<sup>69</sup> Site Mapa da Cultura. O Mapa da Cultura é um espaço para integrar e dar visibilidade a projetos, artistas, espaços, eventos culturais e seus produtores. Ele é a principal base de informações e indicadores do Ministério da Cultura, agregando cadastros de diferentes programas e ações.

A instalação agrega os dados do **Museus BR**, **Mapa das Bibliotecas** e **Rede Cultura Viva**, que possuem plataformas próprias, mas que tem as informações integradas pelo **Mapa da Cultura**. A plataforma foi desenvolvida pelo Instituto TIM em parceria com o Ministério da Cultura e a partir de outubro de 2015 foi adotado pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Disponível em: [Mapa da Cultura - Museu](#)

Vamos observar a discursividade dos museus selecionados e seus efeitos de sentido, suas aderências ou não as “memórias do descobrimento” e de que forma esses discursos atravessam a constituição de sentidos do Patrimônio Cultural em São Francisco do Sul.

Segundo Venturini (2009[2024,p.110]), no discurso, os efeitos de evidência materializam-se pelo funcionamento do interdiscurso como memória do dizer, que sinaliza como se dá o processo de interpelação/assujeitamento e de identificação dos sujeitos nas práticas discursivas de rememoração/comemoração.

## O Museu Nacional do Mar

O Museu Nacional do Mar <sup>70</sup> é o maior museu de São Francisco do Sul, atualmente encontra-se fechado para reforma devido a problemas referentes à estrutura predial. O museu foi aberto para visitação em 1993 e conta com o maior acervo naval do estado e um dos maiores do país e o mais importante no g nero na América Latina. De acordo com o site da Funda o Catarinense de Cultura (2024):

A ideia de se criar um museu no local surgiu na década de 1980, durante os estudos para o tombamento do centro histórico de São Francisco do Sul. O espaço não poderia ser mais oportuno: ainda hoje   possível visualizar os trilhos para vagonetes que ligavam os amplos galpões aos trapiches, nos quais atracavam os navios da empresa de navega o que faziam o transporte de erva-mate, sal e outros produtos. Além disso, a constru o está em sintonia com a Baía da Babitonga, paisagem que   possível vislumbrar logo na entrada do museu e durante boa parte do percurso da exposi o.

Localizado no Centro Histórico, nos prédios da antiga companhia Hoepcke, possui uma arquitetura imponente que data do início do século XX. O acervo do museu cont m cerca de 70 embarca es - jangada, saveiro, c ter, bote, baleeira e outras. Além dessas peças, há modelos em escala de barcos, instrumentos e equipamentos de pesca e navega o, dioramas em

---

Diocesano de Arte Sacra Padre Antônio Nóbrega de São Francisco do Sul - Mapa da Cultura. Acesso em: 21 mar. 2024.

<sup>70</sup> Informa es sobre o Museu Nacional do Mar, podem ser encontradas na página da Funda o Catarinense de Cultura, acesso disponível em: FCC - Funda o Catarinense de Cultura - Museu do Mar, 29/01/24. Através da página do Visite São Chico encontramos uma aba que possibilita um tour virtual por parte do acervo do Museu Nacional do Mar. Tour Virtual do Museu Nacional do Mar | Visite São Francisco do Sul (visitesaofranciscodosul.com.br). No site da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul encontramos outras informa es sobre o Museu Nacional do Mar: Museu Nacional do Mar | Prefeitura de São Francisco do Sul (saofranciscodosul.sc.gov.br).

Reportagens sobre o assunto: Museu do Mar, em São Francisco do Sul, anuncia passeio virtual pelo acervo histórico (nsctotal.com.br). Bom Dia Santa Catarina | Reforma no Museu Nacional do Mar, em São Francisco do Sul, não atrai empresas interessadas | Globoplay

tamanho natural representando cenas da vida no mar, painéis explicativos, fotografias, pinturas e desenhos (IPHAN/Monumenta, 2008<sup>71</sup>).

Através do Programa Monumenta o museu e o Centro Histórico (da extensão do Museu Nacional do Mar ao Museu Municipal) foram revitalizados, foram construídas a orla da Babitonga (rua Babitonga), ruas foram calçadas, construído um novo trapiche, reformado o Mercado Público e a Igreja Matriz.

Além de celebrar a tradição das atividades portuárias na cidade, o museu tem a principal característica de preservar os diferentes tipos de embarcações existentes no Brasil, com o estudo das embarcações resgata-se, também, a tradição das comunidades que deles se utilizavam.

Há cerca de 200 tipos de embarcações brasileiras, constituindo a maior variedade de barcos tradicionais, sendo patrimônio utilizado por populações costeiras e ribeirinhas, integrando um contexto de festas, tradições, conhecimentos e trabalho. Os barcos brasileiros, muitas vezes feitos de um único tronco de árvore, escavado com admirável precisão, sofreram influências indígenas, mediterrâneas, orientais, africanas, ibéricas e norte-europeias (IPHAN/Monumenta, 2008).

TEXTO-IMAGEM 21: Fachada de entrada do Museu Nacional do Mar

---

<sup>71</sup> **A obra Museu do Mar: São Francisco do Sul**, IPHAN/Monumenta, 2008, compõe a série Preservação e Desenvolvimento, que registra as experiências do programa Monumenta. Na qualidade de programa do Ministério da Cultura para a recuperação sustentável do patrimônio histórico brasileiro, o Monumenta se propõe a atacar as causas da degradação de sítios históricos e conjuntos urbanos tombados e a elevar a qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Assim, muitas das ações propostas no âmbito do Programa, com o apoio de estados e municípios, vêm permitindo a essas comunidades descobrir o patrimônio cultural como fonte de conhecimentos e de rentabilidade financeira, como meio, portanto, de inclusão social.

Esse novo conceito de preservação transformou alguns sítios beneficiados em pólos de atividades culturais, turísticas e de geração de empregos, garantindo ao mesmo tempo a conservação sustentada de nosso patrimônio e melhores condições de vida para quem trabalha ou vive ali (IPHAN/Monumenta, 2008).



Fonte: Podcast, Museus de Santa Catarina, fotos de Tatiana Martins<sup>72</sup>(2024)

O museu do mar recupera os sentidos das grandes navegações, como também narra a atividade dos pequenos barcos, da pesca, do transporte, do lazer e da produção das embarcações. Ele apresenta uma narrativa sobre o cotidiano dos pescadores, vinculando sujeitos, objeto e discursos. O sujeito pescador é retratado como sujeito simples, de vida sofrida, que tem relação afetiva com o mar, dele ele tira seu sustento e organiza sua vida.

Como salientamos, o Museu do Mar encontra-se fechado para manutenção e podemos apenas contar com o tour virtual. O tour virtual faz parte do Projeto de Educação Patrimonial apresentado pela Terminal Santa Catarina (TESC) em contrapartida do licenciamento ambiental para ampliação do terminal da empresa. No tour podemos fazer um passeio virtual pelo acervo, ter acesso a informações adicionais, fotos e áudios explicativos.

O tour está dividido em duas grandes partes, buscando alcançar toda a extensão do museu (tanto física como de sentidos). Os destaques do tour para o prédio 1 são: Praça Manoel Cominesi, festas populares, culinária, embarcações históricas, maquetes, artesanato,

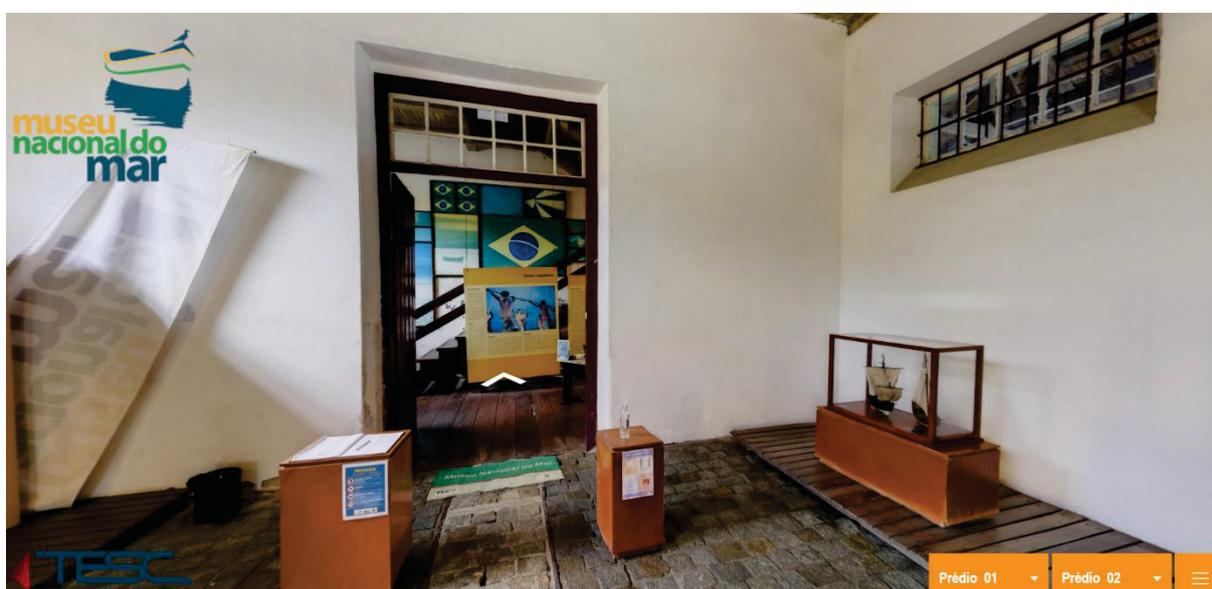
---

<sup>72</sup> Podcast Museus de Santa Catarina, Episódio 06- Museu Nacional do Mar. Disponível em: [06 Museu Nacional do Mar - Podcast Museus de Santa Catarina \(podcastmuseussc.com.br\)](https://podcastmuseussc.com.br). Acesso em: 06 mar. 2024.

modelismo, sala das canoas, pesca lagunar, sala dos botes entre outros. Entre os destaques do prédio 2 constam: sala das baleeiras, construção das baleeiras, sala das jangadas, sala Amyr Klink, salas Maranhão, salas Bacia Amazônica, Porto de São Francisco, salas Rio São Francisco, sala Petróleo Offshore, Pesca Artesanal, Pesca Industrial, sala amadrinhados, Estrelas e constelações, navegação de lazer, artigos náuticos, travessia Atlântico Solo e loja.

Nosso recorte é a seção das *embarcações históricas*, nele que se encontra a réplicas das navegações da época do “descobrimento”, entre elas a réplica da embarcação L’Espoir (A Esperança), Texto- Imagem 16, que teria conduzido o Capitão Binot Paulmier de Gonneville e sua tripulação até a costa francisquense. No texto-imagem 16, visualizamos a sala de *embarcações históricas*:

TEXTO-IMAGEM 22 - Sala das embarcações históricas



Fonte: Arquivo da autora

Através do sistema do *tour virtual* é possível aproximar a imagem dos objetos, porém sem conseguir identificá-los e também com o auxílio do mouse ou cursor girar a imagem em 360° podendo observar a sala toda. O tour virtual não facilita a identificação das peças em específico, mas garante o entendimento do tema da sala.

A disposição da sala na entrada do museu garante a ancoragem da narratividade do museu, causando um efeito de introdução, fazendo funcionar através dos modelos de embarcações antigas, que poderiam retornar ao “descobrimento” das Américas, do Brasil e ao “descobrimento” de São Francisco do Sul e a partir dele sugerir uma *entrada* na “narratividade da navegação”. A sala ressoa efeitos de sentido que os modelos ali presentes foram precursores

da navegação mundial e serviram de modelo para as atividades de navegação no país. A narrativa do museu/da sala, apresentando um modelo da L'Espoir (A Esperança) e outras embarcações do período do “descobrimento” do Brasil reforça os sentidos de colonização, alinha-se ao discurso sobre o discurso de colonização que circula, significa e ressignifica o Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul.

Atentamos que o discurso de “descobrimento” retoma sentidos de aventura, descobertas, viagens fabulosas, povos místicos e encobre e silencia a dominação dos povos europeus na América Latina, a apropriação dos territórios e a dizimação dos povos originários.

Os discursos que se repetem e formam redes sobre o Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural, constituem-se de *evidências subjetivas e do sentido*. De acordo com Pêcheux (1975[2014a, p.139]), as *evidências* constituem o sujeito e também os sentidos, de modo que decorrem do jogo de efeitos ideológicos.

Venturini (2009[2024]) resgata o conceito de *fazer ver* de Certeau para tratar dos discursos que se repetem no tempo e espaço, as evidências. A autora pontua: “Esse procedimento é fundante do discurso *sobre*, especialmente quando a temática é rememoração/comemoração e quando o seu objeto é idealizado e, por isso conhecido e valorizado pelos sujeitos urbanos, que o definem, corroborando para a constituição do imaginário urbano (Venturini,2009[2024, p.179])

Os discursos *sobre* sustentam os discursos que circulam no Espaço Urbano e o imaginário que se faz dele. Assim, acreditamos que esse movimento aconteça em relação ao Patrimônio Cultural, já que não podemos analisá-los separadamente.

Desse modo, todo sujeito-visitante, turista ou cidadão é interpelado pelo discurso institucionalizado, discurso sobre a navegação, que funciona por redes de sentidos para o discurso de colonização. Ou seja, é convidado a comemorar/rememorar os fatos históricos do “descobrimento de São Francisco do Sul”. Os sentidos do “descobrimento francisquense” também funcionam como rede de sentidos, metáfora, do “descobrimento do Brasil”.

Tanto sujeito-visitante como sujeito-institucional não têm controle (esquecimentos nº 1 e 2) sobre os processos de identificação (ideológicos), pois eles se inserem em formações discursivas e seguem o protocolo social, acreditando ser sujeitos do seu dizer. O sujeito-institucional ignora as memórias do seu dizer (esquecimento nº 1), assumindo a postura de dono dizer (o primeiro a enunciar sobre “navegação e “descobrimento”” e ignora os sentidos ideológicos do seu dizer (esquecimento nº 1) significando/ressignificando os conhecimentos sobre “descobrimento”.

O sujeito-institucional através do esquecimento número 2, o esquecimento que acontece no eixo da formulação, na enunciação. Esquece que não é o dono do seu dizer, que seu discurso se ampara em outros discursos, de outros tempos e espaços. O sujeito-institucional do Museu Nacional do Mar esquece que o discurso sobre embarcações antigas repete os discursos das grandes navegações, que reforçam os discursos de colonização.

O sujeito-institucional através do esquecimento número 1, o esquecimento que acontece no eixo do interdiscurso, esquece das ressonâncias ideológicas do discurso. O sujeito-institucional, que representa o Museu Nacional do Mar, esquece que o discurso sobre embarcações antigas repete e reforça a ideologia da colonização, da dominação europeia perante aos colonizados.

Através do esquecimento número 1 as posições-sujeito (pontos A e B) esquecem que não são a origem do seu dizer e o lançam como se ‘fossem’ verdade (evidências) e buscam no outro a ressonância. Partindo do pressuposto que o sujeito-institucional seja o enunciador, o outro pode ser o sujeito-turista, sujeito-visitante, sujeito-cidadão, sujeito-pesquisar, sujeito-técnico, etc.

Lefebvre (2019, p.37) ao dizer contra o *monumento* pontua que “[...] O monumento é essencialmente repressivo. Ele é a sede de uma instituição (a Igreja, o Estado, a Universidade). A despeito de organizar em torno de si um espaço, ele o faz para colonizá-lo e oprimi-lo [...]”.

No caso do Museu Nacional do Mar, mesmo considerando vários aspectos antropológicos e sociais, sua narratividade privilegia a evolução de uma atividade comercial, que apesar de antes de tudo ser uma atividade humana de subsistência (alimentação e relações sociais). Ele “institucionaliza” o mar, o mar fala através/apesar dele e quais vozes são apagadas e silenciadas neste processo?

O museu ocupa um lugar privilegiado no contexto do conjunto arquitetônico do Centro Histórico, ocupa a instalação de uma antiga companhia portuária, com o antigo trapiche (utilizado para as atividades portuárias) e faz vizinhança com o complexo portuário atual (porto público e complexo portuário empresarial), sua organização apresenta um efeito de consonância com as atividades portuárias e atravessa o tecido urbano ressoando a ideologia burguesa.

Os sujeitos e as formações discursivas que representam os grupos minoritários não têm voz e vez no contexto do “patrimônio burguês” e elitizado. Na escrita “oficial” e institucionalizada da história os povos primitivos, originários e ou os sujeitos despossuídos (sujeitos caiçaras) tendem a ser silenciados e apagados.

Por exemplo, ao privatizar espaços ou permitir concessões de uso de espaços públicos, acentua-se o efeito de elitização, pois o Estado perde o poder de regulação, não tendo gerência

sobre o modelo de gestão, do acervo, das exposições e das narratividades que movimentam e circulam de/sobre o Patrimônio Cultural. O discurso passa a ser mais controlado, diminuindo a relação entre sujeitos e Patrimônio Cultural.

Certeau (2014) no capítulo VII, intitulado Caminha pela Cidade, da obra *Invenção do Cotidiano*, Artes de fazer, compara o ato de caminhar ao ato de enunciar e assim vai desenvolvendo algumas considerações e traçando algumas comparações para as práticas na cidade. Quando o pedestre (enunciador) caminha pela cidade ele realiza um recorte dela, o enunciador encontra um espaço significativo nela, ele encontra um modo de usar o sistema da cidade. Porém o autor alerta para o paradoxo do *fazer crer*, que segundo ele “dá lugar a um vazio”. Para tornar o espaço habitável, em uma tendência sintomática para totalizar e funcionalizar as camadas semânticas sobre a cidade.

A partir das colocações do autor inferimos que a homogeneização dos discursos e a tentativa de instaurar a mesma homogeneidade nos sentidos dos discursos *de/sobre* os Espaços Urbanos e o Patrimônio Cultural têm fins *tecnicistas e rentabilização financeira*. De Certeau, aponta ainda que uma forma de superar tal tendência seria estabelecer “práticas legendárias”, garantido a existência das “superstições”, ou seja, práticas significantes de contar histórias sobre a cidade. Certeau (2014, p.176):

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobradas mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo.

Os discursos institucionalizados *de/sobre* os Patrimônios Culturais tendem a homogeneizar os sentidos sobre o objeto, dificultam a movimentação de sentidos e distanciam os sujeitos que não estão autorizados a discutir tal temática.

O Museu Nacional do Mar e sua narratividade recobrem os três períodos históricos, quais sejam, do “descobrimento”, da “colonização” e do “desenvolvimento”. O período do “descobrimento” aborda as narratividades das navegações, como por exemplo a sala de entrada, discutida anteriormente, chamada de “embarcações históricas”, que ressoa sentidos de entrada (na temática do “mar”) e de colocar a empreitada das navegações europeias como modelo e pioneiras nas atividades marítimas, atividades de exploração e comércio.

O período da “colonização” recobre os períodos, fatos históricos e práticas sociais marcados pela colonização e tentativas dela. As tentativas, por exemplo, seriam marcadas pelas investidas da coroa espanhola em colonizar o território francisquense (presença de Fernando Trejo y Sanabria). A “colonização” se deu com a chegada dos portugueses, primeiramente, por

Gabriel de Lara, fundador da vila de São Francisco e mais tarde com a chegada Manoel Lourenço de Andrade, responsável pelo povoamento da vila, ambos provenientes da capitania de São Paulo, especificamente a porção sul. A legalização da posse da terra do sul do país, através das capitanias e das permissões de seus donatários, tem como efeito de sentidos de legitimação, expansão dos territórios do domínio lusitano. Juntando a esses sentidos a investidas na captura e escravização dos povos originários, a tomada de metais preciosos e outros bens e também a expansão das rotas rumo ao Rio do Prata e outros territórios além da costa brasileira.

O Museu Nacional do Mar se traduz na própria metáfora do mar, sendo uma leitura ressignificada dos sentidos do mar. Através da sua narratividade temos os efeitos de sentido de movimento, da chegada e da partida de pessoas, da capitalização/monetização das atividades relativas ao mar, do enfraquecimento das atividades de subsistência (pesca artesanal), do lazer (ligado ao mar), pela institucionalização, museificação e privatização de espaços urbanos (acesso ao mar para implantação de novos portos marítimos), etc.

### **Museu Municipal Prefeito José Schmidt**

O prédio do Museu Municipal Prefeito José Schimidt faz parte do Conjunto Urbano e Paisagístico (Centro Histórico), antes do prédio abrigar o Museu Municipal serviu de câmara e cadeia municipal. Foi também conhecido como Palácio Praia do Mota, pois localiza-se próxima à margem da Babitonga, chamada de Praia do Mota.

O prédio foi construído no final do século XIX e serviu como câmara de vereadores até 1968 e depois como cadeia que abrigou presos políticos da Guerra do Contestado. As celas, ainda conservadas, servem como salas temáticas. No espaço externo conserva-se a cela, que servia de “solitária” e objetos antigos como bica de água, moedor de cana de açúcar e carro fúnebre.



Fonte: Casa de Doda (2024)

A administração do museu é de responsabilidade do município, sob a coordenação da Fundação Cultural Ilha de São Francisco, assim como outros equipamentos culturais do município como: Casa da Cultura, Cine Teatro X Novembro, Biblioteca Municipal Augusto José Ribeiro, Casa da Praia e Casa do Artesão.

O acervo concentra-se em objetos antigos do século XX, objetos de personalidades locais e outras peças que se referem à história da cidade. O museu se divide em: Hall de entrada, sótão, corredor inicial, ala da direita e suas salas, ala da esquerda e suas salas, solitária, corredor principal (externo e no entremeio das duas alas) e anexo. No hall de entrada encontramos uma sala grande, quadros explicativos falando da origem do Museu, alguns móveis antigos, alguns artigos que pertenciam a antiga cadeia, um quadro pintado a óleo da Baía da Babitonga, alguns banners sobre a história da cidade, espaço de recepção (cobrança de ingressos e sala administrativa). O corredor inicial que atravessa o espaço na horizontal, apresenta uma desenho, em forma de esboço, do Centro Histórico e a esquerda alguns artigos que se referem a companhia Hoepcke<sup>73</sup>. O corredor direito conta com três salas, dedicadas a artigos de navegação e da Marinha, a cultura francisquense, a vinda de Getúlio Vargas, a Júlia Costa, as agremiações esportivas, escolas e outros. No corredor à esquerda, encontramos salas dedicadas às atividades da Companhia Hoepcke e seu fundador, as agremiações dos estivadores, à

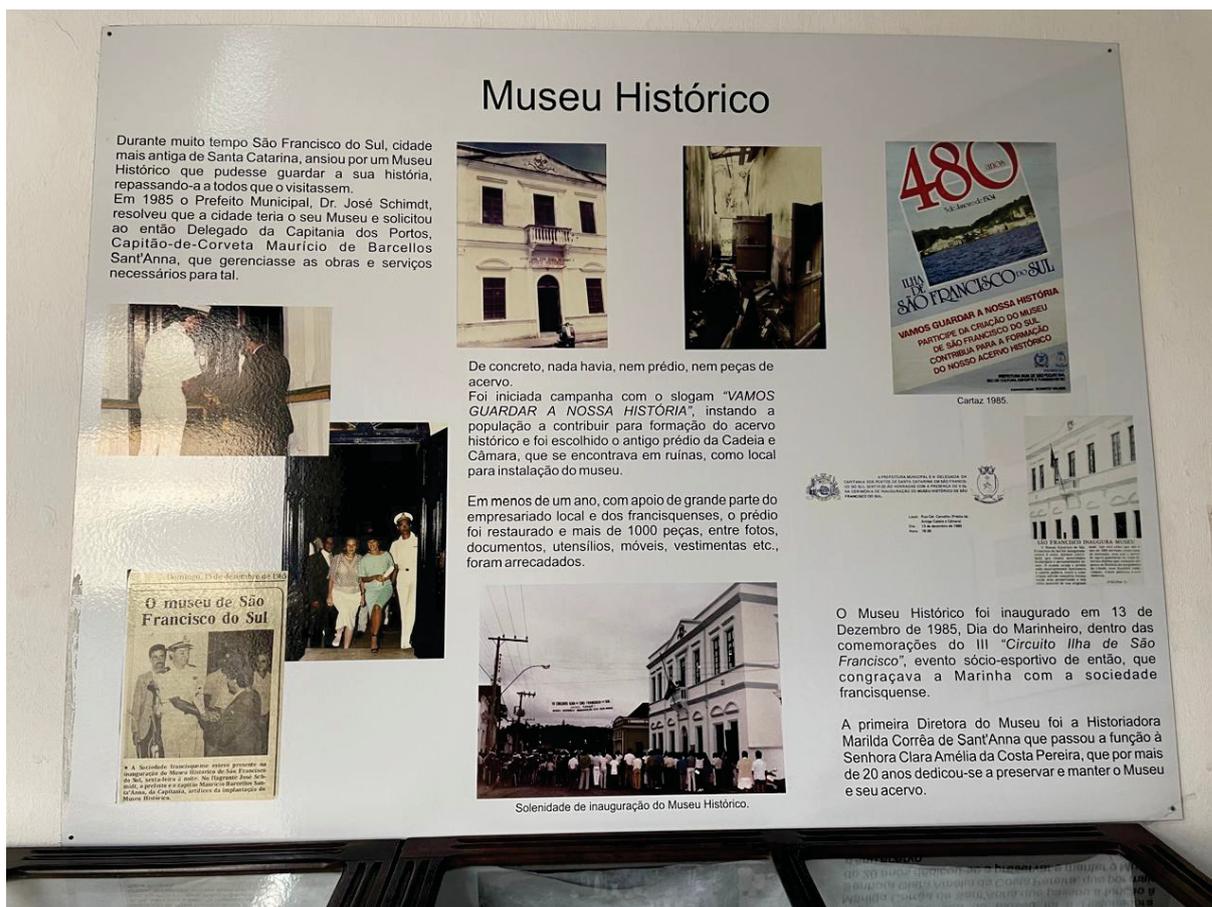
<sup>73</sup> Algumas reportagens sobre Carl Hoepcke: [Conheça Carl Hoepcke, o estruturador da economia de SC \(ndmais.com.br\)](https://ndmais.com.br) e [Arquitetura histórica e acervo do Instituto Carl Hoepcke \(youtube.com\)](https://www.youtube.com)

empresários e figuras ilustres da cidade, como Luiz Gualberto, Carlos da Costa Pereira, Faber Marcos Jonhson Görresen, Arnaldo S. Tiago. A solitária encontra-se na parte externa do prédio. A parte anexa, construção mais nova, conta com sala de reuniões, sala administrativa e sala de exposição aberta, na qual se encontra carro fúnebre e equipamentos agrícolas antigos. O sótão está fechado para visitação e concentra a reserva técnica do Museu. O corredor externo de pedras, entre as duas alas, areja o espaço interno e dá acesso a parte anexa.

Nosso recorte, porém, se estende às marcas discursivas (objetos e outros) que encaminham para o “descobrimento” de São Francisco do Sul, já que este foi um dos discursos emergentes no arquivo de pesquisa e que atravessa nosso objeto.

O Museu Municipal e sua narratividade trazem aspectos dos três períodos históricos que nos referimos ao longo da pesquisa: “descobrimento”, “colonização” e “desenvolvimento” representa através de seu acervo e compõe uma rede de sentidos que apresenta cidade e o Espaço Urbano como um simulacro das práticas sociais e políticas dos sujeitos e da própria relação constitutiva com este espaço ao passar do tempo, pois a relação do espaço urbano com o mar determina as práticas sociais e as relações políticas entre sujeitos. Conforme verificamos no Texto-imagem 9.

TEXTO-IMAGEM 24- Quadro explicando a fundação do Museu Municipal



Fonte: Arquivo da autora (2024)

O Texto-imagem 24 traz um quadro informativo que se encontra no hall de entrada que descreve a criação do Museu Municipal, apresenta fotos e recortes que remontam à inauguração do espaço.

Ficamos atentos ao slogan do museu "Vamos guardar a nossa história" que vamos recortar como Sequência Discursiva para discutir os sentidos e tensões do Museu Municipal, a partir da noção de discurso de/sobre e memória de Venturini (2009[2024]). Vamos a SD:

**SD58:** Vamos guardar a nossa história

O objetivo desta seção se delimita em explorar os Espaços Urbanos, principalmente os Museus, analisando seus discursos, efeitos de sentidos e tensões, discutindo como esses espaços aderem ou não a memórias do "descobrimento", e principalmente, como se dá a relação entre sujeito (s) e objeto.

Como já percebemos o museu como um espaço de memória, no qual circulam discursos sobre a cidade, que a atualizam, ressignificando seus sentidos, também se institui

como um espaço de institucionalização e legitimação dos saberes a partir de discursos de/sobre o Espaço Urbano (sobre a cidade, personagens e outras narratividades).

Quando abordamos a SD58 *Vamos guardar a nossa história* nos deparamos como o verbo *guardar* e o complemento *nossa história*. Ambos remetem a um efeito de sentido de *guardar*, de algo que deve ser preservado para ser lembrado como história e memória. No entanto, na perspectiva discursiva de museus, preconizada por Venturi (2009 e 2014), os museus apresentam uma versão da história, e as instituições regulam o movimento da memória histórica.

Desta forma, o discurso dos museus pressupõe o equívoco, encontra-se entre tudo que podem dizer e nas lacunas da significação. O Museu Municipal traz a narrativa da história de São Francisco contada a partir das personalidades da cidade, das suas atividades econômicas, daquilo que escolheu discursivizar (através dos esquecimentos 1 e 2). Escolhas essas que denotam efeitos de sentido de priorizar personagens ilustres, em os mais variados segmentos e dar ênfase às atividades econômicas. Preconiza-se também o discurso militar, acreditamos que por se tratar de um prédio que abrigava a Cadeia Municipal, destaca-se uniformes, utensílios e outros objetos que remetem ao discurso militar (ou da Marinha).

Através da avaliação do esquecimento número 1, da ordem da ideologia, a narrativa do museu movimenta sentidos de apagamento, de exclusão. Pois, enfatiza a narrativa do “descobrimento” que sustenta a invasão e a exploração dos territórios ameríndios, das suas riquezas e de seu povo. Ainda, movimenta os sentidos de exploração das atividades portuárias baseadas na burguesia emergente no período de “colonização” e “desenvolvimento”. Finalmente, movimenta sentidos de elitismo e apagamento, por priorizar a narrativa de personagens ilustres, na maioria, homens, brancos e ricos.

### **Museu Diocesano de Artes Sacra Padre Antônio Nóbrega de São Francisco do Sul**

O Museu de Artes Sacra se localiza em anexo à Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças, lado direito, na Praça Central, o local e a porta de entrada são identificados com placas informativas. O horário de funcionamento é amplo, não funciona nas segundas-feiras.



Fonte: Arquivo da autora

Inaugurado em 2013, sua criação (restauração do prédio e acervo) fez parte do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, que viabilizou obras de preservação e restauração no Centro Histórico, que o Museu segue a linha temática religiosa, com obras e objetos que remetem à fé católica. De acordo com a descrição da página da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul<sup>74</sup>:

O Museu é destinado à exposição de artes, vestimentas, imagens e símbolos da Igreja Católica na Cidade, que contam parte importante da nossa história. Temos as peças

<sup>74</sup> Página da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul. Museu de Artes Sacras completa 10 anos. Disponível em: [Museu de Artes Sacra completa 10 anos | Prefeitura de São Francisco do Sul](#) Acesso em: 03 nov. 2024.

de suma importância a religiosidade do município como o confessionário em madeira com mais de 300 anos, sendo um dos primeiros a chegar em nossa cidade. A imagem da Nossa Padroeira, tem mais de 520 anos, feita de um tronco de madeira cedro do Líbano, sendo a imagem mais antiga do Brasil, um dos itens mais valiosos é a imagem de Cristo em marfim, sendo que jamais saiu do nosso Museu. (Página da Prefeitura Municipal, 2024)

O acervo é dividido em duas salas, que remetem aos temas missa e procissão. Uma das salas se localiza no piso superior, lado direito, com relíquias, fotos, quadros, livros e objetos que faziam parte dos rituais litúrgicos. Nesta mesma sala, podemos encontrar um espaço em forma de recuo, onde podemos observar vestígios da antiga pintura das paredes da igreja. Encontramos também, uma cópia da obra *Primeira Missa no Brasil*,<sup>75</sup> de Victor Meirelles, obra pintada entre os anos 1859 e 1961.

Na outra sala, encontramos objetos utilizados nas procissões, imagens com vestimentas e perucas, estandartes e outros. Dentre os objetos do museu destaca-se, principalmente, a coroa da padroeira, Nossa Senhora da Graça e o solidéu que pertenceu ao Papa Pio, doado por ela para a Igreja Matriz.

Na passagem entre as salas, encontramos a cripta com os restos mortais do Padre Antônio Francisco Nóbrega, patrono do museu. Padre Antônio Francisco Nóbrega foi uma figura importante na comunidade local, atuou na paróquia entre os anos de 1862 e 1864, foi deslocado para Itajaí, retornando em 1967 atuando por mais de 52 anos na comunidade.

O museu como um espaço institucionalizado de memória apresenta uma versão da história, marcada politicamente e ideologicamente. A narratividade do museu faz pensar sobre a tradição católica e sua relação com os processos históricos e culturais do Espaço Urbano e do Patrimônio Cultural francisquense.

Ele traz aspectos importantes para os três períodos históricos que nos referimos ao longo da pesquisa: “descobrimento”, “colonização” e “desenvolvimento”. Os quais destacamos: a presença católica desde o “descobrimento”, a tradição católica na fundação da cidade e as manifestações religiosas na contemporaneidade.

No período do “descobrimento” a fé católica, representada pela figura do europeu, foi introduzida nas narrativas deste acontecimento. Os navegadores, assujeitados pela formação discursiva religiosa, repassaram suas crenças e visões de mundo (políticas e

---

<sup>75</sup> A obra *A Primeira Missa no Brasil*, foi inspirada na carta escrita por Pero Vaz de Caminha, ao rei de Portugal, descrevendo a viagem de Pedro Álvares de Cabral, o “descobrimento” do Brasil e a primeira missa realizada na “nova terra”. A tela tem a dimensão de 2,70 por 3,57 metros, sua grande dimensão é uma característica comum às obras históricas. A obra foi exposta no Salão Oficial de Paris em 1961. Ela é considerada a obra mais importante de Meirelles, reproduzida em livros didáticos e outros espaços. Freda Indursky, no texto *Memória na cena do discurso*, faz uma importante análise sobre o quadro de Victor Meirelles e o discurso de “descobrimento”.

ideológicas) através de seus discursos e práticas sociais. Lembrando que, nesta época, a Igreja Católica representava uma força presente nas diversas instâncias políticas e sociais e apoiava a expansão dos “domínios da fé” através da catequização dos povos originários nas novas terras.

Assim, parafraseando a narratividade do “descobrimento do Brasil”, em São Francisco do Sul foi erguida uma cruz e rezada uma missa em homenagem na despedida dos franceses, um símbolo do “descobrimento” da nova terra e da “convivência pacífica” entre europeus e o povo Carijó. Assim, a memória e o simbólico atravessam o discurso, instaurando o novo, significando e ressignificando a narratividade do “descobrimento”.

No período da “colonização” a Igreja Católica, representada desde a constituição da vila até a contemporaneidade, um espaço de religiosidade, representação social e política, cultural e outros. Na construção das vilas e povoados do período colonial a igreja era o um elemento arquitetônico importante, reunidos no centro das vilas encontravam-se os principais espaços políticos e sociais, a igreja católica representava simbolicamente a religião predominante na localidade. A religião trazida e cultuada pelos europeus predominava no modelo desta vila. Neste contexto, as práticas religiosas praticadas pelos indígenas e escravos (trazidos pelos senhores como força de trabalho para instalar uma nova vila) eram desconsideradas e proibidas.

No desenho do Centro Histórico de São Francisco a Igreja Nossa Senhora da Graça tem papel de destaque, ela é o cartão postal da cidade. Se observarmos, veremos que os principais espaços públicos se distribuem nas suas redondezas, circundando seu imponente prédio, ou seja, o funcionamento simbólico na *ordem* e da *organização* da cidade.

No período do “desenvolvimento” a Igreja Católica ainda representa um espaço da religiosidade católica, ponto de encontro para celebrar tradições e costumes, práticas sociais que atravessam o sujeito (s) no passar do tempo e espaço. Embora na contemporaneidade, acompanhamos o crescimento das igrejas evangélicas (as igrejas evangélicas podem ser divididas em quatro grupos: missionários, pentecostais, neopentecostais e as igrejas de classificação não determinada) número expressivo que chega a caracterizar a abertura de 17 novos templos diariamente em 2019- de acordo com Victor Araújo em entrevista ao Jornal da Universidade de São Paulo-USP- a Igreja Católica mantém seu posicionamento de tradição nos Espaços Urbanos.

A manutenção da tradição, que significa e ressignifica a Igreja Católica e suas práticas sociais, se dá pela manutenção da memória, do funcionamento do simbólico na formação social.

Um exemplo dessa significação/ressignificação são as festas comemorativas em nome dos santos da Igreja Católica. As Festas do Divino Espírito Santo em Florianópolis são um dos

exemplos de Patrimônio Imaterial de Santa Catarina, a festa “é considerada um dos eventos religiosos cristãos mais expressivos dentre inúmeros praticados no Estado. Tanto em razão da sua longevidade quanto da imensa devoção dos fiéis e da grande participação popular. As festas do Divino entrelaçam a fé à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade”.<sup>76</sup> Em São Francisco do Sul a festa tradicional acontece em homenagem a Nossa Senhora da Graça, a festa tradicional envolve os fiéis católicos em meses de atividade.

As memórias da Igreja Católica, cristaliza (através da religião) memórias de outros tempos e espaços e do silenciamentos de outras práticas religiosas, principalmente das práticas que representam resistências, por exemplo, as religiões de matriz africana. A igreja e seu prédio representam mais que um espaço religioso, significam e ressignificam a história, marcam as práticas discursivas do sujeito (s) e da formação social.

---

<sup>76</sup> De acordo com a Secom do **Governo do Estado de Santa Catarina**. Festa do Divino Espírito Santo de Florianópolis ganhará registro de Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina. Disponível em: [Festa do Divino Espírito Santo de Florianópolis ganhará registro de Patrimônio Cultural Imaterial de Santa Catarina - Agência de Notícias SECOM](#). Acesso em: 24 nov. 2024

## MAPAS DE NAVEGAÇÃO, BÚSSOLAS, FARÓIS: EFEITOS DE CONCLUSÃO - SINALIZANDO OS SENTIDOS

Essomericq não desapareceu, mas calou-se. Tendemos a crer que o mutismo do índio, nessa história, é o resultado e prova do etnocentrismo europeu. Essomericq ou qualquer outro índio colonizado quisessem declarar alguma coisa, deixar registrado seu depoimento, e que foi o etnocentrismo dos europeus que os impediu de falar? Essa idéia é etnocêntrica: ela vem do apego de nossa cultura à expressão individual e a seu registro na História. Para um índio, esse desejo ou direito à palavra individual, registrada para a posteridade, não tem qualquer sentido. Um índio não acha “interessante” experiências individuais; também não conhece uma história linear e progressiva, para a qual é importante a consignação de experiências particulares (p.165-166).

Neste ponto do texto da tese, retomamos a nossa questão de pesquisa: Como o discurso que circula sobre o Espaço Urbano de São Francisco do Sul constitui efeitos de legitimação da cidade, sustentando-a como Patrimônio Cultural do Brasil? A partir dela, assim como quem desenreda uma rede após um dia de pesca, separando e guardando todo o equipamento para a próxima saída ao mar, vamos dialogar sobre o movimento de análise desenvolvido na tese. Sentimos a satisfação pelo que foi realizado, considerando a longa jornada de pesquisa, mas também um certo desassossego ao perceber que o trabalho é, na verdade, um processo contínuo.

Com a escrita da tese podemos perceber que o discurso, o arquivo e a pesquisa partem da ordem da incompletude, de tomadas de posição e de leituras de mundo. Uma tese é uma construção, um desafio e tem um resultado provisório e aberto. Um mar que navegamos e descobrimos os efeitos das palavras e dos discursos, pois temos “um mar que fala e silencia” ao mesmo tempo. Orlandi (2007) pontua que o silêncio *atua na passagem (des-vão) entre pensamento-palavra-e-coisa*.

Nosso arquivo mostrou-se amplo, contudo a nossa questão de pesquisa nos auxiliou a manter a coerência e o nosso dispositivo de análise permitiu construir um caminho de observação que considerasse o processo discursivo, histórico e ideológico, do objeto de pesquisa. Entre as noções que abordamos, a noção de memória, de silêncio e de sujeito (s) foram as que mais nos mobilizaram.

No segundo capítulo, concluímos que a produção do conhecimento em relação ao Espaço Urbano e ao Patrimônio Cultural são indissociáveis, pois na AD os estudos do Patrimônio Cultural partem dos estudos do Espaço Urbano e dos Museus, além do que o estudo e pesquisa do Patrimônio Cultural está em uma linha muito tênue entre outras áreas, citamos a arquitetura e a história da arte. Neste capítulo vamos abordar a constituição do arquivo e do

dispositivo teórico, indicando quais as noções discursivas que serão abordadas, selecionamos algumas para nos acompanhar ao longo do trabalho, que para além das noções discursivas indicam uma forma de conceituar discursivamente o mundo, como por exemplo: teceduras e tessituras (Neckel, 2010); problematizar (Glozman; Grandona; Haidar, 2014); o funcionamento do movimento pendular (Petri, 2013); reprodução e transformação (Pêcheux, 1975[2014a]); comemorar e rememorar (Venturini, 2009[2024]).

O movimento de análise mostrou que há um discurso que se repete por meio da memória discursiva, permeando o Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural, que chamamos de discurso de/sobre o “descobrimento”. As narratividades relacionadas ao “descobrimento” circulam em espaços públicos, meios de comunicação, comércio e outros contextos. Essas narratividades permanecem relevantes na contemporaneidade, identificando-se com o sujeito-francisqueuse, pois evocam sentimentos de “superioridade” que fortalecem essa identificação. A repetitividade do discurso captura a atenção e agrega novos sujeitos ao desejo de pertencimento que ele suscita, um desejo que também se manifesta nos turistas, impulsionando o setor de turismo e comércio. No entanto, essa dinâmica frequentemente silencia questões relacionadas à luta de classes e a outras problemáticas sociais.

O estudo da *memória* aparece como tradição no nosso grupo de pesquisa, pois Venturini (2009[2024]) mobilizou tal noção em sua tese e continua trabalhando nas suas pesquisas sobre o Museu, assim como as noções de *comemorar* e *rememorar* as quais discutiu discursivamente.

A noção de silêncio aparece como noção basilar na AD, pois se temos discurso temos silêncio, ao anunciarmos nos posicionamos e escolhemos dizer A e não B, e ao dizer A silenciarmos B. O silêncio é inerente ao discurso. Então quando pensamos em um mar que fala, também pensamos em um mar que silencia. O mar permeia os sentidos do Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural, atravessa os significados do Conjunto Urbano e Paisagístico de São Francisco do Sul, interfere na forma como o sujeito (s) se relaciona e o institui como Patrimônio Nacional. Sobretudo o mar fala da constituição da cidade, em seus diferentes períodos espaço/tempo, “descobrimento”, “colonização” e “desenvolvimento”, fala das práticas sociais, das atividades socioeconômicas (“sempre tão primordiais”) e silencia práticas sociais (discursos, sentidos e cultura) dos sujeitos que ficam à margem dos “cases de sucesso”.

A noção de sujeito (s) atravessa a teoria discursiva, seja nas relações entre interlocutores, nas relações de poder, na identificação, nos apagamentos ou nas resistências. No nosso trabalho nos interessou mais observar a relação do sujeito (s) com o objeto do que recortar monumentos, lugares de memória, personalidades ou outros. A constituição do sujeito-francisqueuse é heterogênea e lacunar, compare-se à própria constituição do sujeito-brasileiro. Na ordem

política e ideológica apresenta a tensão entre o sujeito-franciscano e o sujeito de direito aos moldes do modelo capitalista.

As noções de *discurso autoritário, ordem e organização* a partir de Orlandi (1996; 1999) nos foram muito caras, a partir da textualidade das materialidades discursivas, entendemos o funcionamento dos discursos institucionais, os mecanismos de funcionamento que garantem efeitos de legitimidade, garantia da manutenção das instituições e da *reprodução/transformação* da produção de conhecimento (Pêcheux, 1975[2014a]).

No terceiro capítulo, entendemos que não poderíamos separar o estudo do Patrimônio Cultural, do Espaço Urbano por que identificamos tais objetos estão intrinsecamente constituídos, pois o estudo do Patrimônio Cultural na Idade Moderna parte da preocupação de preservar os edifícios e monumentos históricos. Na Análise do Discurso percebemos um movimento semelhante, pois o estudo do Espaço Urbano e dos Museus abre espaço para o estudo de outros artefatos, neste ponto considerando os trabalhos de Orlandi, Venturini e outros.

Para entender a designação Patrimônio Cultural do início da Idade Moderna até a contemporaneidade, selecionamos documentos que marcaram a história da humanidade em relação a esse tema. Os blocos iniciam com a Carta de Atenas de 1931 à Carta do Cidadão do Iphan, pontuando a flutuação de sentidos, o discurso autoritário desse tipo de documento, o impacto de conquistas sociais no sentido de democratização dos bens culturais, o delinear de outros conceitos a partir de já-ditos, a patrimonialização no Brasil, a vanguarda brasileira na delimitação dos bens imateriais e o conceito de documentos endereçados aos cidadãos. Este estudo trabalhoso, possibilitou compreender a trajetória do Patrimônio Cultural desde o pós-guerra, na reconstrução dos patrimônios culturais do país, da relação tênue entre patrimônio cultural e nacionalismo, da relação ambígua entre preservar bens que representam a classe burguesa e democratizar através do acesso a classe proletária. Ainda, o assujeitamento do sujeito-cidadão para as práticas patrimoniais aos moldes do sistema capitalista (individualistas, segregadas e coloniais).

A historicidade da Carta de Atenas demarca o início da produção de conhecimento a partir de Patrimônio Cultural, primeiro como emergência pós-guerra, reconstrução dos países e com o flerte com o sentimento nacionalista que não abandona os líderes modernos, claro que menos exagerados que os reis da antiguidade, os quais usurparam de seus derrotados tudo que se representa memória e poder. Com uma linguagem técnica e autoritária, comum a este tipo de documento, com efeitos de sentido de legitimidade, cientificidade e autoridade, a Carta segue sendo referência na contemporaneidade. Destaca-se seu efeito asséptico em relação a cidade e seus espaços. Embora mencione o bem-estar comum, nas condições de produção a qual estava

inserida representava os interesses da classe dominante. Da mesma forma que a legislação em geral, serve para garantir a segurança e bem-estar do cidadão brasileiro, seu sentido deriva para uma ilusão constitutiva própria do sistema capitalista, a qual se formulam leis para garantir a manutenção das desigualdades sociais, para a manutenção dos privilégios da classe burguesa. A Carta de Veneza avançou no sentido, claro, da ampliação do referencial para a designação do Patrimônio Cultural, mas por precisamente tratar de Patrimônio Cultural e suas questões.

As Convenções apresentam o mesmo efeito autoritário, embora suas metodologias se distingam por tratarem de assuntos específicos e terem abrangência mundial. Este efeito autoritário se dá pelo funcionamento dos termos técnicos, dos verbos deônticos e da classificação dos bens patrimoniais. A Convenção de 1972, como primeira convenção na temática do patrimônio, inaugurou um campo de estudos, instalou novas metodologias, principalmente, de salvaguarda e proteção do Patrimônio Cultural. A Convenção de 2023, novamente, instalou o novo com a discussão de um novo conceito, o conceito de Patrimônio Cultural Imaterial. Esta designação representa mais que conceitos técnicos, mas a interpretação das práticas sociais dos sujeitos podem identificar a si mesmos e sua formação social, legitimando-se através da cultura, deixando suas marcas no mundo através dos tempos.

Em 1937, no Brasil, com o Decreto Lei nº 25, antecipamos as preocupações mundiais (das Convenções e Cartas), com a formalização do desejo de preservação patrimonial. Este documento delimita conceitos, marca a trajetória dos órgãos de proteção e preservação e mantém sua importância na contemporaneidade. A Constituição de 1988, documento importante na história da democracia brasileira, reserva dois parágrafos para tratar do Patrimônio Cultural, um para tratar das especificidades e das garantias e outro para tratar da salvaguarda do Patrimônio Cultural.

A análise da Carta ao Cidadão do Iphan encerra os estudos do terceiro capítulo, através da análise entendemos que trabalha com o pré-construído e a memória do Patrimônio Cultural, com a construção referencial que se construiu no espaço e tempo e como um novo modelo de textualidade, uma carta que representa um acordo entre Iphan e usuários. A Carta produz efeito de sentido “empresarial”, semelhante a uma prestação de serviço de empresa. Constatamos que a Carta busca assujeitar o sujeito- usuário (leitor, cidadão, brasileiro, etc). Este modelo de assujeitamento lembra a lógica capitalista, na qual todos os bens e serviços podem ser capitalizados. Assim, o patrimônio cultural (e sua gestão) envolve-se na lógica produção/reprodução de conhecimentos capitalista.

No quarto capítulo, abordamos a constituição de São Francisco do Sul como Patrimônio Cultural e os elementos que sustentam e legitimam o título de Patrimônio Cultural e sua relação

com o sujeito (s). De acordo com a documentação analisada, em especial, os documentos que se referem ao tombamento, a cidade foi tombada por ser considerada uma *cidade documento*, ou seja, por representar a história da região na linearidade do tempo, por representar o que denominamos “descobrimento”, “colonização” e “desenvolvimento”. Não se trata assim, de acontecimentos isolados, fatos históricos ou personagens heróicos, mas pelo conjunto de narratividades saturadas no tempo e espaço.

As análises dos documentos de gestão mostraram a vinculação de alguns campos do conhecimento com o Patrimônio Cultural, com a educação, com o turismo e com o meio ambiente. Destaca-se o efeito de vinculação à educação na Lei Orgânica, sendo que a interpretação que se faz do objeto o distancia das práticas sociais, com o efeito que distanciamento do sujeito (s), como algo a ser observado e não vivido. No Plano Diretor, além do destaque para a análise da linguagem deôntica, compreende-se a vinculação (e a repetição) com a preservação do meio ambiente, porém tais sentidos se esvaziam na observação das práticas sociais, temos uma *língua de vento* para tratar dos sentidos do patrimônio.

O Patrimônio Cultural, assim como o Espaços Urbanos, são simulacros da luta de classes, no qual o sujeito (s) e seus discursos interagem em um jogo de forças e seus sentidos, no qual o poder do dizer também se traduz político e ideológico. As regras do sistema econômico (capitalismo) e as relações de poder decorrentes do jogo de interesses desse sistema estão imbricadas nas práticas urbanas, inevitavelmente, na patrimonialização dos bens culturais. Discursos antagônicos sobre a cidade, circulam e ressoam no Patrimônio Cultural, mobilizam os sujeitos na/pela cidade, em movimento de significação/ressignificação, no qual o fator econômico (não sustentável) sobrepõe às questões de identidade cultural e preservação ambiental.

Assim, são nas/pelas manifestações culturais, principalmente nas manifestações imateriais, nas quais as práticas do sujeito (s), no processo de significar e ressignificar (reprodução/ transformação) que podemos observar a *polissemia*. Em processos estáticos, burocráticos e cerceados há menos diálogo, logo menos polissemia. Os bens materiais, pelas suas especificidades físicas (do material), tendem a ser mais fixas, embora o processo discursivo aconteça relação do sujeito (s) com o objeto e transformação dos sentidos dele. O processo discursivo é vivo, tem relação com práticas de significação, do sentido que os sujeitos estabelecem nas trocas, na relação simbólica com o bem patrimonial.

Nas práticas sociais francisquenses ressoam os discursos da “colonização” e seus desdobramentos, essas memórias permeiam as narratividades e constituem a identidade, e significam/ressignificam o corpo social e os sujeitos. Tal cenário não é algo exclusivo de São

Francisco do Sul/SC pois vários Centros Históricos foram tombados pelo conjunto da sua arquitetura (casarões, prédios e outros espaços), os exemplos mais clássicos são Salvador, Recife e Olinda. Em Santa Catarina temos Laguna, tombada pela referência ao “descobrimento” de Santa Catarina e Itaiópolis, que participa do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, que tem o objetivo de preservar uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Iphan, 2024)

Desse modo, enquanto finalizamos o nosso trabalho vivenciamos uma das maiores tragédias urbanas no Brasil, a enchente do Rio Grande do Sul, e as queimadas no Norte do país e na Amazônia, da qual a fumaça toma conta do norte, centro-oeste, sul e sudeste. Em Porto Alegre, o Centro Histórico, localizado próximo a Orla do Guaíba, foi amplamente atingido, são espaços que serão significados e ressignificados após esta tragédia ambiental. Antes disso, acompanhamos o afundamento de um bairro em Maceió, a catástrofe de Brumadinho, enchentes na Bahia e em Brasília. Cabe refletir sobre os possíveis danos da expansão das atividades portuárias, com a abertura de novos portos, que buscam o apoio do poder público e da comunidade civil.

Um efeito de sentido que os Centros Históricos, Museus, lugares de guarda e monumentos passarão a coexistir com os novos sentidos da cidade, efeitos de sentidos que denunciam a urgência dos efeitos da crise climática e ambiental.

O que prevalece é um discurso *sobre* o Patrimônio Cultural, embora haja mudanças sintáticas importantes ao longo do tempo, por ocasião das práticas sociais do sujeito (s) na apropriação do Espaço Urbano. Acreditamos que mudanças significativas poderiam ser percebidas com a tomada dos Espaços Urbanos pelos sujeitos e por reformulações na maneira de gerir estes espaços e pela transição de uma ocupação social mais sustentável. Que o acesso ao Patrimônio Cultural, assim como a luta pela preservação ambiental se tornem bandeiras da necessidade da existência humana na terra.

Em outro momento, queremos estender novo escopo para a análise discursiva das manifestações culturais como festas tradicionais, tradições religiosas, manifestações folclóricas, tradições culinárias e outras tradições que formam o imaginário francisquense. Como por exemplo, a Festilha, o Carnaval, Festa da Nossa Senhora da Graça, Boi de Mamão, Dança do Vilão, Pau de fita e outros.

Se há uma disputa de memória, há também uma disputa de sentidos, logo uma disputa pelo *poder-dizer* de/sobre o Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul,

ou seja uma disputa política e ideológica, que ressoam em tomadas posição, que ancoram os discursos e as práticas sociais em relação aos objetos.

O mar feito de memórias e de movimento, que enreda histórias e sujeitos, significa e ressignifica o Espaço Urbano e o Patrimônio Cultural, movimenta os sentidos sobre o Centro Histórico e a cidade, mas também tensiona os discursos sobre as atividades socioeconômicas e a preservação ambiental. Mar de histórias, mar de gente, e(mar)anhado, mar que fala!

## REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ACHARD, Pierre. et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

AGUILAR, Paula Lucía; GLOZMAN, Mara; GRONDONA, Ana; HAIDAR, Victoria. **¿Qué es un corpus?**. *Entramados y perspectivas*, vol. 4, núm. 4, págs. 35-64 (oct. 2013/sep. 2014).

AMUNESC. **Guia Caminhos dos Príncipes. Descubra Santa Catarina. Nordeste Catarinense. Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul**. dez/2018.

AGENDA 21: SÃO FRANCISCO DO SUL DO FUTURO. Editora Letras Brasileiras.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. **Do Patrimônio Cultural e seus significados**. *Transinformação*, Campinas, 16(2): 111-122, maio/ago., de 2004.

ARREBOL PRODUÇÕES. **De Meimbiique a Chuquisaca: a Descoberta do Império Inca**. Disponível em: <https://youtu.be/amEVxL6Vy2Q>. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VUIrL5OjWng>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ASSIS, Neiva; ZANELLA, Andrea Vieira; BOLIGIAN, Levon. **Histórias, memórias, lugares: Seu Maneca e a comunidade do casqueiro em São Francisco do Sul – SC**. *TEXTURA- Revista de Educação e Letras*. v.19, n.39, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-19-39-2706>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ASSIS, Neiva; ZANELLA, Andrea Vieira. **Construção do patrimônio cultural e produção de memórias em São Francisco do Sul-SC**. *Quaderns de Psicologia*.v.23, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1688>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BANDEIRA, Dione da Rocha; BORBA, Fernanda Mara; ALVES, Maria Cristina. **Patrimônio Cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em Arqueologia Histórica**. Joinville, Editora UNIVILLE, 2017.

BELLA, Diogo Cavallari. **Projeto urbano e desenvolvimento local: o programa Monumenta em São Francisco do Sul (SC)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/D.16.2022.tde-11112022-165717. Acesso em: 2024-03-06.

BERNARDIM, Adriana Cristina. Colônias suábias em Guarapuava e o efeito discursivo da memória no espaço de imigração: entre a "Velha" e a "Nova" Pátria. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Inglês e Literatura Correspondente) - UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2013.

BEZERRA, José de Moura. **Pequena História de São Francisco do Sul**. 1976.

BORBA, Fernanda Mara. Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em São Francisco do Sul. Joinville, SC: Editora da UNIVILLE, 2014.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos indígenas em Santa Catarina. Disponível em: [povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf](https://povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf) (wordpress.com). Acesso em: 3 set. 2024.

BRUST, Viviane Teresinha Biacchi. **O “Sertão” Quarta Colônia. Travessias pelas subjetivações do sujeito ítalo-brasileiro**. Tese. Universidade de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2017.

CABRAL, Oswald R. Santa Catarina: História – Evolução. Pdf. Disponível em: [Biblioteca Digital de Obras Raras: Santa Catharina: história - evolução \(ufrj.br\)](https://biblioteca-digital.de-obras-raras-santa-catharina-historia-evolucao-ufrj.br). Acesso em: 27 fev. 2024

CAMINHA, Pero Vaz. Carta ao Rei. Disponível em: [Carta ao Rei - Pero Vaz de Caminha.pdf | Itamar Faria - Academia.edu](https://itamar.faria-academia.edu). Acesso em: 05 abr. 2024.

CARTA DE ATENAS, 1931. [Microsoft Word - CP2 - Carta de Atenas I 1931.doc \(iphan.gov.br\)](https://iphan.gov.br)

CARTA DE ATENAS, 1933. [Microsoft Word - CP2 - Carta de Atenas II 1933.doc \(iphan.gov.br\)](https://iphan.gov.br)

CARTA DE VENEZA, 1954. [Microsoft Word - CP2 - Carta de Veneza 1964.doc \(iphan.gov.br\)](https://iphan.gov.br)

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historização**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL- Disponível em:  
<[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>.  
Acesso em: 01 ago.2020.

COURTINE, Jean-Jaques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado para os cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

CHAGAS, Mario. Site. Disponível em: <https://mariochagas.com/> Acesso em: 27 fev. 2024

CHAGAS, M. MEMÓRIA E PODER: DOIS MOVIMENTOS. Cadernos de Sociomuseologia, v. 19, n. 19, 11. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/>. Acesso em: 27 fev. 2024

CHAGAS, Mario. **Museus e patrimônios: por uma poética e uma política decolonial**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 35, p. 121-137, 2017. Disponível em: [5museusepatrimonios.pdf \(mariochagas.com\)](https://museusepatrimonios.pdf(mariochagas.com)). Acesso em: 27 fev. 2024

CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 207–224, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980>. Acesso em: 4 set. 2024.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. – Rio de Janeiro : MinC/IBRAM, 2009. Disponível em: [58imaginacao.pdf \(mariochagas.com\)](https://58imaginacao.pdf(mariochagas.com)). Acesso em: 9 maio 2023

CHARLES, Verlinden. Paulmier de Gonneville e os índios do Brasil em 1504. Revista de história — ano X.vol. XIX —n.º 39.julho-setembro 1959. Disponível em: [Vista do Paulmier de Gonneville e os Índios do Brasil em 1504 \(usp.br\)](https://Vista.do.Paulmier.de.Gonneville.e.os.Indios.do.Brasil.em.1504.usp.br). Acesso em: 9 maio 2023.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo, Ed. UNESP, 2017.

CREMER, Marta. **Os mamíferos marinhos da Baía da Babitonga**. Editora Univille, Joinville, 2015.

CREMER, Marta; MORALES, Paulo Roberto Dias; OLIVEIRA, Therezinha M. N. de. **Diagnóstico ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville: Editora Univille, 2006.

CERTEAU, Michel de. GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2- Morar e cozinhar**. Petrópolis: 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1- Artes de fazer**. Petrópolis: 2020.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria Lourdes Menezes. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Florence, 2020.

[DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 \(iph.gov.br\)](https://decreto-lei-25-de-30-de-novembro-de-1937-iph.gov.br)

DIAS, Cristiane; BARBAI, Marcos; COSTA, Greciely (Orgs.) **Escrituras da cidade**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2019.

ESTATUTO DAS CIDADES: [L10257 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)

FILHO, Carlos da Costa Pereira. **Navios na Costa. Iconografia Náutica da Costa Catarinense.** Associação dos Amigos do Museu Nacional do Mar, 1994.

FICHANT, Michel; PÊCHEUX, Michel. **Sobre a história das ciências.** São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade.** Campinas, SP: Papirus, 2006.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. A língua inatingível: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do Discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Editora Unicamp, 2014.

GOMES, Roberto. **Júlia.** Belo Horizonte: Editora Leitura, 2018.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; BANDEIRA, Dione da Rocha. Rita. Joinville, SC : Editora Univille, 2019. Disponível em: [LV-Rita-online\\_1.pdf \(univille.edu.br\)](http://univille.edu.br). Acesso em: jan. 2022.

GUIA TURÍSTICO CAMINHO DOS PRÍNCIPES. Santa Catarina. Brasil. 3ª Edição. Editora Letras Brasileiras, 2013.

**Guia Viva essa história São Chico.** Edição 28, 2023. Guia Sul Editora Turística.

**Guia Bem-Vindo a São Francisco do Sul.** Edição 26, 2021. Guia Sul Editora Turística.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) **Gestos de Leitura: Da história no discurso.** 4ª Edição. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2014. 169-191

GUIMARÃES, Eduardo. Cidade, Linguagem e Tecnologia: 20 Anos de História. Campinas, LABEURB, 2013.

HENNING, Priscila. O espetáculo do patrimônio: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul - SC. 2019. 351 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

IPHAN. **Museu do Mar: São Francisco do Sul-SC**, 2008.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LEI ORGÂNICA DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC. Disponível em: [Lei Orgânica de São Francisco do Sul - SC \(leismunicipais.com.br\)](http://leismunicipais.com.br). Acesso em: 21.set.2023.

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Estatuto das Cidades. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 27 fev. 2024

DUARTE, Gerson Constância; SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró; DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. As Cidades contemporâneas e suas transformações. **Dimensões**, v. 40, jan.-jun. 2018, p. 65-86. ISSN: 2179-8869. Disponível em: [pdfucasbraga,+Artigo+3.pdf](#). Acesso em: 04 jan. 2024

INSTITUTO BINOT PAULMIER DE GONNEVILLE. **São Francisco do Sul 500 anos: Construções históricas**. S&A Editora. 2004

INDURSKY, Freda. **O discurso do/sobre o MST: Movimentos Social, Sujeito, Mídia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (organizadoras). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (organizadoras). **Práticas Discursivas e Identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

KOSELECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.

KNORS, Patricia Andréa Rauber. Repensando alguns traços históricos de Santa Catarina. *Unoesc & Ciência – ACHS*, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 198-205, jul./dez. 2011. Disponível em: [Vista do Repensando alguns traços históricos de Santa Catarina \(unoesc.edu.br\)](http://unoesc.edu.br). Acesso em: 10 fev. 2024.

LE CORBUSIER. **A carta de Atenas**. Pdf. 1993. Disponível em: [LE CORBUSIER - A Carta de Atenas.pdf \(usp.br\)](#). Acesso em: 10 fev. 2024.

LOPES MACIEL, Joelson; DA ROCHA BANDEIRA, Dione. Contribuição da pesquisa documental à história dos sambaquis da costa leste de São Francisco do Sul/SC. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.]*, v. 7, n. 14, p. 164–179, 2016. DOI: 10.14295/rbhcs.v7i14.230. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10575>. Acesso em: 2 out. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Carta ao cidadão / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)** ; organização de Haley Maria de Sousa Almeida. – Brasília, DF : Iphan, 2014. 51 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CartaCidadaoweb.pdf>> Acesso em: 01 ago.2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)- Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 01 ago.2020.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Escala, 2009.

MARKUN, Paulo. **Cabeza de Vaca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MEIRINHO, Jali. **Datas históricas de Santa Catarina, 1500-2000**. Editora Insular. Editora da UFSC, 2000.

MITTMANN, S. Formação discursiva e autoria na produção e na circulação de arquivos. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 9, n. 11, 2015. DOI: 10.22456/2594-8962.55136. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55136>. Acesso em: 7 abr. 2024.

NECKEL, Nádia Régia Maffi. **Movimentos de compreensão do Artístico no Audiovisual / Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp- Campinas, SP : [s.n.], 2010**

NECKEL, Nádia Régia Maffi. **Teceduras e tessituras do artístico na imagem e(m) discurso: projeções sensíveis**. Resumo expandido. Anpoll. 2010-2012.

NIZZOLA, Liliane Janine; SOUZA, Margareth de Lourdes; MARQUES, Roberta Porto. **A trajetória arqueológica de Pe. João Alfredo Rohr em Santa Catarina**. IPHAN, 2021

NUNES, José Horta Nunes. **Praças Públicas na contemporaneidade: história, multidão e identidade**. Cadernos de estudos linguísticos. Campinas. 53. p. 157- 168. jun/dez 2011.

OLIVEIRA, Andrea. Dissertação de Mestrado. **Cá e lá, histórias há: mitos e símbolos nas lendas de São Francisco do Sul e da Ilha da Madeira**. UNIVILLE, 2010.

OLIVEIRA, Andrea. Retalhos do Iperoba. **Estórias colhidas em um de pé de araçá**. Edições Toda letra, 2009.

OLIVEIRA, Andrea. **Pa-Lavra: entre o oral e o escrito: um registro de literatura de tradição oral em São Francisco do Sul**. Nova Letra Gráfica Editora, 2012.

OLIVEIRA, Andrea; PINHEIRO, Soraia das Neves. **Presença e memória negra em São Francisco do Sul**. Nova Letra, 2013.

OLIVEIRA, Andrea; BITTENCOURT, Ícaro. **Forte Marechal Luz: Cem Anos de História**. Blumenau: Nova Letra, 2015.

OLIVEIRA, Andrea. **150 anos de Alfândega em São Francisco do Sul**. Editora Letradágua, 2018.

OLIVEIRA, Andrea. Dissertação de Mestrado. **História de instituições escolares de São Francisco do Sul, SC 1835 - 1935**. UFSC, 2019.

OLIVEIRA, Andréa de; CARVALHO, Aldair; MEIRA, Vanessa Aparecida de. Patrimônio e preservação: o exemplo do Centro Histórico Tombado de São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, Brasil. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; SANTOS, Marcos César Pereira (Org.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: educação contextualizada – Arqueologia diversidade (volume III)**. Criciúma: UNESC, 2018. Cap. 7.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e Contrastes: Discurso na Cidade e no Campo**. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Para uma enciclopédia da cidade**. Eni P. Orlandi (org.). Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista. Discurso de confronto: Velho e novo mundo**. Editora UNICAMP, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas/SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. (org). **Instituição, relatos e lendas: Narratividade e individualização dos sujeitos**. Pouso Alegre: univás;Campinas: RG Editores, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele. Discurso e real da história**. Campinas: Editora Pontes, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. Pontes, 3ª Edição, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**, Pontes, 2020.

ORLANDI, E. P. N/O limiar da cidade. **RUA**, Campinas, SP, v. 5, p. 7–19, 2015. DOI: 10.20396/rua.v5i0.8640678. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640678>. Acesso em: 26 fev. 2024.

PAES, Silvia Regina. A HERANÇA INDÍGENA NA CULTURA CAIÇARA. *Cadernos de Pesquisa*, v. 17, n. 3, 18 Fev 2011 Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/278>. Acesso em: 28 out 2024.

PAIM, Zélia Maria Viana. Os movimentos de conversão: de utopia à conversão. 2009. Tese. UFSM- Universidade de Santa Maria. Santa Maria, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**, Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Foi Propaganda mesmo que você disse? In: PÊCHEUX, Michel, **Análise do discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Pontes Editores, 2011, p. 73-93.

PÊCHEUX, Michel. (1975[2014a]). **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, ENI. P. **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014b.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi e Greciely Costa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

PEREIRA. Anderson. **O vilão: uma dança catarinense**. Estúdio Semprelo, 2022.

PEREIRA. Carlos C. **A viagem da Esperança**. Editora Letradágua, 2002.

PEREIRA. Carlos C. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

PEREIRA. Moacir. **A primeira viagem: o índio carijó que virou príncipe francês**. Editora Insular, 2004.

PEREIRA, V. M. **São Francisco do Sul: O Patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói**. 2007. 130 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). UFSC, Florianópolis, SC, 2007. Disponível em: [São Francisco do Sul: o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói \(ufsc.br\)](http://ufsc.br). Acesso em: 01 mai. 2021.

PERFIL CULTURAL. **São Francisco do Sul**. Edição de Luxo. Glück Edições Ltda, 2014.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vinte Luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil : 1503-1505**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos Excluídos no final do Século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano- Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: PETRI, Verli e DIAS, Cristiane (2013). Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. da UFSM, 312p. ISBN: 9788573911947

PETRI, V; VENTURINI. M. C; RASIA, G. **Definição**. In: Na movência dos conceitos... – Rio de Janeiro, RJ: Autogra, 2024. ISBN 978-85-518-6664-1 [recurso eletrônico]

PINOL, Suzana. **Através daquilo que foi São Chico: navegando pelo diorama Centro Histórico no Museu Nacional do Mar**. Tese. UTFPR, 2021.

PONTUAL, Virginia; PEREIRA, Julia da Rocha. No mundo das palavras de Françoise Choay: decodificando modelo. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. Paranoá 35. Itinerários intelectuais de Françoise Choay | Ago/Dez de 2023. Disponível em: [Vista do No mundo das palavras de Françoise Choay \(unb.br\)](http://unb.br). Acesso em: 10 fev. 2024. DOI: <http://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n35.2023.02>

POZZOBON, Bruno Cezar. Preservação do Patrimônio Cultural: discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC, 2016. 195 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2016.

QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e. O Patrimônio Cultural Imaterial e a força normativa da Convenção para (da) Humanidade. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 14-37, jul-dez 2020. Semestral.

REVISTA GALILEU. História do Brasil: 5 livros que abordam o “descobrimento” do país. Disponível em: [História do Brasil: 5 livros que abordam o "descobrimento" do país - Revista Galileu | Livros \(globo.com\)](http://globo.com). Acesso em: 9 maio 2023.

RADIN, J.C., and CORAZZA, G. Povos indígenas. In: Dicionário histórico-social do Oeste catarinense [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 121-127. ISBN: 978-85-64905-65-8. <https://doi.org/10.7476/9788564905658.0030>.

RIBEIRO, Marcelo (org.). **Olhares sobre o Patrimônio Cultural: Reflexões e Realidades**. Porto Alegre: Editora Asterisco, 2010.

ROBIN, Régine. A memória saturada. Tradução Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2016.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. Editora Brasiliense. 1994.

ROSSINI, Diva de Mello; RAMOS, Tânia Beisl; TRICÁRIO, Luciano Torres. A paisagem do português centro histórico de São Francisco do Sul (BR). **Interações** (Campo Grande), [S. l.], v. 17, n. 1, 2016. DOI: 10.20435/1518-70122016111. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/621>. Acesso em: 3 abr. 2024.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e à Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte-MG: Garnier, 2020.

SÃO FRANCISCO DO SUL. **A mais bela cidade histórica do Brasil**. Guia. Santa Catarina. Brasil.

SANTOS, Maria Helena Mattos Barbosa dos. **Os usos do e no centro histórico de São Francisco do Sul (SC) no programa monumenta**. 2015. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.16.2015.tde-20240813-142206. Acesso em: 2024-11-03

SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José; NACKE, Anelise. **São Francisco do Sul, Muito além da viagem de Gonneville**. Editora da UFSC, 2004.

SCHERER, Amanda. **Educação Patrimonial: língua e alteridade**. In. Educação Patrimonial em Territórios de Geoparques uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. Santa Maria: Facos-UFSM, 2021. Disponível em: [Educação Patrimonial em Territórios de Geoparques uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia.pdf \(ufsm.br\)](#). Acesso em: 2022.

SEIBEL, Nelci Terezinha. **História do Porto de São Francisco do Sul**. S&A Editora, 2010.

SILVA, Angela Cristina da. **Histórias e Lendas de São Francisco do Sul**. Editora Letradágua, 2004.

SILVA, A.M.S; RASIA, G.L.S. **A constituição do sujeito caiçara pela ordem da língua e do trabalho**. In: Linguagem & Ensino, Pelotas, v. 24, n. 3, p. 566-583, jul.-set. 2021.

SILVA, Daiane Corrêa da; VENTURINI, Maria Cleci; Funcionamento Discursivo do Plano Diretor Municipal de São Francisco do Sul: o mar e o patrimônio. VENTURINI, Maria Cleci; TEIXEIRA, Maria Claudia; TAFURI, Leandro (Orgs). **Museus, arquivos, patrimônio e espaço urbano em (dis)curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SILVEIRA, Luciana Braga; BUENDÍA, Mercedes Pardo. **Da invenção da tradição (ou de como os patrimônios nos inventam): notas sobre a patrimonialização do pastoreio na Espanha**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/zsLhhksGyTzs4HjwGDRsvkL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov 2023.

THIAGO, Raquel S. **São Francisco do Sul. Memória e história - anotações de Manoel Deodoro de Carvalho**. Editora Univille, 2014.

THIAGO, Raquel. **Fourier: utopia e esperança na Península do Saí**. Blumenau: Editora da FURB, Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

TOMELIN, C. A.; ROSSINI, D. DE M.; FONTANELLA, F. L. P.; ANJOS, F. A. DOS; OLIVEIRA, J. P.; TRICARICO, L. T. Turismo cultural e paisagem urbana: análise dos cascos históricos de Itajaí e de São Francisco do Sul – Santa Catarina, Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 3, n. 17/18, p. 1495-1508, 1 jan. 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Guia para elaboração de citações em documentos. Disponível em: [ABNT 10520:2023 – Serviço de Biblioteca e Documentação \(usp.br\)](#). Acesso em: 14 fev. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Manual\_de\_Normalizacao\_UFPR\_2022.pdf. Disponível em: <https://bibliotecas.ufpr.br/2022/02/novo-manual-de-normas-da-ufpr/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário Urbano: espaço de rememoração/comemoração**. 2ª. ed. Campinas/SP: Pontes editores, 2024.

VENTURINI, Maria Cleci. **Imaginário Urbano: espaço de rememoração/comemoração**. 1ª. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2009.

VENTURINI, Maria Cleci. Rememoração/Comemoração no Discurso Urbano. **Rua** [online]. 2009, nº. 15. Volume 1, p. 72-89, <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>.

VENTURINI, Maria Cleci. **Memórias e entrecruzamentos nas/pelas imagens do espaço urbano**. In: TASSO, IASMARA; Campos, Jeffeserson (Orgs). Campinas/SP: Pontes Editores, 2015. p. 219-240.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus e espaços públicos no encontro/desencontro da memória histórica e do corpo-memória/corpo-documento. VENTURINI, Maria Cleci (organizadora). **Museus, arquivos e produção do conhecimento em (dis)curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus em (dis)curso na/por uma história de “nunca acabar”. VENTURINI, Maria Cleci; RASIA, Gesualda dos Santos (organizadoras). **Museus, arquivos e discurso: funcionamentos e efeitos da língua, da memória e da história**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

VENTURINI, Maria Cleci. Discussões entre história e memória na análise do discurso e história. ZANDWAIS, Ana; RASIA, Gesualda dos Santos (organizadoras). **Relações entre discurso e história**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

VENTURINI, Maria Cleci; LACHOVSKI, Marilda. Museus, memoriais e arquivos: a língua na história. VENTURINI, Maria Cleci; LACHOVSKI, Marilda (organizadoras). **Museus, memoriais e arquivos: a língua na história**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Coimbra: Edições 70, 2008.

WEISSHEIMER, Maria Regina (org.); BIAZIN, Cristiane Galhardo. FILHO, Dalmo Vieira. KANAN, Maria Isabel. **Conservação preventiva de imóveis antigos em núcleos históricos**. IPHAN, 2020.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Cidade e discurso: paradoxo do real, do imaginário, do virtual. **RUA**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 39–54, 2015. DOI: 10.20396/rua.v4i1.8640628. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640628>. Acesso em: 26 fev. 2024.